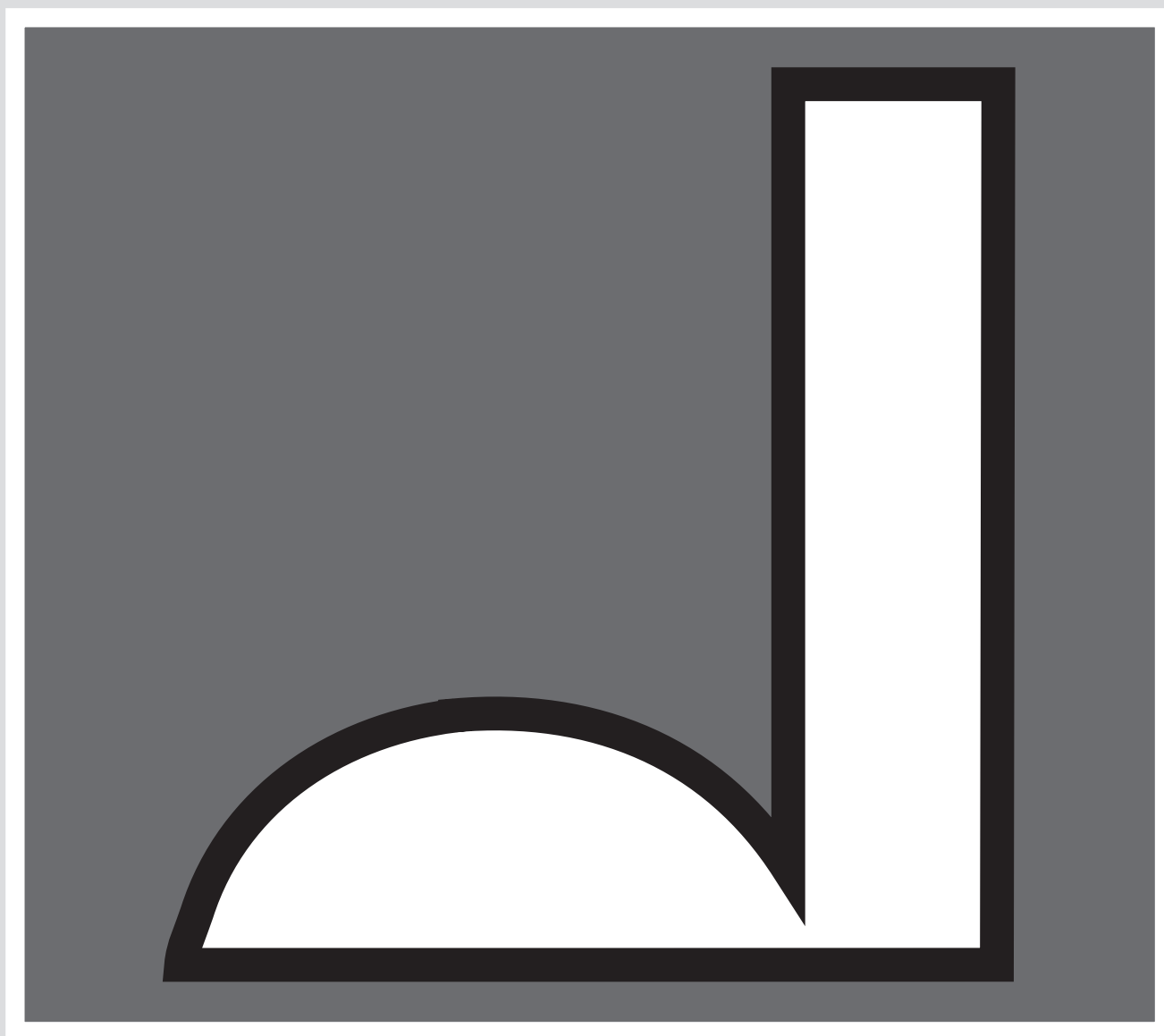




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 202 - TERÇA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias– PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 184ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2006

- 1.1 – ABERTURA
- 1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 330, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006 – Eletrobrás), onde poderá receber emendas. Estabelecimento do calendário para tramitação da matéria. 34386

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2006, apresentado pela Comissão Assuntos Sociais, como conclusão do Parecer nº 1.180, de 2006, que dispõe sobre o controle da dopagem no desporto e dá outras providências. ... 34386

1.2.2 – Aviso Circular da Ministra de Estado do Meio Ambiente

Nº 28/2006, de 31 de outubro passado, comunicando a publicação no **Diário Oficial da União**, de 10 de outubro de 2006, seção I, página 57, a Moção nº 82 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, de 9 de outubro de 2006, aprovada na 49ª Reunião Extraordinária daquele conselho. **(Anexado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 2003).** 34386

1.2.3 – Ofício do Procurador-Geral da República

Nº 1.229/2006, de 13 do corrente, dando ciência do encaminhamento do Relatório nº 4, de 2006 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, à consideração do Coordenador do Centro de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal, Dr. Edson Oliveira de Almeida, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, e do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Morato Fonseca. **(Ane-**

xado ao processado do Requerimento nº 2, de 2005-CN). 34388

1.2.4 – Ofício do Embaixador do Brasil em Londres

S/Nº/2006, de 13 do corrente, agradecendo o envio do Relatório nº 4, de 2006 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e comunicando seu encaminhamento ao Consulado-Geral do Brasil naquela cidade, para fins de divulgação de seu conteúdo junto à comunidade brasileira no Reino Unido. **(Anexado ao processado do Requerimento nº 2, de 2005-CN).** 34388

1.2.5 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.975-SGS-TCU-Plenário/2006, de 8 do corrente, encaminhando cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo Ex^{mo} Sr. Ministro Valmir Campelo, em 8-11-2006, na Sessão Ordinária do Plenário daquele Tribunal. 34388

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR **MARCO MACIEL** – As inovações feitas pela Carta de 1998 em vários campos do constitucionalismo brasileiro. Referência ao reconhecimento dos municípios como entes federativos, tratamento só agora concedido aos mesmos. 34389

SENADOR **MOZARILDO CAVALCANTI** – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, da autoria da jornalista Marta Salomon, intitulada “ONG ineptas recebem 54% dos repasses ao setor, diz TCU”. 34391

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Indicação das 49 candidatas que concorrerão ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. 34401

1.2.8 – Mensagem do Presidente da República

Nº 237, de 2006 (nº 947/2006, na Casa de origem), de 9 do corrente, comunicando ao Senado Federal que se ausentará do país nos dias 12 e 13 de novembro corrente, em visita oficial à República

Bolivariana da Venezuela. **(Anexado ao processo do da Mensagem nº 74/2006)**. 34414

1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2006, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na Região do Rio Cotingo, em Roraima. 34414

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 1.120, de 2006, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. 34415

Nº 1.121, de 2006, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde, as informações que menciona. 34415

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Leitura e comentários sobre e-mail recebido do eleitor Jorge da Cruz Silva, que solicita que os parlamentares “não subestime a inteligência do povo”, em referência ao resultado das eleições para a Presidência da República. 34416

SENADOR MÃO SANTA – Saudação ao lançamento da revista cultural **Piauí**, uma mostra de reconhecimento da grandeza e da história do Piauí. 34417

SENADOR ALVARO DIAS – Manifestação sobre o pronunciamento da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, na presente sessão, pelas críticas que fez à oposição. Preocupação com o cenário de paralisia, em que a retórica do Presidente Lula e do seu governo continua sendo a retórica do palanque. 34420

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Manifestação em defesa da sobrevivência do INCOR, centro de excelência cardiológica no mundo. Questionamentos sobre o objetivo das ONG, a transposição do Rio São Francisco, os cartões de crédito da Presidência da República, a operação tapa-buracos anunciada pelo governo, e a lentidão na apuração sobre os envolvidos no caso do *dos-siê*. 34424

SENADOR FLÁVIO ARNS – Reflexão sobre a sessão do Senado em homenagem ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, realizada na semana passada. Elogios à iniciativa da Presidência do Senado sobre a acessibilidade, através do programa de Valorização da Pessoa com Deficiência. Leitura do editorial do jornal **Gazeta do Povo**, do Paraná, intitulado “O Pacto da Reforma Tributária”. 34451

SENADORA IDELI SALVATTI – Considerações sobre os temas em debate, surgidos no segundo turno para as eleições presidenciais. Explicação sobre os dados do Relatório “Desenvolvimento

Humano/2006”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 34454

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação com o caos que vem ocorrendo nos aeroportos brasileiros, em razão da crise dos controladores de voo. 34458

SENADOR FLÁVIO ARNS – Boas-vindas ao senador José Jorge, que retorna hoje ao Senado Federal, após o pleito eleitoral. 34463

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre o fato de que o Brasil tem, hoje, um presidente “comunista”, em razão de estar o Deputado Aldo Rebelo (PCdoB) exercendo interinamente a Presidência da República. 34463

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 1.122, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal João Fassarella, ocorrido na madrugada de ontem. Usa da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. 34466

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações sobre a profunda crise que assola o país com a falta de investimentos em infra-estrutura. 34469

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Satisfação com a presença do Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, no exercício interino da Presidência da República, uma data histórica para o Partido. 34472

SENADOR ROMEU TUMA – Manifestação em defesa do INCOR, que atravessa dificuldades financeiras para sua manutenção. 34473

1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 1.123, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Kazuo Sakamoto, ocorrido no último domingo, em São Paulo. 34475

Nº 1.124, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta do Projetos de Lei do Senado nºs 82, de 2006 com os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605, de 1999. 34477

344771.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre as perspectivas do novo mandato do presidente Lula. 34477

SENADOR MARCOS GUERRA – Considerações sobre a crescente deterioração do setor de infra-estrutura no Brasil. 34492

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentário sobre o artigo intitulado “O voto envergonhado”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista *Veja*, edição de 20 de setembro último. 34492

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Registro da matéria intitulada “*IBGE reduz, pela 9ª vez, projeção da safra 2006*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 10 de outubro último. 34494

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “*Dólares foram sacados em agência de Nova Iguaçu, revela investigação*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de outubro último. 34495

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro da matéria intitulada “*MST na campanha petista*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 13 de outubro último. 34497

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro do artigo intitulado “*NOTÍCIAS DA ITÁLIA*”, publicado pela revista **Veja**, edição de 11 de outubro último. 34498

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Registro da matéria intitulada “*Entidades vêm risco à liberdade de imprensa*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 20 de outubro último. 34499

SENADOR **ALMEIDA LIMA** – Registro do artigo intitulado “*A indignação*”, de autoria do professor de filosofia Denis Rosenfield, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 1º de novembro corrente..... 34500

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Saudação à relevante iniciativa do Instituto Presbiteriano Mackenzie, ao publicar o compêndio intitulado *Mackenzie: Balanço Social 2005*..... 34501

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 25, de 2006 34502

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 60, de 2006 34503

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.209 a 2.227, de 2006 34504

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 184ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Marco Maciel e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 330, de 2006**, que “abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo

ELETROBRÁS, no valor total de R\$106.726.769,00 (cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 330

Publicação no DO
Emendas

Prazo final na Comissão

Remessa do Processo à CD
Prazo na CD

Recebimento previsto no SF
Prazo no SF

Se modificado, devolução à CD
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
Prazo final no Congresso

10-11-2006
até 16-11-2006
(7º dia da publicação)
10-11-2006 a 23-11-2006
(14º dia)
23-11-2006
de 24-11-2006 A 07-12-
2006 (15º ao 28º dia)
07-12-2006
08-12-2006 a 21-12-2006
(42º dia)
21-12-2006
22-12-2006 a 03-2-2007
(43º ao 45º dia)

04-2-2007 (46º dia)
18-02-2007 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2006**, apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais, como conclusão do Parecer nº 1.180, de 2006, que *dispõe sobre o controle da dopagem no esporte e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, Aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO CIRCULAR Nº 28/GM/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Moção nº 82/2006/CONAMA

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Comunico a Vossa Excelência que foi publicada no **Diário Oficial da União** de 10 de outubro de 2006, seção I, página 57, a Moção nº 82 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de 9 de outu-

bro de 2006, aprovada na 49ª Reunião Extraordinária daquele conselho.

Em cumprimento aos termos da referida moção, encaminho, anexa, cópia do documento, que solicita dar

ampla divulgação entre os parlamentares para que se manifestem contrários à importação de pneus usados.

Atenciosamente, – **Marina Silva**, Ministra de Estado do Meio Ambiente, Presidente do Conama.

MOÇÃO Nº 82, DE 9 OUTUBRO DE 2006

Solicita manifestação contrária à importação de pneus usados.

O Plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente, em sua 49ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2006, no uso de suas competências, e:

Considerando que a Constituição em seus arts. 225 determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e 196 determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabelece entre as diretrizes gerais, a garantia do direito a cidades sustentáveis e ao saneamento ambiental;

Considerando que a Agenda 21 estabelece as estratégias para a gestão de resíduos, priorizando sua redução, reutilização e reciclagem;

Considerando que os pneus são de difícil eliminação, pois não são biodegradáveis e seu volume torna o transporte e o armazenamento complicados e, ainda, não existem soluções de destinação final ambientalmente seguras e economicamente viáveis, e quando queimados liberam substâncias tóxicas e cancerígenas, tais como metais pesados, dioxinas e furanos;

Considerando que os pneus quando jogados em rios e córregos e até nas cidades, obstruem a passagem da água, podendo causar alagamentos e transtornos à população;

Considerando que pneus estocados ou descartados de forma irregular são locais ideais para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como a febre amarela e a dengue;

Considerando que o comércio internacional de pneus usados é comprovadamente responsável pela disseminação de uma variedade de doenças pelo mundo, na medida em que promove o transporte, de um continente para o outro, de vetores de doenças como a dengue, a febre amarela e outras arboviroses de interesse em saúde pública;

Considerando que a liberação da importação de pneus usados aumentará o passivo ambiental e de saúde pública para o país; e

Considerando que o Brasil, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, busca defender a proibição da importação de pneus reformados, questionada pela Comunidade Europeia, resolve:

Aprovar Moção a ser encaminhada:

Aos Deputados e Senadores que compõem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, respectivamente, para que manifestem-se contrários a aprovação do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que institui a Política Nacional de Resíduos e libera a importação de resíduos, incluindo pneus usados e reformados, e do Projeto de Lei Substitutivo nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que libera a importação de pneus usados; e

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, recomendando encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que proíbe a importação de resíduos, incluindo pneus usados e reformados, em decorrência das diretrizes estabelecidas na política nacional de meio ambiente e no Estatuto da Cidade, contribuindo desta forma para a prevenção da saúde da população, e para a redução da geração de resíduos no país, e adoção de providências efetivas sobre a proibição da importação de pneus usados e reformados.

MARINA SILVA
Presidente do Conselho

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Junte-se ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 2003**, nos termos do art. 263, Processo Especial do Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.229

Brasília, 21 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Em atenção ao OF. SF nº 1.657/2006, de 14 de setembro de 2006, científico Vossa Excelência do encaminhamento, nesta data, do relatório que o acompanha à consideração do Coordenador do Centro de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal, Dr. Edson Oliveira de Almeida, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, e do Procurador-Chefe da Procuradoria da República da República no Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Morato Fonseca.

Atenciosamente, **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

EMBAIXADA DO BRASIL EM LONDRES

Londres, 26 de setembro de 2006

Ref: Ofício SF/nº 1.683/2006

Senhor Presidente,

Muito agradeço a gentileza do envio do Relatório Final nº 4, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países.

Informo Vossa Excelência que encaminhei aquele documento ao Consulado-Geral do Brasil nesta cidade, para fins de divulgação de seu conteúdo junto à comunidade brasileira no Reino Unido.

Cordiais saudações, – **José Maurício Bustani**, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Ofícios, juntados ao processado do Requerimento nº 2, de 2005-CN (CPMI da Emigração Ilegal) vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.975-SGS-TCU-Plenário

Brasília, 8 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Transmito a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do inteiro teor do Pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Sr. Ministro Valmir Campelo em 8-11-2006, na Sessão Ordinária do Plenário deste Tribunal.

Respeitosamente, – **Guilherme Palmeira**, Presidente.

COMUNICAÇÃO EM PLENÁRIO

HOMENAGEM DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

COLAR DO MÉRITO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhor Procurador-Geral,

Comunico a Vossas Excelências que, na última segunda-feira, participei da solenidade de entrega do Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal, homenagem prestada pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro a personalidades que se destacaram pelo empenho no sentido de promover o fortalecimento das Cortes de Contas do País.

Demonstra o alto significado da condecoração a presença, naquele ato solene, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, do Senador Antonio Carlos Magalhães, dos Ministros eméritos do Supremo Tribunal Federal e ex-Presidentes do Tribunal Superior Eleitoral, Doutores Célio de Oliveira Borja e Carlos Velloso, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, do Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Conselheiro Victor José Faccioni, do Presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios, Conselheiro Francisco de Souza Andrade Netto, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Cavalieri Filho, do Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (ANDES) e Ouvidor-Geral do Judiciário Fluminense, Desembargador Manoel Carpena Amorim, do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Doutor Lucas Rocha Furtado – figuras tão eminentes e respeitadas –, todos contemplados com a prestigiosa insígnia.

Ali, diante de uma platéia que ocupava por inteiro o recinto destinado ao acontecimento, tive a satisfação e o orgulho de assistir ao pronunciamento do nobre Senador Renan Calheiros, em nome dos agraciados, ocasião em que Sua Excelência enalteceu o grandioso

trabalho dos Tribunais de Contas do Brasil, colocando-os num lugar de destaque na Administração Pública do País, pelo que representam para a sociedade brasileira, dada a sua efetiva atuação em prol da moralidade, da cidadania e da aplicação mais produtiva dos recursos do contribuinte.

Nesta oportunidade, não poderia deixar de felicitar o ilustre Conselheiro-Presidente Thiers Vianna Montebello e os demais membros do TCM/RJ, pela justa homenagem a esses dignos e honrados homens públicos, cuja estatura no proceder está patenteada na extensa e rica folha de relevantes serviços prestados à Nação, mercê do indiscutível talento de todos eles, associado à louvável vocação para a busca do bem comum, externada na respeitável postura com que se colocam à frente das grandes questões nacionais.

Desejo igualmente parabenizar o Presidente Thiers Vianna Montebello, pela grandeza do evento e por sua brilhante condução, manifestando-lhe o meu agradecimento pela maneira gentil e acolhedora com que fui recepcionado naquela Casa de Contas.

Por fim, proponho que cópia desta Comunicação seja encaminhada aos agraciados e à Presidência do TCM/RJ.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, 8 de novembro de 2006. – **Valmir Campelo**, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, ilustre Senador Alvaro Dias, representante do Paraná no Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Carta de 1988 inovou em vários campos do constitucionalismo brasileiro. Foram muitas as inovações, as quais estão sendo objetos de regulamentação e de análise sob o ponto de vista de sua hermenêutica.

Vou referir-me hoje a um deles, que, a meu ver, está destinado a produzir alterações acentuadas na estrutura federativa do nosso País. Trata-se, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, do reconhecimento dos Municípios como entes federativos, só agora concedido, embora, desde a Constituição de 1891, o nosso País seja, enquanto forma de governo, uma República Federativa. Enfim, a Federação brasileira, desde a Constituição de 1891, era definida como uma reunião

da União e os Estados Federados, incluindo o Distrito Federal e os Territórios.

A Constituição de 1988 foi mais além, como disse, e passou a considerar os Municípios também, ao lado dos Estados, entes federativos. O art. 18 da Constituição Federal, que justamente reconhece os Municípios como entes federativos, dá ensejo, a meu ver, que se reforce a descentralização, sinônimo de cidadania. Nação de grande expressão demográfica e extenso território, outro não haveria de ser o destino do nosso federalismo.

Lewis Mumford observa que, ao longo da história, os povos inicialmente se organizaram em cidades. Como também se sabe, **civitas**, palavra latina, e **polis**, de origem grega, na antiguidade clássica, já designavam o que hoje chamamos cidade e ajudam a explicar as nossas raízes na civilização grego-romana. Aliás, a palavra **civitas** tinha mais o sentido de cidade e civilização, enquanto **polis** o sentido de instituição republicana, ou seja de **res publica**, de política. Mas podemos dizer que ambas as expressões explicam a primeira instância política que sempre foi ou é a cidade.

No Brasil, não poderia ser de outra forma, surge com os primeiros municípios: São Vicente teve seus foros de vila reconhecidos já em 1532, em seguida Igarassu (1534) e Olinda (1535), mesma época de Santo André da Borda do Campo e São Paulo; Salvador da Bahia, primeira capital do Brasil, em 1549. O Rio de Janeiro é vila a partir de 1565.

Foi no Município de São Paulo, em torno do Colégio dos Jesuítas de Anchieta, que se projetaram as marchas dos bandeirantes rumo às fronteiras do Brasil por eles firmadas. Nos municípios nordestinos, por outro lado, insurrectos contra a dominação holandesa, se organizou a rebelião libertadora, culminando nas batalhas dos Guararapes. Tal foi a importância desse movimento que hoje o dia 19 de abril, data da primeira batalha dos Guararapes, é considerado o Dia do Exército, porque lá, segundo Gilberto Freyre, se forjou o Exército brasileiro, na medida em que, para expulsar os holandeses, se reuniram negros, brancos e índios, escrevendo com sangue – como disse o autor citado – o nome da pátria.

Foi também nas Câmaras Municipais de São Paulo, em 1641, com Amador Bueno; de São Luís do Maranhão, em 1664, com os irmãos Beckman; e de Olinda, em 1710, com Bernardo Vieira de Melo, que irromperam os primeiros gritos de independência do Brasil.

Sabe-se, como anotou Alcides Grecca, que “a história das lutas pelas liberdades comunaes é a história da luta pela liberdade”. Não diferente pensou o mestre Pinto Ferreira, meu professor de Direito Constitucional na vetusta Faculdade de Direito do Recife, ao

afirmar: “*o município constituiu a grande escola pública da liberdade*”, que aponta ao cidadão o caminho num Estado democrático de direito, como, aliás, recomenda a nossa Constituição em vigor.

Hoje, cerca de 85% da população brasileira é gerada nos municípios, em grandes, médias e pequenas cidades, em torno das quais giram, econômica e culturalmente, as atividades essenciais aos cidadãos. Isso corresponde à transformação do Brasil de agrário a urbano, numa economia de agrícola a industrial e de serviços, cada vez mais integrada em escala global.

Gostaria de lembrar que o processo de urbanização no Brasil foi um dos mais céleres da História. Poucos países do mundo conheceram um processo de urbanização com tanta velocidade. Só para dar um exemplo, entre 1940 e 1950, o Brasil era um país essencialmente agrícola, não somente porque muito da sua produção era de bens primários – o Brasil ainda é pouco industrializado –, mas também e porque grande parte da população residia nos campos. Em 1980, quarenta anos depois – isso é fácil de se comprovar compulsando os censos demográficos decenais do IBGE –, de 1940 a 1980 o Brasil sofreu uma grande mutação, porque se em 1940 tínhamos dois terços da população no campo e um terço nas cidades, em 1980, no espaço de duas gerações da dois terços da população já viviam nas cidades e apenas um terço no campo. Isso quer dizer que houve, no Brasil, mais do que um processo, aliás imemorial, no sentido de migração campo-cidade. Houve algo mais acentuado: um deslocamento das populações que se encontravam no campo e nas pequenas cidades para as médias e grandes cidades brasileiras.

A urbanização no Brasil foi também um processo de metropolização, ou seja, migração da população do campo e das pequenas cidades para as médias e grandes cidades, e, talvez, mais do que isso, um processo de megalopolização, que fez brotarem no Brasil cidades com mais de 10 milhões de habitantes, como, por exemplo, a capital do Estado de São Paulo, que abriga perto de 14 milhões de habitantes.

Isso foi um passo muito significativo que ocorreu no Brasil e produziu conseqüências que ainda estão a exigir solução, porque esse processo foi tão rápido que as cidades não estavam habilitadas a receber um tão grande número de novos habitantes.

Volto à análise que estava fazendo há pouco. A Constituição atual, Sr. Presidente, seguindo a linha das anteriores, especialmente a de 1934, uma Constituição de curta vigência, que vigorou por apenas três anos, de 1934 a 1937, e a de 1946, que vigorou durante 18 anos, além da autonomia dos municípios para a elektividade das câmaras e dos prefeitos, amplia a sua força econômica e financeira prevendo, no Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, o aumento dos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios, o chamado FPM, que se constitui, sobretudo nos municípios mais pobres – na minha região, Nordeste, verificamos isso de forma muito clara –, como a principal fonte de receita.

Tudo nos leva a pensar, a planejar e a executar medidas voltadas à solução dos agudos problemas, entre muitos, que continuam a desafiar os municípios brasileiros. Não me refiro apenas à questão do uso do solo, da gestão urbana, das suas vocações, da questão ambiental. Muitos desses problemas são compartilhados pelas cidades vizinhas.

A questão, portanto, exige reflexão e correto encaminhamento. São providências que urgem ampliação e aplicação de práticas que venham a aprimorar a gestão municipal. Mesmo porque, como disse há pouco, as cidades brasileiras, sobretudo as de médio e grande porte, conheceram um processo de urbanização que não lhes deu condições de prover adequadamente os seus serviços públicos essenciais.

Houve o que Gilberto Freyre chamou, há cerca de 40 anos, de “*inchação demográfica*”, isto é, uma migração do campo e de pequenas cidades para capitais e grandes cidades sem condições de absorvê-la.

O fato é que o processo de urbanização prossegue em todo o mundo. O homem é um animal associativo – esta é uma constatação óbvia – e, cada vez mais, sua tendência é migrar para as cidades. Isso levou o reputado historiador Arnold Tonybee, autor do livro **Um estudo de história**, onde examinou bem a evolução das civilizações, a dizer que, “*em todas as regiões do mundo, tanto adiantadas quanto atrasadas, as cidades estão crescendo em um ritmo de escala que já pressagia um futuro em que as cidades ainda separadas ter-se-ão todas reunidas em uma megalópole global*”. Penso que, com isso, Tonybee quis assinalar que, na realidade, o mundo tende a virar uma grande cidade ou, para usar a expressão de McLuhan, “*uma aldeia global*”.

No Brasil, isso é constatado de forma muito clara, como já tive oportunidade de observar, tendo em vista a expansão que ocorre no sentido da concentração da população em grandes cidades. Por exemplo, no eixo São Paulo/Rio de Janeiro, ao que parece, as duas capitais estão convergindo para uma gigantesca megalópole.

Deve-se, obviamente, ressaltar não ser este um problema especificamente brasileiro, insisto, embora, nas últimas décadas, a intensidade do nosso processo de urbanização seja algo mais acentuado, comparado com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Na União Européia, para exemplificar, foram criadas euro-regiões nas fronteiras dos países membros, com cidades ultrapassando-as, ao modo de regiões metropolitanas internacionais. No Brasil, já temos casos semelhantes a deflagrar semelhantes condutas, a meu ver: no Sul, com Santana do Livramento e Rivera, no Uruguai, e Uruguaiana com Paso de los Libres, na Argentina; no Norte, Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia, entre o Amapá e a Guiana Francesa, sobre o rio Oiapoque. As integrações globais são, portanto, também físicas urbanas, exigindo, cada vez mais, planejamento e participação.

Volto a me referir a Gilberto Freyre, lembrando que o Mestre de Apipucos propunha, pioneiramente, o que ele denominava “rurbano”, como urbanização dos campos e preservação ecológica do meio ambiente nas cidades e arredores. Juntando as palavras rural e urbano, Gilberto Freyre queria considerar que era uma evolução inevitável.

Esta é hoje a missão fundamental dos Municípios e se constitui um desafio para seus administradores e também para seus planejadores. Todas as cidades brasileiras, sobretudo as de médio e grande porte, precisam de uma provisão de humanismo, enquanto as pequenas, médias e grandes devem melhor se organizar enquanto é tempo.

Faço tais observações, Sr. Presidente, para registrar que, na semana passada, a convite da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, tive a oportunidade de proferir palestra em Ribeirão Preto, em um curso promovido pela referida instituição intitulado “Gerente de Cidade”, que vem se repetindo há dez anos. Compareci ao primeiro curso, em 1996. “Gerente de Cidade” se destina a formar quadros capazes de melhorar a administração municipal e a criar espaços de formulação e análise das questões pertinentes ao Município. Ao encontro de abertura compareceram o ilustre Governador de São Paulo, Professor Cláudio Lembo, que fez uma excelente exposição; o Dr. Antonio Bias Bueno Guillon, Presidente da FAAP, e o Dr. Victor Mirshawka, Diretor Cultural da entidade. Como palestrante, ressaltai a necessidade de voltar nosso olhar também para a questão municipal, base do edifício institucional do País.

O Curso de Gerente de Cidade insere Ética e Direito num módulo ao lado de Administração Geral e Planejamento. Inclui entre outras disciplinas Ciência Política e Direito do Constitucional ao Administrativo, Tributário, Ambiental e Eleitoral, para melhor entendimento das suas aplicações no Direito Municipal, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal. Es todos também de Metodologia Científica, Contabilidade, Orçamento e Recursos Humanos, dão as bases concretas para melhor compreensão da Criatividade e o Empreende-

dorismo da Formação Gerencial e Gestão Municipal com Qualidade Total na Administração Pública.

É o Município a primeira instância política. Tem sido assim desde a Antigüidade. Enfim, o Município é a primeira célula de uma organização política, é onde reside naturalmente o cidadão. Falar em Município é falar em cidadania, é falar em descentralização. E federação rima com descentralização. A Federação brasileira exige cada vez mais descentralização.

Sem querer me alongar, Sr. Presidente, destaco que ao curso estiveram presentes gestores municipais, inclusive de algumas capitais, dentre os quais o de Campo Grande, Nelson Trad Filho, e muitos outros. Na ocasião, foram discutidos os mais variados temas, de interesse direta ou indiretamente, às cidades brasileiras e, de modo particular, às cidades que enfrentam maiores desafios.

O Brasil precisa formar, em face da diversidade e da complexidade de seu território, quadros – administrativos e políticos – habilitados ao tratamento desses temas, pois é algo essencial à gestão da vida municipal, onde o cidadão vive e, por conseguinte, deseja exercer seus direitos e deveres, assegurados pelo Estado Democrático.

Esse desafio, Sr. Presidente, requer dos homens públicos e, de modo especial, de nós, representantes do povo, a inspiração que caracteriza os profetas.

*“Cada vez é menos possível”, expressou, em **Rebelião das Massas**, Ortega y Gasset, “uma política sã sem antecipação histórica, sem profecia”.*

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a será atendido regimentalmente.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho. Em seguida, ouviremos o Senador Mão Santa.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} Senadoras e Srs. Senadores, o jornal **Folha de S. Paulo**, de ontem, dia 12, publicou uma reportagem de autoria da jornalista Marta Salomon, cujo título é: “ONG ‘ineptas’ recebem 54% dos repasses ao setor, diz TCU. Entre 1999 e 2005, dez entidades” – apenas dez entidades! – “receberam R\$150,7 milhões do governo federal”.

Sr. Presidente, este é um tema em que tenho batido aqui desde que assumi meu mandato. Consegui, inclusive, criar uma CPI a fim de apurar a atividade das ONG, especialmente na Amazônia. Sempre disse que temos que separar o joio do trigo. E, no meu entender, as instituições que mais deveriam ter interesse nessa

separação são exatamente as ONG, as ONG sérias, pois sob a denominação de ONG – organizações não-governamentais – se abriga uma quantidade enorme de associações, sob os mais diversos títulos, que, no fundo, são verdadeiras arapucas destinadas a tomar dinheiro público – dinheiro governamental, dinheiro do povo, portanto – para “atuar” em áreas em que, teoricamente, o Estado é ineficiente ou é omissor. Elas se especializam, por exemplo, na área de saúde, de educação, de assistência à infância, de assistência ao idoso, de defesa do meio ambiente, das minorias etc. Aliás, sob esse rótulo, existem os mais diversos e possíveis tipos de organizações.

Tive muita dificuldade para colocar em funcionamento uma CPI que dizia respeito às ONG. De uma maneira muito interessante, não houve uma notícia na imprensa sobre essa CPI, o que, na verdade, foi até bom, porque não estávamos em busca de holofotes ou de aparecer na mídia. O que me preocupava como amazônida, e me preocupa ainda hoje, é a predominância dessas instituições, muitas financiadas pelo próprio Governo, cuja finalidade é trabalhar contra as populações locais e contra as minorias, que muitas dizem estar em defesa.

Basta dizer que na nossa CPI duas das instituições investigadas realmente cometiam irregularidades com o dinheiro público; eram duas entidades ditas constituídas por indígenas para cuidar da saúde indígena principalmente, a Cunpir e a Paca, lá no Estado de Rondônia; identificamos desvio de recurso público e má aplicação de recurso público. Depois, o próprio Ministério da Saúde chegou à conclusão, por meio de auditoria, que realmente essas duas instituições não só roubaram mesmo o recurso, como os seus dirigentes, simplesmente, ainda estão impunes até hoje. Felizmente o Procurador do Tribunal de Contas da União tem realmente se preocupado com isso. À época enviamos, como era da obrigação da CPI, as nossas conclusões ao Ministério Público, à Receita Federal, à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Hoje está aqui, e vou ler só uma parte, Sr. Presidente, sobre essa questão:

Entidade obteve R\$33,85 milhões antes de ser desativada

“Este telefone está programado para temporariamente não receber chamadas”. Ouviu esse recado quem ligou na sexta-feira para a ONG Urihi-Saúde Yanomami, uma das entidades auditadas pelo Tribunal de Contas da União.

A fiscalização aponta que a entidade foi criada em 1999 em Boa Vista (RR) [capital do Estado de Roraima que tenho a honra aqui de representar] exclusivamente para celebrar convênios com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) a partir da associação de seis pessoas e cuja sede era a própria casa de seus dirigentes.

Até 2002, recebeu R\$33,85 milhões para prestar assistência à saúde dos índios ianomâmis. O primeiro convênio, de R\$8,77 milhões, foi firmado só três meses após sua fundação, sem apresentação de certidão de regularidade fiscal nem documentos comprovando a capacidade jurídica, descumprindo a legislação. Em documento de 2005, a própria ONG admite ter sido montada para receber recursos do Governo Federal.

“A Urihi decidiu não firmar novo convênio. A partir daí, a estrutura administrativa dessa ONG, montada especificamente para apoiar a execução de convênios com a Funasa, foi desativada”, relata o Tribunal de Contas da União.

Outro caso destacado é o da Cunpir (Coordenação da União dos Povos e Nações Indígenas de Rondônia) que também abrangeu o Norte do Mato Grosso e Sul da Amazonas, que se configura com caráter cultural, mas fez convênios com a Funasa [vejam bem, que se configura com caráter cultural, mas fez convênios com a Funasa] no valor total de R\$11,39 milhões, para prestar assistência médica aos índios. A **Folha** tentou falar com representantes da Cunpir, mas os números de telefones sequer estão ligados.

Já a APNE, Associação Plantas do Nordeste, que firmou três convênios com o Governo Federal no valor de R\$8,84 milhões, é citada como “mera intermediadora de gerenciamento de recursos”. A fiscalização diz que a ONG não tem sede própria e funciona em salas cedidas por empresa pública do Estado de Pernambuco. O diretor da APNE, Franz Pareyn, diz que a entidade tem um acordo de colaboração com a empresa desde 1994, quando foi criada.

Pareyn rebate as críticas dizendo que há doze anos a ONG tem trabalhos com o Governo Federal e que em momento algum teve a sua capacidade questionada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o que estamos vendo agora é que finalmente o Tribunal de Contas da União tem efetivamente buscado fiscalizar essas organizações não-governamentais que – olhem o nome: não-governamentais – vivem basicamente à custa de recursos governamentais e que, diferentemente de uma prefeiturazinha de interior, não tem que se submeter a nenhum procedimento para receber recursos públicos, principalmente recursos federais.

O que me preocupa muito, Sr. Presidente, é que li também nos jornais desta semana que o Governo Federal pretende estabelecer novo marco regulatório para as chamadas ONG. Destaco um trecho da matéria que peço a V. Ex^a faça constar como parte integrante do meu pronunciamento:

“(...) o Governo planeja rever todos os projetos de lei que estão no Congresso sobre o assunto”.

Quer dizer, o Governo vai rever os projetos de lei, inclusive os oriundos da própria CPI das ONG para quê?

De acordo com o Ministro Luiz Dulci, o cronograma das discussões deverá permitir que até o fim desse ano existam propostas. A modernização do marco deve trazer transparência e reduzir a burocracia de convênios e parcerias, pois, segundo o Ministro, as entidades enfrentam muitos obstáculos para fazer convênios e receber apoio financeiro.

Ora, Sr. Presidente, eu fico extremamente preocupado. O Tribunal de Contas da União detecta essa situação, corroborando o que nós vimos na CPI das ONG, que presidi.

Agora, o Governo achando pouco todas essas denúncias, pensa em fazer uma legislação ainda mais flexível, que elimine qualquer procedimento ou exigência para que essas instituições possam firmar convênios com o Poder Público, diga-se, com o dinheiro público.

Não posso compreender. Estou atento a essa questão porque o projeto principal, resultante dessa CPI das ONG, presidida por mim, que terminou em 2002 – estamos terminando 2006 –, foi aprovado aqui no Senado e está na Câmara, parado. Pelo que sei, parado por pressão dessas instituições.

Deveríamos até mesmo cobrar da Relatora desse projeto na Câmara; o projeto já foi aprovado no Senado e estabelece justamente esses mecanismos de controle. Uma coisa é realmente uma ONG séria, que se propõe claramente a prestar um serviço e que tem apoio. E deve ter, sim, apoio do Poder Público, mas tem que estar submetida às mesmas normas como qualquer ente público. Senão seria muito fácil: nos juntaríamos, como no caso dessa ONG de Roraima, seis pessoas, faríamos uma ONG, nem sequer a registraríamos, mas receberíamos recursos da ordem de R\$38 milhões. Isso realmente não pode passar despercebido. Isso não pode permanecer assim.

Espero levar essa questão para a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, porque não podemos fazer vista grossa para isso. Trata-se de um roubo, não há outra palavra. E vamos deixar que isso aconteça? Que vá para debaixo do tapete coisas dessa ordem que o próprio Procurador junto ao Tribunal de Contas da União denuncia?

Aqui não se trata de viés ideológico; trata-se de saber por que e para que recebem recursos essas instituições, se aplicam o dinheiro corretamente e se efetivamente estão cumprindo o dito papel social que elas deveriam desempenhar.

No caso dessas duas de Rondônia, ficou provado que os seus dirigentes colocaram o dinheiro no bolso. Quanto a essa de Roraima, eu conheço a história. Não sei sequer se eram seis pessoas que compunham a

ONG, sei bem que eram dois ou três. Agora, depois que a Funasa assumiu o controle – diga-se de passagem que a Funasa em Roraima é um caso que precisa ser investigado pela Presidência da Funasa, pelo Ministério da Saúde, pela CGU e pelo Tribunal de Contas da União, porque as denúncias e informações que temos são as piores possíveis. A Funasa, também nesse caso, é tão ruim quanto essa ONG que recebia dinheiro da Funasa para prestar assistência aos índios. Espero que aqui não se venha falar, por exemplo, como se fala, que precisamos cuidar dos índios e que isso significa demarcar terra. Como médico, entendo que cuidar dos índios é cuidar do ser humano, do índio. Mas o que se está fazendo é brincadeira com o nome do índio, enquanto meia dúzia de pessoas se enriquecem.

Sr. Presidente, deixo aqui este meu registro. Estou encaminhando ainda hoje requerimento de informações ao Sr. Ministro da Saúde, ao Presidente da Funasa e também ao Tribunal de Contas da União para que se esclareça a questão dessa ONG de Roraima e também da atuação da Funasa.

Ouçõ o Senador Mão Santa com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, eu apenas gostaria de dar o meu testemunho de que V. Ex^a foi o primeiro que alertou, nesta Casa, sobre a necessidade de legislação especial para o controle dessas ONG.

Isso é ululante, é dos princípios administrativos. Quando começou a administração, Henri Fayol, na França, ele disse: “Planejar, ensinar, orientar, coordenar e fazer o controle”. São incontroláveis. Ninguém controla. As câmaras de vereadores não têm poder, nem as assembleias, nem o Congresso Nacional. Elas estão soltas. Todo mundo sabe disso. E V. Ex^a, ao longo desses anos que convivemos, sempre alertou para o que estava acontecendo, até que tudo se tornou público. Mais da metade é picaretagem. Entendo que foi muito feliz o Senador Heráclito Fortes, do Piauí, ao pedir a CPI das ONG. Temos que separar o joio do trigo, porque algumas ONG são boas – nós sabemos disso – e outras não. Está comprovado: os números refletem a verdade, os números não mentem. Eu jamais poderia dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não ganhou as eleições. Os números dizem que ele ganhou, e ganhou. A mesma coisa são os números relativos às ONG. Eles mostram que precisamos ter uma atenção especial. Temos que entender isto: primeiro surge o fato e depois vem a lei. Não havia uma lei que controlasse – e está aí o fato da corrupção, mostrado hoje na imprensa, segundo o qual mais da metade das ONG não têm o comportamento desejado. Então, V. Ex^a tem nosso apoio e nossa solidariedade. Reconhecemos que bastaria essa bandeira que V. Ex^a levantou para eternizar o passo rumo à austeridade,

às virtudes e à honestidade necessárias neste País. Temos de afastar as expressões: “eu não sei”, “eu não tinha conhecimento”, “eu não sabia”, “o amigo não”. Temos de buscar a verdade, e a verdade está com Ulysses Guimarães, que disse: “O cupim que destrói a democracia é a corrupção”. Nunca antes houve tanta corrupção neste País como hoje.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Gostaria também, Sr. Presidente, de ressaltar uma parte da conclusão do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a relação entre o Estado – portanto, entendendo-se, entre Governo Federal principalmente – e as ONG é pautada pela quase absoluta falta de controle, com conseqüente perda aos cofres públicos e à população.

Então, é muito importante que este caso esteja hoje sendo analisado por um órgão isento, como é o caso do Tribunal de Contas da União, e que a imprensa esteja efetivamente dando publicidade a isso.

Requeiro a V. Ex^a que faça parte do meu pronunciamento as seguintes matérias divulgadas: “ONG terão marco regulatório”; “Dulci quer rever relações sobre

ONG”; “Organizações (não) governamentais?”, artigo de autoria do Dr. Aldo Pereira; “ONG ‘ineptas’ recebem 54% dos repasses ao setor, diz TCU”, matéria publicada na **Folha de S. Paulo**.

Finalmente, é importante que se diga aqui, Senador Mão Santa, “Auditoria sobre ONG deve ampliar a pressão por CPI”.

Nesse caso, pela segunda CPI sobre as ONG, porque a primeira CPI foi concluída e tomou as providências que em seu âmbito podia tomar. Espero que se possa desdobrar o assunto e aprofundar na apreciação dele.

Recentemente assisti a um documentário com o título: “Quanto vale ou é por quilo?”, feito por um cineasta brasileiro, que enfoca muito bem o grande número de ONG; segundo o TCU, a maioria delas, 54%.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ONGs terão marco regulatório

Idéia do governo não é fiscalizar, mas facilitar acesso a recursos

PORTO ALEGRE

O Palácio do Planalto vai fazer um agrado ao Fórum Social Mundial, criando um marco regulatório para as organizações não governamentais (ONGs). A informação foi dada ontem pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, encarregado de abrir o diálogo com os movimentos sociais no governo.

Na prática, o Planalto não pretende tocar no vespeiro da fiscalização das ONGs, mas, sim, facilitar o acesso a recursos internacionais para essas organizações. Uma das queixas das entidades é que o conjunto das normas do País na área é

Bh38

• Debate Quixotes Hoje: Utopia e Política, com José Saramago, Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet, Federico Mayor Zaragoza e Roberto Savio – Auditório Araújo Viana

• Fórum Mundial da Dignidade, com Leonardo Boff, Hector Mondragón, Ghánia Maria da Silva, João Pedro Stedile, Bianca Chancoso, Egberto Tabet e representantes dos países – Espaço F – Auditório Pôr-do-Sol

• Oficina Revolução Digital: Liberdade do Conhecimento e Liberdade de Expressão, com

Gilberto Gil, Manuel Castells e John Perry Barlow – Espaço A – Cais do Porto 15h38

• Campanha Quem Finais a Beizaria é Contra a Cidadania divulga o ranking dos cinco programas que mais desrespeitam os direitos humanos na televisão – Espaço D – Cais do Porto

• Debate Um Outro Mundo é Possível Sem Tomar o Poder: da Antiglobalização à Antiglobalização, com Moacir Gadotti, Boaventura de Souza Santos, Emir Sader, Antônio Negri, John Holloway e Michael Hardt – Espaço A – Cais do Porto

Entidades alegam que conjunto de normas do País para o setor é muito defasado

muito defasado e, portanto, existe muita burocracia para o envio de verba, prejudicando investimentos no Brasil.

“É importante que a legislação seja atualizada, inclusive para convênios com o poder pú-

blico”, argumentou Dulci. “Também é fundamental que o marco regulatório desburocratize o setor e assegure, quando houver recursos públicos envolvidos, o adequado controle desta verba”, ressaltou.

O secretário-geral da Presidência disse que será formado um grupo de trabalho com representantes de ONGs, governo e fundações empresariais, para debater o tema e aprovar propostas para o marco regulatório do setor. O tema deve pas-

sar pelo envio do Congresso.

Dulci negou, porém, que a medida tenha sido tomada para controlar as atividades das ONGs. “Nós respeitamos a autonomia dessas organizações”, ressaltou. O governo também não quer reforçar a fiscalização sobre o uso de verbas pelo terceiro setor. “A imensa maioria das ONGs não só é de honestidade à toda prova, como às vezes as pessoas colocam dinheiro do próprio bolso para que elas funcionem”, argumentou o V.R.

Dulci quer rever legislação sobre ONGs

ANA FLOR

ENVIADA ESPECIAL A PORTO ALEGRE

O governo irá criar um grupo misto de trabalho para reformular o marco legal que regulamenta convênios e parcerias de ONGs (organizações não-governamentais) e entidades do terceiro setor com o governo e com organismos internacionais.

A decisão, que atende uma reivindicação antiga das ONGs, foi tomada durante o 5º Fórum Social Mundial -evento em que participam centenas de organizações do chamado terceiro setor.

Coordenado pela Secretaria Geral da Presidência, o grupo irá reunir representantes de ONGs, fundações empresariais e movimentos sociais. Além de analisar a legislação de outros países, o governo planeja rever todos os projetos de lei que estão no Congresso sobre o assunto.

De acordo com o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral), o cronograma das discussões deverá permitir que até o fim deste ano existam propostas.

A modernização do marco deve trazer transparência e reduzir a burocracia de convênios e parcerias. Segundo Dulci, as entidades enfrentam muitos obstáculos para fazer convênios e receber apoios financeiros.

Além disso, é preciso haver "cuidado" quando se tratar de repasses dos governos. "De um lado é necessário desburocratizar, de outro, assegurar o adequado controle quando houver recursos públicos envolvidos."

Dulci garantiu que o objetivo do governo não é regular as ações das organizações. "A esfera da auto-organização fica intacta."

Para o presidente da Abong (Associação Brasileira de ONGs), Jorge Durão, deve ser criado um espaço institucional de debate para que o aprimoramento da legislação seja feito de forma democrática e transparente.

Texto Anterior: Davos/Porto Alegre - Debate global: Frei Betto compara início do governo a Cuba

Próximo Texto: Guerrilha urbana

Índice

Organizações (não) governamentais?

ALDO PEREIRA

Restaria considerar, na CPI, o risco de aparelhamento de ONGs. A lei proíbe, mas proibições sempre estarão sujeitas a burla

SE O governo não abortá-la, a Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) poderá investigar as organizações não-governamentais em três quesitos: 1) Qual a dependência das ONGs em relação a governos e grupos empresariais do Brasil e de outros países? 2) Quais ONGs têm recebido fundos públicos, em que volume, de quais ministérios e para que fins? 3) Tais subvenções poderão ter favorecido quadros partidários?

Para garantir objetividade e isenção, a CPI deverá ter em conta que o fenômeno das ONGs introduz inovadores aperfeiçoamentos da democracia. Com a falência do modelo marxista-leninista já em quase todo o mundo, o monopólio estatal das vontades individuais se rendeu ao duopólio de poder Estado-mercado.

Em países nos quais já existia, esse duopólio se consolidou: a maior parte do produto de nosso trabalho é hoje apropriada pelo governo (por coerção tributária) e por empresas (mediante técnicas, muitas vezes manipulativas, de persuasão e motivação).

Nas ONGs, a sociedade civil busca resistir a essa pinça que a empolga e sufoca: abusos de governantes sobre contribuintes e de empresas sobre consumidores.

No Brasil, são já 250 mil ONGs, nas quais colaboram 3 milhões de pessoas (números aproximados). Apesar de esporádicas e suspeitas exceções, ONGs autênticas atuam, tipicamente, por lobby sobre governantes, boicote sobre empresas e exposição de cantos escuros dos dois campos. Expandem-se, portanto, mediante estreitamento do poder do Estado e do mercado. Os quais,

naturalmente, reagem.

Nessa tensão agonista-antagonista, vibra muita esperança, embora também riscos de rupturas, como a recente repressão das ONGs na Rússia. O que o governo russo pretende por estupro, o brasileiro tem buscado por sedução: perverter as ONGs com "parcerias", como as oferecidas pela lei nº 9.790, de 1999.

Essa lei batizou, definiu e regulamentou as Oscips ("Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público"). O documento não menciona "organizações não-governamentais", justamente porque o nome sugere autonomia, quando a intenção oficial já era, então, de subordiná-las a interesses do governo.

Há rigorosas exigências para registro de Oscip no Ministério da Justiça. Mas, como se diria nos Estados Unidos, a lei nº 9.790 balança também suculenta cenoura na ponta da vara: Oscips dóceis podem ser contempladas com "parcerias". Um terço do texto da lei nº 9.790 trata de "parcerias".

Mas a sociedade civil genuinamente democrática não se organiza assim, de cima para baixo. O Greenpeace, com sede em Amsterdã (Holanda), não aceita dinheiro de empresas, governos ou partidos. Sustenta-se com donativos de quase 3 milhões de filiados em 41 países. Também a Anistia Internacional, baseada em Londres (Inglaterra), declara independência igual. Depende apenas de donativos e trabalho de uns 2 milhões de colaboradores em mais de 150 países.

Admita-se que ambas são admiráveis exceções. A maioria das outras ONGs aceita, sim, contribuições de agências governamentais, empresas e fundações. As mais acreditadas, porém, com prudente reserva. Médicos

sem Fronteiras, que tem sede em Paris, limita contribuições governamentais a 5% de seu orçamento. No Brasil, a alternativa talvez fosse adaptar o modelo húngaro, pelo qual pessoas físicas podem deduzir do imposto de renda, em certo limite, donativos pagos a ONGs de sua escolha. Restaria considerar, na CPI, o risco de aparelhamento de ONGs. A lei nº 9.790 proíbe o desvirtuamento delas, mas o passado ensina que proibições sempre estarão sujeitas a burla.

Em 1989, a oposição acusou o então governador Orestes Quércia de contratar cabos eleitorais e apadrinhados sem concurso, mas com legalidade formal, por meio do Baneser (Banespa Serviços Técnicos e Administrativos S.A., subsidiária do Banco do Estado de São Paulo). No fim do mandato de seu sucessor, Luiz Antonio Fleury Filho, festiva gôndola com mais de 20 mil ocupantes pendia do balão colorido do Baneser. (Pouco depois de suceder a Fleury, Mário Covas alfinetou o balão com lacônico decreto de extinção.)

O Baneser apenas aperfeiçoou a arte de burlar interdições legais. Já bem antes, sífões subterrâneos vinham drenando dinheiro do Estado para premiar compadres e municiar militantes. O Baneser pode ter morrido, mas, dizem, sua alma penada ainda assombra

palácios da República onde o conjuram. Poderá reencarnar ainda como um sistema de ONGs "emparceiradas"?

ALDO PEREIRA, 74, é ex-editorialista da **Folha** e colaborador especial do jornal.

ONGs 'ineptas' recebem 54% dos repasses ao setor, diz TCU

Entre 1999 e 2005, dez entidades receberam R\$ 150,7 milhões do governo federal

Ministro do Planejamento admite que mecanismos de controle de convênios precisam ser mais rigorosos e defende transparência

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Organizações não-governamentais sem condições ou sem capacidade para executar convênios com a União receberam mais da metade —54,5%— das verbas federais destinadas a atividades para as quais faltam braços ao Estado, estima relatório de auditoria recém-aprovado do TCU (Tribunal de Contas da União), com base em amostra que para o órgão representa o padrão de comportamento dessas entidades.

O TCU analisou detalhadamente 28 convênios celebrados com dez ONGs. Eles cuidam da prestação de serviços na área de saúde indígena à concessão de bolsas de estudo, passando pela capacitação do programa Primeiro Emprego e pela compra de ambulâncias.

Os convênios analisados receberam R\$ 150,7 milhões dos cofres públicos entre 1999 e 2005. O Siafi (sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais) mostra que entidades privadas sem fins lucrativos movimentam quantias bilionárias de tributos arrecadados no período.

Desde 2001, com exceção de 2003 (ano de drástica redução de gastos não-obrigatórios), essas entidades vêm recebendo mais de R\$ 2 bilhões por ano, em valores corrigidos pela inflação. O total de convênios é um mistério. Lideram os repasses os ministérios da Saúde e o de Ciência e Tecnologia.

Sem controle

A relação entre o Estado e as ONGs, de acordo com o TCU, é pautada pela quase absoluta falta de controle, com consequente perda aos cofres públicos e à população.

“O que está ocorrendo é uma verdadeira terceirização da execução das políticas públicas para organizações da sociedade civil, daí descambiando para toda sorte de ilícitos administrativos, tais como a burla da exigência de concurso público e de licitações, o uso político-eleitoreiro dos recursos transferidos, o desvio de recursos para enriquecimento ilícito, entre muitos outros”, diz a auditoria relatada pelo ministro Marcos Bemquerer Costa, à qual a **Folha** teve acesso.

O relatório determina a adoção de providências pelos ministérios do Planejamento e da Justiça. O TCU cobra a divulgação, pela internet, de todos os convênios para repasses de recursos públicos a entidades privadas, assim como do cadastro completo das entidades de interesse público (as Oscips) ou de utilidade pública.

O ministro Paulo Bernardo (Planejamento) disse que as recomendações do TCU serão acatadas pelo governo porque “há interesse em haver total transparência” no trato dos recursos públicos destinados às ONGs. Segundo ele, é preciso melhorar os mecanismos de controle desses convênios.

“Queremos restringir o acesso de recursos públicos apenas a quem tem condições”, disse ele, ainda sem conhecer os detalhes da auditoria.

O TCU recomendou ao Tesouro Nacional que adote critérios “aferríveis e transparentes”

para a escolha de entidades que receberão dinheiro público. Durante a auditoria, constatou-se que os planos de trabalho das ONGs não seguem regras determinadas pelo Tesouro. Em geral, os objetos dos convênios não são definidos com precisão, as metas são vagas e as irregularidades incluem ainda superfaturamento de preços e notas fiscais frias.

Além disso, foram detectadas falhas na avaliação que antecede a aprovação dos convênios. Há situações em que os pareceres dos órgãos públicos simplesmente inexistem.

É o caso de convênio entre o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Associação de Plantas do Nordeste, em que não houve análise técnica. A ONG atuou como mera intermediadora de recursos públicos, já que não executaria atividades de pesquisa para as quais foi contratada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Em cinco convênios auditados da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), faltaram certidões que atestassem situação regular com o Fisco. Uma das entidades contratadas, a Urihi-Saúde Yanomami, teria sido criada, segundo o TCU, só para receber e gerenciar dinheiro (R\$ 33,8 milhões) da Funasa (leia texto nesta página).

Na avaliação dos auditores, dada a quantidade e a semelhança das falhas nas primeiras fases dos convênios, elas não se limitam a irregularidades formais. Seriam omissões, “ou até mesmo ações deliberadas para dificultar a efetividade do controle nas fases subseqüentes”.

Oposição tenta criar no Senado CPI das ONGs

DASUCURSALDEBRASÍLIA

A oposição no Senado tem requerimento pronto para criar uma CPI com que investigue o repasse de recursos públicos para ONGs e Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). A CPI, proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), investigaria como as verbas foram gastas. O requerimento tem as 27 assinaturas necessárias para criar uma CPI no Senado.

Heráclito chegou a protocolar, anteontem, requerimento de criação da CPI das ONGs. Mas o documento não tinha fato determinado. Ele refez a justificativa e recomeçou a coletar assinaturas.

A proposta de criação da CPI surgiu quando petistas foram presos com R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar um suposto dossiê antitucano. Um dos envolvidos, Jorge Lorenzetti, era colaborador da rede Uníttrabalho, que recebeu por convênios R\$ 18,5 milhões dos cofres públicos, segundo o site Contas Abertas. Na gestão FHC, a fundação recebera R\$ 840,5 mil. Lorenzetti

também era analista de mídia e risco do PT.

Entidade obteve R\$ 33,85 mi antes de ser desativada

DASUCURSALDEBRASÍLIA

“Este telefone está programado para temporariamente não receber chamadas.” Ouviu esse recado quem ligou na sexta-feira para a ONG Urihi - Saúde Yanomami, uma das entidades auditadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A fiscalização aponta que a entidade foi criada em 1999 em Boa Vista (RR) exclusivamente para celebrar convênios com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), a partir da associação de seis pessoas e cuja sede era a própria casa de seus dirigentes.

Até 2002, recebeu R\$ 33,85 milhões para prestar assistência à saúde dos índios ianomâmis. O primeiro convênio, de R\$ 8,77 milhões, foi firmado só três meses após sua fundação, sem apresentação de certidão de regularidade fiscal nem documentos comprovando a capacidade jurídica, descumprindo a legislação. Em documento de 2005, a própria ONG admite ter sido montada para receber recursos do governo federal.

“A Urihi decidiu não firmar

novo convênio. A partir daí, a estrutura administrativa da Urihi, montada especificamente para apoiar a execução de convênios com a Funasa, foi desativada”, relata o TCU.

Outro caso destacado pelo TCU é o da Cunpir (Coordenação da União dos Povos e Nações Indígenas de Rondônia, norte de Mato Grosso e sul do Amazonas), que se configura com “caráter cultural”, mas fez convênios com a Funasa no valor total de R\$ 11,39 milhões para presiar assistência médica aos índios. A *Folha* tentou falar com representantes da Cunpir, mas os números de telefone nem sequer estão ligados.

Já a APNE (Associação Plantas do Nordeste), que firmou três convênios com o governo federal no valor de R\$ 8,84 milhões, é citada como “mera intermediadora de gerenciamento de recursos”. A fiscalização diz que a ONG não tem sede própria e funciona em salas cedidas por empresa pública do Estado de Pernambuco. O diretor da APNE, Franz Pareyn, diz que a entidade tem um acordo de colaboração com a empresa desde 1994, quando foi criada.

Pareyn rebate as críticas dizendo que há 12 anos a ONG tem trabalhos com o governo federal e que em momento algum teve sua capacidade questionada. (LUCIANA CONSTANTINO)

Auditoria sobre ONGs deve ampliar a pressão por CPI

Relatório do TCU apontou que 54,5% das verbas federais destinadas às organizações atendem entidades "ineptas"

Senador Heráclito Fortes reúne assinaturas na Casa para instalar comissão, mas líder do governo defende utilização de outros meios

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) apontando que 54,5% das verbas federais repassadas a organizações não-governamentais atendem a entidades sem capacidade para executar as atividades deverá ampliar a pressão da oposição no Senado para criar a CPI das ONGs.

"[O relatório] reforça a urgência de fazer a CPI e mostra que eu tinha razão", afirmou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que recolhe assinaturas para apresentar o requerimento de abertura da comissão desde o mês passado.

Heráclito chegou a conseguir as 27 assinaturas necessárias (um terço da Casa) para criar a CPI, mas o pedido não tinha fato determinado. Ele disse que até amanhã, quando a maioria dos parlamentares chega a Brasília, terá todas as assinaturas de novo. "Será uma CPI rápida, de 60 dias, e o próximo ano já vai abrir com esse assunto", afirmou Heráclito. Parte da oposição defende que a abertura da CPI seria o primeiro desgaste do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e funcionaria como um contraponto à perda de força da oposição no Congresso -especialmente na Câmara- na futura legislatura.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que não haverá mobilização para barrar a CPI, mas argumenta que o caso deveria ser analisado na comissão de Fiscalização e Controle da Casa. "A Casa tem outros instrumentos, a CPI esquentar a temperatura e o momento que vivemos no país é outro, é de discutir reformas, crescimento", disse.

A proposta de criar a CPI surgiu durante o período eleitoral, quando emissários do PT foram presos com R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar um dossiê contra tucanos. O elo, no caso, seria o fato de Jorge Lorenzetti ser colaborador da rede Unitrabalho. Lorenzetti é apontado pela Polícia Federal como o articulador da compra do dossiê. (SILVIO NAVARRO)

Texto Anterior: [Toda Mídia - Nelson de Sá: O jogo continua](#)

Próximo Texto: [Mantega quer uma reforma tributária mais "ambiciosa"](#)

[Índice](#)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica que foram indicadas 49 candidatas para concorrer ao Prêmio Mulher Cidadã

Bertha Lutz, nas condições especificadas em relação anexa.

Os nomes, acompanhados dos respectivos currículos, vão ao Conselho para escolha das agraciadas.

São as seguintes as indicações:

INDICAÇÕES AO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ (6ª EDIÇÃO)

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
1.	ALAÍDE RODRIGUES DA SILVA	Márcia de Campos Pereira, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) e Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)	Mora em Recife	Alaíde é dona de casa, mãe de cinco filhos e avó de 12 netos. Foi alfabetizada aos 67 anos, pela Confederação das Mulheres do Brasil – CNB no Estado do Pernambuco. Cursou o supletivo 1º e 2º graus e, ao 78 anos de idade formou-se em Pedagogia. Atualmente, está cursando pós-graduação na FUNESO – Fundação de Ensino Superior de Olinda-PE. Seu objetivo de ter cursado Pedagogia foi ajudar a humanidade. D. Alaíde vem realizando trabalho de alfabetização de jovens e adultos em todo o Brasil, percorrendo as salas de aula da CMB (de 2003/2006 mais de 40.000 alunos), combatendo a evasão, e de outras instituições amigas, levando seu exemplo de força para que aqueles que estão começando tenham forças para continuar estudando. Atualmente, D. Alaíde é Presidente da CMB – Confederação das Mulheres do Brasil.
2.	ANTONIA GRASIA CONTINI MARTINELLI PEREIRA	Meire Lúcia Neme Gabriel, Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do DF - BPW	Mora em Brasília-DF	É casada e mãe de dois filhos. Graduada em Ciências Econômicas, com especialização em administração geral, financeira e orçamentária, administração pública, elaboração de projetos, políticas e estratégias para formação de espírito empresarial feminino, formação de consultores para micro e pequenas empresas (Torino-Itália). Atuou como consultora da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em algumas cidades da África, repassando experiência do empreendedorismo social e instrutora de cursos sobre empreendedorismo e formação da mulher na criação e gestão de pequenos negócios.
3.	BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO	Senador PAULO PAIM	Mora no Rio de Janeiro-RJ	Benedita da Silva é cientista política e assistente social. Tem uma das mais reconhecidas biografias políticas do Brasil. Primeira vereadora negra eleita pela cidade do Rio de Janeiro, manteve-se na liderança dos movimentos pela equidade de raça e gênero. Foi a primeira senadora da República e mais tarde tornou-se a primeira governante negra do Brasil, quando assumiu a chefia do Poder Executivo estadual do Rio de Janeiro. Ocupou a cadeira de Ministra da Assistência Social, na primeira formação ministerial do governo Lula. Atualmente preside a Fundação Internacional Benedita da Silva, no morro do Chapéu-Mangueira, no Rio de Janeiro, com representação nos EUA.
4.	CRISTINA HELENA MIOKO HIGA	Gaetano Vergine, Delegado de Polícia Titular da Delegacia de Investigações Gerais de Santos-SP	Mora em Santos-SP	Licenciada Plena em Ciências e Matemática, Bacharel em Matemática com Especialização em Processamento de Dados, Especializada em Análise de Sistemas e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. É investigadora de Polícia com exercício na Delegacia de Investigações Gerais de Santos-SP. Durante sua trajetória profissional recebeu diversos elogios: do Delegado Regional de Polícia de Santos, por elucidar e deter o “estuprador da náutica”, que ao longo dos meses vinha aterrorizando o município de São Vicente, não poupando senhoras ou crianças; do Delegado de Polícia Diretor do DERIN, por ter elucidado hediondo crime de extorsão mediante sequestro, ocorrido em 1992, em São Vicente; do Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER-6, em 2004; do Deputado Estadual Fausto Figueira na Assembleia Legislativa elogiando a ação da Equipe da DIG de Santos na elucidação do sequestro de bebê na Maternidade do Hospital Guilherme Álvaro, em Santos.

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
5.	DEBORA DINIZ	Fabiana Paranhos, Diretora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS	Mora em Brasília-DF	Débora Diniz é Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (1999), com pós-graduação pela Universidade de Leeds (2000). Atualmente é professora adjunta da Universidade de Brasília, Diretora Executiva da Organização não-governamental Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e compõe a diretoria da <i>International Association of Bioethics</i> . Possui 46 artigos publicados em periódicos científicos, 37 capítulos de livro, 4 livros, 5 livros organizados, 73 artigos de jornal, 4 filmes e 18 prêmios. Desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, direitos reprodutivos, liberdade de cátedra e deficiência pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Fundação Ford, International Women's Health Coalition e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Produziu 4 documentários etnográficos, sendo que um deles, "Uma História Severina", em parceria com Eliane Brum, recebeu 9 prêmios nacionais e internacionais. Seus dois livros mais recentes são: "Entre a Dúvida e o Dogma: liberdade de cátedra e universidades confessionais", em parceria com Samantha Buglione e Roger Rios, e "Ensaio Bioética", em parceria com Sérgio Costa.
6.	EDNEIDE ARRUDA PEREIRA	Senadora Fátima Cleide	Paraíba	Bacharel em Comunicação Social, feminista, ambientalista, socialista, militante social, uma das fundadoras em Rondônia do Fórum Popular de Mulheres, é uma das articuladoras do projeto Canta Mulher, principal articuladora da luta das mulheres pela instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
7.	ELIZABET GARCIA CAMPOS	Beatriz Susanne Schwab Fernandes, Diretora de Comunicação e Marketing do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida – IBQV	Mora em Brasília-DF	Pioneira em Brasília, aqui radicou-se em 1959, com toda a sua família. Formada professora, desempenhou durante anos a nobre tarefa de formar crianças para o pleno exercício da cidadania, dedicando-se, também, ao trabalho com crianças com necessidades especiais. Como psicóloga, inicialmente, trabalhou com grupos de mulheres sobre a questão da maturidade e da atuação feminina. A questão central era sempre a desigualdade de gênero e a afirmação da mulher. Assessorou vários ministros de estado e outras autoridades da área federal, e posteriormente assumiu o cargo de Secretária de Administração do Governo do Distrito Federal, sendo a primeira mulher no Brasil a assumir tal cargo, abrindo, assim, caminho para tantas outras que se seguiram. Elizabet é uma mulher de seu tempo e sobre ele dá testemunho em tudo que escreve e fala em palestras, seminários e congressos nacionais e internacionais dos quais participa.
8.	EMILIA GOMES TEIXEIRA	Emília Gomes Teixeira	Paraná	Assessora de Relações com Investidores da Companhia de Saneamento do Paraná; Jornalista desde os 16 anos; Fundadora e coordenadora do balcão da cidadania, que trabalhou ativamente pela inserção; Participou da Comissão do M.J. que acabou com a cobrança do registro civil e atestado de óbito.
9.	GLEISI HELENA HOFFMANN	Heloisa Covolan, coordenadora de Responsabilidade Socioambiental de ITAIPU Binacional	Curitiba-PR	Advogada, especialista em administração pública e em gestão financeira; 1ª mulher a assumir diretoria na Itaipu Binacional; Idealizadora do programa de Incentivo à Equidade de Gênero, que contribui para o reconhecimento dos direitos humanos e de cidadania das mulheres; Membro do Conselho Estadual da Mulher.
10.	HELOISA HELENA	Natália Cristina Spósito	Mora em Brasília-DF	A proponente diz que o Brasil precisa de mais mulheres cidadãs, guerreiras, que lutam pelos direitos dos outros. Afirmo que a Senadora não tem medo de falar a verdade, doa a quem doer. Além disso, tem uma história de vida admirável e que serve de lição para todos os

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				brasileiros.
11.	IDA PEREIRA MONTEIRO	Senadora Fátima Cleide	Rondônia	Bacharel em Direito; Médica com Pós-Graduação; Especialista em Ginecologia e Obstetrícia; Pós-graduação Lato Sensu MBA Gestão Empresarial; Atualmente é Coordenadora do Projeto AMIU/IPAS/BRASIL; Conselheira do Conselho Regional de Medicina; Presidente da UNIMED Administradora Ltda; Diretora da Maternidade Municipal de Porto Velho e Coordenadora para a Região Norte da Comissão Nacional para Estudos dos Direitos Sexuais e Reprodutivos – FEBRASGO.
12.	IVANA FARINA NAVARRETE PENA	1. Pedro Sérgio Steil, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; 2. Senadora Lúcia Vânia	Mora em Goiânia-GO	É bacharel em Economia e Direito pelas Universidades Católica e Federal do Estado de Goiás. Na sua trajetória funcional inclui: Promotora de Justiça de Alexânia, Morrinhos, entre outras cidades. Como Promotora, sempre atuou na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos. Como participante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, é diariamente confrontada em seu trabalho por aqueles que buscam a continuidade de situações violadoras de direitos, geralmente em ações de abuso, para manutenção de poder.
13.	JACY RIBEIRO PROENÇA	Pedro Reis de Oliveira – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro de Mato Grosso – CEDN (recebido, também, dia 1º.11.2006, por fax)	Mora em Cuiabá	Jacy Ribeiro Proença é mulher negra, professora, cientista política, pesquisadora, produtora cultural, e vice-prefeita.
14.	JULIANA PUCCINI VIANA	Marcela de Andrade, Primeira titular do Conselho Gestor de Unidade	Cruzeiro/SP	Delegada; Trabalhou no 1º e 5º Distritos Policiais de São José dos Campos, bem como na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher; Professora voluntária do curso de promotoras legais populares.
15.	LENIRA MARIA DE CARVALHO	Maria do Socorro dos Santos, Diretora Vice-Presidente do Centro Josué de Castro	Mora em Recife-PE	Lenira nasceu na área rural de Alagoas. Ainda muito jovem foi trazida para Recife, onde passou a trabalhar como doméstica. A partir dos sete anos de idade foi alfabetizada, na própria área rural onde vivia e, em Recife conseguiu fazer todo o curso primário. Iniciou sua militância política no movimento da Juventude Operária Católica (JOC). Essa militância levou-a, alguns anos depois, a construir uma associação de empregadas domésticas que, se concretizou em 1979, quando fundou a Associação de Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife, que se tornou Sindicato após a Constituição de 1988 e do qual foi presidente por dois mandatos. Uma das conquistas principais do Sindicato foi a defesa do reconhecimento do trabalho doméstico como profissão. Ao longo desses anos teve participação ativa em mobilizações em defesa das mulheres, dando ênfase às trabalhadoras domésticas.
16.	LUZIA CÉLIA AMORIM VITOI	Eduardo Gomes de Abreu, do Conselho Municipal de Assistência Social São João Nepomuceno – MG	São João Nepomuceno-MG	Secretária da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de São João Nepomuceno – ASFECER. Foi Presidente dessa Associação por 3 mandatos; Formada em Letras; Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social e da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de São João Nepomuceno; Coordenou o projeto "Mamografia para Todas" que realizou o maior rastreamento de câncer de mama da história de São João de Nepomuceno.

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
17.	MARIA ANDRÉ BACK	Prefeitura Municipal de Fraiburgo/SC	Mora em Fraiburgo-SC	É vereadora e fundadora de duas Associações, mas teve uma vida repleta de dificuldades. Nasceu em 10 de fevereiro de 1950, em Pouso Redondo, uma pequena cidade de Santa Catarina. Nasceu em uma família muito humilde, que lhe ensinou muito sobre compaixão. A situação da sua comunidade a fez perceber, desde sua adolescência, que o mundo, apesar de tão frio e cruel, pode ser melhorado. Aos 13 anos foi convidada por uma freira a frequentar o Colégio Santa Clara, em Urubici, para tomar-se também uma freira. Teve que sair de lá aos 16 anos, para voltar com sua família, que agora residia em Rio do Campo. Iniciou então sua carreira de educadora em uma escola isolada multisseriada, podendo assim ajudar sua família economicamente com seu pequeno salário. Desde então, sonha em poder colaborar com a sociedade, almejando ir para lugares muito carentes, ou tratar de pessoas doentes.
18.	MARIA CECÍLIA DE LEÃO ROSENMANN	Beatriz Zanella Fett, Presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil	Mora em Curitiba-PR	Empresária, pecuarista e escritora, com três livros editados: dois livros de poesias e um conto. Voluntária de apoio na área médica. É formada em Letras com especializações em Economia e Finanças e em Administração Rural. Desenvolveu projetos sociais em parceria com sua indústria, trabalhando dentro dos presídios estadual masculino e feminino. Durante três anos treinou e desenvolveu linha de montagem de bonecas artesanais, chegando a recrutar até 250 homens, que recebiam semanalmente pelo trabalho executado. Da mesma maneira, no presídio de mulheres se desenvolveu com grande sucesso, sem nunca ter havido qualquer incidente agressivo. Desenvolveu também um projeto de crianças com Síndrome de Down, da Escola Mercedes Stresser, situada em Curitiba. Desenvolveu projeto junto aos deficientes locomotores na cidade de Colombo-PR. Como Coordenadora da Comissão de Cirurgia Pediátrica da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas – UFPR, buscou verbas de entidades federais, estaduais e junto à comunidade local, conseguindo arrecadar elevado montante que permitiu a total reforma da área física da Unidade de Cirurgia Pediátrica e a compra de equipamentos. Portadora de uma hemopatia congênita que não a impede de ser altamente ativa, decidiu apelar para um dirigente de uma estatal, que junto ao Ministro analisaram o projeto de um Banco de Sangue de Cordão Umbilical de Curitiba, inaugurado em 2001, que é o 12º centro deste tipo no mundo. No momento exerce a Presidência da Associação Alírio Pfiffer, que apóia o Serviço de Transplante de Medula Óssea, localizado no 15º andar do Hospital de Clínicas. Este serviço é centro de referência para a América Latina, já tendo sido realizados mais de 1730 transplantes de medula óssea. Ali o trabalho de Maria Cecília é captar fundos, juntamente com empresários paranaenses, homens e mulheres sensíveis que junto com ela trabalham há 15 anos.
19.	MARIA DAS NEVES DO EGITO DE ARAÚJO DUDA FERREIRA	Recebido do gabinete da Senadora Serys Siessarenko sem indicação da entidade proponente	Mora em João Pessoa-PB	Juíza de Direito da 7ª Vara Criminal de João Pessoa/PB, Professora de Prática Forense da Universidade Federal da Paraíba e Membro do Conselho Estadual do Sistema Penitenciário. É possuidora de um vasto currículo onde consta sua formação acadêmica e profissional, elaboração de seus trabalhos de coordenação e orientação, aprovação e nomeação em concursos públicos, honrarias e elogios recebidos, conferências proferidas, participação em congressos, entre outros. Desenvolve trabalhos sociais

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				em nível local junto à Associação Promocional do Anião – ASPAN, bem como na reintegração dos excluídos na família e na sociedade. Além desse serviço voluntário, participa das ONG's Missão Adriana de Jesus, Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental no bairro Mangabeira e na Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental – APOITCHÁ, no município de Lucena/PB.
20.	MARIA GIZELIA FERREIRA	Maria Inês dos Santos Souza, Secretária Executiva do Centro de Assessoria e Serviço aos Trabalhadores da Terra - Dom José Brandão de Castro - CDJBC	Mora no Povoado Mata Grande - Itabi-SE	Coordenadora do Centro Dom José Brandão de Castro e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, presidente da Associação Comunitária do Povoado Mata Grande e Adjacências e vice-secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabi/SE. Tem 09 filhos. Enfrentou todo tipo de dificuldades, passou muita necessidade, desde a questão econômica (pois o marido trabalhava de aluguel, ou seja, ganhando diárias quando conseguia), até questões de extremo machismo, ainda pior que outrora. Aos seus filhos faltou acesso a escola, água, lazer, transporte, saúde. Porém, nunca se conformou ou se acomodou com esta situação. Em 1990 conheceu a Comissão Pastoral da Terra, que a incentivou a participar de encontros, cursos, oficinas. Em 1996 incentivou os trabalhadores e trabalhadoras rurais de seu Povoado e vizinhanças para criarem a Associação Comunitária como um meio de organizar a comunidade e juntos reivindicar melhoria para a vida das famílias da comunidade. Ajudou a criar, em 1995, o Centro Dom José Brandão de Castro, cuja missão é contribuir para o fortalecimento das formas de organização e qualificação dos trabalhadores rurais sergipanos na luta pela superação da exclusão social.
21.	MARIA LÚCIA VALADÃO	1. Vera Lúcia Assis Vasconcelos, Diretora Presidente do Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz - NAEMC 2. Cecília Ferramenta, Deputada Estadual-MG	Mora em Ipatinga-MG	Maria Lúcia é enfermeira. Começou sua história de assistencialismo no norte do país, onde residiu por nove anos. Casada, é mãe de uma única filha, e criou mais 17 filhos do coração, sendo um deles portador de paralisia cerebral. Fundou instituições como o Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz – NAEMC, Escola Inclusiva Maria da Cruz, entre outras, que desenvolvem projetos direcionados a jovens carentes ou portadores de algum tipo de deficiência. É autora de dois livros: “Quando Ouvimos o Coração” e “Quando o Coração Fala”.
22.	MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO	Senadora Heloisa Helena	Mora em Maceió-AL	Funcionária pública estadual, trabalha na Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento de Alagoas. Economista com pós-graduação em desenvolvimento social urbano e planejamento governamental. Sua trajetória é de luta e combativa militância política contra a ditadura e em prol dos direitos humanos. Iniciou sua militância no movimento estudantil em 1968, sendo duramente perseguida pela ditadura militar por sua ativa participação contra as perseguições políticas e em prol da retomada da democracia. Juntamente com o marido, que foi seqüestrado, torturado e assassinado nos porões do DOPS, empenhou-se no abrigo de foragidos e ativistas políticos. Presa e condenada a 10 anos de prisão, foi posta em liberdade em 1973 e continuou, então, sua luta pela redemocratização do país. Foi uma das fundadoras da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos e atua nessa e em várias outras frentes em prol da liberdade, da democracia e da igualdade, e contra as injustiças e discriminação de todo gênero.

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
23.	MOEMA LIBERA VIEZZER	1. Rosemarie Muraro, escritora 2. Yonissa Marmitt Wadi, Coordenadora do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná 3. Rosali Maria Masiero Campos, vereadora da Câmara Municipal de Toledo-PR 4. Elizabeth Maria de Aguiar Maia, Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba-PR 5. Beatriz Regina R. Silva 6. Sandra dos Santos, COOATER – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos para Reassentamentos 7. Margaret Maranh – Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu	Mora em Toledo-PR	Doutoranda em Comunicação – USP, Mestre em Ciências Sociais - PUC/SP, Licenciada em Belas Artes - UFRS, Professora Primária – Escola Normal, Garibaldi/RS. Possuidora de um extenso currículo, é, certamente, uma das figuras mais importantes do país na área de Educação para novas relações de gênero e proteção do meio ambiente. Sua tarefa se estende desde os grupos de base da periferia da cidade e áreas rurais, até empresas nacionais e multinacionais que desenvolvem programas de responsabilidade sócio-ambiental e órgãos governamentais que promovem políticas públicas de meio ambiente e para mulheres. A candidata vem desenvolvendo há mais de três décadas, no Brasil e em outros países, sendo seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente.
24.	RAIMUNDA BEZERRA DA SILVA	Senador Tião Viana	Acre	Formada em Letras; Integrou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTEAC, no início da década de noventa; Participou do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH no Estado do Acre, que passou a se chamar Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP-AC, do qual é atualmente coordenadora; Possui voz ativa na Articulação de Mulheres do Acre – AMACRE, na Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, e no Grupo de Trabalho sobre a Exploração Sexual Criança e Adolescentes – TAXAI.

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
25.	ROSINERE FRANÇA ABBUD	Assed Mansur, Presidente da Associação Mútua dos Aposentados e Pensionistas do Estado de Minas Gerais – MÚTUA – MG	Mora em Juiz de Fora-MG	Vereadora e estudante de direito. Sua luta tem se destacado em nível nacional. Como estudante, já possui um grande escritório com advogados especializados para prestar assistência jurídica aos aposentados e pensionistas que procuram seus direitos. Desenvolve projetos sociais para a população de baixa renda. Quem se beneficia de seus trabalhos são idosos, juntamente com seus familiares. Atualmente empenha-se na construção de casas populares para 50 famílias que vivem abaixo da linha de pobreza.
26.	SILVIA ANGÉLICA SAMPAIO RIBEIRO	Juscelina Amariz Menezes, Presidente do SOS Mulher	Mora em Pindamonhangaba-SP	Silvia é casada, mãe e avó. Hoje também é mãe de toda a comunidade. Todos têm por ela grande afeto, pois desde que chegou ao bairro, logo se disponibilizou ao trabalho voluntário, trabalho esse de verdadeira nobreza e grande gesto pois ajuda os necessitados e os doentes a encontrar o melhor caminho, prestando solidariedade e cuidados até que sejam atendidos por autoridades competentes. Atualmente é voluntária do SOS Mulher de Pindamonhangaba, e continua dando o maior exemplo de uma grande mulher. Foi homenageada pela Câmara Municipal de Pindamonhangaba, no dia internacional da mulher.
27.	SONIA HERNANDEZ	Maria Angélica Serpe F. Cruz, Delegada de Polícia titular da Delegacia de Defesa da Mulher de Diadema-SP.	Mora em Diadema-SP	Bispa de importante Ministério Cristão da Igreja Renascer em Cristo (função pioneira no Brasil exercida por uma mulher), além de Coordenadora/Promotora de relevantes Obras Sociais, dentre as quais: Fundação Renascer, Casas "Kaleb" (asilos para idosos desamparados), creches filantrópicas para crianças desamparadas, Casas de Recuperação e Tratamento para toxicômanos e viciados (todas estas instituições prestam serviços gratuitamente e sem nenhum ônus ou encargo para os que delas se socorrem).
28.	SOPHIA WEINER	Vera Regina M. Coimbra, Presidente do Clube Internacional de Brasília	Mora em Brasília-DF	Sophia Weiner é jornalista. Exerceu com muita eficiência, simpatia e dignidade seu trabalho junto a Embaixadas, órgãos públicos, Presidência da República, consultou arquivos, fez entrevistas reveladoras e divulgou seus conteúdos e participações em Congressos, Seminários, no País e no exterior, nas áreas de Jornalismo, Comunicação e Cultura. Possui várias medalhas, distinções, condecorações e documentários, todos de grande valia. Considerada pioneira e inovadora da sua época como jornalista brasileira e brasileira. Tem bons relacionamentos na sociedade, sendo participante ativa de eventos sociais e culturais. Atualmente trabalha no Correio Brasileiro e na Universidade de Brasília.
29.	SUELI BATISTA DOS SANTOS	Beatriz Zanella Fett, Presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil	Mora em Cuiabá-MT	Jornalista, fundadora do primeiro jornal feminino de Mato Grosso, o Rosa Choque. É fundadora da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Cuiabá-BPW Cuiabá. Tem realizado trabalhos com foco em responsabilidade social, que contempla as áreas artística e cultural, para meninos e meninas, com ações extensivas ao impulsionamento na carreira de mulheres chefe de famílias de baixa renda. Tem realizado palestras em várias partes do país, gratuitamente, com enfoque na mulher empreendedora e responsabilidade social. Foi uma das articuladoras da parceria entre a BPW Brasil e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM, da Presidência da República, que culminou em outra grande parceria, com o Sebrae Nacional, no qual mulheres de todo o país têm sido beneficiadas com programa de incentivo ao empreendedorismo. Na cidade de Cuiabá, tem

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				promovido vários cursos focados no empreendedorismo feminino, gratuitamente, tomando as mulheres mais ativas e empreendedoras, diminuindo as desigualdades sociais.
30.	TALLULAH KOBAYASHI DE ANDRADE CARVALHO	Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo	Mora em São Paulo-SP	Advogada, com pós-graduação em Administração de Empresas. Realiza trabalho comunitário em níveis nacional e local, além de fazer parte de várias organizações. Na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/São Paulo, recebe pessoas com dificuldades financeiras e procura o caminho para todos, seja com bolsas de estudo a alunos carentes, bem como os que não logram êxito no Exame da Ordem dos Advogados ou mesmo os que procuram orientação jurídica naquela Instituição. Ajudou na montagem do convênio da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, a fim de propiciar ajuda aos menos favorecidos. Os maiores beneficiários desse trabalho são mulheres e crianças com alguma deficiência física. Atualmente é Diretora Adjunta da Mulher Advogada e Conselheira da OAB/SP.

INDICAÇÕES RECEBIDAS APÓS 1º DE NOVEMBRO DE 2006

	INDICADA	INDICANTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
1.	ANA ALICE ALCÂNTARA COSTA	Deputadas Estadual: Sônia Fontes e Lídice da Mata, da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia	Mora em Salvador	Ana Alice é Professora concursada da Universidade Federal da Bahia desde 1982, Mestrado e Doutorado em Sociologia Política na Universidade Autônoma do México, com Pós-graduação pela Universidade Autônoma de Madrid; Fundadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR e da Rede Brasileira de Estudos Feministas REDEFEM. Como membro do Grupo Feminista Brasil Mulher participou da Comissão que elaborou as propostas apresentadas pela Deputada Amabilia Almeida à Assembléia Constituinte Baiana; Assessora para políticas de gênero em diversas instituições Nacionais (Governo da Bahia, fundação Getúlio Vargas, Secretaria de Mulheres da Cut. Coordenadora de Pesquisa da REDOR, membro do Conselho diretor da AGENDE integrante do Programa Mulher e Democracia; autora de diversos artigos e livros sobre a mulher e relações de gênero.
2.	BEATRIZ MOREIRA COSTA (Mãe Beata de Iemanjá)	1. Lúcia Mª Xavier de Castro, Coordenadora Geral da organização de mulheres negras – CRIOLA 2. Nicéia Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.	Mora no Rio de Janeiro	Beatriz (mais conhecida como Mãe Beata de Iemanjá) é sacerdotisa suprema dos candomblés de origem Ketu-iorubá, escritora, atriz, artesã e desenvolve trabalhos relacionados à educação, saúde, ao combate ao sexismo e ao racismo e luta pela preservação do meio ambiente. É fundadora da Comunidade de Terreiro Ilê Omi Ojú Arô (Casa das Águas dos Olhos de Oxossi) onde Mãe Beata de Iemanjá ocupa o cargo de ialorixá. A partir desse momento, Mãe Beata passa a utilizar o espaço da Casa de Candomblé como referência da resistência da Cultura, Religião, Cidadania e Dignidade da população afro- brasileira. Mãe Beata recebeu da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, moção honrosa e congratulação pela militância e resistência da Cultura, Religião Cidadania e dignidade da população afro-brasileira; Diploma de personalidade de Destaque da Comunidade negra (mandato do Deputado Estadual Marcelo Dias, no Rio de Janeiro); participou do Fórum global/92 como cicerone e mentora religiosa no encontro mundial pela paz/RJ; inicia o projeto social Ação e Viver, com a participação de jovens carentes da região, entre outras.
3.	ELVIRA MARIA RATTO DE BARNEY	Mario Galofre Cano – Embaixador da Colômbia no Brasil	Mora em Brasília	Elvira é Empresária e proprietária da Academia Ginga; Promotora de Eventos e Orientadora de Etiqueta Social, nos Negócios e Turismo. Realizou várias exposições em Galerias, Banco Central, Correios e Telégrafos e Embaixadas, com artistas de Brasília, Goiânia, Belo Horizonte e Vitória. Criou e realizou eventos a FEIRAFLORE, evento que trouxe as duas maiores firmas de exportadores de flores da Colômbia; Criou e realizou a Feira de "Artes e Artistas", evento que oportunizou aos artistas emergentes, a mostrarem seus trabalhos para um grande público. Em 2001 lançou seu

				primeiro livro, MULHERES PIONEIRAS DE BRASÍLIA.
4.	FRANCINETTE DE LUNA MÁXIMO	Rotary Club João Pessoa Manaíra/PB	Mora em João Pessoa-PB	Francinette cursou Filosofia, Letras Neolatinas, foi professora. Trabalhou por 16 anos em uma multinacional de equipamentos de processamento de dados, sempre exercendo função de chefia. Entrou em Rotary exercendo várias funções até chegar à presidência. Recebeu vários troféus de maior contribuição à Fundação Rotária e do Clube de melhor desempenho no distrito 4500. Conseguiu fechar três projetos humanitários como: o Hospital São Vicente de Paulo, Escola de Iniciação Musical e Comunidade Tito Silva e outros projetos humanitários que é a sua meta.
5.	HELENA MARIA DUARTE DE HOLANDA	Rotary Club João Pessoa Manaíra/PB	Mora em João Pessoa-PB	Helena é formada em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÉ). Lecionou em vários colégios, na referida universidade por 20 anos, na UEPB, em várias disciplinas. Exerce função de reabilitadora e presidente no Centro de Atividades Especiais Helena Holanda o qual atende 250 pessoas com deficiência física, mental, auditiva, várias síndromes, seqüelas de acidentes e idosos.
6.	HELONEIDE STUDART	Anna Maria Rattes, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos - CEDIM	Rio de Janeiro	Heloneida, nascida no Rio de Janeiro, começou a escrever em jornal aos 16 anos. Veio para o Rio de Janeiro aos 19 anos e aos 20 ganhou o Prêmio de romance Orlando Dantas, com o livro "Diz-me Teu Nome." De todos os romances publicados seu preferido é "O Estandarte da Agonia", versão da história da amiga Zulu Angel. Foi Presidente de Cinditudo na Ditadura, destruída por Jarbas Passarinho em 1969 e no dia seguinte presa. Escreveu o caso verdade "Quero meu filho," exibido. Trabalhou oito anos como redator da revista Manchete, saindo para ser Deputada Estadual do MDB. Autora da peça Homem Não Entra, interpretado por Cidinha Campos. - ROMANCES: A Primeira Pedra; Diz-me Teu Nome; A Culpa; O Pardo é Um Pássaro Azul; O Estandarte da Agonia; O Torturador em Romaria; Jesus de Jaçanã e Selo das Despedidas, também traduzido para o francês e lançado na França e Canadá.
7.	ILDA RIBEIRO PELIZ	Rita de Cássia O. D. Albuquerque, Chefe de gabinete do GDF	Mora em Brasília	Ilda é empreendedora, estrategista, excelente poder de comunicação, argumentação e de negociação; é Diretora Executiva da Via Social Consultoria, Projetos e Capacitação; Consultora, Instrutora e palestrante de temas ligados à Solidariedade, Cidadania e Responsabilidade Social, Gestão de Instituições do Terceiro Setor, Marketing Social, Capacitação de Recursos e Voluntariado e negociação, entre outras.
8.	IONE MARIA DE CARVALHO	Mario Galofre Cano – Embaixador da Colômbia no Brasil	Mora em Brasília	Ione é graduada em História pela Faculdade de Filosofia e Letras - Pontifícia Universidade Católica - Porto Alegre, Pós-Graduada em Antropologia Social, Pró reitora de pesquisa e pós-graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Museologia, Programas educativos em Museus, Faculdade de Educação pela Universidade de George Washington – Estados Unidos.
9.	LEILA LINHARES BARSTED	Anna Maria Rattes, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos	Mora no Rio de Janeiro	Leila é advogada formada pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, com Mestrado em Ciência Política no Instituto

		Humanos - CEDIM		Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, com créditos na área de Antropologia Social ao Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem se dedicado desde a década de 70 às questões dos Direitos Humanos, atuando tanto como advogada de presos políticos no período da ditadura militar. Foi uma das organizadoras do Seminário sobre o <i>Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira</i> . É fundadora e Diretora da organização não-governamental CEPIA-Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. É membro da Comissão de Segurança da Mulher do Rio de Janeiro; é Coordenadora do Comitê de Especialistas da Organização dos Estados Americanos –OEA. É Diretora Executiva da CEPIA.
10.	LUZIA CELIA AMORIM VITOI	Eduardo Gomes de Abreu, CMAS São João Nepomuceno-MG	Mora em São João Nepomuceno-MG	Luzia cursou Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atuou como professora de Português, de Literatura Brasileira e de Redação, ocupou por três mandatos a Presidência da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de São João Nepomuceno, entidade filantrópica que tem como objetivo a luta preventiva e o combate ao câncer, bem como prestar assistência aos cancerosos carentes da comunidade local e das cidades circunvizinhas. Participa como conselheira, representante na área de saúde, do Conselho Municipal de Assistência Social e da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de São João Nepomuceno. Já esteve à frente de diversas campanhas de prevenção ao câncer associada à Sociedade Brasileira de Dermatologia e à Sociedade Brasileira de Mastologia.
11.	MAGNA CIPRIANO DOS SANTOS	Carmem Lucia Jordão Pereira, Secretária Municipal de Ação Social	Mora em Itabira/MG	Magna formou-se em Geografia e História, com ênfase em Supervisão Escolar pela FAE, com pós-graduação em Administração Escolar, foi catequista e professora voluntária ensinando às crianças do seu bairro a ler e escrever, foi professora alfabetizadora no MOBREAL, sempre combatendo o preconceito de gênero racial e social na cidade e buscou incentivar e apoiar jovens negros para se formarem buscando alternativas de trabalho. Educadora do Movimento de Consciência Negra de Itabira, coordenou e liderou a criação do Movimento de Consciência Negra em 1990, onde atualmente é Presidente; desde 1999 coordena o Pré-Vestibular Alvorada curso que prepara alunos negros e carente para ingressarem nas faculdades públicas e privadas, uma parceria com MEC; Coordena o projeto Negro em Movimento que leva oficinas de arte e outras.
12.	MARIA DAS NEVES DO EGITO DE ARAÚJO DUDA FERREIRA	1. Recebido do gabinete da Senadora Serys Slhessarenko sem indicação da entidade 2. Rotary Club João Pessoa Manaíra/PB	Mora em João Pessoa-PB	Juíza de Direito da 7ª Vara Criminal de João Pessoa/PB, Professora de Prática Forense da Universidade Federal da Paraíba e Membro do Conselho Estadual do Sistema Penitenciário. É possuidora de um vasto currículo onde consta sua formação acadêmica e profissional, elaboração de seus trabalhos de coordenação e orientação, aprovação e nomeação em concursos públicos, honrarias e elogios recebidos, conferências proferidas,

				participação em congressos, entre outros. Desenvolve trabalhos sociais em nível local junto à Associação Promocional do Ancião – ASPAN, bem como na reintegração dos excluídos na família e na sociedade. Além desse serviço voluntário, participa das ONG's Missão Adriana de Jesus, Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental no bairro Mangabeira e na Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental – APOITCHÁ, no município de Lucena-PB.
13.	MARIA DO CARMO ALMEIDA GUSMÃO	Rotary Club João Pessoa Manaíra/PB	Mora em João Pessoa-PB	Maria do Carmo sempre fez um trabalho voltado à solidariedade humana. Há 22 anos trabalha como Presidente da Associação Metropolitana de Erradicação e Mendicância – AMÉM, entidade não governamental, com reconhecimento de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal. Esta entidade é voltada a prestar ajuda a pessoas carentes e idosos, oferecendo moradia (em alojamentos) e assistência médica.
14.	MARIA DO SOCORRO BELARMINO DE SOUZA	Rotary Club João Pessoa Manaíra/PB	Mora em João Pessoa-PB	Maria do Socorro é filha de camponeses, nascida em Itapetim, interior de Pernambuco, em uma família de 13 irmãos, sendo 7 deficientes visuais, inclusive ela. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, onde fez especialização em Orientação Educacional e Supervisão Escolar e tomou-se mestre em educação. Durante dois anos ministrou aulas na UFPB com contrato de professor substituto e, atualmente ministra aula em universidades particulares. É sempre convidada a participa de vários congressos pelo Brasil como palestrante e ministra cursos de capacitação na área de deficiência visual para professores em diversos municípios do Estado da Paraíba. No ano de 2006 assumiu a presidência do Instituto dos Cegos da Paraíba, que é uma organização não governamental sem fins lucrativos.
15.	MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA	Francisco Sebastião Morais	Mora em Paracatu-MG	Graduação em Pedagogia e Direito pela universidade de Brasília; pós-graduação/especialização em Administração em Educação; Educação Especial; Escola de Magistratura e Escola do Ministério Público do DF e Territórios. Atualmente é Presidente da TERRACAP, Presidente do Conselho de Administração da TERRACAP, Representante da TERRACAP, como Conselheira em Órgãos do DF.
16.	MOEMA LIBERA VIEZZER	Vera Vieira, Coordenadora Executiva da Rede Mulher de Educação	Mora em Toledo Paraná	Doutoranda em Comunicação – USP, Mestre em Ciências Sociais - PUC/SP, Licenciada em Belas Artes - UFRS, Professora Primária – Escola Normal, Garibaldi/RS. Possuidora de um extenso currículo, é, certamente, uma das figuras mais importantes do país na área de Educação para novas relações de gênero e proteção do meio ambiente. Sua tarefa se estende desde os grupos de base da periferia da cidade e áreas rurais, até empresas nacionais e multinacionais que desenvolvem programas de responsabilidade sócio-ambiental e órgãos governamentais que promovem políticas públicas de meio ambiente e para mulheres. A candidata vem desenvolvendo há mais de três décadas, no

				Brasil e em outros países, sendo seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente.
17.	NILCEA FREIRE	Leila Linhares Barsted Coordenadora Executiva da CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação	Mora em Brasília	Nilcéia é médica e professora universitária tendo se graduado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2004 ocupa o cargo de ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Organizou e coordenou em conjunto com Conselho Nacional de Direitos da Mulher, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Desta Conferência resultaram as diretrizes para a elaboração do Plano de Políticas para as Mulheres (PNPM). O PNPM vem sendo implementado desde janeiro de 2005 e possui quatro eixos estratégicos: autonomia igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra a mulher. Recentemente, Nilcéia foi agraciada com o título “Personalidade Cidadania 2006” em reconhecimento a seu trabalho como ministra e como reitora da Universidade do Estado do rio de Janeiro, promovida pela UNESCO.
18.	RAIMUNDA GOMES DA SILVA	Nicéia Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.	Mora em Tocantins	Raimunda é indicada por sua luta em favor da reforma agrária no Brasil, por sua luta pela cidadania e dignidade das mulheres extrativistas, contra a violência sobre as mulheres pela dignidade de homens e mulheres rurais, pela preservação do babaçual e do meio ambiente e na construção de uma sociedade mais justa e humanitária.
19.	SOPHIA WAINER	Mario Galofre Cano – Embaixador da Colômbia no Brasil	Mora em Brasília	Sophia participou de vários congressos no Brasil e no Exterior nas áreas de jornalismo, Comunicação Social e Cultura. Fez viagens a convite de governos estrangeiros; ganhou medalhas, Distinções e Condecorações como: Cidadã honorária de Brasília, Ordem do Mérito Rio Branco - Cavaleiro – Ministério das Relações Exteriores, Governo do Distrito Federal, Ministérios das Comunicações e Tribunal Superior do Trabalho, Medalha Mérito Cultural – Governo do Distrito Federal entre outras e, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 237, DE 2006

(Nº 947, na Casa de origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 12 e 13 de novembro próximo, em visita oficial à República Bolivariana da Venezuela.

Brasília, 9 de novembro de 2006. **Luiz Inácio Lula da Silva.**

AVISO Nº 1.270 – C. CIVIL

Brasília, 9 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 12 e 13 de novembro próximo, em visita oficial à República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Mensagem que acaba de ser lida vai à publicação e será juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 434, DE 2006**

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos,

situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima.

Art. 2º A autorização a que se refere o art. 1º é condicionada à prévia instituição, pelo órgão indigenista competente, de medidas específicas de proteção à integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas, ouvidas as comunidades afetadas.

Art. 3º Sem prejuízo das medidas referidas no art. 2º, a autorização de que trata este Decreto Legislativo somente poderá ser exercida em sua plenitude após a emissão, pelo órgão ambiental competente, dos respectivos Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.

Parágrafo único. Cabe ao órgão ambiental competente fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o aproveitamento autorizado por este Decreto Legislativo, fazendo cumprir fielmente todas as exigências de preservação das condições ambientais.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Decreto Legislativo que ora submetemos à elevada apreciação dos membros das duas Casas do Poder Legislativo fundamenta-se em atendimento ao disposto no art. 231 da Constituição Federal que estabelece:

“Art. 231.

.....

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.”

O objetivo primordial deste projeto é apresentar ao País uma alternativa para utilização do potencial energético, com vistas a evitar o aprofundamento da crise energética e futuros “apagões”, que poderão comprometer o desenvolvimento nacional tão propagado pelo Governo Federal.

O aumento da demanda que se avinha, em face de eventual crescimento econômico, requer do Poder Público a disponibilização de energias suficientes para garantia da manutenção e incrementação da produção nacional.

Portanto, o aproveitamento da área em questão é medida que se justifica em face das necessidades do País.

Assim, é oportuno o apoio dos ilustres pares na aprovação dessa proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2006.

– Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.120, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 da

Constituição Federal, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, informações sobre:

1. O suposto aumento abusivo das tarifas de energia elétrica, por parte da Boa Vista Energia – BOVESA, conforme denúncia do sítio “FonteBrasil.com.br”.

2. A composição das tarifas praticadas no Estado de Roraima, antes e após o início da importação de energia elétrica da Venezuela.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2006.

– Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.121, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Agenor Alvares da Silva, em face das denúncias constantes da matéria do Jornal **Folha de Boa Vista**, sobre o aumento de casos de malária no Estado de Roraima, as seguintes informações:

1. Qual o montante de transferências de recursos do Ministério da Saúde ao Estado e aos Municípios de Roraima, nos últimos quatro anos, destinado ao combate à malária?

2. Qual o montante de transferências de recursos repassados, nos últimos quatro anos, pela Fundação Nacional de Saúde ao Estado e Municípios de Roraima?

3. Qual o montante dos gastos efetuados diretamente pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Nacional de Saúde, nos últimos quatro anos, no combate à malária no Estado de Roraima?

4. Quais os dados de incidências de malária no Estado de Roraima, nos últimos quatro anos?

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2006.

– Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, na verdade, eu solicito a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem a palavra pela Liderança do Bloco do Governo.

Solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que assuma a Presidência, se possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os que estão nos assistindo pela TV Senado, bem como os Srs. Senadores presentes a esta sessão de segunda-feira.

Solicitei a palavra pela Liderança – estou inscrita também para falar sobre o assunto que preparei para o dia de hoje – para falar sobre um dos *e-mails* que tive a oportunidade de abrir no final de semana, que me chamou, sobremaneira, a atenção. O remetente, Sr. Jorge da Cruz Silva, não é do meu Estado; é do Rio de Janeiro, de Andaraí.

É um *e-mail* longo, em que o remetente faz uma avaliação do processo eleitoral. Ele me chamou bastante a atenção, porque inicia assim:

Vi e ouvi.

Nos últimos dois anos, acredito ter sido a pessoa que mais assistiu à TV Câmara e a TV Senado, ao vivo ou em reprise, durante todo esse tempo, vi e ouvi o que relato a seguir...:

Ele escreve três páginas relatando o que ele viu e ouviu, por meio da TV Câmara e da TV Senado.

Vou citar apenas alguns trechos do *e-mail* que reputo como os mais importantes.

Há alguns trechos que vou pedir a gentileza ao Jorge da Cruz Silva para omitir. Com alguns trechos eu não comungo. Talvez possam criar no plenário situações de constrangimento que eu não tenho intenção de promover.

Vou ler os que entendi como mais relevantes:

Vi e ouvi parlamentares transformando CPIs, Conselho de Ética, em palco eleitoral, com intuito de angariar votos em detrimento da busca pela verdade dos fatos, punir culpados, absolver inocentes. O povo deu a resposta nas urnas. A maioria que tentou esse caminho não se reelegeu.

Depois, ele faz uma longa citação, com vários parágrafos a respeito de episódios que considerei lamentáveis e aqui não vou reprisar, com palavras, referências, que passaram totalmente do limite da razoabilidade, do respeito que devemos ter para com as personalidades políticas e com as instituições.

Mais adiante ele diz assim:

Vi e ouvi parlamentares falarem que os votos do Presidente da República eram apenas dos analfabetos, dos menos esclarecidos. São esses preconceituosos que, durante décadas, nunca promoveram medidas para reverter esse quadro. Para que melhorar a educação,

para que acabar com o analfabetismo, para que dar informação? Para esses não era interessante. Teriam os mesmos motivos para, de quatro em quatro anos, fazerem as mesmas promessas. Só que eles esqueceram que sabedoria não é apenas uma questão de escolaridade. Esqueceram que, neste governo, o povo deixou de ser massa de manobra, deixou de ter consciência ingênua e passou a ter uma consciência crítica. A esses, o povo deu a resposta nas urnas.

Vi e ouvi parlamentares tentando desqualificar o trabalho da Polícia Federal, ao dizerem que a sua atuação foi maior porque a corrupção aumentou. Pergunto: como aumentou, se tudo que veio à tona teve origem [na maior parte das vezes] antes mesmo deste governo? Ah... esqueci. Anos atrás, nada era divulgado. Eles eram mais competentes, abafavam.

Tentando buscar meios para novamente desqualificar o governo, vi e ouvi parlamentares tentando fazer comparações do Brasil com outros países, como China, Índia, entre outros. Eles esqueceram-se de dizer que a China tem, em média, 76% da sua população de camponeses; a Índia, 72%; o Brasil, menos de 20%.

Nesses quatro últimos anos, não houve nenhum acidente com as plataformas de petróleo, nenhuma afundou ou explodiu. Será que foi apenas coincidência?

Falou-se muito em privatizações. Cheguei a lembrar de uma época não muito distante, quando tentaram colocar um “x” no final do nome da Petrobras, o que me fez também lembrar quando tentaram retirar o “do” do nome do Banco do Brasil, como tentativa de desvalorizar a marca. Será mera coincidência?

Depois, ele se refere a uma série de outros episódios que foram bastante debatidos no plenário. Mas eu me remeto ao final do *e-mail*, porque acho que aí vem uma puxada de orelha muito bem dada e que me animou a pedir a palavra em nome da Liderança, para reproduzir o que o Jorge da Cruz Silva manda para todos nós da Oposição e do Governo.

Enquanto muitos achavam que a eleição para presidente estava ganha no primeiro turno, o povo brasileiro, contrariando muitos, deu mais uma lição de sabedoria. Promoveu o segundo turno pelo único meio legítimo e democrático, que é o exercício do voto, como forma de castigar e mandar um recado para que o presidente melhore suas escolhas, para que aprenda com os erros cometidos e possam contar com uma nova relação com o povo, promovendo as transformações de que o País necessita.

Que a Situação e a Oposição entendam o recado do povo brasileiro e que se unam para promover a agenda nacional visando a melhorias! Acredito serem possíveis avanços concretos na área da educação,

acredito na conveniência de um ajuste fiscal e de políticas eficientes que busquem o crescimento, melhorando as condições de saúde, segurança, moradia, transporte e emprego. É preciso que entendam que fazer política é promover o ideal do bem comum. A cada melhoria, todos ganham. A existência da Oposição é democrática, é sadia. É debater idéias, criticar o que está errado, aplaudir o que está certo, sem necessariamente ultrapassar os marcos legais.

Que essa reeleição não caia na maldição que acometeu a tantas outras! Talvez um dia os historiadores possam explicar um fenômeno político chamado Luiz Inácio Lula da Silva.

Gostaria de poder cumprimentar o Presidente Lula, não pela vaidade, não pela emoção, não por um possível privilégio, mas, sim, com a certeza que, ao apertar a mão do Presidente, estarei parabenizando o povo brasileiro.

Como brasileiro que ama seu País, como cidadão carioca que cumpre suas obrigações constitucionais, não peço, EXIJO: Nunca mais subestimem a sabedoria de um povo.

Então, deixo o registro deste *e-mail* do Jorge da Cruz Silva que me trouxe profundas reflexões. Refleti sobre o quanto que a população que nos assiste avalia e aprecia o que fazemos no plenário, nas comissões e em nossas outras atividades parlamentares, formando sua opinião; e refleti também sobre o quanto temos a obrigação de estarmos atentos e de respondermos à altura com o nosso trabalho, seja de Oposição seja de Governo, àqueles que nos assistem e nos ouvem. Como o próprio Jorge disse, ele não pede, mas exige que não se subestime a sabedoria do povo brasileiro, porque, nessas eleições, inequivocamente, ele deu demonstrações da sua sabedoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, representante do Estado do Piauí no Senado Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Marco Maciel, que preside esta sessão de segunda-feira, 13 de novembro, Sr.^{as} e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus que estivesse na Presidência desta Casa hoje o Senador Marco Maciel, de currículo vasto, do tamanho do Brasil. O fato é muito oportuno porque o

meu pronunciamento trata de cultura e órgãos de comunicação. E V. Ex.^a, Sr. Presidente, é um dos poucos políticos que conseguiram entrar na Academia Brasileira de Letras, entidade que não poderia ser perfeita, pois é constituída por homens. **Errare humanum est.** Assim, na sua história, cometeu sua maior indignidade ao não receber o maior dos homens públicos deste País – Juscelino Kubitschek de Oliveira – depois de suas publicações **Por que Construí Brasília e Meu Caminho para Brasília**, seus discursos proferidos durante sua vida pública como Prefeito, Deputado Federal, Governador do Estado de Minas Gerais, Presidente da República e como Senador cassado.

Senador Marco Maciel, V. Ex.^a, além de ser membro, expoente desta Casa, integra a Academia Brasileira de Letras. O Brasil deu um passo avante na cultura.

Senador Marco Maciel, há pouco, precisamente no mês de outubro, nascia no Brasil uma nova revista cultural cujo nome é **Piauí**. Este assunto chegou ao nosso homem de comunicação e da alegria Jô Soares, que entrevistou o seu diretor Ênio Vergueiro e outros responsáveis pelo nascer dessa revista chamada **Piauí**.

Primeiro, ele indagava o porquê desse nome. Muitas são as interpretações e explicações. Mas diria, Senador Antonio Carlos Magalhães, que é pelo fato de o Piauí ser diferente. Somos simplesmente diferentes – essa é a verdade –, como sempre fomos. Hoje, somos o nome de uma conceituada e jovem revista que nasce neste País.

Hoje, passei o dia a ler. Tinha recebido muitos *e-mails* sobre a sua existência. O Senador Arthur Virgílio, inclusive, foi o primeiro a se congratular pela escolha do nome **Piauí** para a revista.

Piauí é um nome indígena que significa “peixe pequeno”, que dá no nosso Estado. No Piauí, há 19 rios – 6 perenes, Marco Maciel –, lagoas e zonas onde jorra a água, fora dezenas de açudes que construí quando governei aquele Estado. Mas não é bem por aí. Somos diferentes mesmo. Quero dizer que muita gente deu, justamente quando era Governador, motivo de processo contra uma editora que tirou o Piauí do mapa do Brasil. A ignorância é audaciosa; não é como o desdouro.

Senador Alvaro Dias, este País tem 506 anos. Foi descoberto por portugueses. Tivemos as capitânias hereditárias, os governos gerais. Os filhos, os imperadores, a filha, o próprio Rei de Portugal vieram aqui governar. Aí nasceu a República com o Marechal Deodoro, o baiano Rui Barbosa, que escreveu a página mais bela nesta Casa. E atentai bem, brasileiros e brasileiras: Rui Barbosa, que teve 32 anos, só foi governar com Deodoro, com Marechal Floriano. Quiseram

meter outro militar e ele disse: “Tô fora!” Ofereceram-lhe de novo o Ministério da Fazenda. Senador Alvaro Dias, e ele disse: “Eu não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério.” E saiu faceiro da campanha civilista.

Por que o nome Piauí? Já éramos grandes. Antes este Brasil se tornou grande – e aí está Antonio Carlos Magalhães testemunhado –, tudo foi pacífico, de pai para filho: “Filho, antes que algum aventureiro coloque a coroa na cabeça, coloque-a. Você fica com o sul e eu vou ficar com o norte”. Seria País Maranhão. Essa era a determinação de D. João VI. E o Piauí foi o primeiro Estado que enfrentou uma batalha sangrenta, em 13 de março de 1826, para expulsar os portugueses do Brasil.

Então, brasileiros e brasileiras, quando vocês vierem esse mapa grandão, lembrem-se de que devem isso ao Piauí, aos piauienses, com aliados cearenses, que expulsamos na Batalha de Genipapo: os portugueses foram para o Maranhão, que era ligado a Portugal. O nome do País seria Maranhão.

A Bahia nos seguiu, em 2 de julho. Eles também tiveram uma batalha sangrenta e expulsaram do norte os portugueses. Mas tudo começou no Piauí.

A República foi outro fato muito importante. E Jô Soares, no programa dele, Marco Maciel, reprisava vários pronunciamentos meus em que eu pronunciava, com muita grandeza, o nome “Piauí”. Ele dizia para os donos, os editores, os idealizadores da revista que o Mão Santa, com certeza, iria divulgar muito essa revista e que ele nunca tinha visto se falar tanto no Piauí neste Senado. Estamos aqui para ligar a comunicação.

Senador Antonio Carlos, da Bahia, atentai bem: quando este País era um império, o primeiro órgão de comunicação que surgiu no Piauí tinha o nome de **A Ordem**. Um jornalista de Barras, David Caldas – daí Barras ser chamada de “terra dos governadores”, porque já deu cinco deles –, idealista, pegou o jornal **A Ordem**, que o português Saraiva havia criado, e mudou o seu nome para **Oitenta e Nove**. Atentai bem: 17 anos antes, no Piauí, em Teresina, circulava o jornal **Oitenta e Nove**.

Hoje, Senador Alvaro Dias, esse nome pareceria nome de cachaça, mas não era. Era aquele piauiense e jornalista que inspirava o povo brasileiro a fazer o que tinha ocorrido na França: o grito de igualdade, liberdade e fraternidade, que fez com que caíssem os reis. Há 17 anos, no Piauí, circulava o jornal **Oitenta e Nove**. Ele foi o profeta da República. Foi esse jornal do Piauí que saiu circulando.

E justamente 100 anos depois, em 15 de novembro de 1889, é que se deu a República. Deodoro, o Exército e tal.

Mas foi lá, no Piauí, onde isso ocorreu. Então, é o reconhecimento da nossa grandeza e da nossa história.

E atentai bem: vocês poderiam dizer que o Mão Santa está com uma história velha. História velha, uma ova! Ô, Marco Maciel! Nós somos diferentes e a melhor gente deste Brasil!

Durante o período da ditadura militar, só um jornalista teve a maior bravura. Só um! Só um: Carlos Castello Branco. Castelinho, do Piauí, representava os anseios. Ainda hoje, o jornal repetia sua crônica de Castello.

Essa é a tradição da independência e da coragem que eu trago aqui. É em função desta que eles têm certeza de que eles podem comprar tudo, com mensalão e tudo mais, mas não podem comprar o Mão Santa, porque o Mão Santa é do Piauí, Piauí de vergonha! Essa é a verdade. E tenho a consciência de dizer: aprendam.

Eles querem fazer disso aqui Cuba, e nós não deixamos. De Venezuela, de Chávez, e nós não deixamos. A Oposição é significativa. Sou orgulhoso de ser Oposição. Rui Barbosa se eternizou como oposicionista. Ele teve poucos anos de governo: com Deodoro e Marechal. Presidentes, nós tivemos muitos. Ninguém se lembra de dez, nem nós, Senadores, sabemos nome de dez. Nem o Marco Maciel, que é da Academia de Letras, mesmo ele com o Fernando Henrique. E ele não podia esquecer... Mas, Rui Barbosa, todo mundo sabe. Ele foi um bravo, Senador.

Mas por que Piauí, Antonio Carlos Magalhães? Rui Barbosa ganhou as eleições no Piauí. É... nós somos diferentes!

Luiz Carlos Prestes, um militar brilhante, saiu com a Coluna Prestes. Ia tomar Teresina. Não tomou. Prendemos Juarez Távora, seu companheiro.

Estamos aqui. É esse Piauí que é reconhecido com essa revista.

Antonio Carlos Magalhães, andei lendo aqui. Isso aqui é típico do nordestino, a geladeira com o pingüim e tal.

Trata-se de uma revista como a Seleções. Senador Geraldo Mesquita, como a revista Seleções: multicultural, temas variados, revista independente, publicada em inglês, espanhol e português. Seleções!

Aqui, num dos primeiros artigos, sabem que é? Vou ler só um tópico, para V. Ex^{as} virem como é interessante. Li e a considereí boa, estou com os dois primeiros números. “Um horror, grande mundo, um silêncio profundo”.

Trata-se do Roberto Jefferson, esse Roberto que andou por aqui. Mas é interessante. Eu só vou ler a parte que diz respeito ao Congresso.

Atentai bem, Geraldo Mesquita! É interessante o artigo dele. Esse Roberto Jefferson é muito interessante. Diz:

Dos políticos que admira, põe no topo Fernando Henrique Cardoso. ‘Fernando Henrique Cardoso’ – diz ele – ‘te faz importante, te chama, te seduz, busca a sua opinião. Ele, o Presidente da República; você apenas líder do partido.

É a relação do romance, em oposição à relação do PT, que é a da prostituta.

Mas ele vai mais adiante aqui, para nós:

Segundo Jefferson, para sobreviver em Brasília é necessário ter relações, palavra empenhada e não ser pequeno. O que significa ‘não ser pequeno’? ‘Significa não sucumbir à pequena negociata, ao dinheiro miúdo para aprovar essa ou aquela emenda.’

É interessante ler.

Há também um artigo da **Trip** que reconhece a grandeza do Piauí. Era um sistema de comunicação que já ia... Mais adiante há um jornalista piauiense, que edita aqui na Câmara um programa de televisão, que é justamente:

“Queima Raparigal, do Piauí!”

O Piauí, pátria de Mário Faustino e Torquato Neto, não foge à regra. Que o diga o jornalista e escritor Paulo José Cunha, autor da **Grande Enciclopédia Internacional do Piauiês**.”

Ele produz um programa importante na TV Câmara Federal.

O interesse é que a revista é muito oportuna. Tem uma reportagem, Senador Marco Maciel... Hoje, os médicos residentes estão em greve no País. É uma greve séria, Senador Geraldo Mesquita. A Residência é a única coisa séria na estrutura de formação do médico brasileiro.

Eu o fui, sou orgulhoso de tê-lo sido. E acho que foi a parte mais importante da minha vida.

Os médicos, com um currículo de seis anos, adentram, internam-se e dedicam-se em um hospital para sua formação. E nessa revista, parece que antecedendo, há um diário: “Ganhei a primeira cruz no meu bisturi”. Ele é um médico residente contando seu diário, sua luta. Com 27 anos de idade e quatro de residência, o cirurgião capixaba Jório de Barros se divide entre o Hospital Federal, de Andaraí, na Zona Norte carioca, e o Hospital da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ele chega a ganhar um salário de R\$ 1.400,00. O pai é urologista, a irmã é radiologista, e ele mostra a luta desses jovens que estão aí.

Senador Geraldo Mesquita, observe que um engraxate – com todo respeito – ganha muito mais do que esses médicos. Esses médicos residentes ganham um pouco mais de R\$1.000,00, mas trabalham. Eu trabalhei

muito, dava treze plantões por mês, fora os plantões noturnos. E são eles que sustentam o hospital.

O que eles exigem é um salário que lhes dê dignidade, porque eles precisam se vestir, se movimentar, comprar livros que são caros. E também que os hospitais tenham responsabilidade, porque eles se entregam ali por uma honestidade profissional, pois eles querem aprender. Então, que os hospitais que oferecem residência se responsabilizem pela formação dos médicos e não os utilizem como uma mão-de-obra barata e irresponsável.

Então, acho que essa revista é muito necessária e que o País deve ler a reportagem de um médico residente, a ideologia, o sonho, a pureza, a coragem, o ideal do jovem médico e as dificuldades que ele passa hoje. Esta é a medicina real.

Quero agradecer ao Jô Soares, que o foi o primeiro a divulgar e propagar essa revista cujo nome é grandioso. Sem dúvida alguma, ela vai marcar página na nossa vida.

Senador Marco Maciel, eu diria como Gonçalves Dias: Todos cantam sua terra, também vou cantar a minha; nas débeis cordas da lira hei de fazê-la rainha. Isso foi Gonçalves Dias (sic). Mas, no Piauí, Adalberto Costa e Silva, Presidente da Academia de Letras, filho do poeta Da Costa e Silva, esse poeta que fez o hino do Piauí diz:

Piauí, terra querida, Filha do sol do equador, pertencem-te a nossa vida, nosso sonho, nosso amor! Na luta, o teu filho é o primeiro que chega. Essa é a nossa História.

Mas esse Costa e Silva é o pai do seu colega Adalberto Costa e Silva, que foi embaixador do Itamaraty com muito brilho. O pai dele, nosso poeta, disse assim: “Minha terra é um céu, se há um céu sobre a terra.” Da Costa e Silva.

Por isso tudo, o Piauí é homenageado, e nós estamos aqui. E quis Deus... Está aí o Senador Marco Maciel, um homem muito de Deus. O Marco Maciel, se tivesse entrado mesmo na vida sacerdotal, com certeza teria sido o primeiro Papa brasileiro pela sua formação e tal. Senador Marco Maciel, não sei se está escrito na Bíblia esse negócio: Deus escreve certo por linhas tortas. Nunca ouvi dizer, mas o povo diz, e a voz do povo é a voz de Deus. Então está lá, e isso fica para o Crivella discutir com o Magno Malta se é verdade.

Queria fazer uma homenagem num momento difícil. Ninguém sabe, Geraldo Mesquita, os desígnios de Deus, são insondáveis e misteriosos. Senador Antonio Carlos Magalhães, queria prestar uma homenagem a um homem, num momento difícil, um filho dele sofreu um dano, nessa era da droga. Atentado, morre um, e o filho de menor envolvido. Nesses dias todos, eu quis

telefonar, não sabia, é o tipo da coisa difícil. Eu tinha em mente prestigiar esse homem que, sem dúvida nenhuma, é o maior escritor piauiense vivo. Ele simboliza o Carlos Castelo Branco. É Zózimo Tavares, que sofreu esse drama. Eu não queria falar, queria apenas sugerir a revista que o solicitasse. Está aqui um dos livros escrito por ele: **O Piauí no Século XX**, Zózimo Tavares. Possui muitos livros: **Falem mal, mas falem de mim; Pra seu governo; O pulo do gato; Meus senhores, minhas senhoras; Filosofia barata; O velho Jequitibá.**

Cordel também ele tem vários e inéditos: **Mapismo, Água Branca-Nossa História e Sociedade dos Poetas Trágicos.**

Mas eu não queria... Era uma maneira de dizer para a revista buscar o que há de melhor, hoje, no Piauí. Não na sua história, não no seu nome, que é bonito – Piauí, ô nome, um bocado de vogal, tudo casada, juntinha, com grandeza!

Sugeri a ele interpretar a nossa história e o nosso sentimento, mas ele, tão autêntico, nesse momento de sofrer, fez uma carta e tornou-a pública. Eu não sabia. Era o tipo de drama, como chegar, como dar a solidariedade. É a droga, a droga que entra na sociedade, os tóxicos, que, no nosso tempo, não havia, Antonio Carlos Magalhães.

A primeira vez que vi maconha, Senador Geraldo Mesquita, eu já tinha sido Deputado Estadual. Foi em 1983. Nasci em 1942. Eu já era médico e tremi ali quando vi.

A sociedade era pura. Tinha cabaré? Tinha. A gente ia? Ia. E era uma fonte de cultura, Marco Maciel, porque, naquele tempo, Cristovam Buarque, para namorarmos, para pegarmos na mão, para darmos um beijinho, era difícil. Tínhamos que aprender a dançar, não havia televisão para vermos, não havia escola de música... Era uma fonte de cultura, as meninas lá, íamos bailar, mas esse negócio de tóxico não havia na nossa geração. Eu vi em 1983, ainda me lembro de que tremi, porque já tinha sido Deputado Estadual, era médico, nasci em 1942 e, agora, ele aí, nessa irresponsabilidade.

Mas ele escreveu uma carta à sociedade. Lerei somente o final, que traduz. Sugiro a essa revista que peça permissão a ele e a publique na íntegra. Ele estava sofrendo com um filho menor de idade quando houve esses envolvimento. Ele termina a carta dizendo:

Aceite com resignação o sofrimento que já começou e que ainda lhe espera na privação de sua liberdade. Tire lições dessa tragédia. Nunca esqueça que o sofrimento da família que foi vítima de seus comparas é bem maior do que o seu e do que o nosso. Junte suas preces às nossas e ore por eles!

Não me pergunte quanto custou chegar até aqui, pois enxugo minhas lágrimas com o amor e o carinho que tenho por você.

Deus te abençoe!

Os desígnios de Deus, Senador Marco Maciel, são insondáveis e misteriosos. Talvez um homem de tanta valia, de tanta cultura e de saber, nesse sofrimento, para se engajar cada vez mais contra esse estado habitual e normal que está sendo a criminalidade, quase sempre motivo da droga.

Essas são as nossas palavras. Que possamos repetir aqui: “A minha terra é um céu, se há um céu sobre a terra”, como disse o poeta dos poetas piauiense, Da Costa e Silva, referindo-se ao Piauí, terra querida.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, representante do Estado do Paraná no Senado Federal. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, da representação da Bahia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que a primeira palavra tem de ser de respeito absoluto à decisão soberana do povo brasileiro, mas o primeiro compromisso deve ser também o de persistir na luta oposicionista, porque infeliz a Nação que não tem oposição responsável, afirmativa, crítica, com a capacidade de investigar e denunciar, de contribuir, enfim, para que o Governo possa alcançar os mais elevados objetivos proclamados durante a campanha eleitoral.

Não cabe aqui discutir as razões que levaram o povo brasileiro a fazer esta opção. Discuti-las é possível, no entanto é necessário entender o direito que tem a sociedade de fazer sua opção no momento decisivo da eleição.

Sr. Presidente, ouvi há pouco, da Líder do Bloco do Governo, afirmativas que condenam a existência da Oposição no Parlamento, como se fosse possível condenar a investigação, a denúncia e a crítica, que, ao contrário, deveriam ser proclamadas ações parlamentares imprescindíveis para que, no exercício do processo democrático, a sociedade seja exemplarmente representada.

Não há como admitir a hipótese de que aqueles que fizeram oposição para valer tenham sido punidos pelo eleitor. Sou grato porque a população do Paraná compreendeu a nossa missão e me manteve no Parlamento como seu representante. É evidente que serei um representante do Paraná, neste próximo mandato do Presidente Lula, na Oposição.

Senador Antonio Carlos Magalhães, vejo um cenário de completa paralisia, mesclado com muita especulação, em que a retórica do Presidente Lula e do

seu Governo continua sendo a retórica do palanque. A impressão que passam os representantes do Governo à sociedade brasileira é a de que o Governo não se deu conta ainda de que tem à sua frente um presidente reeleito com muitos desafios a enfrentar.

O Presidente da República se dá ao luxo de se ausentar do País para desempenhar o papel de cabo eleitoral do Presidente Hugo Chávez em um momento de grande apreensão da sociedade brasileira, enquanto o País está aguardando definições importantes e inadiáveis.

Concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu gostaria de dizer da minha satisfação e, acredito, de todo o Congresso Nacional com a sua reeleição, sobretudo nos moldes em que ela foi feita. V. Ex^a nunca deixou de ser assíduo neste plenário, nunca fugiu da tribuna; ao contrário, sempre nela esteve, reverberando contra os erros deste Governo. V. Ex^a enfrentou a junção de muitos maus elementos, no seu Estado, para derrotá-lo, mas não conseguiram, porque V. Ex^a foi mais forte e o seu povo deu-lhe uma demonstração de que V. Ex^a é indispensável no Congresso Nacional e na sua terra. Se V. Ex^a fosse candidato a qualquer cargo, seria eleito do mesmo jeito. Desse modo, quero congratular-me com V. Ex^a e principalmente com o povo do Paraná. V. Ex^a não enfrentou um adversário qualquer; enfrentou a digna esposa de um Ministro de Estado, que fez tudo que era possível para ganhar a eleição. Mas o povo e V. Ex^a foram mais fortes. Eu me congratulo com o Paraná por mandar, por mais oito anos, a figura do Senador Alvaro Dias a esta Casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Espero poder, ao lado de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, cumprir o meu dever, fazendo oposição nos exatos limites da exigência da população do País. A Oposição tem autoridade de combater implacavelmente o Governo, quando tem também a sabedoria de reconhecer os bons momentos que pode viver qualquer Governo. No momento em que nós temos a capacidade de aplaudir ações competentes de qualquer Governo, estaremos ainda mais autorizados a criticá-lo quando cometer equívocos, como tem cometido com sobras, infelizmente, o Governo Lula.

Então, teremos a preocupação de adotar o comportamento de imparcialidade na análise dos atos do Governo. Quando o Governo acertar, estaremos com a maior alegria e satisfação a apoiá-lo, mas, quando

se equivocar ou entendermos como equívoco qualquer ato de Governo, este há de entender que seremos implacáveis, sobretudo no terreno da ética. O combate implacável à corrupção, por mais que possa cansar algumas pessoas, tem que ser prioridade indiscutível neste momento vivido pelo nosso País.

Há pouco o Senador Mão Santa, da tribuna, fazia referência à necessária oposição e, sobretudo, à implacabilidade da Oposição, quando se tratar de assuntos de natureza ética. Rasgar a bandeira da ética e atirá-la na lata do lixo da história, como fez o Governo Lula, é algo que não pode ser perdoado por nenhum oposicionista no Congresso ou fora dele.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Flávio Arns, que participou, de forma ativa e honrada, da campanha eleitoral no Paraná. Lamentavelmente, S. Ex^a não teve o apoio que merecia ter, nem mesmo do seu Partido. Mas isso não nos cabe analisar neste momento. Cabe-nos apenas cumprimentá-lo, já que é esta a primeira oportunidade que temos de publicamente fazê-lo.

Senador Flávio Arns, V. Ex^a teve uma postura de dignidade, de correção, ética, que, aliás, é norma na sua atuação política ao longo do tempo.

Nossos cumprimentos a V. Ex^a pela contribuição que ofereceu ao debate político no Estado do Paraná durante essa campanha.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – É a primeira oportunidade que tenho de me manifestar publicamente, em particular quanto ao sucesso eleitoral de V. Ex^a. O Brasil precisa saber que, nessas eleições no Estado do Paraná, V. Ex^a demonstrou o prestígio e a força que tem junto à população, características que norteiam sua caminhada. Durante o processo eleitoral, as primeiras pesquisas mostravam a preferência de cerca de 53% do eleitorado por V. Ex^a; ao concluir o processo eleitoral, V. Ex^a tinha cerca de 51%. Apesar de ter havido uma união de muitos partidos contra sua candidatura, V. Ex^a foi extremamente bem votado. Costumo, inclusive, dizer, quando as pessoas perguntam-me o que podemos ver nesse processo eleitoral, que uma das coisas importantes foi o prestígio de V. Ex^a, que começou e terminou o processo com um percentual alto. Agora, V. Ex^a, junto com o Senador Osmar Dias – que fez uma campanha também extraordinária para o Governo do Estado do Paraná – e comigo, nós três, como Senadores do Estado do Paraná, discutiremos, avaliaremos, construiremos caminhos, buscaremos alternativas para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado e, principalmente, para o diálogo e o entendimento na direção da paz no Paraná. Quero parabenizá-lo pela campanha eleitoral, pelo sucesso eleitoral e também político, pelo debate que foi travado

com a população, e desejar, além da nossa amizade, do nosso companheirismo, de estarmos juntos nessa empreitada pelos próximos quatro anos, também bastante sucesso pessoal mesmo na Oposição. Como V. Ex^a diz bem, não é necessário apoiar o Governo para contribuir com o País. A Oposição tem um papel fundamental, importante, necessário para a construção de um país transparente, justo e desenvolvido e é função de quem está no poder, no plano federal, estadual e municipal, buscar o diálogo e o entendimento para as questões que sejam suprapartidárias. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu gostaria de dizer ao País que o Senador Flávio Arns, integrante do PT e que apóia o Governo Lula, é um dos homens dignos da política do Paraná. Sou insuspeito para fazer esta afirmativa e acho importante fazê-la, especialmente depois do processo eleitoral travado no nosso Estado.

O Senador Flávio Arns deve estar entendendo por que faço questão de ressaltar, da tribuna do Senado Federal, sua postura de dignidade permanente, em que pesem as discordâncias que possamos ter no plano político, em razão de estarmos, circunstancialmente, em trincheiras diferentes.

Mas quero também me dirigir ao Paraná para dizer, sobretudo em razão do debate da campanha eleitoral, que nós aqui estamos unidos: o Senador Flávio Arns, o Senador Osmar Dias e eu constituímos uma bancada de unidade na defesa dos interesses do nosso Estado. Repito: independentemente de posições políticas, que podem ser divergentes, no que toca ao interesse específico do Estado do Paraná e do povo paranaense nós três estaremos sempre unidos no Senado Federal. Aquilo que se discute durante uma campanha eleitoral deveria ser a verdade; no entanto, nem sempre o que se coloca durante a campanha eleitoral, especialmente da parte de alguns que disputam o voto, é absolutamente verdadeiro. Posso afirmar, neste momento em que não há nenhum interesse de natureza eleitoral, que a Bancada do Paraná no Senado Federal está absolutamente unida em defesa dos interesses do nosso Estado.

Sr. Presidente, eu dizia que o Brasil aguarda definições importantes e inadiáveis. E na esteira dessas definições aguardadas, o Governo Lula apresenta hoje um defeção nos seus quadros. O Ministro Luiz Gushiken deixa o Governo e encerra o ciclo do “núcleo duro”, que, a meu ver, arquitetou um projeto de poder de longo prazo, liderado pelo Presidente Lula. Em nome desse projeto de poder, organizou um complexo esquema de corrupção, denunciado, investigado e condenado pela opinião pública brasileira. Nós, evidentemente, não

obtivemos essa condenação através do voto do povo nas eleições. Por isso, temos que fazer uma autocrítica. Certamente, fomos incompetentes. Se, diante de tantos escândalos que sacudiram o País nos últimos anos, nós não tivemos a capacidade de convencer a opinião pública de que necessitávamos de uma nova alternativa de Governo, é porque não fomos competentes. Não cabe buscar culpados nesta hora, mas cabe assumirmos, em conjunto, a responsabilidade por não termos obtido o sucesso, Senador Cristovam Buarque, que, certamente, obteríamos se tivéssemos agido com a necessária competência de comunicação com a população do País.

Luiz Gushiken deixa o Governo criticando a Oposição, julgando a Oposição. Ele alega que a Oposição usou eleitoralmente os escândalos que explodiram durante o Governo Lula e fala em julgamento antecipado, em prejulgamento, em injustiças em relação àqueles que foram denunciados. Mas não foi a Oposição que concluiu, como concluiu o Procurador-Geral da República, tratar-se de uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos da Nação. Portanto, não cabe responsabilizar, nesta hora, a Oposição pelas denúncias que a própria imprensa encarregou-se de formular até mesmo antes que a CPI se instalasse. Não há como, por meio de uma carta de demissão, apagar do cenário nacional todos os espetáculos deprimentes que foram impostos à Nação por aqueles que desonraram compromissos assumidos durante a campanha eleitoral nas eleições anteriores a esta última.

Sem dúvida, o Procurador da República é um homem de bem, um homem honrado, que não denunciaria quarenta responsáveis por uma organização criminosa que assaltou os cofres do País. São expressões fortes, que não podem ser ignoradas e que, naturalmente, fazem com que soe como uma desfaçatez do renunciante afirmar que a Oposição prejulgou e utilizou-se dos escândalos de corrupção como argumentos para vencer as eleições.

Concedo, Senador Antonio Carlos Magalhães, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão quando cita o caso do Procurador que os denunciou. E por que o Sr. Gushiken, assim como Okamoto, hoje, na sua carta, não entrega o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico para que possamos fazer uma análise da sua figura em relação ao Governo Lula e da sua sociedade com o próprio Governo? Por que ele não faz isso? Essa indagação desejo fazer a V. Ex^a, mas tenho certeza que V. Ex^a sabe bem os motivos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a acompanhou de per-

to a luta que travou o Sr. Paulo Okamoto para impedir que seu sigilo bancário fosse quebrado. É evidente que se trata de uma confissão de culpa. Ninguém resistiria tanto à quebra de seu sigilo bancário se não temesse as consequências da investigação. É evidente que se não tivesse o Sr. Paulo Okamoto culpa registrada ele não obstruiria os trabalhos de investigação realizados por várias CPIs no Congresso Nacional.

Todos nós fomos derrotados por ele. Com a ajuda do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Paulo Okamoto conseguiu que seu sigilo bancário fosse assegurado, ao contrário do que ocorreu com o caseiro Francenildo, que teve o seu sigilo bancário arrombado pela prepotência e pela ilegalidade.

Na Caixa Econômica Federal, representantes do Governo Lula – representantes do Presidente Lula – invadiram a privacidade do Sr. Francenildo, e quebraram ilegalmente seu sigilo bancário. Ao contrário, uma instituição poderosa como o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, não teve as condições necessárias para conhecer a movimentação financeira de um acusado, de um denunciado, de um investigado: o Sr. Paulo Okamoto.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, é muito oportuna a análise de V. Ex^a. Nós nos sentimos orgulhosos de fazer parte da Oposição. A democracia é complexa, e a ignorância audaciosa. Estão confundindo o resultado eleitoral com democracia. Lula obteve mais votos que seu opositor. Ele venceu as eleições. Contudo, as eleições são uma partícula da democracia. A democracia começou mesmo com o povo que insatisfeito com o absolutismo dividiu o poder. Para que nós pudéssemos comemorar a democracia, o Poder Legislativo tinha que estar bem. E nós não estamos bem. Estamos desmoralizados com essas medidas provisórias, esses assaltos e “mensaleiros”, que não deveriam ser cassados, e sim enforcados. Está no livro de Deus: “A quem muito é dado muito será cobrado”, não é verdade, Senador Marco Maciel? Indago de V. Ex^a, que é “bíblico”. Esses que usaram o dinheiro público não deviam ser cassados, deviam ser enforcados. Segundo pesquisa realizada, apenas 30% dos brasileiros acreditam no Poder Judiciário. Onde está o discurso de Cristo: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”? É preciso entender as coisas. Lembrai da Alemanha e do Presidente Helmut Kohl. Quem sabe das coisas é o Professor Cristovam Buarque. S. Ex^a escreveu o artigo mais lindo que interpreta isso. Que o Bolsa Família ajudou os pobres ajudou, mas não vai acabar com a pobreza.

Temos que ler na íntegra o artigo do Professor Cristovam Buarque, recentemente publicado. Eu o li

no fim de semana. Richard Nixon não foi qualquer um. Foi reeleito, com uma vitória numérica retumbante. Atentai bem! Não foi um presidente qualquer, foi o melhor Presidente dos Estados Unidos em relações externas. Não havia todas essas guerras. Ele se integrou com a Rússia, visitou a China comunista, e foi o presidente que, junto com Henry Kissinger, mais avançou no que diz respeito à paz mundial. Depois, foi cassado por mau comportamento, no episódio de Watergate. O Presidente da Alemanha, Helmut Kohl, integrou as duas Alemanhas e derrubou o Muro de Berlim. Depois, o povo alemão caiu de vergonha pela corrupção que havia existido em seu governo e pelo uso da máquina. As coisas não são assim. Esta será a vitória da democracia. Mitterrand, em seu último livro, enviou uma mensagem aos governantes – ele que governou por 14 anos –: eles deveriam fortalecer os contra-poderes. Não vejo o Presidente Lula fortalecer. Ele está querendo é comprar o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, gostaria, ainda, de esgotar o assunto Gushiken. Sua demissão encerra a história do núcleo duro no Governo, o que certamente comprometeu a imagem do Presidente Lula e foi responsável por discordâncias e por contradições internas do Governo e estabeleceu a heterogeneidade, que, em determinados momentos, transformou o Governo Lula em uma verdadeira Torre de Babel, onde ninguém se entendia.

Os Ministros se contradiziam publicamente, os assuntos que poderiam ser discutidos internamente acabavam sendo discutidos publicamente. Foi quando a própria imprensa destacou o surgimento do chamado “fogo amigo”. Certamente, o denominado “núcleo duro” foi em grande parte responsável por todos os acontecimentos que comprometeram ainda mais a imagem do Governo do Presidente Lula.

Pretendíamos, não fosse o discurso da Senadora Ideli Salvatti, que nos obrigou a fazer estas apreciações da tribuna sobre o papel da Oposição na defesa da ação estabelecida pela Oposição nesses quatro anos do Governo Lula, não fosse isso, discutiríamos sobre as preocupações do momento, que dizem respeito a questões econômicas e de investimentos. Mas isso faremos, certamente, no dia de amanhã.

Muito obrigado Sr. Presidente pela concessão de um tempo maior para que eu pudesse conceder os apartes aos ilustres Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Com os cumprimentos ao Senador Alvaro Dias, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Ma-

galhões, representante da Bahia no Senado Federal, por 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marco Maciel, desejo felicitá-lo não por estar na Presidência, mas pela figura que é V. Ex^a, e, mais ainda, pela sua assiduidade nesta Casa. Essa é uma demonstração que V. Ex^a dá, e que deveria servir de exemplo a muitos Senadores, de que não devemos, nunca, fazer semanas inteiras sem sessão deliberativa. De modo que é essa a minha primeira colocação, felicitando V. Ex^a pela característica permanente de vir a esta Casa, sempre cumprindo o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou me dirigir hoje, na primeira parte do discurso, com todo o respeito, a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Vou tratar de um assunto que diz respeito a ele, a mim e ao Brasil.

Venho tratar da sobrevivência do InCor. O InCor é um Centro Cardiológico de excelência não só no Brasil, como no mundo. O InCor é uma referência que não pode se apagar. Crises e mais crises, algumas talvez da própria Instituição, outras por atraso de pagamento de Governos, o InCor vive hoje um drama tão grave que um de seus diretores, o Dr. Jorge Kalil Filho, diz: “InCor pode ter o mesmo fim da Varig”.

O InCor teve dirigentes como Pileggi, Jatene, Ramirez, hoje tem David Uip e o Dr. Gim. Não podemos ficar de braços cruzados. Temos convênio com o InCor.

O InCor tem que mudar um pouco a sua orientação; deveria cobrar de doentes que podem pagar, mas não cobra. Deve cobrar e dar assistência, como tem dado, a 83% de pessoas do SUS.

O InCor é um centro também de experiências cardiovasculares invulgar. Alguns dos métodos do InCor foram criados em São Paulo para o mundo. A Fundação Zerbini tem um nome que não pode ficar esquecido de qualquer área da sociedade brasileira e, em particular, da sociedade médica.

Aqui está, Sr. Presidente, um sobrevivente do InCor. Falo por gratidão e porque quero que os brasileiros tenham a sorte que eu tive de ser atendido no InCor.

De modo que eu me dirijo ao Senhor Presidente da República, com quem os diretores do InCor estiveram ontem, para que Sua Excelência encontre a fórmula. Tem encontrado para empresas como a Telemar e outras empreiteiras, com ajuda do BNDES; pode encontrar para o InCor. Bem como o Governo de São Paulo deve cumprir suas obrigações – acredito que vá cumpri-las

agora – para que o InCor continue a ser o grande centro de excelência cardíaca do Brasil e do mundo.

Peço a transcrição dessa entrevista que tem argumentos importantíssimos do Dr. Kalil, um dos diretores do InCor. Aliás, há uma plêiade de profissionais de grande competência no InCor.

Estamos todos conveniados ao InCor, os Ministros do Supremo, os Parlamentares. Quantas e quantas vidas já foram salvas pelo Instituto do Coração?

Este é um apelo que, respeitosamente, faço a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

Dito isso, vamos passar para as matérias em que o Senhor Presidente da República é culpado – e vai piorar no seu novo Governo. Estou convencido de que o Governo Lula será mais desastroso em matéria moral do que foi neste quadriênio.

O jornal **Folha de S. Paulo** de ontem noticiou que o “Tribunal de Contas da União vê desvio de 55% em verbas de ONG”. Desvio de 55%! O TCU diz que ONG ineptas recebem 54% dos repasses do setor. A matéria trata de uma série de assuntos que demonstram que as ONG foram criadas não para servir à coletividade, mas a alguns ladrões ligados ao Governo do Presidente da República.

Não posso, tendo em vista as últimas eleições, dizer que essas ONG funcionaram – e muito – em todos os Estados do Brasil, a favor do Governo, de maneira escandalosa – e eu diria até cínica –, como aqui demonstra o Tribunal de Contas da União. Não se pode brigar com o Tribunal de Contas da União.

Passo a outra manchete.

Ainda há pouco, a Líder do Governo leu uma carta de alguém de Andaraí. Quantas cartas recebo que falam mal da Líder do Governo, mas não as leio nesta Casa em respeito à sua figura, ao seu Partido e à própria Casa. Ela disse que não leria tudo para não ferir suscetibilidades. De minha parte, quero que ela leia todas porque terei resposta para tudo, assim como meus companheiros que fazem oposição ao Governo. Desse modo, é uma fuga a não-leitura. Venha ler e fazer o debate porque nem todos podem fazer o debate da moralidade pública.

Lula reduziu os gastos em educação, responsável pela queda no *ranking* do IDH. O setor recebeu 163 do PIB em 2005, contra 173 dos últimos três anos de Fernando Henrique. Aqui se faz tanta comparação com o Governo Fernando Henrique, sempre apresentando números ruins para aquele Governo e bons e falsos números para o Governo Lula. Mas aqui está a demonstração inequívoca.

Senador Marco Maciel, Fernando Henrique Cardoso, Presidente do qual V. Ex^a foi vice, é um homem de quem se poderia divergir. E, muitas vezes, divergi.

Em entrevista, ele chegou a dizer que fui mais Oposição a ele do que o PT.

Mas é um homem de bem, culto, preparado, que governou o Brasil com uma visão de estadista, muito diferente da situação que hoje vivemos – o estadista de hoje pode ser de estádio, mas não de vida pública. Essa é a diferença de Fernando Henrique Cardoso. É por isso que, tantas vezes, Fernando Henrique Cardoso é citado e até violentado na sua figura de homem público por aqueles que não têm a sua competência.

Divergir de Fernando Henrique Cardoso é muito natural. Erros no Governo Fernando Henrique Cardoso existiram. Porém, comparar moralmente o Governo Fernando Henrique Cardoso com este é algo que não se pode fazer. É injusto. Por que é injusto? Estamos vendo aqui a razão. Se analisarmos a saúde, vamos ver a mesma coisa. Com esta reportagem, eu também mostro a evolução do gasto social no Governo Lula. Daí por que, Sr. Presidente, peço a sua transcrição e sei que V. Ex^a me atenderá.

Sobre a transposição do rio São Francisco a **Folha de S.Paulo** diz:

Transposição custará mais que o previsto, calcula TCU.

Para tribunal, obra no rio São Francisco beneficiará população inferior à estimada.

TCU avalia que Estados não vão conseguir distribuir a água à população depois que as bacias fluviais da região estiverem integradas.

A **Folha de S.Paulo**, na reportagem de Malu Delgado, fala da transposição do São Francisco, contra a qual temos lutado tanto. Recorremos à Justiça, e bateremos à porta da Justiça tantas vezes forem necessárias, para impedir que essa obra faraônica, que só visa beneficiar empreiteiras, se concretize. Vejo que são tantas as empreiteiras que o PT dizia ter ligações até comigo – nunca tiveram –, mas que hoje o Partido não diz nada porque elas deram mais dinheiro ao PT do que a qualquer outro Partido. O PT foi o Partido das Empreiteiras.

Faz-se silêncio. É o silêncio do consentimento. É o silêncio da verdade. É o silêncio daqueles que não podem discutir os gastos com as empreiteiras.

E, quando falo em empreiteiras, não me refiro às estatais. Estatais são outra coisa, Sr. Presidente. O que gastaram essas estatais vamos ainda descobrir aqui em várias CPIs.

Fico triste comigo, com V. Ex^a, com toda a Casa porque essas coisas acontecem, passam e ninguém fala mais nisso. É um novo mandato.

O Lula ganhou com uma vantagem muito grande. Então, tem que se fazer silêncio sobre os roubos do passado ou de ontem e os de hoje também, porque não se

pára de roubar. Há o problema dos cartões de crédito, de que tanto falávamos. Para que são usados?

Sr. Presidente, quero que V. Ex^a, mais uma vez, me dê razão e faça publicar, como é do meu direito, a matéria sobre a transposição do rio São Francisco.

O jornal **O Globo**, de sábado, publicou uma reportagem sobre a Operação Tapa-Buracos – muitas vezes discutimos aqui o problema dessa Operação, e sempre a Líder do Governo vinha defendê-la – com o título: “Calamidade nas estradas”. “Tapa-Buracos desmorona”. “Dez meses depois, 66,2 % dos trechos que passaram por obras já têm problemas”.

E não se põe ninguém na cadeia. Aliás, agora querem prender o Diretor do Dnit. Deveria prender todo mundo, sem exceção. Nessa Operação Tapa-Buracos não há exceção. Está aqui a reportagem, que traz a fotografia da estrada. Sessenta e seis por cento do que se gastou já acabou. E isso foi ontem, foi na véspera da eleição.

Ah, Sr. Presidente, tenha paciência!

Confesso a V. Ex^a que fico triste. Não gostaria de dizer isso. Gostaria de dizer que o Governo Lula está apurando as roubalheiras, que Lula vai modificar-se, que Lula vai melhorar, mas, quando vejo as pessoas que o estão cercando... Quando se tira Gushiken, entra outro pior. Quando tirou José Dirceu, veio o Berzoini. Caiu o Berzoini, veio outro...

É uma vergonha o que está acontecendo neste País, Sr. Presidente. É meu dever vir à tribuna chamar a atenção para esses pontos. Vim hoje da Bahia para isso. Amanhã vou falar sobre outros fatos. É preciso acabar com isso. Ou se acaba com a corrupção no Brasil, ou a corrupção vai acabar com o regime democrático brasileiro. E é muito mais importante a democracia do que a corrupção.

Não pensem que o povo vai ficar parado todo o tempo, anestesiado, como está, com a corrupção aí existente. Quem pensa sabe que isso está errado. Pode-se enganar o povo por algum tempo, mas não se engana o povo por todo o tempo, já dizia Afonso Celso. Conseqüentemente, isso tudo ainda vai acontecer, e que não sejamos nós culpados pelo nosso silêncio, pela nossa omissão, pela frequência ao Palácio de figuras que talvez não deveriam estar por lá, mas em outros lugares. Agora a porta se escancarou: entra todo mundo, não se pede carteira de identidade, nem precisa, porque quem entra já entra maculado.

Pego outra manchete, Sr. Presidente, e vejo:

Depois de 58 dias, PF hesita em denunciar ‘alopradados do PT’.

Lentidão e tom brando com acusados de amealhar R\$ 1,75 milhão [destinado a dossiê do Governo Lula contra o Ministro Serra e o candidato Alckmin]...

Está aqui. Estão todos eles: Gedimar Passos; Valdebrand Padilha; Expedito Veloso, Presidente do Banco do Brasil; Hamilton Lacerda; Oswaldo Bargas; Jorge Lorenzetti – churrasqueiro do Lula, o churrasqueiro mais caro do Brasil. Há mais: Berzoini, presidente do Partido; e Freud Godoy, que a Polícia Federal fez questão de inocentá-lo antes da hora; nem sequer deixou terminar a investigação.

De modo que peço providências ao meu prezado amigo, Dr. Márcio Thomaz Bastos, que, segundo se anuncia, não vai continuar mais no Ministério. Ele é um homem de bem e tem obrigação de, antes de sair do Ministério, mostrar quais são os “aloprados” que o próprio Lula denunciou – e acabou de demitir o último no dia de hoje. Agora, demite quem rouba, mas o dinheiro não volta nunca! Esta é a coisa mais triste do Brasil: o dinheiro não volta. O roubo existe, mas o dinheiro não volta.

Outra manchete:

Após a detenção, a impunidade.

Das 785 pessoas detidas em 20 grandes operações da PF, 94% já estão nas ruas.

E eles dizem que combatem a corrupção. Dizem que este é o Governo que apura, que não deixa nada debaixo do tapete, que pega e põe na cadeia os ladrões. Eles podem colocar na cadeia alguns ladrões, como ladrões de galinha ou coisa equivalente, mas os ladrões do dinheiro público, infelizmente, não.

Outra manchete:

Petistas ‘sem-teto’ buscam guarida no governo.

[Petistas sem teto são os derrotados].

Neste Governo, ele colocou vinte derrotados. No Governo atual! Agora aqui tem uma série de pessoas, vários amigos meus, outros nem tanto, que estão buscando teto no Governo. Não vou citar os nomes – me constrange –, mas os nomes estão aqui no jornal para quem quiser ver, e eu vou pedir a transcrição, também, desses sem-teto.

V. Ex^a quer me apartear?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aí depende...

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a trouxe aqui, pouco antes, um problema sobre o qual esta Casa não está se debruçando com a importância que deve: o Orçamento. O Orçamento para 2007 é um orçamento tapa-buracos, Senador Antonio Carlos Magalhães. O que é o um orçamento tapa-buracos? É aquele que não investe numa estrada nova. Põe uma areiazinha para que durante algum tempo os carros passem por cima, que

é o que se fez na operação tapa-buracos. Quando a gente analisa o Orçamento – e eu terei isso com mais detalhe – e a gente separa os gastos necessários para tapar os diversos buracos deste País, como a própria assistência social, que é para cuidar de erros que a gente deixou acontecer, e compara com os gastos para construir um Brasil novo, vemos que, pelo menos cinco vezes mais, a gente está gastando para tapar buracos do que para fazer estradas novas. E a gente não vê motivação do Governo para mudar isso. V. Ex^a falou em educação. Há algo muito grave no Orçamento em relação à educação. É certo que se aumentaram dois bilhões para as universidades. Mas, Senador, observemos a idéia – tão discutida pelo Presidente – do Fundeb, que prevê dois bilhões e oitocentos milhões. Desses dois, oitocentos milhões vão sair da própria Educação. Simplesmente mudaram a rubrica. Reduziram à metade os gastos com educação de jovens e adultos: de seiscentos milhões para trezentos, incluindo aí o Programa de Alfabetização. E, de dois bilhões e meio que são gastos este ano com o ensino fundamental, vai ficar reduzido a um bilhão e meio, que é o que eles previram para o Orçamento de 2006, mas que esta Casa, o Congresso, conseguiu aumentar até dois bilhões. Veja que coisa! Falam tanto no Fundeb, falam tanto em dois bilhões, mas só vão colocar um bilhão e duzentos, porque os outros oitocentos vão sair de dentro da própria Educação. Penso que est Casa deveria se dedicar um pouco mais à análise do Orçamento, não só como fazemos, de colocarmos emendas aqui e ali e sairmos aprovando rapidamente no Congresso. Mas criar um grupo talvez, para colocar uma lente sobre o que está acontecendo com nosso Orçamento. O Orçamento de 2007, Senador Antonio Carlos, é um Orçamento tapa-buracos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Veja V. Ex^a o seguinte: hoje, dia 13 de novembro, ninguém estudou o Orçamento! Talvez o Relator tenha dado alguma olhada, mas nenhum Parlamentar examinou o Orçamento. E vamos ter que dar o Orçamento em 15 de dezembro. Isso é Orçamento?

V. Ex^a tem razão, é um Orçamento tapa-buraco ou tapa-roubalheira porque a fonte principal dos roubos no Brasil – e com a conivência do Governo – é também por culpa destas duas Casas do Congresso, que votam um orçamento não impositivo justamente para facilitar dar-se dinheiro a quem não merece. V. Ex^a tem razão, e eu lhe dou mais uma vez esse crédito notável que V. Ex^a tem no setor educacional. V. Ex^a o tem em todos, mas no educacional principalmente e deveria estar preparando um Orçamento à altura de

suas idéias. Se V. Ex^a estivesse formulando isso, a situação da educação no Brasil seria outra.

Senador Eduardo Suplicy, já estou concluindo, mas V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, tendo ouvido, no caminho para cá, o pronunciamento de V. Ex^a sobre o InCor, eu gostaria de externar a importância de todos nós no Senado Federal estarmos apoiando esse instituto exemplar em todos os aspectos, mas principalmente por ser o instituto com o maior acúmulo de desenvolvimento científico, com experiência. E V. Ex^a registrou ter sido uma das pessoas que tiveram os cuidados da equipe médica do InCor. Eu mesmo nunca precisei viver uma situação de cirurgia no InCor, mas já fiz ali exames, como muitos de nós Senadores temos feito, para analisar o nosso estado de saúde periodicamente. Sempre fiquei impressionado com a extraordinária qualificação profissional e esmero de todos os médicos do InCor. Também fiquei impressionado com o número fantástico de brasileiros, de todas as partes do nosso imenso País, que procuram o InCor para realizar os exames e o tratamento necessário. E claro, o próprio Presidente Lula, antes de ser presidente, também foi atendido no InCor e, agora, como Presidente, tem sido um dos mais ilustres pacientes do InCor e tem, portanto, conhecimento pessoal da dedicação daquele corpo médico e de cientistas que merecem todo o respaldo, não apenas do Governo do Estado de São Paulo, mas também de nós Poder Legislativo e Executivo. V. Ex^a bem salienta que seria próprio que o InCor, estando em dificuldades econômicas e financeiras, adote uma sistemática de tal forma que haja uma diferença de tratamento com aqueles que efetivamente não têm recursos e aqueles que têm recursos, ainda que seja uma instituição pública. No momento em que o InCor faz um diagnóstico encaminhando-o, ontem, pessoalmente por seus diretores, ao Presidente Lula, ao Ministro Guido Mantega, ao Ministro da Saúde, Agenor Álvares, considero importante – e V. Ex^a registrou – a palavra do Presidente Lula no sentido de que possa ser encontrada uma solução num prazo exíguo de 48 horas e que contará com o nosso apoio. É preciso que nos debruçemos também para achar os caminhos para uma solução. Na entrevista dada pelo Diretor da Fundação Zerbini, Jorge Kalil Filho, ao jornal **O Estado de S. Paulo**, no domingo, ele mencionou que a maneira como se desenvolveu o InCor em Brasília, depois da iniciativa positiva que aconteceu durante a gestão de V. Ex^a como Presidente do Senado, acabou havendo ali uma situação de dificuldade financeira na forma como tem sido gerido o InCor em Brasília e isso inclusive estaria levando à decisão da separação do

InCor em relação à instituição aqui em Brasília. Menciono isso como um dos possíveis problemas sobre os quais todos nós, como membros do Poder Legislativo, do Congresso, em cooperação com o Ministério da Saúde, com o Secretário da Saúde e o Governador eleito, nos preocupamos. Menciono tanto o Governador Cláudio Lembo quanto o Governador José Serra pois ambos estarão certamente se empenhando para encontrar uma solução. Inclusive preparei para hoje à tarde um pronunciamento, mas quero aqui apoiar a iniciativa de V. Ex^a de considerar importante que nós, Senadores, venhamos a ajudar na solução da sobrevivência da melhor forma possível dessa extraordinária instituição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo o aparte de V. Ex^a. Realmente, acho que com relação ao problema do InCor de Brasília poderíamos resolver no próprio Orçamento da República.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, por mais três minutos. Tem ainda um aparte do Senador Mozarildo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – As Bancadas poderiam fazer uma emenda de todos os Partidos para o InCor de Brasília, que também está atuando muito bem. Talvez não tenha sido a melhor hora, não sei, mas eu me responsabilizo com o Presidente Michel Temer, por termos trabalhado para trazer o InCor para Brasília, a despeito de algumas dificuldades que encontramos na área militar, em virtude do funcionamento no Hospital de Base.

Mencionei com todo o respeito esse caso do InCor ao Presidente da República, Presidente Lula. V. Ex^a poderia, certamente, também levar o nosso apelo, o apelo da Casa, o meu apelo, o apelo de todos ao Presidente da República e, quem sabe, trazer, o mais breve possível, uma resposta favorável. Tenho certeza de que, nesse ponto, o Presidente vai se sensibilizar, porque, quando Sua Excelência vai até lá, vê também uma multidão de pessoas pobres sendo atendidas igualmente às ricas pelos maravilhosos médicos do InCor, que é uma notável instituição, que não pode perecer. V. Ex^a, portanto, é um intérprete do Congresso Nacional nesse pedido, que tenho certeza de que o Presidente da República vai acatar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Antonio Carlos, como médico, não poderia deixar de fazer um aparte a V. Ex^a no que tange a essa questão do InCor. Acho que o InCor, hoje, é um patrimônio nacional não só pelo atendimento que faz. É bom que se ressalte aqui, li isso, inclusive, com dados no jor-

nal, que apenas 20% do atendimento do InCor é fruto de convênios para valer e de particulares, os outros 80% atendem basicamente o SUS, fora o aspecto de pesquisa e de investimento em tecnologia avançada. Efetivamente temos que olhar o InCor não como um hospital qualquer, não como uma entidade qualquer. Realmente precisamos ver que é um centro de excelência no que tange à pesquisa, ao tratamento e, de maneira prioritária, ao atendimento ao pobre. Quero me aliar à preocupação de V. Ex^a e me dispor, também, para buscarmos soluções, inclusive com emendas de Comissão. Por exemplo, a Comissão de Assuntos Sociais poderia apresentar uma emenda para beneficiar o InCor, que tem um caráter nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo a V. Ex^a pelo aparte, que volta para esta Casa com este espírito que sempre

norteou a atuação de V. Ex^a, principalmente no setor de saúde.

Sr. Presidente, esse assunto do InCor era o que eu gostaria de tratar em primeiro lugar. Acho que, se o Governo moralizar-se nos outros setores, não teremos dificuldades nem com o InCor, nem com outras instituições, como as Santas Casas de Misericórdia de todo o País, que estão à mingua, sem recursos do Governo, enquanto alguns do Governo se locupletam com o dinheiro público por meios mais sórdidos e que, infelizmente, não são coibidos por Sua Excelência o Presidente da República.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Gastos de cartões do governo sobem 70%

O volume de dinheiro retirado na boca do caixa, entretanto, caiu de R\$ 890 mil, em 2005, para R\$ 417 mil neste ano.

Cartões foram criados para despesas emergenciais; uso de recurso para pagar 'kits lanche' em comício em SP é alvo de investigação do TRE

ROGÉRIO PAGNAN
DA REPORTEAGEM LOCAL

As despesas feitas pelo governo federal com os cartões de crédito corporativo explodiram nos dez meses deste ano e superaram em mais de 70% os gastos feitos em 2005.

No ano passado, esses gastos com o cartão, criado para atender despesas emergenciais, somaram R\$ 22,5 milhões contra os R\$ 38 milhões deste ano, até anteontem, segundo levantamento feito pelo site Contas Abertas a pedido da **Folha**.

Os gastos feitos pela Presidência, que inclui seis setores do órgão e entre eles o Gabinete da Presidência, também apresentam alta. Em todo ano passado, os gastos ficaram cerca de R\$ 20 mil abaixo de R\$ 11 milhões. Neste ano, eles já superaram em R\$ 50 mil.

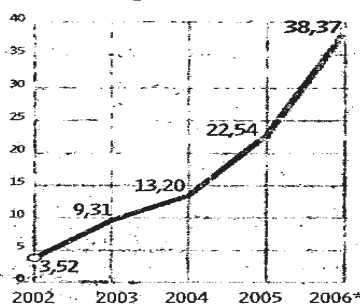
Segundo a Casa Civil, o crescimento nos gastos com cartões é normal porque trata-se de uma substituição do uso de dinheiro e cheque e que não representa um aumento das despesas do governo.

A Justiça Eleitoral de São Paulo investiga o uso de um dos

CARTÕES CORPORATIVOS

Os gastos do governo federal com cartões de crédito, em R\$ milhões

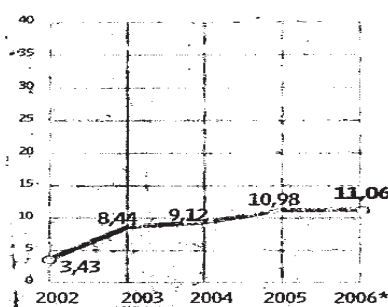
Todos os órgãos



cartões presidenciais em setembro passado para compra de 280 "kits de lanches", no valor de R\$ 2.212, em Jacareí. Essa investigação foi iniciada após denúncia do advogado Sidnei de Oliveira Andrade, consultor jurídico da Câmara de Jacareí, que disse que parte de dos lanches foram doados para militantes do PT, que participaram do comício do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Oliveira não apresentou, porém, nomes de pessoas que receberam o alimento.

Presidência



A Casa Civil, responsável pelos cartões presidenciais, afirma não haver irregularidade e que o alimento foi destinado à segurança presidencial e ao pessoal de apoio da comitiva. Segundo nota da assessoria da Casa Civil, a equipe de segurança da Presidência é formada por funcionários da Presidência, das Forças Armadas e das polícias Federal e Militar.

Ontem, porém, a Polícia Militar de Jacareí negou que o efetivo utilizado para reforçar a segurança do evento tenha re-

cebido lanche. Segundo o setor de comunicação da PM, cerca de 30 pessoas foram escaladas.

A assessoria da Casa Civil disse que "geralmente" os PMs estaduais recebem lanches, mas que não poderia confirmar se receberam ou não.

Anteontem, a Casa Civil chegou a informar que os lanches haviam sido distribuídos em três remessas. Essa versão foi mudada, porém, quando a reportagem informou a posição do proprietário da churrascaria, de que os lanches foram levados de uma só vez.

Queda

Apesar do crescimento dos gastos gerais com o cartão, há uma tendência de queda no volume de dinheiro retirado na boca do caixa. No ano passado, foram R\$ 890 mil contra os R\$ 417 mil neste ano. Em 2004, o valor chegou a R\$ 5,4 milhões.

Também apresenta tendência de queda os gastos com cartões exclusivos da Secretaria da

Administração da Presidência. No ano passado, foram R\$ 5,5 milhões contra R\$ 4,2 milhões,

até o início deste mês.

Colaborou MARTA SALOMON, da Sucursal de Brasília

COMPROVANTES DOS GASTOS

CHURRASCARIA GAÚCHA ROMANI II LTDA
 TEL: 3953-6598 e Tel/Fax 3251-0668
 Rodovia Presidente Dutra, Km 134 - Meia Lus
 CEP 12339-010 - Jacaréi - SP
 CNPJ 50.457.551/0001-92 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 392.005.354.113

Nota Fiscal de Venda a Consumidor 1ª Via - Cliente | 2ª Via - Tabelão
 Série D-1
 Data da Emissão 11/09/06 Nº 128214
 Ilmo. Sr. *Sec de Administração / PD*
 Rua CNPJ 003949110001-05 N.º

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS	PR. UN.	TOTAL R\$
280	LANCHE	7,90	2.212,00
TOTAL			2.212,00

NÃO VALE COMO RECIBO TOTAL 2.212,00

SOFTGRAF
 Rua Trindades, 182 - Centro - Jacaréi - SP - CEP 12339-010
 Inscricao Estadual 002.082.014-47 - Tel: 3953-6598 e 3251-0668
 10 BLOCOS de 50x2 Vias - Nº 128.001 a 128.009 - ALIC 14/07/104.500 - 1233

Nota fiscal fornecida por churrascaria de Jacaréi

Este cartão foi utilizado na compra de 280 lanches em Jacaréi (SP) em setembro.

Oposição cobra explicações e ameaça com CPI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A oposição cobrou ontem explicações do governo Lula sobre o uso de cartões corporativos. O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), ameaçou pedir a criação de uma CPI sobre o assunto, se a Casa Civil não responder o

requerimento de informações apresentado ontem pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

Reportagem publicada ontem na **Folha** mostrou que o funcionário do almoxarifado da Casa Civil Mauro Augusto da Silva comprou 280 "kits de lanche", no valor de R\$ 2.212, durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Jacaréi (SP).

O caso está sendo investigado pela Justiça Eleitoral de São Paulo a pedido do advogado Sidnei de Oliveira

Andradé, consultor jurídico da Câmara de Jacaréi.

"Se o governo não der uma resposta [sobre a prestação de contas dos cartões], a oposição vai ser obrigada a pedir uma CPI para investigar", defendeu Agripino.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) não descartou a abertura de CPI, mas antes prefere que o Tribunal de Contas da União divulgue o relatório que produziu sobre assunto. O documento do TCU está sob sigilo. (ADRIANO CEOLINE FERNANDA KRAKOVICS)

Contas da viagem de Lula estão à disposição do TCU, diz Planalto

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto informou ontem, por meio de nota da Casa Civil, que está à disposição do TCU (Tribunal de Contas da União) e da Justiça Eleitoral a prestação de contas da viagem do presidente Lula ao evento de campanha realizado em setembro em Jacareí.

"No caso do comício de Jacareí, todo o processo que envolve a viagem do candidato pre-

sidente, assim como a requisição dos lanches e os comprovantes das despesas estão arquivados na Casa Civil e disponíveis para os órgãos de fiscalização como o Tribunal de Contas da União e, óbvio, a Justiça Eleitoral, se esta considerar necessário", afirma o texto.

A **Folha** questionou a Casa Civil sobre "o número médio de lanches comprados pela Presidência em eventos fora de Brasília" e se a quantidade ad-

quirida leva ou não em consideração o número de pessoas em serviço. Não houve resposta. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, não informou o número de seguranças envolvidos nos deslocamentos do presidente, alegando se tratar de informação sigilosa. Segundo a Casa Civil, "não há necessidade de ressarcimento aos cofres públicos dos gastos relativos à segurança do presidente da República".

Governo Lula reduziu gastos com educação

Responsável pela queda do país no ranking do IDH, setor recebeu 1,63% do PIB em 2005, contra 1,73% dos últimos três anos de FHC

Previdência e assistência têm forte crescimento nas despesas; prioridade é para as transferências diretas de renda aos beneficiários

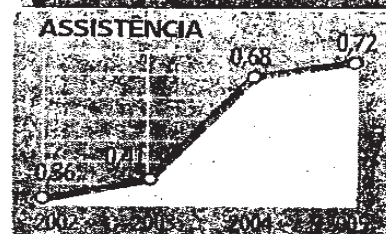
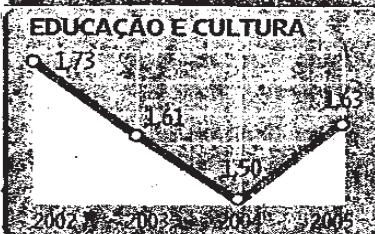
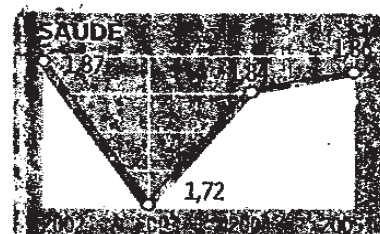
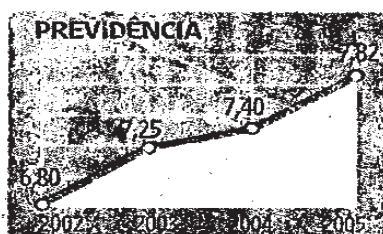
GUSTAVO PATU
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Maior responsável pela queda do Brasil no recém-divulgado ranking mundial de desenvolvimento humano, a educação teve seus recursos federais reduzidos no governo Lula.

De acordo com os dados oficiais, o setor recebeu R\$ 31,5 bilhões do Orçamento da União no ano passado, equivalentes a 1,63% do PIB (Produto Interno Bruto). Nos últimos três anos

A EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL SOB LULA

Em % do PIB



Fontes: Ministério do Planejamento e IBGE

do governo FHC, o gasto em educação se manteve no patamar de 1,73% do produto.

Não é possível estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre a redução dos gastos em educação e o desempenho brasileiro apurado pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Mas ambos refletem as opções da política social brasileira nos últimos anos, aprofundadas sob Lula.

Das quatro principais áreas da política social, duas têm forte crescimento recente nas despesas — previdência e assistência. Privilegiam-se, portanto, as transferências diretas de renda aos beneficiários, em detrimento dos serviços do Estado. Além da queda na educação, as verbas para a saúde ficaram estagnadas em 1,86% do PIB.

No IDH, que leva em conta expectativa de vida, alfabetização de adultos, taxa de matrículas e renda per capita, o Brasil teve progressos menores nos

três primeiros indicadores, ligados à saúde e à educação — o que ajuda a explicar o recuo da 68ª para 69ª posição no ranking internacional.

O país mereceu, porém, uma menção elogiosa da ONU ao Bolsa Família, programa de transferência de renda que contribuiu decisivamente para a disparada do orçamento da assistência social.

Razões

Há razões políticas e econômicas para explicar as opções do gasto social. No primeiro caso, o Bolsa Família se mostrou um ovo de Colombo eleitoral, com alto apelo popular e custo baixo — representa menos de metade das verbas assistenciais, que não passam de 0,72% do PIB. O programa também atende ao figurino recomendado pelos economistas de pensamento liberal, por ser focalizado (apenas aos mais pobres) e vinculado a contrapartidas como frequência escolar.

A principal despesa social continua sendo, de longe, a com benefícios previdenciários, independentemente da vontade dos governos — o envelhecimento da população e os direitos constitucionais bastam para o seu crescimento anual.

A contribuição política ao setor são os sucessivos reajustes reais do salário mínimo. De 5,39%, em 1995, a despesa com a Previdência Social chegou a 7,82% do PIB dez anos depois.

Perdendo espaço no Orçamento, saúde e educação se mantêm protegidas pela legislação. A primeira tem garantido na Constituição o aumento dos recursos conforme o crescimento do PIB. Os gastos em educação tiveram crescimento no governo passado, com a criação do Fundef, fundo destinado ao ensino fundamental. Após a queda no primeiro mandato de Lula, promete-se nova expansão com a aprovação do Fundeb, para o ensino básico.

ONGs 'ineptas' recebem 54% dos repasses ao setor, diz TCU

Entre 1999 e 2005, dez entidades receberam R\$ 150,7 milhões do governo federal

Ministro do Planejamento admite que mecanismos de controle de convênios precisam ser mais rigorosos e defende transparência

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRÁSILIA

Organizações não-governamentais sem condições ou sem capacidade para executar convênios com a União receberam mais da metade — 54,5% — das verbas federais destinadas a atividades para as quais faltam braços ao Estado, estima rela-

tório de auditoria recém-aprovado do TCU (Tribunal de Contas da União), com base em amostra que para o órgão representa o padrão de comportamento dessas entidades.

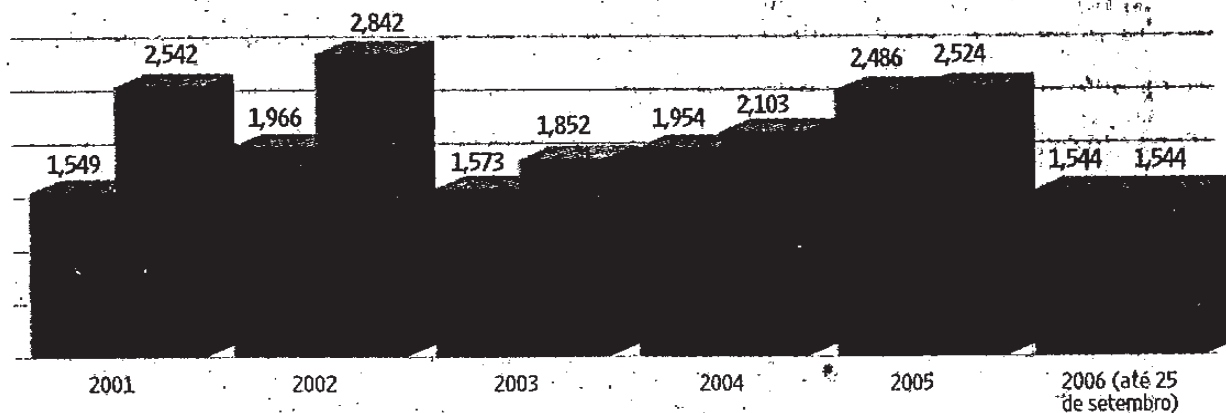
O TCU analisou detalhadamente 28 convênios celebrados

AS ONGS E O GOVERNO

Repasse para entidades privadas sem fins lucrativos

(em R\$ bilhões)

■ valores pagos ■ pagamentos corrigidos pelo IGP-DI



Fonte: Siafi/Contas Abertas

com dez ONGs. Eles cuidam da prestação de serviços na área de saúde indígena à concessão de bolsas de estudo, passando pela capacitação do programa Primeiro Emprego e pela compra de ambulâncias.

Os convênios analisados receberam R\$ 150,7 milhões dos cofres públicos entre 1999 e 2005. O Siafi (sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais) mostra que entidades privadas sem fins lucrativos movimentam quantias bilionárias de tributos arrecadados no período.

Desde 2001, com exceção de 2003 (ano de drástica redução de gastos não-obrigatórios), essas entidades vêm recebendo mais de R\$ 2 bilhões por ano, em valores corrigidos pela inflação. O total de convênios é um mistério. Lideram os repasses os ministérios da Saúde e o de Ciência e Tecnologia.

Sem controle

A relação entre o Estado e as ONGs, de acordo com o TCU, é pautada pela quase absoluta falta de controle, com consequente perda aos cofres públicos e à população.

“O que está ocorrendo é uma verdadeira terceirização da execução das políticas públicas para organizações da sociedade civil, daí descambiando para toda sorte de ilícitos administrativos, tais como a burla da exigência de concurso público e de licitações, o uso político-eleitoreiro dos recursos transferidos, o desvio de recursos para enriquecimento ilícito, entre muitos outros”, diz a auditoria relatada pelo ministro Marcos Bemquerer Costa, à qual a Folha teve acesso.

O relatório determina a adoção de providências pelos ministérios do Planejamento e da Justiça. O TCU cobra a divulgação, pela internet, de todos os convênios para repasses de recursos públicos a entidades privadas, assim como do cadastro completo das entidades de interesse público (as Oscips) ou de utilidade pública.

O ministro Paulo Bernardo (Planejamento) disse que as recomendações do TCU serão acatadas pelo governo porque “há interesse em haver total transparência” no trato dos recursos públicos destinados às ONGs. Segundo ele, é preciso

melhorar os mecanismos de controle desses convênios.

“Queremos restringir o acesso de recursos públicos apenas a quem tem condições”, disse ele, ainda sem conhecer os detalhes da auditoria.

O TCU recomendou ao TCU para a escolha de entidades que receberão dinheiro público. Durante a auditoria, constatou-se que os planos de trabalho das ONGs não seguem regras determinadas pelo Tesouro. Em geral, os objetos dos convênios não são definidos com precisão, as metas são vagas e as irregularidades incluem ainda superfaturamento de preços e notas fiscais frias.

Além disso, foram detectadas falhas na avaliação que antecede a aprovação dos convênios. Há situações em que os pareceres dos órgãos públicos simplesmente inexistem.

É o caso de convênio entre o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Associação de Plantas do Nordeste, em que não houve análise técnica. A ONG atuou como mera intermediadora de recursos públicos, já que não executaria ativi-

dades de pesquisa para as quais foi contratada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Em cinco convênios auditados da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), faltaram certidões que atestassem situação regular com o Fisco. Uma das entidades contratadas, a Urihi-Saúde Yanomami, teria sido criada, segundo o TCU, só para receber e gerenciar dinheiro (R\$ 33,8 milhões) da Funasa (leia texto nesta página).

Na avaliação dos auditores, dada a quantidade e a semelhança das falhas nas primeiras fases dos convênios, elas não se limitam a irregularidades formais. Seriam omissões, "ou até mesmo ações deliberadas para

CPI das ONGs. Mas o documento não tinha fato determinado. Ele refez a justificativa e começou a coletar assinaturas.

A proposta de criação da CPI surgiu quando petistas foram presos com R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar um suposto dossiê antitucano. Um dos envolvidos, Jorge Lorenzetti, era colaborador da rede Unitrabalho, que recebeu por convênios R\$ 18,5 milhões dos cofres públicos, segundo o site Contas Abertas. Na gestão FHC, a fundação recebera R\$ 840,5 mil. Lorenzetti também era analista de

R\$ 8,77 milhões, foi firmado só três meses após sua fundação, sem apresentação de certidão de regularidade fiscal nem documentos comprovando a capacidade jurídica, descumprindo a legislação. Em documento de 2005, a própria ONG admite ter sido montada para receber recursos do governo federal.

"A Urihi decidiu não firmar novo convênio. A partir daí, a estrutura administrativa da Urihi, montada especificamente para apoiar a execução de convênios com a Funasa, foi desativada", relata o TCU.

Outro caso destacado pelo TCU é o da Cunpir (Coordenação da União dos Povos e Nações Indígenas de Rondônia, norte de Mato Grosso e sul do Amazonas), que se configura com "caráter cultural", mas fez convênios com a Funasa no valor total de R\$ 11,39 milhões para prestar assistência médica aos índios. A Folha tentou falar com representantes da Cunpir, mas os números de telefone nem sequer estão ligados.

Já a APNE (Associação Plantas do Nordeste), que firmou três convênios com o governo federal no valor de R\$ 8,84 milhões, é citada como "mera intermediadora de gerenciamento de recursos". A fiscalização diz que a ONG não tem sede própria e funciona em salas cedidas por empresa pública do Estado de Pernambuco. O diretor da APNE, Franz Pareyn, diz que a entidade tem um acordo de colaboração com a empresa desde 1994, quando foi criada.

Pareyn rebate as críticas dizendo que há 12 anos a ONG tem trabalhos com o governo federal e que em momento al-

Entidade obteve R\$ 33,85 mi antes de ser desativada

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

"Este telefone está programado para temporariamente não receber chamadas." Ouviu esse recado quem ligou na sexta-feira para a ONG Urihi-Saúde Yanomami, uma das entidades auditadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A fiscalização aponta que a entidade foi criada em 1999 em Boa Vista (RR) exclusivamente para celebrar convênios com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), a partir da associação de seis pessoas e cuja sede era a própria casa de seus dirigentes.

Até 2002, recebeu R\$ 33,85 milhões para prestar assistência à saúde dos índios yanomamis. O primeiro convênio, de

Oposição tenta criar no Senado CPI das ONGs

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A oposição no Senado tem requerimento pronto para criar uma CPI com que investigue o repasse de recursos públicos para ONGs e Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). A CPI, proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PB), investigaria como as verbas foram gastas. O requerimento tem as 27 assinaturas necessárias para criar uma CPI no Senado.

Heráclito chegou a protocolar, anteontem, requerimento de criação da

DEPOIS DOS VOTOS: *Eduardo Greenhalgh, Professor Luizinho, Sigmaringa Seixas e Ângela Guadagnin estão na fila*

Petistas 'sem-teto' buscam guarida no governo

Trinta deputados não reeleitos, muitos amigos do presidente Lula, esperam cargos no segundo e terceiro escalões

Maria Lima

• BRASÍLIA. A mágica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está tendo que fazer para acomodar no novo Ministério os desejos dos caciques dos partidos aliados terá de ser ampliada para contemplar também, em cargos de segundo e terceiro escalões, uma leva de petistas derrotados nas urnas. Eles estão sem rumo e sem emprego. Só entre os atuais deputados do PT, nada menos que 32 não foram reeleitos.

Entre eles estão muitos companheiros e amigos do peito do presidente, como Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), professor Luizinho (SP), Sigmaringa Seixas (DF) e a deputada da dança da pizza Ângela Guadagnin (SP). Todos têm formação para tentar um emprego na iniciativa privada, mas alguns confessam que dificilmente conseguirão sobreviver longe da política.

A situação é pior para paulistas e gaúchos, como o ex-ministro Olívio Dutra, que,

sem o PT no comando do governo ou da prefeitura, vão fazer oposição a governos tucanos em seus estados.

Enquanto Lula articula a composição de seu Ministério, alguns desses petistas alimentam a expectativa de que o presidente se lembre também dos companheiros que agora estão sem o guarda-chuva do mandato.

Aproveitando seus últimos meses como parlamentar está o Professor Luizinho, que nos tempos áureos do poder ocupou o cargo de líder do governo na Câmara, mas caiu em desgraça ao figurar na lista dos mensaleiros e pode ter que voltar a dar aulas se não conseguir um emprego na União. E pode ser funcionário do governo tucano de José Serra em São Paulo, dando aulas de matemática para o primeiro e segundo graus num colégio do estado.

Luizinho: "No último caso, volto a ser professor"

Como dezenas de petistas que foram desbancados pelas urnas, ele ainda tem esperança

de que Lula se lembre de arranjar uma vaga no governo. Por enquanto, não teve qualquer sinal do Planalto, mas procura se articular. Mesmo derrotado, Luizinho diz que ainda está festejando a vitória de Lula e dando um tempo para deixar assentar a poeira.

— Se o presidente Lula vai se lembrar de mim, que fui seu líder na Câmara, só ele pode dizer. Em último caso, no limite, volto a ser professor de matemática. Sou professor efetivo do estado, essa função ninguém me tira — diz Luizinho, demonstrando rancor do eleitor que lhe tirou o mandato.

Ângela Guadagnin deve voltar a ser pediatra

Outra que poderá ter de reassumir a profissão original, de médica, é Ângela Guadagnin, braço direito de José Dirceu e dos mensaleiros petistas no Conselho de Ética.

— Ela deve voltar a atuar como médica pediatra, mas sem deixar de ajudar o governo Lula — diz sua assessoria. ■

Sigmaringa concorre a vaga no TCU

Cargo vitalício, com
salário de R\$ 23 mil,
é alvo de cobiça

• **BRASÍLIA E RIO.** Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o deputado Sigmaringa Seixas (PT) está na lista de Lula para ocupar a vaga do ministro Adylson Motta, que deixa o Tribunal de Contas da União (TCU) até o fim do ano. O cargo vitalício, com salário de R\$ 23 mil, é motivo de cobiça em Brasília. Sig, como é chamado por Lula e colegas, acompanha o presidente em pescarias e peladas e foi advogado de presos políticos e sindicalistas do ABC paulista nas greves da década de 80. Na quarta-feira, foi um dos que acompanharam Lula na visita a um restaurante de Brasília. Sigmaringa jura não pleitear o cargo: diz que prefere voltar à advocacia.

Também companheiro de Lula e ex-defensor de presos políticos, Greenhalgh é cotado para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ocupada até ano passado por Nilmário Miranda, desempregado após a derrota na disputa pelo governo de Minas Gerais. O deputado também diz que prefere reassumir sua banca de advocacia.

— Quem fala no meu nome para a secretaria quer me queimar — diz Greenhalgh.

José Eduardo Dutra é cotado para a ANP

Ex-presidente da Petrobras, o candidato derrotado do PT ao Senado por Sergipe, José Eduardo Dutra, pode ser recolocado em outro posto em Brasília. A amigos, tem dito que não gostaria de ser subordinado ao governador eleito de Sergipe, Marcelo Déda (PT), para não estragar a amizade. Os dois são amigos mas, por terem temperamento forte, temem problemas. Se depender de Déda, que tem agora ainda mais prestígio junto ao presidente, Dutra será aproveitado na equipe de Lula. Além de um cargo na Agência Nacional do Petróleo (ANP), ele é lembra-

dô para presidir o PT.

Ex-ministro das Cidades e candidato derrotado ao governo do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra reassume a presidência do diretório regional do PT nos próximos dias.

No Rio, petistas se movimentam para tentar ampliar os espaços na administração federal — hoje, a única representante do estado na Esplanada é a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Cotado no primeiro mandato para assumir a pasta do Planejamento, o deputado Jorge Bittar cobra “reconhecimento” à vitória de Lula no Rio: foram mais de 69% dos votos válidos no segundo turno.

— O Rio merece o carinho que o presidente expressou pelo estado na campanha — diz.

Desde o início da semana, circula um abaixo-assinado reivindicando um cargo para o senador Saturnino Braga, que foi impedido de concorrer à reeleição. Segundo aliados, ele poderia ser indicado ao Ministério da Ciência e Tecnologia ou à presidência do BNDES. ■

COLABOROU *Bernardo Meque Franco*

MOROSIDADE PARA PUNIR

Após a detenção, a impunidade

Das 785 pessoas detidas em 20 grandes operações da PF, 94% já estão nas ruas

Jailton de Carvalho

BRASÍLIA

Das 785 pessoas detidas pela Polícia Federal em 20 grandes operações de combate à corrupção e repressão a organizações criminosas nos últimos quatro anos, a maioria está nas ruas e sem qualquer punição, segundo levantamento feito pelo GLOBO. Apenas 40 investigados permanecem detidos. Ou seja, o número de presos hoje corresponde a pouco mais de 5% do contingente detido. De 2003 até agora, a PF fez 241 operações e prendeu 4.292 empresários, lobistas e servidores públicos, entre outros. Mas, das 20 maiores operações, apenas sete já resultaram em condenações dos acusados.

— As instituições são tolerantes com crimes financeiros. Para ficar preso neste país, o sujeito tem que estuprar, matar e confessar o crime. Isso se não tiver um bom advogado — afirma o procurador da República Mário Lúcio de Avelar.

Nessa lista de 20 investigações, policiais federais e procuradores da República obtiveram sentenças condenatórias dos réus nas operações Anaconda, Praga do Egito, Shogun, Farol da Colina, Cavalo de Tróia, Poeira no Asfalto e Curupira. Os processos das demais operações se arrastam na burocracia da Justiça ou até nos escaninhos do Ministério Público Federal.

Foi o que aconteceu com a operação Albatroz. Em agosto de 2004, a PF prendeu 20 empresários e servidores públicos ligados a uma organização chefiada pelo então deputado estadual do Amazonas Sebastião Cordeiro. A investigação, batizada de Operação Albatroz, atingiu também cinco secretários do governador Eduardo Braga (PMDB). Pelos cálculos da polícia, o esquema teria movimentado mais de R\$ 500 milhões em contrabando e fraude em licitações do governo local, ao longo de dez anos.

Mas, apesar do alentado relatório da PF sobre

as fraudes, o subprocurador da República Carlos Eduardo de Oliveira só apresentou a denúncia contra os acusados em setembro, dois anos e um mês após o início das investigações. Neste período, Cordeiro teve o mandato cassado, mas recuperou os bens e hoje mora nos Estados Unidos numa casa comprada ano passado. Nem declarou o negócio imobiliário à Receita Federal.

Os sinais da impunidade são também a marca da Operação Vampiro. Com a decisão do Ministério Público de fazer um aditamento da denúncia original para incluir os nomes do ex-ministro Humberto Costa e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares no rol dos acusados, o processo, que já estava em fase adiantada, voltou à estaca zero. A primeira denúncia foi feita em 2004.

— Os baixos índices de condenação são, em parte, resultado da desarticulação entre o Ministério Público e a Polícia Federal. Entre as instituições estaduais, essas diferenças são ainda mais graves — afirma o sociólogo Cláudio Beato, especialista em questões de segurança pública.

Condenados à prisão recorrem em liberdade

• A impunidade tem sido a tônica até nos processos que resultam em condenação. Depois de mandar à prisão os doleiros Messod Gilberto e Samuel Messod Benzecry, investigados na Operação Farol da Colina, contra crimes de lavagem de dinheiro, a Justiça Federal do Amazonas permitiu que os dois recorressem da sentença em liberdade. A Justiça Federal do Rio concedeu benefício similar a empresários e policiais investigados por adulteração de combustíveis na Operação Poeira no Asfalto. Condenados, eles recorreram e aguardam o desfecho em liberdade.

— É, no mínimo, um contra-senso: condenar uma pessoa à prisão e, logo em seguida, soltar essa pessoa para que recorra em liberdade. É o

mesmo que não punir — diz um juiz federal que acompanha de perto os desdobramentos das grandes investigações criminais.

O delegado Jorge Pontes, da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da PF, concorda que os índices de punição são baixos. Mas, para ele, as prisões feitas pela PF no início de cada operação não são parâmetros adequados para se medir os resultados de uma investigação. Segundo Pontes, a PF pede as prisões em caráter provisório, apenas para instruir os inquéritos que, mais tarde, são levados à Jus-

tiça. Ele argumenta que, a partir dessas prisões, de cinco a dez dias de duração, a polícia costuma obter confissões e provas fortes para concluir grandes investigações.

— As prisões provisórias, como o próprio nome indica, são um importante instrumento de investigação, e não de punição — afirma Pontes.

Procurado pelo GLOBO, o subprocurador Eduardo Oliveira não foi localizado. Segundo a assessoria de imprensa da Procuradoria Geral da República, Oliveira viajou para o exterior. ■



O balanço de quatro anos



Nas 20 principais operações promovidas pela Polícia Federal nos últimos quatro anos...

785

pessoas
foram presas

40

permanecem
detidas (5 % das
prisões iniciais)

7

dessas operações
resultaram em
condenações

De 2003 até hoje a Polícia Federal fez **241** grandes operações, algumas em parceria com o Ministério Público Federal e a Receita Federal. **4.292** pessoas foram presas por corrupção, estelionato e tráfico de influência, entre outros crimes.



Fase
inicial



Hoje



Sentença

SUCURI (2003)

Investigação sobre o envolvimento de policiais federais com contrabandistas de produtos eletrônicos na fronteira com o Paraguai



39
presos



0
presos



Ainda
não tem

PRAGA DO EGITO (2003)

Investigação sobre contratação de funcionários fantasmas e fraudes em licitações pelo governo de Roraima



53
presos



0
presos



Condenados,
aguardam recursos
em liberdade

ANACONDA (2003)

Investigação sobre o envolvimento de juizes, delegados e advogados com venda de sentenças judiciais em São Paulo



9
presos



2
presos



Réus já sofreram
condenações e estão
respondendo a
outros processos

DOMINÓ (2005)

Investigação sobre o envolvimento de parlamentares, juizes e procuradores com fraudes no serviço público em Rondônia



24
presos



12
presos



Não
tem

SHOGUN (2004)

Investigação sobre o envolvimento do chinês Law King Chong com contrabando de mercadorias em São Paulo



2
presos



3
presos



Law King Chong foi
condenado por
corrupção

CAVALO DE TRÓIA (2004)

Investigação sobre o envolvimento de hackers do Pará e outros estados com invasões e roubos a contas bancárias pela internet



64
presos



6
presos



Os líderes
foram
condenados
por estelionato

SENTINELA (2004)

Investigação sobre o envolvimento de altos funcionários do Tribunal de Contas da União com fraudes na contratação de empresas de segurança



10
presos



0
presos



Não
tem

VAMPIRO (2004)

Investigação sobre desvio de dinheiro destinado à compra de medicamentos de sangue pelo Ministério da Saúde



17
presos



0
presos



Ainda
não tem

POEIRA NO ASFALTO (2004)

Envolvimento de altos funcionários do Tribunal de Contas da União com fraudes na contratação de empresas de segurança



47
presos



0
presos



Condenados
aguardam recursos
em liberdade

FAROL DA COLINA (2004)

Envolvimento de grandes doleiros com um esquema internacional de lavagem de dinheiro



61
presos



2
presos



Seis doleiros,
entre eles o
Toninho da
Barcelona,
já foram
condenados

ALBATROZ (2004)

Investigação sobre o envolvimento do ex-deputado Sebastião Cordeiro e altos servidores públicos com contrabando e fraude em licitações no Amazonas

 20 presos
 0 presos
 Não tem

CEVADA (2005)

Investigação sobre o envolvimento dos donos da cervejaria Schincariol com um esquema de sonegação de impostos no Rio e em São Paulo

 70 presos
 0 presos
 Ainda não tem

FACÇÃO TOUPEIRA (2006)

Investigação sobre o envolvimento de integrantes de uma facção criminosa de São Paulo com a tentativa de roubo a banco em Porto Alegre

 42 presos
 23 presos
 Não tem

SANGUESSUGA

(2006)
 Investigação sobre a venda de ambulâncias a preços superinflados

 28 presos
 0 presos
 Ainda não tem

CURUPIRA (2005)

Empresários e funcionários públicos envolvidos com contrabando de madeira no Mato Grosso

 101 presos
 0 presos
 Três dos líderes cumpriram pena de prisão; os demais aguardam recurso em liberdade

NARCISO (2005)

Investigação sobre o envolvimento da Daslu, a loja mais luxuosa do país, com sonegação de impostos em São Paulo e Santa Catarina

 4 presos
 0 presos
 Ainda não tem

SAÍVA (2006)

Investigação sobre o envolvimento de militares e empresários com fraudes em licitações do Exército e outros órgãos públicos em Manaus

 32 presos
 2 presos
 Ainda não tem

DILÚVIO (2005)

Investigação sobre um esquema de contrabando de mercadorias de Miami para o Brasil

 97 presos
 2 presos
 Não tem

CEROL (2005)

Investigação sobre o envolvimento de delegados, empresários e advogados com a manipulação de inquéritos da PF no Rio de Janeiro

 17 presos
 0 presos
 Ainda não tem

MONTE ÉDEN (2005)

Investigação sobre um esquema de lavagem de dinheiro com uso de off-shores a partir do escritório de advocacia Oliveira Neves, em São Paulo

 28 presos
 0 presos
 Ainda não tem

ENTREVISTA

Jorge Kalil Filho, diretor do Instituto do Coração

ATENDIMENTO: “O Incor não vai deixar de ter seu papel social. Mas o número de pacientes particulares vai subir”

INCOR 2: “O prédio é espetacular, um bem para o País. O problema foi de gestão, tanto nosso como do governo”

EVASÃO: “Médicos que se fizeram no Incor levam pacientes ilustres para hospitais privados. Isso é inadmissível”

‘Incor pode ter o mesmo fim da Varig’

Para seu diretor, se a crise da Fundação Zerbini não for resolvida, Instituto do Coração corre o risco de ‘morrer’

Adriana Dias Lopes

O imunologista Jorge Kalil Filho, 52 anos, presidente do Conselho Diretor do Incor, e David Uip, diretor-executivo do instituto, vão hoje encontrar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo, para pedir socorro. Para o encontro, Lula convocou ontem mesmo os ministros da Fazenda, Guido

Mantega, e da Saúde, Agenor Álvares. Tão logo o governador eleito José Serra volte dos Estados Unidos, o grupo vai pedir socorro outra vez. A Fundação Zerbini, mantenedora do Incor, está afogada num mar de dívidas. “Se a Zerbini não for salva, o Incor morre”, diagnostica dramaticamente Kalil. A crise que envolve um dos principais símbolos de São Pau-

lo tem muitas causas e se traduz numa dívida estratosférica de R\$ 250 milhões; por causa dos empréstimos tomados, o faturamento do hospital é retido tão logo chega às contas bancárias. Kalil decreta que o Incor caminha célere para o sucateamento, que pode acabar por transformá-lo “num hospital público comum”. Segundo ele, o dinheiro do Incor é sugado por

múltiplos ralos, dos quais o mais inclemente é o atendimento de pacientes que foram (mal) operados em outros hospitais e precisam de remendos salvadores.

A crise, para Kalil, está trazendo enormes repercussões negativas, principalmente para a produção científica. "Os pesquisadores precisam de tranquilidade duradoura", diz ele, que carrega um currículo respeitado mundialmente, com 319 trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Kalil realça o papel social do Incor e define: "Crescemos academicamente e socialmente, mas quebramos financeiramente", admite. Eis a entrevista:

O Incor pode parar?

Se a Zerbini não for salva, o Incor morre. Parar definitivamente é muito difícil. Mas o que pode acontecer, se os problemas não forem resolvidos rapidamente, e isso não se resume a um empréstimo, mas a uma série de providências conjuntas, é o Incor ter o mesmo fim da Varig. Ir parando, parando, piorando aos poucos.

Em quanto tempo isso pode acontecer?

Nos próximos dois anos ele já pode estar bem ruizinho.

O hospital já foi afetado de alguma forma?

Os profissionais estão preocupados com a crise. Isso é péssimo, principalmente para a produção científica. Os pesquisadores precisam de tranquilidade duradoura.

Por onde pode começar o sucateamento do hospital?

Em primeiro lugar, vem a possibilidade de se transformar num hospital público comum. Ou seja, os melhores profissionais vão começar a sair, as unidades de pesquisa, a se extinguir, e a alta complexidade, a sofrer.

O setor de pesquisa dá muitos gastos?

Não. Nossos grupos são muito competitivos. O Incor é um dos líderes mundiais de novos medicamentos em cardiolo-

gia. Só neste ano, conseguimos quatro patentes. Conquistamos, portanto, recursos de centros de pesquisa até de fora, como o Instituto Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. O que faturei com o meu centro de pesquisa, por exemplo (Laboratório de Imunologia), dá para pagar os funcionários numa boa. Não temos lucro. Mas não perdemos dinheiro com pesquisa.

Onde o Incor mais perde dinheiro?

Atendendo pacientes que já foram operados em outros hospitais. Somos o único hospital com pronto-socorro cardiológico de portas abertas para a alta complexidade em São Paulo (sem necessidade de agendamento). Quer um exemplo? No último feriado atendemos a oito dissecações da aorta (*extravasamento de sangue entre as camadas da parede da aorta*), um procedimento complicadíssimo, caro, com implantação de prótese, etc. É muita coisa. Provavelmente foram as oito dissecações ocorridas na cidade. Quer mais? Fazemos mais diálises que o Centro de Nefrologia do Hospital das Clínicas. Os cardiopatas são todos enviados para cá. E o SUS paga muito, muito mal por esse tipo de paciente, cobrando 20% do

'Os pesquisadores estão preocupados. A crise afeta a produção científica'

que gastamos com ele. Quanto mais eu atender, mais dinheiro vou perder, portanto. Se eu quiser ser rentável na atual situação, socialmente teria de ser um crápula. E o que eu faço? Deixo de atender? Claro que não. Nosso papel social é muito importante.

Existe a possibilidade de o Incor deixar de cumprir com esse papel social?

De forma alguma. O que vamos fazer em breve é atender mais pacientes da rede privada. Ho-

UM CURRÍCULO EXTENSO

...O currículo de Jorge Kalil Filho tem a espessura de um livro de porte médio. Ele se graduou em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1977. Daí por diante, fez a sua formação superior na Universidade de Paris VII. Em 1980, concluiu o mestrado em Imunogenética e Imunopatologia; dois anos depois, na mesma universidade, terminou a especialização em Hematologia e, concomitantemente, o doutorado em Biologia Humana.

É livre-docente em Imunologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (USP) desde 1991; e professor titular de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da USP.

Atualmente, é chefe do Departamento de Clínica Médica e diretor técnico da Divisão de Saúde do Hospital das Clínicas (HC), além de presidente do Conselho Diretor do Incor, coordenador do curso de pós-graduação em Alergia e Imunopatologia da Faculdade de Medicina e, por último, diretor do Laboratório de Imunologia do Incor.

Num País em que os cientistas não se preocupam tanto com o saudável hábito de apresentar as suas pesquisas ao mundo científico, Kalil se destaca por ser autor de 370 trabalhos científicos apresentados em congressos internacionais e 554 em congressos nacionais. ●

je está em torno de 20%. Pela lei posso chegar a 40%, mas vou deixar com 25%.

Não houve a possibilidade de o Incor 2 (anexo do Incor construído em 1999 que hoje abriga a maioria dos casos de alta complexidade)

...tem a possibilidade de o Incor 2 (anexo do Incor construído em 1999 que hoje abriga a maioria dos casos de alta complexidade)

cular há alguns anos? Houve. E talvez o fato de não ter virado um hospital privado, independente do governo, tenha sido um dos erros administrativos ao longo da história do Incor. Talvez tenha sido uma opção romântica continuar com atendimento público. Por outro lado, o papel social e acadêmico do Incor foi

preservado. Crescemos acadêmica e socialmente. Mas quebramos financeiramente.

O Incor 2 foi o primeiro rombo financeiro da Zerbini?

Uma coisa tem de ficar clara: a idéia de fazer o segundo prédio surgiu graças ao grande sucesso do Incor. O prédio é espetacular, ele é um bem para o País. O problema foi de gestão e dos dois lados, tanto nosso como do governo. Como as coisas eram feitas antigamente no Brasil? Criava-se um problema administrativo e se empurrava para o governo depois. Bem, tínhamos um esqueleto do Incor 2 desde a época do Montoro, que perdurou por uns dois governos. Aí, num determinado momento, o Covas, que tinha uma relação especial com o hospital, sugeriu que se usasse a reserva da Zerbini, que era em torno de US\$ 50 milhões, para tocar o prédio. Dizem que ele queria ver o Incor pronto porque estava doente (*Covas morreu de câncer em 2000*). Por outro lado, acreditamos que a Zerbini teria pernas próprias para andar. Até que um dia acabou a reserva e fomos pedir dinheiro ao BNDES. Depois, precisamos de mais dinheiro para empregar gente. Hoje, só com o BNDES, temos uma dívida de R\$ 115 milhões.

A história de que o governo do Estado de São Paulo não teria honrado a dívida depois da morte do Covas é verdadeira?

Tem gente que diz que o governo prometeu ressarcir e tem gente que diz que não. O que há são atas que afirmam que as ações foram tomadas porque havia um comprometimento do Estado. Não existe um documento formal sobre isso. Nem

não estaria no orçamento. Só poderia ter sido promessa.

O segundo rombo foi a construção do Incor Brasília, em 2004?

Sim, mas graças a Deus já estamos nos separando. Os caixas já estão separados, só falta agora o divórcio jurídico. Mas o Incor Brasília é outra coisa, é

cheio de problemas.

Problemas como ter 600 funcionários para 40 leitos?

É gente demais. Já estamos com a mão cansada de tanto demitir. E o Incor entrou de forma errada em Brasília, chegou como um paulista arrogante, dizendo "estamos aqui para resolver os problemas cardíacos da cidade". Como se não tivesse mais nada lá.

Quem vai cuidar do Incor Brasília agora?

Estamos discutindo isso neste exato momento com o Congresso Nacional. Talvez fique com as Forças Armadas ou sob responsabilidade de outra fundação. Pode inclusive se transformar num hospital privado.

O Incor Brasília não acabou levando muitos pacientes políticos do Incor de São Paulo?

Sim, mas os pacientes ilustres têm vindo menos para cá, não tanto por isso, mas principalmente porque os médicos que se fizeram no Incor estão levando seus pacientes para hospitais privados, como o Sírio-Libanês. É inadmissível.

Há diferença entre os dois hospitais?

A cardiologia daqui é imbatível.

O senhor pretende impor alguma regra para evitar esse tipo de evasão?

Claro. Vou dizer para os médicos: 'Você é do Sírio, de qual quer outro hospital ou daqui?'. Se for de outro: 'Tchau'. Não é preciso fazer uma escolha. Mas tem de ficar mais aqui.

Os médicos usam o salário como argumento?

cor? R\$ 6 mil, pela função de médico. Não ganho nada para ser diretor-geral, cargo que me ocupa 25 horas por dia. O ascensorista pode trabalhar no (Hotel) Ritz ou no cinema da esquina, sem problemas. Mas os médicos não trazerem

pacientes para esta instituição que lhes dá todo prestígio? Eles têm pacientes graças à grife do Incor.

O Lula é atualmente o paciente mais ilustre do Incor. O senhor pretende de certa forma aproveitar isso para salvar o instituto?

O presidente gosta muito do Incor. Domingo (*hoje*), eu e outros diretores vamos ter uma reunião com ele em São Paulo. Vamos apresentar a proposta de reestruturação da Fundação Zerbini, com sugestões, e

'O Lula foi bem tratado no Incor quando ainda não era o Lula'

ver como ele pode nos ajudar. Além de aumentar o número de convênios, vamos sugerir a redistribuição dos pacientes de alta gravidade para outros hospitais do próprio Estado, falar de cortes, do SUS e de tudo mais que seja possível para nos ajudar. Estou muito otimista. O Lula entendeu o trabalho social que fazemos aqui. Ele e seus familiares foram bem tratados no Incor quando o Lula não era o Lula. Aqui não se pergunta o status social.

O senhor já falou com o Serra sobre a situação do Incor?

Estou esperando ele voltar dos Estados Unidos (*a volta está marcada para quarta-feira*) para conversarmos. O Serra ainda não conhece o Incor com profundidade e quero muito apresentar o hospital como ele é. Uma coisa é certa: vamos pedir ajuda, sim, independentemente da interpretação que ele possa ter desse prédio.

O senhor está otimista em relação

Logo que assumi, trouxe um consultor especializado em reestruturação de empresas que me disse que é possível recuperar a Zerbini, sim, e, portanto, salvar o Incor.

O que é preciso fazer, então?

Além da proposta de reestruturação que vamos apresentar, precisamos de um empréstimo para apagar o fogo *(na quinta-feira, o governador Cláudio Lembo anunciou a intermediação de um novo empréstimo com o BNDES)*. Mas temos de fazer muito mais. Refinanciar dívidas com bancos privados, por exemplo. Praticamente todo o dinheiro que hoje recebemos dos atendimentos fica parado nos bancos como forma de garantia para empréstimos. Nosso faturamento de R\$ 15 milhões mensais fica nos bancos,

portanto. Quero também pleitear emendas que facilitem recursos, pedir ajuda ao secretário Estadual de Economia e Planejamento *(Fernando Braga)* e ao secretário de Saúde *(Barradas Barata)*. Acho que sou otimista, sim.

O senhor conquistou a presidência do Incor e da Zerbini num momento de turbulência. Como foi a chegada?

Em outubro do ano passado, estava no Egito para receber o Prêmio Mundial de Biologia da Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento quan-

do me avisaram que eu havia sido escolhido por unanimidade para substituir o *(José) Ramirez* no último ano de seu mandato. Dias depois, ele obteve uma liminar e voltou ao cargo. Em março, eu estava em Dacar *(Senegal)*, dando uma conferência, quando recebi novamente um telefonema com a mesma notícia. Liguei para o Ramirez para saber o que ele achava disso. Ele disse que preferia que fosse eu o escolhido para substituí-lo. Em junho, tomei posse com a aprovação do Ramirez e a confirmação do Conselho Deliberativo.

DOSSIÊ VEDDIN

Depois de 58 dias, PF hesita em denunciar aloprowados do PT

Lentidão e tom brando com acusados de amealhar R\$ 1,75 milhão destoam da atuação incisiva no governo Lula

R\$ 110 milhões

é o valor que teria sido desviado pela máfia dos sanguessugas

**Dois pesos**

A PF abriu mão do padrão adotado em todas as suas operações:

- Não divulgou nem permitiu que a imprensa fizesse imagens do material apreendido ao desencadear a operação

Sanguessugas

O começo do problema

1 Em julho, a Polícia Federal desbaratou quadrilha especializada em fraudar compra de ambulâncias e equipamentos hospitalares superfaturados.

2 O esquema envolvia parlamentares, empresários, prefeitos e funcionários do Ministério da Saúde, que desviavam verba da União em licitações fraudulentas.

3 Parlamentares - 69 são investigados em CPI - apresentavam emendas para a compra e, em alguns casos, recebiam propina sobre o valor. A máfia era liderada pelos Vedoin, donos da Planam, principal empresa da fraude.

Dossiê

A extensão do caso

1 No dia 14 de setembro, Luiz Antônio Vedoin e seu tio, Paulo Roberto Trevisan, são presos em Cuiabá pela PF, que havia descoberto a tentativa de venda a petistas de dossiê contra tucanos.

2 No dia 15, são presos no Hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, Gedimar Passos e Valdebran Padilha. Com eles havia R\$ 1,75 milhão, que teria sido levado até o hotel por Hamilton Lacerda para pagar o dossiê.

3 Nomes importantes do PT são citados. Lorenzetti assume a responsabilidade. Bargas, que oferecera o material à *Época*, envolve Berzoini, que se licencia da presidência do PT.

O caminho dos dólares

Saíram de um banco de Miami, entraram no Brasil por meio do Banco Sofisa em São Paulo, de onde seguiu para casas de câmbio e agências de turismo.



Provas

• Os dois petistas pegos com o dinheiro não foram autuados em flagrante e até agora não foram indiciados.

• A PF não promoveu algumas acareações, mesmo diante de contradições nos depoimentos colhidos.

• A PF já dispõe de provas documentais e testemunhais contra os "alopradados", mas até hoje, quase dois meses depois da apreensão do dinheiro no Hotel Ibis Congonhas, ninguém foi indiciado criminalmente.

• A própria PF avalia que pelo menos 4 delitos estão caracterizados: formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, crime contra o sistema financeiro (lei do colarinho branco) e falsidade ideológica.

A turma dos 'alopradados'

Gedimar Passos
Ex-diretor do Banco
do Brasil, acusado de
fraude no esquema
dos Vedoin, foi preso
em Cuiabá.

Valdebran Padilha
Empresário, sócio
de Gedimar Passos,
foi preso em Cuiabá.
Já havia sido preso
em 2004 por fraude
no Banco do Brasil.

Exedito Veiros
Ex-diretor do Banco
do Brasil, acusado de
fraude no esquema
dos Vedoin, foi preso
em Cuiabá.

Hamilton Lacerda
Ex-diretor do Banco
do Brasil, acusado de
fraude no esquema
dos Vedoin, foi preso
em Cuiabá.

Oswaldo Bargas
Ex-diretor do Ministério do Trabalho,
acusado de fraude no
esquema dos Vedoin,
foi preso em Cuiabá.

Jorge Lorenzetti
Ex-chefe da Abin do PT, acusado de
fraude no esquema
dos Vedoin, foi preso
em Cuiabá.

Ricardo Bezorini
 Em depoimento à PF, disse que coordenava a campanha de Lula nos dias envolvidos no caso. O rastreamento telefônico da Polícia Federal revelou contatos de Bezorini com os filhos dos empreendedores e membros do partido, além de outros membros da família de Bezorini. Bezorini, para o caso, afirmou que não teria sido o responsável pela ação, mas que teria sido o responsável por ela.

Em depoimento à PF, disse que comandou a ação para aquisição do material contra tucanos, tendo enviado inclusive Gedimar e Expedito a Cuiabá para tratar do caso. Nega ter autorizado o envolvimento de dinheiro na negociação.

Mais tarde, Gedimar negou que Freud tivesse comandado a operação, mesmo tendo declarado isso em seu primeiro depoimento e durante acareação com o ex-segurança. A PF investiga também a empresa de Freud, que presta serviços ao PT.

Freud Góes
 O empresário, que presta serviços ao PT, foi rastreado pela PF. Segundo a polícia, ele teria sido o responsável por fornecer o material para a campanha de Lula.

Há dificuldade em se descobrir a origem da parte em reais. A principal suspeita recai sobre doleiros, jogo do bicho e até caixa 2 do PT. Há grande quantidade de notas de baixo valor e não seriadas.

Desse total, **US\$ 109,8 mil já foram rastreados.** Saíram da Vicatur, casa de câmbio da Baixada Fluminense. O restante pode ter sido retirado de outras casas de câmbio sob suspeita.

De onde veio o dinheiro?

R\$ 1,75 milhão

é quanto foi apreendido com Gedimar e Valdebran. A quantia pagaria o dossiê Vedoin

R\$ 1,16 milhão	US\$ 248,8 mil
------------------------	-----------------------

Fausto Macedo

O inquérito para investigar o dossiê Vedoin completa hoje 58 dias e a Polícia Federal, mesmo tendo à disposição uma farta coleção de provas documentais e testemunhais, não providenciou ainda o enquadramento criminal dos "aloprados" – expressão com que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu os petistas participantes da operação.

A PF até já tornou pública a convicção de que os suspeitos – que tentaram comprar um conjunto de fotos, documentos e um DVD contra candidatos tucanos durante a campanha eleitoral – incorreram em pelo menos quatro tipos de delitos: formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, crime contra o sistema financeiro (lei do colarinho branco) e falsidade ideológica.

Na madrugada de 15 de setembro, uma sexta-feira, agentes federais flagraram em São Paulo Gedimar Passos e Valdebran Padilha, negociadores do dossiê, com R\$ 1,75 milhão em um hotel perto do aeroporto de Congonhas. Com esse dinheiro, uma parte em reais (R\$ 1,16 milhão) e outra em dólares (US\$ 248,8 mil), a organização formada por quadros do PT pretendia adquirir o dossiê que custou cerca de R\$ 200 aos Vedoin, a família que deu vida à máfia dos sanguessugas.

O plano era divulgar o material, com imagens de José Serra, quando ministro da Saúde da gestão Fernando Henrique, entregando ambulâncias em Cuiabá. Os participantes do esquema acreditavam que, ao tor-

nar público o dossiê, grande estrago seria causado na imagem dos tucanos durante as eleições. Mas o golpe malogrou. Primeiro porque o dossiê não tinha importância – em nada compromete o governador eleito. E porque a PF chegou antes, no momento crucial da operação.

Desde o instante em que pôs as mãos na dinheirama que o PT amealhou, a PF poderia ter sido mais pragmática, na avaliação de juristas e até mesmo de delegados experientes.

CUECAS

Em casos semelhantes, que incluíram apreensão de moeda estrangeira e nacional em grande monta e não declarada, a PF adotou medidas mais severas. Foi assim com José Adalberto Vieira da Silva, ex-assessor de um irmão de José Genoino – presidente do PT na era mensalão –, apanhado em São Paulo com R\$ 209 mil numa bolsa e US\$ 100 mil na cueca, quando embarcava para Fortaleza, em 2005. Adalberto foi autuado em flagrante por crimes contra o sistema financeiro e a ordem tributária. O enquadramento, avaliou a PF, teve suporte em dois fatos: ele não comprovou a origem do dinheiro nem recolheu tributos incidentes.

Para os envolvidos no dossiê Vedoin, um tratamento mais brando. Não foram autuados, apesar de apanhados com a dinheirama. Ao invés do auto de prisão em flagrante, Gedimar e Valdebran foram submetidos à prisão temporária, que expirou no quinto dia. Voltaram para casa. Outros importantes personagens, antigos aliados de Lula, não perderam por um único ins-

tante a liberdade.

OPERAÇÕES

No governo Lula, a PF incorporou o papel de algoz dos corruptos e fraudadores. A eles não deu trégua. Ofereceu, sim, uma atuação dentro da lei, mas infle-

Adalberto, dos dólares na cueca, foi autuado por dois crimes

xível como poucas vezes se viu. Desencadeou, de janeiro de 2003 a agosto passado, 280 operações espetaculares que resultaram em 6.678 inquéritos. Não disparou um tiro. Foram 111 missões de combate à corrupção, que levaram 3.740 suspeitos para o xadrez, incluindo 783 servidores públicos.

Os federais não pensaram duas vezes para expor publicamente tudo o que recolheram com os investigados: dinheiro, documentos contábeis, carros de luxo, armas, vestígios de enriquecimento ilícito. Os dólares na cueca de Adalberto logo ganharam as páginas da crônica policial. Mas os dólares do recente dossiê a PF não mostrou. Até que, a dois dias do primeiro turno das eleições, o delegado Edmilson Bruno, da PF em São Paulo, furou o bloqueio.

O procurador Mário Lúcio de Avelar pediu à revelia da PF a prisão dos suspeitos, mas a Justiça achou que não havia motivos. Avelar reiterou o pedido, que uma juíza de plantão acolheu, mas a instância superior revogou a toque de caixa. ●

CALAMIDADE NAS ESTRADAS

Tapa-Buracos desmorona

Dez meses depois, 66,2% dos trechos que passaram por obras já têm problemas

Bernardo Mello Franco* e Alan Gripp

TIRADENTES (MG) e BRASÍLIA

Anunciadas com alarde em janeiro, as obras da operação Tapa-Buracos completaram dez meses já desmoronando.

As reformas emergenciais, feitas até julho, não agüentaram nem o fim do ano eleitoral. Na maior parte dos cerca de 26 mil quilômetros de estradas federais reformadas, as chuvas e o tráfego pesado fizeram escorrer pelo ralo investimentos estimados em mais de R\$ 400 milhões. Feitos às pressas — e sem licitação em trechos que somam 7.400 quilômetros — os remendos demonstram ter vencido o prazo de validade e, em alguns casos, chegaram a criar novos riscos à segurança dos motoristas.

Cruzamento feito pelo GLOBO com dados da lista das obras executadas pelo governo federal e da avaliação dessas estradas na Pesquisa Rodoviária 2006 da Confederação Nacional do Transporte (CNT) mostra que 66,2% dos trechos reformados têm hoje pavimentação com algum tipo de comprometimento. O percentual representa a soma das rodovias que receberam dos pesquisadores os conceitos regular, ruim e péssimo.

O programa tapou buracos em 133 trechos de estradas que cortam 24 estados e o Distrito Federal. No

estudo da CNT, 33,8% destes percursos tiveram a pavimentação classificada como ótima ou boa, 54,2% como regular e 12% como ruim ou péssima. A pesquisa foi realizada entre junho e agosto.

“Viraram buracos de cabeça para baixo”

• No interior de Minas Gerais, uma viagem pela BR-265, que liga Barbacena a São João del Rei, denuncia o resultado negativo da operação. Em janeiro, o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit) destinou verba extra de R\$ 1,04 milhão à empreiteira contratada para restaurar a rodovia. Inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou irregularidades na obra original, licitada em 2004 e parada por mais de um ano. Apesar do reforço no orçamento, muitos buracos reabriram e a elevação das novas camadas de asfalto criou ondulações perigosas, numa pista que já sofre com má sinalização e falta de acostamento.

— Viraram os buracos de cabeça para baixo. Em vários pontos, o asfalto novo subiu tanto que criou verdadeiros quebra-molas. Quando o caminhão está vazio, balança tanto

que parece que vai desmanchar — reclama o motorista Divanildo de Melo, que teve prejuízo de R\$ 1.200 ao destruir um pneu na estrada.

Apesar do mau estado do asfalto nos 59 quilômetros da rodovia que receberam as obras, o superintendente do Dnit em Minas, Sebastião Ferreira, diz que a operação foi satisfatória:

— Com certeza, os buracos que existiam foram tampados. Agora, com o problema das chuvas, pode ter reaparecido algum burquinho.

O diagnóstico é diferente para quem depende da rodovia para fazer negócios. Sócio de uma pequena transportadora que atua na BR-265, Euler Cristóvão diz que a operação Tapa-Buracos não passou do que chamou de quebra-galhos.

— A manutenção devia ser constante. A pista já voltou a ficar esburacada — criticou.

Numa região pontilhada por jóias do patrimônio histórico, as falhas na pavimentação também ameaçam a chegada de turistas em ônibus e carros de passeio. Os buracos estão entre as principais reclamações do livro de visitas de Tiradentes, que na alta temporada chega a triplicar a população de sete mil pessoas. O secretário municipal de Turismo, Marcelo Gomes, sonha com a reforma completa da rodovia até o fim do ano, apesar

de as obras só estarem em execução num trecho de sete quilômetros. Ele acredita que a operação Tapa-Buracos não passou de um paliativo.

— O trabalho foi feito às pressas e sem qualidade. Alguns remendos ficaram tão ruins que a empreiteira teve que voltar e recolocar asfalto no mesmo lugar — conta.

Apesar do rosário de lamentações, há quem veja pontos positivos na situação da rodovia. Há 22 anos à beira da pista, o borracheiro Luiz Fernandes está acostumado a dar más notícias a quem não consegue desviar dos maiores buracos. Ele mantém uma velha Caravan 85 para socorrer motoristas que furam os pneus longe do casebre em que, além de fotos de modelos seminuas, guarda martelos e câmaras de ar.

— A quantidade de buracos é impressionante. Não sei como deixam a estrada ficar desse jeito — comenta, antes de admitir o lucro com o mau estado da rodovia. — Para mim, quanto pior, melhor.

O presidente da seção de cargas da CNT, Flávio Benatti, evita criticar a operação Tapa-Buracos, mas pondera que as obras foram insuficientes para recuperar a malha rodoviária:

— A operação foi importante em rodovias que estavam muito ruins, mas não resolve. Estradas que sofreram reparos já apresentam deterioração. Quando a pavimentação é refeita, o efeito é mais duradouro.

Duas rodovias na lista das obras tiveram a pavimentação classificada como péssima na pesquisa da CNT: a BR-460, que liga as cidades mineiras de Lambari e São Lourenço, e a BR-230, no Sul do Amazonas. Outras 14 estradas foram avaliadas como ruins, mesmo após as intervenções. Cinco ficam em Minas Gerais. São Paulo, que possui a malha rodoviária mais moderna do país, recebeu o conceito ótimo para os trechos da BR-101 e da BR-116 que cruzam o estado e também foram alvo da operação Tapa-Buracos.

Segundo a direção do Dnit, a operação Tapa-buracos cumpriu os objetivos e melhorou as condições de tráfego em rodovias que tinham problemas de emergência. O diretor de infra-estrutura rodoviária do órgão, Hideraldo Luiz Caron, afirma que o governo mantém um programa de recuperação das estradas com orçamento de R\$ 2 bilhões por ano:

— Obviamente, (com a operação)

não passaríamos as estradas em estado péssimo e ruim para ótimo e bom. O objetivo era recuperar a trafegabilidade. Agora vamos fazer intervenções mais duradouras. O programa de recuperação recebeu R\$ 2 bilhões em 2005 e 2006 e terá a mesma quantia em 2007.

O diretor do Dnit diz que estão sendo recuperadas rodovias importantes como a BR-101, que corta 12 estados do norte ao sul do país e tem tráfego pesado de caminhões em quase toda a extensão. Segundo Caron, também há obras em estradas que ajudam a escoar a produção do interior para cidades portuárias, como a BR-262 (Corumbá—Vitória).

Os investimentos, no entanto, são considerados tímidos pela CNT. Estudo da confederação estima que um plano de recuperação de toda a malha rodoviária brasileira custaria R\$ 22,5 bilhões, ou seja, 11 vezes mais do que o valor aplicado este ano. Além disso, seria necessário gastar R\$ 1 bilhão por ano apenas com a manutenção das rodovias, algo inimaginável para os investimentos previstos pelo governo federal. ■

* Enviado especial

CALAMIDADE NAS ESTRADAS: *Decisão determinou obras, não realizadas, na BR-513*

Justiça ameaça prender dirigentes do Dnit por estrada que virou 'arma letal'

'Mais uma vez a rodovia BR-153 está abandonada', diz procurador que pediu prisão.

Plínio Teodoro*

• SÃO PAULO. O diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (Dnit), Mauro Barbosa da Silva, e o coordenador do órgão em São Paulo, Arnaldo Teixeira Marabolim, podem ser presos por desrespeito à sentença judicial de maio de 2004, que determinou a realização imediata de reparos na rodovia BR-513, no trecho entre os

municípios de Lins e Ourinhos, no interior do estado. O pedido de prisão foi feito ontem pelo procurador Jefferson Aparecido Dias, do Ministério Público Federal em Marília, no interior do estado.

— Mais uma vez a rodovia BR-153 está abandonada, se transformando numa arma letal a ceifar a vida dos cidadãos que dela se utilizam — escreveu o procurador em trecho do pedido.

Dnit: rodovia está em obras

• O juiz-substituto da 1ª Vara Federal da cidade, Alexandre Carneiro Lima, aceitou a petição e deu prazo de cinco dias, a contar da data do recebimento da intimação, para que os acusados se manifestem.

De acordo com a assessoria do DNIT, o diretor Mauro Barbosa da Silva se apresentará à

Justiça de Marília na próxima semana para dar explicações sobre o andamento das obras. Em nota, o Dnit informa que a rodovia BR-153, conhecida como Transbrasiliana, encontra-se em obras, com trechos da estrada em fase de licitação. A assessoria informou que em parte do trecho entre Lins e Ourinhos, que é citado na ação, as obras devem começar ainda em novembro. Nos demais trechos da rodovia citados no processo movido pelo MPF, as obras devem começar até o fim do ano, alegou.

Este é o segundo pedido de prisão movido pelo MPF contra os responsáveis pela estrada que, segundo o próprio procurador, ficou conhecida como a "rodovia da morte". Há cerca de dois anos, após sentença judicial que determinou a realização das obras de reforma e sinalização da BR-153, o MPF fez pedido de prisão semelhante ao constatar que a rodovia continuava em péssimas condições de conservação. Logo após o pedido de prisão, as obras foram iniciadas.

Trecho fechado quase um ano

• O trecho de 32 quilômetros que liga as cidades de Marília e Getulina ficou interditado por quase um ano e só foi liberado, em julho de 2005, depois que o Exército realizou obras de tapa-buracos na área e o Dnit comprometeu-se a fazer as reformas necessárias.

Porém, somente medidas paliativas, como a operação Tapa-Buracos, foram realizadas e as obras foram paralisadas. Segundo o procurador, as ações foram insuficientes para recuperar a estrada, que continua em péssimas condições de tráfego, com muitos buracos, provocando inúmeros

acidentes. Ele considerou a paralisação das obras um desrespeito do Dnit ao Judiciário e resolveu pedir novamente a prisão dos responsáveis.

A ação movida pelo Ministério Público Federal contra o Dnit começou em julho de 1999, quando o procurador responsabilizou a União e os órgãos competentes pelos acidentes e pelas mortes ocorridos na rodovia. Na ação, o procurador mostra que em um período de três meses, entre janeiro e março

de 1999, foram registrados 82 acidentes naquele trecho da rodovia, que matou 12 pessoas e deixou 65 feridos.

Na ação, que foi deferida pela Justiça Federal, o MPF solicita que o Dnit e a Polícia Rodoviária Federal sejam "condenados a elaborar e implantar um projeto de reformulação, conservação, sinalização e fiscalização da rodovia, impedindo que ocorram novos acidentes e mortes". ■

* Especial para O GLOBO

FOLHA DE S.PAULO

Transposição custará mais que o previsto, calcula TCU

Para tribunal, obra no rio São Francisco beneficiará população inferior à estimada

TCU avalia que Estados não vão conseguir distribuir a água à população depois que as bacias fluviais da região estiverem integradas

MALU DELGADO
DA REPORTAGEM LOCAL

Apontado pelo presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Sil-

va como uma das principais obras de infra-estrutura desenvolvida sob sua gestão, o projeto de transposição do rio São Francisco é agora alvo de questionamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Após uma auditoria no projeto, o tribunal concluiu que há riscos de a obra beneficiar, no Nordeste, uma população inferior à estimada pelo Ministério

da Integração Nacional (12 milhões de pessoas em 2025) e de custar mais do que o programado (R\$ 4,5 bilhões).

“Os benefícios estão superestimados e os custos subestimados”, afirma trecho do relatório final da auditoria, aprovado pelo plenário do TCU no último dia 3. “Os benefícios incluem um conjunto de ações que o Ministério da Integração não sabe como e quando serão realizadas”, acrescenta.

O que leva o TCU a duvidar da eficácia do projeto é, basicamente, a incapacidade dos Estados de fazer a gestão hídrica e distribuir a água à população após concluído o processo de integração das bacias do rio. Segundo o próprio ministério informou à Agência Nacional de Águas (ANA), dos 391 municípios a serem beneficiados pela transposição apenas 22%, hoje, teriam capacidade de captar, tratar e distribuir a água.

Falta informação

Outro aspecto grave que comprometeria o êxito da obra é a flagrante desinformação das prefeituras e Estados sobre o impacto da obra. Listado entre municípios diretamente beneficiados pela transposição, a Prefeitura de Sairé (PE), por exemplo, enviou uma resposta considerada pelo tribunal como “instigadora”: “O município de Sairé é rico em água e não será afetado pela transposição”.

O TCU enviou questionários aos 391 municípios listados como beneficiários. Enviaram respostas 103 municípios, amostra considerada representativa pelo tribunal.

Os números não batem. Os Estados beneficiados (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará) informaram ao TCU que aproximadamente sete milhões de habitantes serão beneficiados pela obra, enquanto o governo federal fez uma estimativa de nove milhões de beneficiados (na fase

inicial de operação).

Também as listas de municípios que serão beneficiados pela transposição são totalmente díspares. Exemplo: o governo federal diz que o projeto beneficiaria diretamente 113 municípios em Pernambuco. Mas quando a pergunta é feita ao governo estadual, o número cai para apenas 30.

“Conclui-se que a abrangência real do projeto é incerta e não alcançará a população de 12 milhões de habitantes no ano de 2025, a não ser que medidas complementares sejam tomadas por parte do governo federal e dos Estados e municípios participantes”, diz o voto do ministro-relator do TCU, Benjamin Zymmler.

outro lado

Ministério sustenta meta de beneficiários

O relatório da auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União foi enviado ao Ministério da Integração Nacional e a órgãos públicos federais envolvidos no projeto da transposição do São Francisco (Ibama, ANA, Ministério do Meio Ambiente).

Procurado pela **Folha** para comentar o resultado da auditoria do TCU, o ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, disse, por intermédio da assessoria de imprensa, que se pronunciaria sobre o tema na segunda-feira.

A assessoria informou que somente o ministro responderia por questões referentes ao projeto de transposição e que ele estava fora de Brasília. Ontem, o ministro estava em Caldas Novas (GO) participando de encontro do Conselho do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Ao TCU o Ministério da Integração confirmou a in-

Apoio federal

Em alguns Estados, como o Ceará, o envolvimento com o projeto é maior, e há previsões orçamentárias para obras, estimadas em R\$ 600 milhões. Mas é uma exceção. Ainda que os Estados tenham consciência de suas responsabilidades após a integração das bacias, todos “comunicaram que necessitam de apoio financeiro federal para a realização dessas obras complementares”.

O relatório do TCU derruba ainda um mito sustentado pelo Ministério da Integração: “Não há garantias de que a redução de custos do governo federal com ações emergenciais de combate à seca no Nordeste será proporcional aos recursos despendidos para a implementação do projeto”.

formação de que o universo de pessoas beneficiadas no Nordeste com a transposição corresponderá à estimativa já feita: 12 milhões de pessoas em 2025. Disse ainda que um sistema adutor para o agreste de Pernambuco aumentará o número de beneficiários do programa. “No geral, as recomendações do TCU são válidas e oportunas, embora, em sua maioria, já tenham sido objeto de avaliação e, inclusive, de processo de implementação parcial”, alega o ministério.

A ANA disse ao TCU que não faria comentários sobre o relatório. Acrescentou que “estão sendo desenvolvidas ações que vão ao encontro das sugestões”. Já para o Ibama, a ANA deve avaliar se os Estados terão as necessárias condições operacionais e financeiras ao projeto.

O TCU fez várias recomendações ao governo federal, entre elas a avaliação real do alcance do projeto e a elaboração de um plano integrado de ações da transposição com a convivência do problema das secas no semi-árido. (MD)

TCU vê desvio de 55% em verbas de ONGs

Segundo auditoria, entidades sem condições de cumprir convênios receberam recursos do governo federal

MARTA SALOMON
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Organizações não-governamentais sem condições para executar convênios com a União receberam mais da metade — 54,5% — das verbas federais destinadas a complementar atividades do Estado, segundo relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União.

O TCU analisou 28 convênios com dez ONGs, que receberam R\$ 150,7 milhões

do governo de 1999 a 2005 para cuidar de serviços como saúde indígena e concessão de bolsas de estudo.

Há entidades beneficiadas que não têm sede ou que receberam o dinheiro sem apresentar a documentação exigida por lei. O total de convênios é desconhecido. Os repasses são liderados pelo Ministério da Saúde.

A oposição no Senado tem pronto requerimento para criar CPI sobre o tema. Segundo o ministro Paulo Ber-

nardo (Planejamento), o governo precisa controlar melhor os convênios.

37% dos jovens não têm ensino fundamental, diz pesquisa

Pesquisa da economista Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e So-

ciiedade, revela que 37% dos brasileiros de 15 a 25 anos não completaram o ensino fundamental. É esse contingente que começa a ingressar no mercado de trabalho.

Segundo o Dieese, os jovens são hoje 46% dos desempregados do país, apesar de representarem só 25% da população economicamente ativa. Para o secretário nacional da Juventude, Beto Cury, o Estado precisa pagar sua "dívida histórica" com essa população.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, de acordo com as solicitações que foram feitas.

Consultando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, PT do Estado do Paraná. V. Ex^a tem o direito de utilizar a tribuna por 20 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de lembrar dois momentos importantes que ocorreram no Senado Federal, na semana passada, e que devem servir como objeto de reflexão permanente não somente por parte do Senado mas de toda a sociedade brasileira. O primeiro deles foi a sessão solene, a utilização do horário do Plenário para homenagear o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

Foi uma iniciativa da Unesco – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Cultura – que teve a participação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação deste Senado Federal. O representante da Unesco aqui esteve, e, além das homenagens em plenário, houve momentos importantes na TV Senado, com a realização de uma entrevista, um debate, uma conversa sobre ciência e tecnologia.

Destaco que essa Subcomissão da Comissão de Educação do Senado Federal ainda neste ano patrocinará a realização de duas audiências públicas que versarão sobre nanotecnologia e robótica. Muitos outros assuntos já foram discutidos por esta Subcomissão, como, por exemplo, a utilização dos fundos setoriais para ciência e tecnologia, a utilização dos recursos do FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, assim como um debate sobre energia nuclear, a construção de Angra III e assuntos relacionados à pirataria, que, além da ciência e tecnologia, constitui um grave problema para a sociedade brasileira, já que, de acordo com relatos daquela ocasião, por incrível que pareça, já produz mais recursos para o crime organizado do que a própria área das drogas e entorpecentes.

Tudo isso vem sendo discutido por esta Subcomissão, que teve, como ponto alto, a construção, o envolvimento, a relação da ciência, o Dia Mundial da Ciência, para a construção da paz e do desenvolvimento. Ciência não pensada unicamente em termos

de energia nuclear, mas em termos do cotidiano da população.

Quando pensamos, por exemplo, em uma pessoa com deficiência, que essa pessoa tenha acesso a uma cadeira de rodas motorizada, acesso a computador, que os jovens do Brasil tenham acesso aos telecentros, à inclusão digital e a tantas coisas que podem ser feitas a partir do desenvolvimento da tecnologia, com base na ciência, para que a população tenha uma vida melhor, mais digna, com mais condições de exercer a cidadania.

O interessante é que, em todos esses debates, enfatizou-se sempre o papel fundamental da educação – educação básica, ensino infantil, fundamental, médio, técnico, universitário – e o destaque ainda de que o Brasil tem de melhorar muito na área da educação, para que a educação seja o sustentáculo, o fundamento para o desenvolvimento da área da ciência e da tecnologia.

O segundo momento, ainda na semana passada, foi a audiência pública realizada aqui no Senado Federal, a primeira delas – Sr. Presidente, V. Ex^a esteve presente nesta audiência pública -, que teve como objetivo contribuir para com a investigação das causas que ocasionaram a tragédia ocorrida com o Vão 1907 da GOL. Foram chamadas para essa primeira audiência pública algumas pessoas. A primeira representou a GOL Transportes Aéreos, a advogada que representava a companhia. Também foi convidado um especialista na área da responsabilidade civil, que é um professor de bastante destaque na Universidade de Brasília – UnB. Também teve o ponto de vista dos familiares das vítimas do acidente, por meio da presença da esposa de uma das vítimas do acidente. Naquela ocasião, dissemos que outras audiências públicas sobre esse assunto vão ser realizadas, pois já há pedido desta comissão, que é a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que também sejam chamados a Infraero, a Aeronáutica e outras entidades, outras instituições e outros órgãos relacionados à segurança de voo. Então, nesse sentido, houve o apelo, durante a audiência pública, para que as pessoas que tenham contribuições a dar sobre este assunto, sejam familiares de vítimas desse acidente ou de outros acidentes, sejam pessoas que desejam contribuir para a construção de caminhos tendo em vista soluções para esta área, possam entrar em contato com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, pois todas as sugestões serão bastante bem-vindas.

Destaco ainda que o Senado Federal, na próxima semana, vai realizar a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. É uma iniciativa importante desta

Casa, mediante a Presidência, na pessoa do Senador Renan Calheiros, e todos os Partidos políticos, visando discutir iniciativas que possam tornar mais digna a vida do portador de algum tipo de deficiência e proporcionar-lhe mais possibilidades de inclusão social.

No Senado Federal, já está constituída inclusive uma comissão de acessibilidade, que vem alterando todo o espaço físico da Casa, a fim de que a pessoa com dificuldade de locomoção - grávida, idosa ou deficiente - possa ter acesso a qualquer lugar desta Casa, tendo em vista a inclusão pela acessibilidade.

O grande desafio no Brasil - já temos leis nesse sentido, como a Lei nº 10.048 e a Lei nº 10.098, que tratam da acessibilidade, o decreto que regulamenta essas leis - é fazermos o corte em termos de acessibilidade. Daqui para frente que nada seja construído sem que sejam observadas normas que propiciem a locomoção, independente das pessoas.

Então, qualquer tipo de construção no Brasil, seja privada, de uso coletivo ou pública, tem que observar a questão da acessibilidade. Não pode haver barreira arquitetônica. Deve-se pensar na escada, na rampa, no elevador, no banheiro, nas portas, no acesso, nas calçadas que são construídas nas cidades, que sejam de material antiderrapante, nos semáforos, enfim, que tudo seja construído dentro do que a lei determina.

Dizíamos, inclusive, no Senado Federal, que o fundamental é que esta Casa que, na verdade, aprova as leis seja a primeira a demonstrar ao Brasil o cumprimento da legislação, para que sejamos conhecidos não só pelas leis que elaboramos, mas também pelo cumprimento da legislação naquilo que esta Casa pode fazer. Então, é um desafio que se faz para a comunidade, as prefeituras, as Câmaras de Vereadores, a sociedade em geral, as empresas, a fim de que todos façamos esse esforço baseado na lei, e que tem que ser feito, obrigatoriamente, para que a nossa empresa, a nossa prefeitura, a nossa casa, o nosso município, todos possam ser chamados de totalmente acessíveis.

Com respeito aos hotéis que recebem turistas, devemos pensar que as pessoas com deficiência também, felizmente, cada vez mais vêm se tornando consumidores. É importante que também esses hotéis, essas pousadas sejam totalmente acessíveis. Que possam até colocar uma placa no lado externo, dizendo: totalmente acessível. Se visualizarmos, por exemplo, o banheiro dos hotéis, vamos certamente verificar que as modificações que sejam feitas para as pessoas com deficiência, em termos de chuveiro, de banheira, de box, de espaço, vão beneficiar também a pessoa idosa, a gestante, a criança. Todos terão muito mais segurança ao usar um banheiro que atenda ao que a lei determina.

Nesse sentido, na semana que vem, vamos ter no Senado Federal a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com uma ênfase para a acessibilidade, mas dizendo que acessibilidade não é só a barreira física, a barreira arquitetônica, mas também acessibilidade em termos de comunicação, como a utilização da Libras, Língua Brasileira de Sinais.

Os funcionários do Senado, na semana passada, estavam já fazendo um curso de Libras para atender melhor às pessoas surdas, por exemplo, que vêm a esta Casa. Elas serão atendidas por funcionários que conheçam o assunto, que possam se comunicar com essas pessoas. Já foram contratadas pelo Senado e estão à disposição na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão da Pessoa com Deficiência intérpretes para a Língua Brasileira de Sinais.

E não só em termos de comunicação. A própria TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, todos estão muito envolvidos em termos de sensibilização e de conscientização do Congresso Nacional e da sociedade, mas também destacando que temos de ter acessibilidade também em termos de emprego. Aqui no Senado Federal, se é feito um concurso, por exemplo, a lei também tem que ser cumprida em termos de acessibilidade para permitir que a pessoa com deficiência tenha acesso ao concurso, que haja o percentual de vagas destinadas para essas pessoas. E se os cargos ou empregos forem também por meio de uma empresa, de uma firma terceirizada, que haja o percentual determinado em lei para que essas pessoas sejam também contratadas.

Portanto, queremos fazer o esforço para que a sociedade brasileira, todas as pessoas portadoras ou não de deficiência, tenham asseguradas as possibilidades para a realização dos seus direitos fundamentais.

Quero destacar também que na semana que vem teremos um amplo Seminário sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria do Senador Paulo Paim.

Tenho o prazer de estar relatando esse Estatuto junto com a sociedade, com as entidades, com os órgãos públicos. Elaboramos um substitutivo ao Estatuto, que, na próxima semana, será debatido à luz da Convenção da ONU, recentemente aprovada, sobre pessoas com deficiência, com o intuito de observarmos se essa articulação entre o Estatuto e a Convenção da ONU vem acontecendo de uma maneira clara e, se houver qualquer dificuldade, ainda ajustarmos o Estatuto às normas internacionais que tratam desse assunto.

É um novo avanço para cerca de 18 milhões de pessoas, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde, ou 10% da população, que têm

algum tipo de deficiência. De acordo com o IBGE, seriam 14,5% da população, ou seja, quase 25 milhões de brasileiros.

Esse debate, essa oportunidade de discutir, de refletir, de falar com a sociedade e de trazer sugestões vai acontecer na próxima semana.

A discussão do episódio do acidente com o nosso avião, da tragédia que vitimou 154 brasileiros, a questão da ciência e tecnologia e esse debate sobre a pessoa com deficiência são assuntos da maior relevância e que vêm sendo também objeto de atuação aqui no Senado Federal.

Eu gostaria também de falar rapidamente sobre uma espécie de editorial, publicado na coluna Opinião do jornal Gazeta do Povo, lá do Estado do Paraná, jornal da mais alta credibilidade, que fez reportagens fundamentais, este ano, acerca do processo eleitoral, dos desafios do nosso Estado para as questões ambientais, questões de desenvolvimento, questões sociais. Difícilmente vi, até hoje, na história do jornalismo, reportagens tão assíduas, tão regulares, tão competentes, tão aprofundadas como as que o jornal Gazeta do Povo fez no processo eleitoral deste ano. E, no dia de hoje, aborda, nessa coluna Opinião, sob o título "Pacto da reforma tributária", desafios que o Brasil tem que enfrentar, os quais serão – terão que ser – objeto de discussão aqui no Senado Federal.

Quando conversamos com os prefeitos, sejam eles de que partido forem, há o argumento constante, permanente, de que deve haver mudanças tributárias a favor dos Municípios. Entre esses pleitos, sejam os prefeitos de que Estado forem, sempre se levanta a questão, por exemplo, da participação dos Municípios e dos Estados nas contribuições. O Governo Federal, nos dias de hoje, reparte o bolo somente na questão dos impostos. Já durante muitos anos as contribuições vêm sendo arrecadadas e Municípios e Estados não têm acesso a um percentual delas.

Inclusive, o Senador pelo Paraná Osmar Dias é autor de uma proposta de emenda à Constituição para que 10% do valor das contribuições sejam destinados a Estados e Municípios.

Os municípios destacam também a necessidade de participação maior no FPM (Fundo de Participação dos Municípios), o que já foi aprovado no Senado Federal e está na Câmara dos Deputados para ser votado.

Além disso, os Municípios também destacam a necessidade de se regulamentar a emenda à Constituição – já aprovada – de destinação de percentual à Saúde, para que se diga exatamente o que é gasto com Saúde ou não. Inclusive, isso está na base do problema, suscitado há pouco pelo Senador Antonio

Carlos Magalhães, da falta de recursos que possam ser destinados para o InCor, como disse S. Ex^a, mas também para as Santas Casas, para hospitais filantrópicos e hospitais de ensino.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de rapidamente ler o que a Gazeta do Povo publicou a respeito desse assunto, em uma espécie de editorial, em uma parte do jornal chamada Opinião.

(Interrupção do som)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu pediria apenas que V. Ex^a me concedesse mais três minutos para complementação. Creio que serão suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Jamais alguém negará uma solicitação do Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Peço a V. Ex^a que esta matéria integre os Anais da Casa, para que seja devidamente registrada:

O pacto da reforma tributária.

Ao acenar com a reforma tributária, o governo Lula pode impulsionar no seu segundo mandato a revisão do pacto federativo, liberando energias positivas para a retomada do crescimento, de natureza diferente daquelas de base meramente econômica. É que um país com nossa dimensão continental só faz sentido à medida que suas partes puderem dispor de autonomia para explorar o próprio potencial sem as amarras da centralização [depender do Governo Federal ou Estadual]. O Paraná, amargando perdas na capacidade produtiva e na geração de renda e de bem-estar, seria especialmente beneficiado com a construção efetiva de uma federação descentralizada.

O Paraná tem muitas dificuldades no IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, particularmente no quesito renda.

Continua o artigo:

O presidente Lula se voltou para a fórmula de entendimento com os governadores como solução para a passagem pelo Congresso de um conjunto de medidas necessárias à estabilidade via superávit fiscal – entre elas a prorrogação da CPMF, o 'imposto do cheque', e a liberalização de parte das receitas, a DRU. No meio, a proposta de retomada da reforma tributária, com uniformização das alíquotas do ICMS (principal tributo de alçada estadual), declaradamente para eliminar a 'guerra fiscal entre estados'.

O aceno aos líderes estaduais tem sentido: como as reformas constitucionais requerem aprovação por maioria de dois terços dos membros do Congresso, só uma ampla mobilização conseguirá destravar sua tramitação; para isso sendo válida a cooptação dos governadores por sua capacidade de influir nas respectivas bancadas parlamentares.

Não só os governadores, eu diria, mas toda a sociedade tem que estar envolvida nesse debate, particularmente os Senadores e Deputados.

Prossegue o artigo:

Os governadores, em contrapartida, levantaram bandeiras recorrentes: revisão dos acordos de dívida com a União, implantação de um fundo para desenvolvimento dos estados, ampliação dos repasses compensatórios da Lei Kandir e partilha das receitas de contribuições sociais.

Dessa pauta de reivindicações os líderes mais realistas ficariam satisfeitos com a essencial [de que falei antes]: a restauração do percentual de partilha de receitas públicas, estabelecido na Constituição de 1988. Naquele ano, a participação dos estados chegava a mais de 35% da arrecadação global de tributos, porque os principais impostos federais – IPI e IR – eram partilhados entre a União Federal e os estados-membros. Todavia, valendo-se de uma válvula deixada aberta pelos legisladores constituintes, o governo federal desde então foi apropriando receita extraordinária, com a criação de contribuições sociais que não sofrem divisão com os estados: CPMF, PIS-Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido etc.

Somente a pressão recente levou Brasília a concordar em redistribuir 29% da Cide (o imposto dos combustíveis) para reparo de estradas. Tendo de administrar seus recursos com parcimônia, os governos estaduais são levados a um alinhamento automático com o poder central que restringe o princípio federativo. Os governadores aproveitaram a oportunidade e se puseram a campo, ampliando a proposta inicial do Presidente da República para um pacto de divisão de encargos e receitas, tido como ativador de um novo ciclo vital para o Brasil.

Eu diria que essa discussão é fundamental e temos que nos debruçar sobre o assunto para que Estados e Municípios, enquanto uma reforma tributária mais ampla não for aprovada, possam ter participação, como a emenda constitucional do Senador Osmar Dias prevê,

na distribuição das contribuições, que, em função, eu diria, de um desvio que houve no decorrer desses últimos anos, com o aumento da carga tributária, ficaram unicamente no Governo Federal, com muitas dificuldades para Municípios e Estados darem conta dos encargos e da realização de políticas públicas, muitas das quais, particularmente na área social, acontecem lá na ponta, junto às prefeituras, nos municípios.

São desafios e creio que será muito importante seu enfrentamento por todos nós daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores inscritos, concedemos a palavra, por permuta com o Senador Cristovam Buarque, à Senadora Ideli Salvatti, do PT do Estado de Santa Catarina.

V. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem direito de usar a tribuna por 20 minutos, mas quero-lhe assegurar que não cortarei sua palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a e, de forma muito especial, ao Senador Cristovam Buarque, por ter feito a permuta.

O que me traz à tribuna é o Relatório de Desenvolvimento Humano 2006 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Antes de entrar nos dados, nos números que o relatório apresenta, quero lembrar que vim, durante o segundo turno das eleições, algumas vezes à tribuna para comentar o quanto foi bom o povo brasileiro nos ter dado a oportunidade de irmos para o segundo turno debater algumas questões centrais. Eu listaria, como em outros momentos fiz, mais ou menos o que estava em jogo no segundo turno, Senador Flávio Arns, o que estava sendo decidido na eleição presidencial.

Tivemos a oportunidade de dizer que o que estava em jogo era o papel do Brasil, o papel que o Brasil vem desempenhando nos fóruns internacionais, nas relações comerciais, nas relações políticas, essa postura de abertura que o Brasil teve para inúmeros mercados, saindo daquele foco tradicional voltado para os Estados Unidos e a União Européia e se abrindo para o Oriente Médio, para a Ásia, para a África, fortalecendo o Mercosul, indo até as últimas conseqüências, brigando na Organização Mundial do Comércio, buscando congrega outros países emergentes, para ampliar a correlação de forças para fazer o enfrentamento. Isso estava em jogo, todos nós sabemos que estava em jogo nessa eleição presidencial, como também estava

em jogo o papel do Estado. Que Estado queremos? Qual é o tamanho do Estado?

Aquela discussão a respeito de corte de gastos, como se educação fosse gasto, como se saneamento fosse gasto, como se infra-estrutura fosse gasto, essa discussão a respeito do papel do Estado, do tamanho do Estado, do quanto custa ter um Estado e para quem temos o Estado também apareceu no segundo turno das eleições e apareceu, inclusive, bastante focalizado na discussão da questão da privatização, com todas as suas decorrências. Mas não era a privatização que nós estávamos discutindo, e sim o papel do Estado, para quem o Estado está organizado, como ele está organizado, qual o tamanho que o Estado precisa ter e quais as suas funções.

Outra discussão que estava em jogo no debate do segundo turno era o crescimento. Que crescimento nós queremos? Principalmente, para quem queremos esse crescimento? Quem vai se apropriar do crescimento? Foi muito importante aquela polêmica sobre crescer primeiro para distribuir depois porque trouxe um resultado eleitoral muito contundente, pois só foi possível a reeleição do Presidente Lula com 61% dos votos, com mais de 20 milhões de votos de vantagem sobre o nosso adversário, porque se desmontou a tese do crescer primeiro para distribuir depois. O que ficou convalidado pelas urnas foi exatamente esse crescimento com distribuição, inclusive com distribuição gerando crescimento, algo que muitas pessoas sequer admitiam como possível em um país com tanta desigualdade, como é o caso do Brasil.

De todo o debate a respeito do que estava em jogo nas eleições e do que pôde ser apresentado, do que foi debatido, questionado, confrontado no segundo turno, houve, como já tive oportunidade de registrar, um belíssimo artigo do Franklin Martins, em que ele diz que essa eleição foi a eleição da inclusão, porque esse foi o diferencial. Esse foi exatamente o fator que fez com que, no segundo turno, ficasse muito nítido não só o que estava em jogo, mas, principalmente, Senador Flávio Arns, também quem estava no jogo.

A votação do Presidente Lula, extremamente expressiva, significativa, demonstra o entendimento dos que se apoderaram, dos que apreenderam, muito mais do que aprenderam, quem estava no jogo, se enxergando no campo, se olhando e se vendo na disputa, através do que simboliza o Presidente Lula. Acho que isso fez a marca e a diferença nessas eleições.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apresenta como principal resultado a redução da desigualdade. Ou seja, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, através do

seu Relatório de Desenvolvimento Humano, identifica a redução da desigualdade, o que é, portanto, uma prova inequívoca de que era verdadeiro aquilo que dizíamos estar em jogo na eleição e, principalmente, uma prova de como a ampla maioria da população enxergou, até de forma muito mais contundente e expressiva que muitos ditos formadores de opinião ou representantes das classes bem-informadas, bem-formadas e esclarecidas, que estava no jogo. Ela se viu no jogo; ela se viu no campo; ela se apreciou, participando e, portanto, dando o voto para a continuidade.

Até 2005, o Relatório de Desenvolvimento Humano do Pnud apontava o Brasil como referência de desigualdade. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006, o Brasil é apresentado como exemplo de melhoria na distribuição de renda.

Portanto, a evolução que tivemos capacidade de alcançar em 2003 e 2004, com os resultados em 2006, mostram que “a boa notícia é que a desigualdade extrema não é algo imutável. Nos últimos cinco anos, o Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, tem combinado um sólido desempenho econômico, com declínio na desigualdade de rendimentos (...) e na pobreza”.

Essa é uma das partes do texto do Relatório de Desenvolvimento Humano, de 2006, do Pnud.

Apesar disso, temos ainda uma situação de muito desafio pela frente, porque “atualmente, o Brasil é o 10º mais desigual numa lista com 126 países”.

Apesar de os avanços terem tirado o Brasil da penúltima posição do *ranking* de distribuição de renda da América Latina – no último relatório, o Brasil perdia apenas para a Guatemala, que estava em situação pior –, apesar de termos evoluído e de termos tirado o Brasil da penúltima posição para o décimo lugar, ainda estamos em décimo lugar. Portanto, o desafio é muito grande, apesar de o Relatório apontar, de forma bastante significativa, as mudanças.

O RDH 2006 destaca o programa Bolsa-Família como um dos responsáveis pelos avanços do Brasil, dizendo:

“O crescimento econômico criou empregos e promoveu aumento real de salário. E um amplo programa social – o Bolsa-Família – tem feito transferências de renda para 7 milhões de famílias que vivem na pobreza extrema ou moderada para ajudar na alimentação, saúde e educação, criando benefícios hoje e bases para o futuro.”

O relatório destaca que reduzir a desigualdade é importante porque é uma das formas de acelerar a redução da pobreza:

“A taxa de redução da pobreza de um país se dá em função de dois fatores: o crescimento econômico e a parcela desse incremento apropriada pelos pobres. Em outras palavras, quanto maior a parcela apropriada pelos pobres, maior será a eficiência do país em transformar crescimento em redução da pobreza”.

Portanto, é o tema que nós, por inúmeras vezes, abordamos da tribuna. Crescer, sim. Mas crescer para quem? Crescer concentrando riqueza ou distribuindo riqueza?

O RDH 2006 ainda ressalta que “a desigualdade não é um problema apenas dos países em desenvolvimento”.

“Nos Estados Unidos, a diferença entre ricos e pobres cresceu dramaticamente. Nos últimos 25 anos, a renda de 1% dos lares mais ricos cresceu 135% e a participação deles no PIB dobrou para 16%, enquanto os salários da manufatura tiveram queda real de 1%. Em outras palavras, os frutos dos ganhos de produtividade que promoveram o crescimento dos Estados Unidos foram fortemente direcionados para as partes mais ricas da sociedade.”

Tivemos a oportunidade de assistir a tudo isso por ocasião do furacão Katrina, no sul dos Estados Unidos, em New Orleans. O que pudemos verificar nas imagens televisivas da catástrofe foi exatamente a pobreza norte-americana afrontada e emergindo de forma assustadora, embora camuflada, em um país que é a maior potência econômica do planeta. O próprio Relatório de Desenvolvimento Humano aponta que os Estados Unidos têm crescido, sim, mas concentrando renda de forma assustadora, e não distribuindo a riqueza que gera. Logo, esta discussão e os dados que o Relatório de Desenvolvimento Humano do Pnud apresentam têm que nos nortear. Eles têm que nos dar o embasamento, apresentados os desafios, tendo em vista as inúmeras questões em que precisamos avançar, colocar de forma muito clara, mas nos dando a confiança de que acertamos o rumo. E acertamos o rumo, de acordo com os resultados apresentados pelo Relatório, quando a população, massivamente, de forma visível, deu esse voto de confiança no sentido de que continuemos a crescer distribuindo renda.

Gostaria ainda de realçar, porque vários órgãos de imprensa abordaram o fato de termos reduzido a desigualdade – o Relatório aponta a redução da desigualdade –, mas que caímos uma posição no *ranking*. É importante ressaltar que “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil melhorou entre 2003 e 2004,

mas o país recuou uma posição no ranking mundial de desenvolvimento humano – e caiu de 68º para 69º numa lista de 177 países e territórios”. Isso ocorreu porque houve uma mudança nos indicadores e na metodologia, que foram revisados e aperfeiçoados pelas fontes produtoras dos dados. Portanto, o IDH não pode ser comparado ao dos relatórios anteriores.

É importante também registrar que

O IDH é a síntese de quatro indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) **per capita**, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior).

Do relatório de 2005 para 2006, a principal mudança no cálculo do IDH ocorreu nesse último indicador.

Ou seja, na taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino. E por que foi modificado? Porque desse dado foram excluídos os números dos programas de educação para adultos. Como o programa de educação para adultos é um programa forte, desenvolvido não apenas pelo Governo Federal, mas também pelos governos estaduais e municipais, retirar esse dado fez com que houvesse uma perda na nossa classificação.

Apesar dessa mudança, o IDH brasileiro cresceu: passou de 0,788 em 2003 para 0,792 em 2004, resultado que mantém o País entre as 83 nações de médio desenvolvimento humano “(IDH entre 0,500 e 0,799).

Gostaria ainda de registrar que:

Os dados obtidos a partir da metodologia aperfeiçoada apontam que, de 2003 para 2004, o Brasil avançou nas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (longevidade, renda e educação). Para medir longevidade, o PNUD usa a esperança de vida ao nascer, que no Brasil subiu de 70,5 para 70,8 anos no período. [...]

Para monitorar o desempenho em educação o Relatório de Desenvolvimento Humano usa dois indicadores: taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa bruta de matrícula nos três níveis de ensino. No caso do Brasil, as séries estatísticas internacionais apontam que a taxa de alfabetização aumentou de 84,4% para 88,6%. A taxa bruta de matrícula estabilizou-se em 85,7% [...].

A dimensão renda do IDH é avaliada pelo Produto Interno Bruto **per capita**, ajustado pela

paridade do poder de compra (dólar PPC, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). De 2003 para 2004, foi o item que mais impulsionou o índice brasileiro: o PIB **per capita** avançou 3,1% – passou US\$7,949 para US\$8,195. O País está classificado em 64º lugar no ranking de renda, cinco posições acima da colocação no ranking do IDH.

A decomposição do Índice de Desenvolvimento Humano mostra que o Brasil tem um subíndice de renda superior ao da América Latina, mas inferior à média mundial. Em esperança de vida, supera a média global, mas não a latino-americana. Educação é a dimensão em que o Brasil mais se aproxima dos países ricos e mais se distancia da média mundial.

Portanto, esses dados apontados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006 demonstram, de forma inequívoca, Senador Suplicy – já vou dar-lhe o aparte –, o quanto o Presidente Lula acertou quando apostou que o crescimento só vale a pena se for para incluir socialmente, se for para distribuir renda; e o quanto nós podemos crescer quanto mais renda nós distribuirmos.

Ouçó, com muito prazer, V. Exª, que é indiscutivelmente um dos especialistas no assunto nesta Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar V. Exª, Senadora Ideli Salvatti, por trazer uma análise de profundidade a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano, segundo o relatório feito pelo Pnud, pelas Nações Unidas e que leva em consideração as recomendações do laureado Prêmio Nobel de Economia, Prof. Amartya Sen, que estimulou as Nações Unidas a considerarem que, além do produto **per capita**, seria importante considerarmos a expectativa média de vida ao nascer, as considerações de alfabetização, de escolaridade, de mortalidade infantil, entre outros aspectos, para se medir o grau de desenvolvimento. É muito importante verificarmos que o Brasil progrediu de 2003 para 2004 – ainda nos dois primeiros anos do Governo do Presidente Lula –, numa direção melhor, ainda que, em alguns aspectos, será importante nós avançarmos com muito maior determinação no que diz respeito ao crescimento da economia. Felizmente, nós hoje observamos a economia muito mais arrumada para termos uma perspectiva de crescimento num dos indicadores, o produto **per capita**. No que diz respeito ao grau de desigualdade, felizmente houve diminuição no Coeficiente Gini e nós já sabemos que, para os relatórios referentes aos anos 2005 e 2006, vamos ter progressos, porque os indicadores do Pnad, que estarão lá no relatório do Pnud no

próximo ano e no ano seguinte, com certeza, estarão ainda melhores. No que diz respeito a uma das preocupações maiores do nosso colega e ex-Ministro da Educação Senador Cristovam Buarque...

(Interrupção do som)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Peço a generosidade ao Presidente, Senador Mão Santa. Noto que, pelo que V. Exª observou, Senadora Ideli, houve progresso considerável numa das preocupações importantes do Senador Cristovam Buarque, que foi Ministro da Educação nessa época, pois, conforme V. Exª salientou, houve progresso significativo na alfabetização.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não houve tanto no grau de escolaridade; especialmente se considerarmos países como Argentina, Uruguai e Chile, nós precisamos avançar muito mais no grau de escolaridade. E isso nos chama maior atenção ainda para que o Congresso Nacional e o Senado Federal venham a aprovar, o quanto antes, o Fundeb, que representa avanço significativo para a educação básica e a melhora desse índice. Meus cumprimentos a V. Exª.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy.

Se o Sr. Presidente Mão Santa me permitir, vou conceder aparte ao Senador Flávio Arns e ao Senador Cristovam Buarque, após o que encerraria o meu pronunciamento.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senadora Ideli Salvatti, em primeiro lugar, parabeno V. Exª pelo pronunciamento e pela reflexão com base nos dados amplamente divulgados em relação ao nosso IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Temos muito o que festejar, sem dúvida alguma, em termos de distribuição de renda, em termos do acesso da população mais pobre a condições melhores, à questão da educação. Se olharmos o Estado do Paraná, por exemplo, veremos que a educação está num nível melhor; a saúde, infelizmente, mais baixo. Mas, realmente, a grande dificuldade no nosso Estado é na geração de emprego e de renda, na distribuição de renda. V. Exª diz que o Brasil está entre os dez países – vamos dizer assim – mais mal colocados em termos de distribuição de renda. Isso realmente nos leva a nos preocupar. Agora, o fundamental é o Presidente Lula, neste momento em que inicia um novo Governo, fazer um amplo debate com a Oposição, com setores do Governo, com a sociedade, com empresários para dizer que avançamos, mas temos condições de avançar muito mais! O que pode ser feito? O que pode ser alterado,

mudado, complementado? O que podemos criar de porta de saída para os programas sociais? Esse debate nacional é que tem de orientar esse término-início de Governo. É dizer: “Estamos bem, avançamos em muitas coisas; mas será que é o suficiente?” Podemos avançar, do meu ponto de vista, muito mais. E fazer este debate que é, na verdade, suprapartidário: qualidade de educação, recursos para saúde, geração de emprego e renda, que são desafios no Paraná, mas também o são no Brasil inteiro. É o desafio que se coloca para todos nós. Quero dar os parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Ouç o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Ideli Salvatti, também dou os parabéns a V. Ex^a e acho que essa matéria merecia um debate até mais longo. Mas eu queria, Senadora, sabendo do seu compromisso e da sua boa intenção, que nos sentássemos um pouco para ver o Orçamento. A proposta Orçamentária – e repetindo o que falou o Senador Eduardo Suplicy sobre a importância da alfabetização no IDH –, a proposta orçamentária que chegou aqui reduz os recursos para a alfabetização. O EJA, Educação de Jovens e Adultos, cai de R\$600 milhões para R\$300 milhões. Aí se diz: “Mas isso vai para aumentar os recursos do Fundeb”.

Mas, de qualquer maneira, é dinheiro que está saindo da alfabetização e da educação de jovens e adultos. E, no que se refere aos R\$2 bilhões do Fundeb, está vindo uma parte desses R\$300 milhões a menos na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Se compararmos o que foi gasto nesse ano – não o que estava no Orçamento, que era R\$1,5 bilhão, mas os R\$2 bilhões que estavam –, também vão perder cerca de R\$500 milhões. Acho que ainda está em tempo de corrigirmos isso. Devo lhe dizer que parableno o Governo por ter aumentado em R\$2 bilhões os recursos para as universidades, mas o aumento para o ensino básico, mediante o Fundeb, que deveria ser de R\$2 bilhões, na verdade só está sendo de R\$1,1 bilhão, de acordo com o Orçamento. Gostaria de sentarmos para ver como resolver esse problema.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, Senador Cristovam Buarque. Primeiro, queria agradecer-lhe o aparte e dizer-lhe que teremos oportunidade de fazer esse debate na votação do Orçamento.

Queria apenas deixar registrado que a educação de jovens e adultos não integrava o Fundeb. Foi um dos vetos que tanto combatemos e infelizmente não conseguimos derrubar. No caso do Fundeb, não:

a educação de jovens e adultos estará contemplada, mas acho que ainda é pouco. Para a educação, sempre é pouco. Temos de avançar muito.

De qualquer forma, o que quis registrar aqui é que, quanto àquilo que se buscou focar, centrar como ponto prioritário do papel e da ação do Governo, que era o crescimento com distribuição de renda, com inclusão social, os indicadores, o Pnud, o Relatório de Desenvolvimento Humano, o IDH do Brasil estão demonstrando que estamos no caminho certo. Talvez precisemos acelerar, precisemos aprofundar, porque os desafios ainda são muito grandes, mas o rumo está certo; basta colocar um pouco mais de lenha na máquina a vapor do nosso navio chamado Brasil.

Muito obrigada Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – Dando continuidade à nossa sessão, convidamos para usar da palavra, como Líder do PFL, o Senador José Agripino, do Estado do Rio Grande do Norte.

De acordo com o Regimento, V. Ex^a tem direito a usar da tribuna por cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra desse extraordinário Líder da República brasileira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso da palavra como Líder para manifestar a minha preocupação com um fato que está infernizando a vida daqueles que se deslocam, que usam avião para ir para o norte, para o sul, para o trabalho ou para o entretenimento, que se mexem dentro do Brasil e do Brasil para fora. Eu me refiro, Senador Mozarildo Cavalcanti, ao inferno em que estão hoje os aeroportos do Brasil, todos. E não é hoje só; faz um mês que os controladores de voo não se entendem com o Governo. Não entendo como não se encontrou ainda uma solução para um problema que aflige tantas pessoas e com tanta profundidade como esse dos controladores de voo, que estão atrasando e cancelando vôos. O cancelamento de um voo significa cancelamento de um compromisso, que significa fechar negócio, avançar em soluções, e o atravancamento dos aeroportos está criando problemas em cadeia neste País.

Quando fui Governador – fui Governador duas vezes –, vivi momentos de muita aflição, Senador Cristovam Buarque. Eram momentos em que ou havia ameaça de greve ou havia greve efetiva por parte de servidores públicos da saúde, da educação, da segurança. Lembro-me bem do modo como uma greve atingia o meu equilíbrio, porque eu tinha consciência de que uma greve prejudicava o serviço público que devia ser prestado à coletividade, e como eu me movia para encontrar a solução, custasse o que custasse; como

eu reunia energias para encontrar a solução para as demandas e para que as greves não durassem mais do que deveriam durar. Eu respeitava todas as greves, mas procurava, no limite da minha competência, encontrar solução no menor tempo possível, para que aqueles que dependiam do serviço público prestado pela categoria em greve não sofressem. Isso por uma razão muito simples: acho que o homem público precisa ter, acima de tudo, espírito público, precisa sentir que é responsável pelo comando do qual resulta o bem-estar, a tranquilidade de milhares de pessoas.

Digo isso, Senador Flávio Arns, para manifestar a V. Ex^{as} a minha preocupação com esse fato que continua a infernizar a vida das pessoas. Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a, que veio de São Paulo hoje, como eu vim do Rio de Janeiro ontem, certamente sofreu os reveses decorrentes do atraso dos vôos, do cancelamento de vôos. Isso atrapalha a vida de muita gente, que, como eu, espera do Governo uma solução.

Por que a minha preocupação com o que está acontecendo? Porque não vejo o Governo demonstrar a menor preocupação com a solução definitiva do problema dos controladores de vôo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, um Boeing custa US\$100 milhões e ele tem que se pagar. A empresa não pode cancelar uma etapa de vôo, nem pode atrasar por conta de uma operação de controle, que tem, evidentemente, de funcionar com padrões rígidos de operações de segurança, como sempre aconteceu, sempre, sempre! Desde que voamos que controlador de vôo nunca foi problema neste País, mas agora é, e a solução não vem. Empresas que investiram milhões e milhões de dólares em equipamentos para prestar serviços ao Brasil inteiro estão sendo prejudicadas e tendo prejuízos. Prejuízos que vão ser cobrados da República, mais dia, menos dia.

A República é governada por um Presidente que hoje foi à Venezuela fazer campanha eleitoral para o Presidente Chávez. Enquanto o mundo está se acabando nos aeroportos, ele pegou o “aerolula” e, fagueiramente, foi para a Venezuela fazer a campanha eleitoral de Chávez.

Pensando nisso, Senador Mão Santa, vem-me uma preocupação ainda maior: cesteiro que faz um cesto faz um cento. Aquele que não é capaz de resolver nem o problema dos operadores de vôo será capaz de resolver os problemas do Brasil para que ele possa crescer a 5% ao ano? Ele está prometendo a retomada do crescimento do País a 5% ao ano. Tenho a impressão, Senador Cristovam Buarque, de que o Presidente Lula não tem consciência de que o custo da logística do Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, 5% ao ano creio que o Brasil não cresce, mas V. Ex^a tem mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cinco por cento de crescimento ao ano é a promessa do Presidente, que é pródigo em promessas. Penso que ele não sabe que o custo logístico do Brasil significa hoje 12,8% do PIB.

O que é o custo logístico? É o quanto custa produzir e fazer circular uma riqueza, por portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, que, como estão em má situação, só permitem a circulação da mercadoria que é produzida, transportada e vendida por um preço equivalente a 12,8% do PIB, quando, nos Estados Unidos, a logística é de 8,19%, ou seja, no Brasil, é 50% mais caro produzir, transportar e vender um produto qualquer do que na América. E o Brasil quer competir? Quer estabelecer padrão de competitividade? Quer crescer 5% ao ano? Baseado em quê? Tinha que se basear na correção desse custo da logística do Brasil, consertando os portos, aeroportos, rodovias, gerando energia elétrica. Comportando como vem se comportando, sem ser capaz de equilibrar a questão dos controladores de vôo, uma coisa mínima? Não resolve o mínimo e promete 5% de crescimento?

Como é que vai resolver, Senador Cristovam Buarque, a questão da dragagem do porto de Santos? O maior porto de exportação do Brasil,

Que tem um calado de 14 metros e tem que ir para 16 metros e necessita de uma perimetral para que aquilo que se produz no Brasil e se exporta por Santos possa sair por lá. A concorrência da perimetral está na Justiça, e o Governo não consegue colocar a concorrência da perimetral em eficácia. Não consegue resolver a questão dos controladores de vôo e, muito menos, fazer a dragagem do Porto de Santos para aumentar o calado do principal porto de escoamento do Brasil, e construir a perimetral de acesso.

O Brasil está caminhando para o apagão, Senador Cristovam. O Plano Decenal do Governo 2006 – 2015 prevê o funcionamento da hidrelétrica de Belo Monte, com a produção de onze mil megawatts nesse período. Há vinte anos se tenta construir Belo Monte, mas questões de ordem ambiental impedem. É esse Governo quem vai resolver a questão e considera a questão resolvida? Vamos cair no apagão! Se não é capaz de resolver a questão dos controladores de vôo, como irá resolver a questão de Belo Monte?

Sr. Presidente Mão Santa, trago as questões do Porto de Santos e da energia elétrica. Belo Monte é um exemplo. O rio Madeira é outro projeto que está travado por questões ambientais. Esse Governo

não consegue se encontrar. A briga entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente é de quatro anos. Não se consegue chegar a nenhum entendimento, e quem paga a conta é o povo do Brasil. Já imaginou um apagão por irresponsabilidade clara e explícita do Governo, de um Governo que promete crescer 5% ao ano, não consegue resolver a greve dos controladores de voo e ainda promete resolver a questão logística do Brasil, para colocar o Brasil no plano da competitividade?

Cadê a Cuiabá – Santarém, que tinha por obrigação ser feita? Cadê a Rodovia BR-101 Natal – Osório? Sou do Rio Grande do Norte e estou vendo andar a passo de cágado.

Digo isso, Sr. Presidente, porque minha obrigação, como opositor, é espetar o lombo desse Governo para ver se as coisas acontecem.

Ao invés de o Presidente Lula ir à Venezuela fazer campanha para Chávez, que fique aqui, que comande o seu Ministério, que defina quem vai ser o quê, quem vai ser Ministro dos Transportes, de Minas e Energia e que coloque este País para andar, se é que o que fala da boca para fora é o que ele quer fazer. Do contrário, o povo do Brasil vai entender que agora tem um Governo convencional que tem obrigação de cumprir os seus compromissos e que prometeu retomar o crescimento e que, ao invés de fazê-lo, fica com desculpas permanentes, levando, irresponsavelmente, o País a uma situação sem saída.

Vamos ficar cobrando o tempo todo do Governo convencional, do Governo que é Governo convencional e de quem vai se exigir atitudes para provisão da infraestrutura de que o País precisa e do qual não pode abrir mão, para que os empregos sejam gerados para as pessoas que nascem a cada dia neste País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, ouço os apartes dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Suplicy.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador José Agripino, foco em um ponto do seu pronunciamento: os controladores de voo. Primeiro, temos de esclarecer que eles não estão em greve. Eles estão, agora, depois do acidente lamentável que vitimou mais de 150 pessoas, cumprindo a operação legal, trabalhando as horas permitidas e controlando um limite máximo, um número x de aviões. Isso demonstra que, há quatro anos – na verdade, há mais de quatro anos, mas há quatro anos no Governo Lula –, esta questão foi apontada pela Aeronáutica: havia poucos controladores e esses profissionais estavam trabalhando além da sua capacidade. Portanto, hu-

mana e medicamento falando, é impossível não haver um problema futuramente. Aliás, eu não acredito que esse acidente tenha acontecido por erro de controlador – pelo andar das investigações, tudo indica que não foi. O importante é que não se pode agora editar uma medida provisória...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ... de novo no afogadilho, para contratar controladores de voo, até em contraposição ao que o Ministro da Defesa disse, quando falou que não há controladores de voo dando sopa na esquina, para que, de repente, faça-se um concurso e, rapidamente, eles dêem entrada no trabalho. Aliás, o Ministro da Defesa tem feito muitas declarações contraditórias. Nesse caso, eu, que atravesso a Amazônia voando nesse mesmo trajeto em que o avião da GOL sofreu o acidente, fico pensando quantas vezes ponho a minha vida e a vida da minha família em jogo porque não temos certeza de como estão trabalhando esses controladores, se estão trabalhando além da sua capacidade humana. É preciso, sim, que tomemos uma posição. Acho que isso não pode ficar no discurso. Temos de responsabilizar efetivamente quem deixou que essa questão chegasse a esse ponto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que aborda a questão da imprevidência que é o fulcro do meu pronunciamento.

Sabemos que eles não estão em greve. Eles estão numa operação padrão.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Eles não querem assumir uma responsabilidade que não lhes cabe. Então, eles estão numa operação padrão responsável, levando ao emperramento na operação das aeronaves, o que está infernizando a vida do povo brasileiro. É uma novidade? Não.

É novidade? Como bem disse V. Ex^a, há muito se alerta para a insuficiência na quantidade de operadores de voo. Há muito é suscitada essa questão. E o Governo atual, por imprevidência, não toma nenhuma atitude. Aproveito o ensejo para fazer referência a Belo Monte, ao apagão, por falta de energia elétrica, por falta de um modelo energético e de um marco regulatório que atraia investimento privado. Não existe! Estamos correndo o risco de apagão em 2008, porque

estão considerando como viáveis investimentos que dificilmente acontecerão nesse Governo, que é um Governo que não sabe resolver conflito.

Esta é a minha preocupação e a razão do meu pronunciamento.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Criar elementos de alerta para um fato que, a exemplo do que está acontecendo nos aeroportos, vai acontecer amanhã com a produção de energia elétrica a ser distribuída pelas concessionárias do Brasil inteiro. Antes que seja tarde, a Oposição está cumprindo seu papel e fazendo o devido alerta.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador José Jorge.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, é importante a consideração de V. Ex^a sobre a urgência de os controladores de vôo terem as devidas condições de vida para poderem logo terminar essa manifestação, que vem obviamente incomodando a todos aqueles, inclusive eu próprio e V. Ex^a, que sempre utilizam os aeroportos e os aviões brasileiros a trabalho. E V. Ex^a bem ressalta que cada atraso, cada suspensão de vôo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) –....representa um transtorno para tantas pessoas das mais diversas atividades. Mas posso assegurar a V. Ex^a que o Presidente Lula determinou, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires; ao Comando da Aeronáutica; à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, para tomarem as medidas necessárias, a fim de que o quanto antes resolvam esse problema. Acredito que isso não é de fácil solução, pois envolve a vida de muitas pessoas, tanto que houve aquele acidente que justamente levou a que os controladores de vôo viessem chamar a atenção de toda a população para as condições difíceis em que estão trabalhando. Mas quero assegurar a V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... que as providências estão sendo tomadas, e a voz de V. Ex^a é importante nessa direção. A respeito da viagem do Presidente Lula, ele irá também assinar um acordo com o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela. E isso é algo perfeitamente normal como trabalho de um presidente que tenha a preocupação de estar fortalecendo os laços de integração com os países amigos e vizinhos do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Suplicy, gostaria muito de agradecer o aparte de V. Ex^a, que diz, muito claramente, que tenho razão no alerta

que faço. Evidentemente que defende o Presidente do Partido de V. Ex^a, mas a minha preocupação aumenta quando não vejo, ...

(interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... em hora nenhuma, nenhum dirigente da Anac, que é a Agência reguladora que deveria estar à frente do problema, emitir qualquer tipo de manifestação por uma razão simples: as agências reguladoras neste País, neste Governo, estão completamente desprestigiadas e humilhadas e se transfere toda a ação para o Ministro da Defesa. Vi hoje, ao meio-dia, uma declaração de S. Ex^a, com ar de espanto, dizendo que temos de resolver essa questão imediatamente. E cadê a solução? Cadê a solução?! Esvazia-se o órgão que deveria estar cuidando do assunto, a Agência reguladora, e entrega-se a solução ao Ministro que parece que se apresenta surpreendido com a situação que vem de um mês e diz: a solução tem de acontecer dentro de um dia. Quero só ver a solução.

Ouçó com muito prazer o Senador José Jorge, ex-ministro de Minas e Energia, que seguramente deve ter alguma consideração importante com relação a minha preocupação.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Concorro com V. Ex^a. Na verdade, em relação ao apagão aéreo, estou lendo aqui na Internet, Senador José Agripino, uma declaração do Brigadeiro José Carlos Pereira, dizendo que da meia-noite de ontem até às 14 horas e 30 minutos de hoje, 428 vôos partiram atrasados. Portanto, 42% dos vôos programados estão atrasados. Inclusive eu fui vítima, porque vinha de São Paulo e meu vôo atrasou duas horas e meia. O segundo em relação ao setor elétrico, que é um apagão bem mais grave e que está vindo a galope. Todos nós sabemos que, no setor elétrico, as decisões só começam a aparecer dentro de cinco anos. O que se decide em 2000, por exemplo, ocorre em 2005, que é o prazo de maturação dos investimentos do setor elétrico. Então, tudo o que aconteceu durante os primeiros quatro anos do Governo Lula e tudo o que vai acontecer agora no primeiro ano do segundo Governo são decisões anteriores. A partir de 2008, quer dizer, depois de 2007, os primeiros anos de Governo, no segundo ano de Governo: 2008, 2009, 2010, são três anos do Governo Lula que, aí, sim, veremos se as decisões que o Governo Lula tomou, no setor elétrico, foram corretas ou não foram corretas. Pelo que se acompanha até agora dentro do setor, essas decisões, na realidade, vão gerar uma situação pior do que a de 2001, na qual não chegamos a ter apagão, conseguimos resolver com o racionamento. Desta vez é pior por duas razões: primeiro, porque,

naquela época, havia muita obra em andamento, então o que havia era falta de combustível – que, no caso, era água –, como se você tivesse uma frota de carro e não tivesse gasolina. Agora, não. Agora você não tem a frota de carro. É muito mais difícil de operar do que sem o combustível. E a segunda razão é que agora temos também um apagão na área de gás. Na época, estavam disponíveis 30 milhões de metros cúbicos de gás natural e estávamos usando quatorze, ou doze, se não me engano; hoje já estão usando os 30 e não há como tirar mais de 30. Na realidade, mesmo que a Bolívia não entre em crise nenhuma, temos uma aceitação de risco. Então o Governo tem que tomar providências urgentes no sentido de que se faça alguma coisa para não chegarmos a uma situação mais grave ainda da que tivemos em 2001, agora a partir de 2008.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Jorge, a minha preocupação – V. Ex^a coloca tecnicamente um fato que eu vou desdobrar rapidamente – é que se este Governo não consegue resolver a questão dos controladores de vôo, que é aparentemente simples, mas que envolve responsabilidade, é verdade, e que está conturbando o País, está levando o País a uma inquietação total, a perda de negócios, à indefinição de soluções... Como a gente pode acreditar em um Governo que, no plano Decenal de Energia Elétrica, 2006/2015, coloca a hidrelétrica de Belo Monte que, como V. Ex^a sabe, há vinte anos se discute, do ponto de vista ambiental da possibilidade de essa obra ser realizada, como é que este Governo tem a ousadia de colocar a Belo Monte como parte da solução para a questão da energia elétrica a ser gerada para atender às necessidades de crescimento do País? Como é que este Governo ousa, em cima de uma dúvida desse tamanho, prometer crescer 5% ao ano, quando não tem consciência do custo da logística do Brasil e fala em competitividade? O custo da logística do Brasil é 12,89% do PIB, e o da América é 8,2 do PIB. Acorda Brasil! Acorda Presidente Lula! Vem tomar conta do País! Vem tomar conta da previsão da infra-estrutura! Vem conhecer os números! Vem agir com responsabilidade em cima da perspectiva de futuro do Brasil!

Ouçõ, com prazer, o Senador Flávio Arns, se V. Ex^a permitir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a fala em controlador de vôo, e eu estou controlando o tempo. V. Ex^a regimentalmente tinha cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está com 23 minutos, o que o País está ado-

rando e eu também, mas estou aqui como controlador de tempo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E eu, indisciplinado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Minha admiração por V. Ex^a é extraordinária. Então vamos fazer um acordo: V. Ex^a fala por mais três minutos e entra o orador subsequente. Por três minutos, vou prorrogar o tempo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, fico muito grato a V. Ex^a e, em atenção à palavra do Senador Cristovam Buarque, que quero ouvir, encerrar o meu pronunciamento, manifestando minha preocupação que se refere à provisão da infra-estrutura, da qual este País não pode prescindir para crescer, a fim de que aqueles que estão nascendo agora e que nasceram há dez anos possam ter a oportunidade do emprego; para que as pessoas que vão precisar de energia elétrica daqui a cinco anos para produzirem os empregos de que o País não pode abrir mão tenham tido agora, há um ano, há dois anos, há três anos, a provisão dessa infra-estrutura garantida pelo Governo, que fala em crescimento de 5% ao ano, mas que, na minha opinião, pronuncia um discurso da boca para fora.

A Oposição se manterá vigilante. Na medida em que haja necessidade de buscar os R\$ 88 bilhões por ano para provisão da infra-estrutura, a Oposição se sentará à mesa da negociação para discutir o interesse nacional, só que o fará com responsabilidade e sem demagogia, porque acho que a retomada do crescimento a que se refere o Presidente Lula está eivada de palavras vãs e de demagogia pura.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, fiquei constrangido por ter que falar em limite de tempo com V. Ex^a, mas já que V. Ex^a nos ouve, eu me permitiria buscar Abraham Lincoln, com todo respeito ao Cristovam Buarque, que está ao telefone e é professor de História.

Abraham Lincoln, Senador José Agripino, disputou uma vez a Vice-Presidência numa convenção. O Colégio Americano – complicado – foi até ele, prometeu votos, 57 votos, para ser Vice-Presidente, mas queriam dinheiro em troca. Ele disse que não tinha dinheiro, mas que, mesmo que tivesse, isso era contra os seus princípios. E não foi candidato a Vice-Presidente. Depois o Partido e o País o elegeram Presidente da República. Venceu a guerra contra a escravidão.

Eu não desejo a V. Ex^a apenas a bala que ele pegou na cabeça. Mas que V. Ex^a seja o próximo candidato do seu Partido à Presidência da República. Isso seria muito bom para o Brasil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de saudar o Senador José Jorge, que está aqui presente, que foi candidato a Vice-Presidente da República e que contribuiu, de maneira decisiva, para o debate que o Brasil fez em termos dos desafios dos problemas, das coisas boas, dos caminhos. E todo esse debate tem que subsidiar, sem dúvida alguma, o novo Governo, que vai iniciar no dia 1º de Janeiro.

Temos que aproveitar toda essa riqueza que aconteceu, não apenas pelo Senador José Jorge, mas também pelo Senador Cristovam Buarque, que vai ocupar a tribuna.

Mas queria dizer ao Senador José Jorge, que felizmente houve o debate com a sua competência, com o seu trabalho, mas, infelizmente, o Senado não terá a presença de S. Ex^a no ano que vem, pois o seu mandato de Senador também está terminando no final deste ano.

O Senado Federal, o Congresso, a sociedade têm de reconhecer o trabalho do Senador José Jorge, porque S. Ex^a foi, na minha opinião – e isso já manifestei em outras ocasiões –, o maior articulador, dialogador, negociador de processos difíceis no Congresso Nacional, em termos de projetos de lei. Ao final, com a habilidade de S. Ex^a em negociar – e não digo isso por estar na presença de S. Ex^a –, os projetos foram votados por consenso. Cito, como exemplo, a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a reforma do Poder Judiciário; o Fundeb e tantos outros projetos.

Então, o Senado, o Congresso e a sociedade têm muito a agradecer ao Senador José Jorge por seu extraordinário trabalho de negociador, articulador. S. Ex^a conversa, ouve os pontos de vista, e tudo isso converge para projetos que estão beneficiando o nosso País.

Parabéns, Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa às palavras de V. Ex^a.

Quero dizer que os Senadores José Jorge e Cristovam Buarque voltam a esta Casa com a grandeza de Rui Barbosa, no passado. Ele se candidatou, foi pela luta democrática. Hoje o País vê a contribuição deles. Esta é a mensagem da Mesa.

Com a palavra o Professor e Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a, pelo Regimento, dispõe de 20 minutos, mas jamais ousarei diminuir o tempo que for necessário para V. Ex^a falar ao Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu tentarei não abusar não usando os vinte minutos, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, às vezes, a falta de surpresa é o que nos surpreende. Eu acho fantástico como hoje tivemos uma sessão aqui inteira e me surpreende a falta de surpresa do Senado diante do fato de que o Brasil tem hoje um Presidente comunista. Isso merece que façamos uma pequena reflexão.

O Governo Lula tem alguns simbolismos que não podemos fugir de respeitar. Um simbolismo obviamente é a figura do próprio Presidente, um metalúrgico que vem do Nordeste muito pobre e chega à Presidência da República. Isso é um fato que ninguém imaginava no País, poucos anos atrás. É uma surpresa, uma surpresa extremamente positiva, porque quebra um preconceito característico da nossa sociedade ainda imperial, ainda com uma aristocracia e uma plebe. E vemos um homem que vem lá debaixo e chega a Presidente da República.

Também o fato de termos como Presidente, neste dia de hoje – claro que por algumas poucas horas, digamos –, alguém de uma sigla que ainda mantém o nome “comunista” – e isso é algo que merece uma reflexão. Por um lado, esse simbolismo da quebra do preconceito que existe neste País, de uma maneira tão forte, contra as esquerdas e contra o povo e o trabalhador. Mas, ao mesmo tempo, essa reflexão merece avançar um pouco mais na percepção de que, apesar de terem vindo de onde ninguém imaginava, essas pessoas chegaram sem a mística transformadora.

A verdade é que o Brasil mudou ao aceitar dirigentes que vêm de siglas como essa, da esquerda. Mas, mudaram mais, Senador Mão Santa, os que chegaram ao poder. Por um lado, positivamente, é a mudança de quem se ajusta a uma realidade nova. E a realidade do século XXI não é a realidade do século XIX, quando foram formuladas as principais idéias que caracterizaram o movimento socialista no mundo inteiro.

Houve, sim, algo positivo na adaptação das forças de esquerda à idéia de que podemos ser obrigados a respeitar os limites que a realidade impõe. Uma delas é a realidade ambiental, que não permite aquilo que se sonhava no século XIX: a igualdade plena no consumo. Naquela época, o consumo limitava-se aos bens essenciais, e toda essa parafernália de bens de consumo suntuoso não existia então. No tempo de Marx era perfeitamente possível imaginar a igualdade plena. Hoje não o é. Não é possível todos terem automóvel, porque não cabe nas ruas. O que todos precisam é ter direito a um sistema de transporte público de qualidade, eficiente e confortável. Mudou o conceito, Senador

Flávio Arns, de qual a igualdade que buscamos porque há limites ecológicos que impedem aquele sonho do século XIX.

Por outro lado, também parabenizar a todos das esquerdas – e me incluo entre esses – que conseguimos entender que a economia não se manipula como se deseja, conforme determinações ideológicas. Percebemos – e eu me orgulho de dizer que percebi muito antes de muita gente das esquerdas. No PT, quando defendia os limites que a economia nos impõe, eu era quase crucificado; diziam que isso era posição de direita. Não, a economia tem limites que não se modifica apenas com a vontade política. E insisto que uma das qualidades do Governo Lula nesses quatro anos foi perceber e levar isso adiante.

Agora, acho lamentável e triste que, ao mesmo tempo em que houve esse amadurecimento, se perdeu a capacidade de sonhar, de dizer eu respeito os limites, sejam econômicos, técnicos ou ecológicos. Respeito os limites, mas não abro mão de certos sonhos.

Nossa tarefa, das forças progressistas, das forças de esquerda, é exatamente redesenhar os sonhos, mostrar que os sonhos para o século XXI estão vivos, mas são diferentes dos sonhos do século XIX, dos sonhos do século XX, inclusive. O sonho novo, o sonho de uma esquerda que queira, de fato, trazer uma utopia tem que ser baseado em dois capitais fundamentais do progresso: primeiro, o capital natureza, que a esquerda sempre relegou; segundo, o capital conhecimento. As duas pernas da utopia – e não podemos abrir mão de ter uma utopia se quisermos ser progressistas de esquerda – são o respeito aos limites ecológicos e o aumento, o acúmulo do capital conhecimento. Essas duas pernas estão faltando não só nos discursos, mas na prática também dos partidos de esquerda.

Temos hoje, sem dúvida alguma, e volto a insistir, o simbolismo importante de termos um Presidente metalúrgico e de termos um Presidente comunista, mas temos que lamentar o fato de que esses dois não trouxeram a capacidade de pôr, no imaginário coletivo do Brasil, o sonho de uma utopia possível: a utopia do respeito aos limites ecológicos, da proteção da natureza e o sonho de um acumulado imenso de capital conhecimento a serviço de todos.

A idéia é de que, daqui para adiante, não devemos abrir mão de sonhar com utopia, mas a utopia não é mais a igualdade de consumo nem de renda; a utopia é a igualdade de oportunidades que são asseguradas por uma escola equivalente para todos, sem diferença, coisa que, inclusive, os países desenvolvidos não têm, porque a brecha educacional na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos é muito menor do que no

Brasil, mas ainda é muito grande entre pobres e ricos daqueles países.

Ainda não há uma igualdade no que se refere à educação, ainda não há o comunismo do conhecimento, o comunismo da educação, a igualdade total da educação. Isso é possível! Isso não fere interesses e não exige estatização do capital como se defendia antes; o que se exige hoje é distribuição do conhecimento em vez de estatização do capital. Não exige mais fuzil para fazer revolução, a revolução está no lápis. Não exige mais guerrilheiro, precisa de professor. Não exige mais trincheira nem praça pública, precisa de escola.

Essa revolução da educação, uma doce revolução, Senador Mão Santa, que hoje falou de um escritor piauiense aqui – então, usando essa metáfora poética –, essa doce revolução é possível e não está nos discursos dos últimos meses no Brasil, apesar do imenso avanço simbólico de termos um Presidente metalúrgico e, hoje, um Presidente comunista.

Essa é a dimensão da utopia, Senador Flávio, Senador Suplicy, Senador Eurípedes, que sinto falta não só na prática, mas até mesmo no debate, até mesmo nas idéias do Governo Lula: a libertação de um debate sobre qual o sonho e não sobre se o sonho morreu ou não. O sonho não pode ter morrido; ele pode ter mudado de forma, senão, não se justifica tudo que estamos fazendo aqui.

Fiz questão de vir aqui – já vou conceder um aparte ao Senador Eduardo Suplicy – porque acredito que não podia passar em branco esse fato simbólico de o Brasil ter um Presidente do Partido Comunista. E mais simbólico ainda é o fato de isso não gerar nenhum depoimento; ninguém se assusta, ninguém estranha, inclusive. Isso é uma beleza! Ninguém estranhar esse fato é a maior de todas as belezas.

Agora, estranhar o fato de que esse Presidente não signifique mudança, utopia, sonho, proposta nova, também merece ser lembrado aqui.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço a oportunidade. V. Ex^a faz muito bem em registrar que, hoje, em virtude da viagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para um compromisso junto à Venezuela, ao Presidente Hugo Chávez, uma viagem breve, e em virtude de o nosso Vice-Presidente, querido José Alencar, estar passando por uma cirurgia nos Estados Unidos da América, está o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, constitucionalmente exercendo interinamente a Presidência da República. V. Ex^a bem chama a atenção, afinal de contas, é a primeira vez que um membro histórico do Partido Comunista do Brasil assume a Presidência do Brasil. É um fato de grande relevância, mas também é

um fato de grande relevância aproveitarmos essa oportunidade para homenagear esse Deputado Federal, que, inclusive, foi meu colega na Câmara Municipal de São Paulo, onde exerceu seu primeiro cargo público. Ele também foi Presidente da União Nacional dos Estudantes e, na Câmara dos Deputados, distinguiu-se de tal maneira a conseguir o respeito de todos os partidos. É importante que tenhamos hoje na Presidência da República uma pessoa que tem prestado serviços sérios e relevantes e que se tem distinguido muito na defesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, inclusive em parceria com o Presidente do Senado, Renan Calheiros. Em todos os seus atos, atitudes e decisões, o Presidente Aldo Rebelo tem se saído, felizmente, muito bem. Inclusive, seu nome está sendo seriamente considerado para a hipótese – até porque seu mandato não foi inteiro – de continuar no cargo. Essa decisão cabe à Câmara dos Deputados, mas não será surpreendente sua reeleição, porque, constitucionalmente, nas circunstâncias atuais, em meio à Legislatura, isso é possível. Eu gostaria de formular um convite a V. Ex^a, que é um dos membros, mas ainda não participou de um congresso – como fiz na semana passada, na cidade do Cabo – da Rede Mundial da Renda Básica ou *Basic Income Earth Network*. E por que razão? Porque V. Ex^a aqui fala em utopia. Qual o convite que formulo a V. Ex^a, inclusive como *Co-Chair*, Co-Presidente da BIEN? Que aceite V. Ex^a o convite, e espero que esteja com boa saúde, uma vez que o professor Philippe Van Parijs resolveu sugerir que o Congresso da BIEN, que se realizará em 2016, seja em Louvain. V. Ex^a compreenderá o porquê desse convite: será a oportunidade de se comemorarem os 500 anos da obra *Utopia*, de Thomas More, um pensador de enorme influência até o mundo atual. Ele foi um dos formuladores do humanismo moderno e foi consagrado santo pela Igreja Católica por volta de 1935 – João Paulo II, por causa da sua estatura moral e ética, proclamou-o o grande patrono dos políticos e dos governantes no ano 2000. O evento será um estímulo àquilo que V. Ex^a tão bem gosta de formular, como aqui hoje o fez e faz muito bem, que é a defesa da importância de abraçarmos esta que é, inclusive, uma das metas importantes do próprio Deputado Aldo Rebelo, hoje Presidente da República, uma pessoa que, no PCdoB, sonha e proclama que precisamos caminhar na direção de uma utopia de igualdade de oportunidades, com uma educação de igualdade em tantos aspectos da vida, que possa garantir dignidade e liberdade real às pessoas. Cumprimento-o pela feliz homenagem que faz ao Deputado Aldo Rebelo, hoje Presidente da República do Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Agradeço o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Quero lembrar que esta é uma homenagem, sem dúvida, mas uma cobrança também; uma cobrança à falta de uma proposta nova, diferente e alternativa do seu partido e em todos nós – não vou me excluir.

Senador Eduardo Suplicy, eu quero dizer-lhe que a utopia não está na renda. Senão, não seria renda mínima, seria renda média. Se fosse para ser igualdade, seria a renda média “igualzinha” que íamos defender para todos, mas penso que não é por aí. Temos de defender, tolerar e entender que a renda não precisa ser igual para que tenhamos a utopia; a renda tem de ser mínima para que todos tenham o essencial. Porém, esse é um passo pequeno. Eu acho que, no lugar da idéia da igualdade, temos de falar na idéia da integração. O que fará os seres humanos viverem em uma utopia – e acho que, se More estivesse vivo, seria por aí, porque, no seu tempo, nem se falava em renda, nem se falava em consumo, nem se falava em economia – é a utopia da liberdade, a utopia da não-necessidade, a utopia do direito ao credo. Hoje, acho que seria a integração; todos os seres humanos integrados, o que atualmente significa estarmos conectados em rede – mas não somente conectados em rede; participantes também do processo de tomada de decisões e do processo cultural, com todos dialogando. Senador Eduardo Suplicy, esta é a utopia: o diálogo geral, através da integração, da conexão e da participação.

Isso exige, sim, uma renda, mas exige, sobretudo – este, sim, é o instrumento revolucionário –, a igualdade de acesso à educação. Essa é a igualdade plena, não é a educação mínima, é a educação máxima.

E é a educação máxima para todos, porque é possível que seja para todos, Senador Mão Santa. Não é possível todos terem automóvel, mas é possível todos terem doutorado. Isso só depende do potencial de cada um; só depende da persistência de cada um. Não há limite físico que impeça a todos de serem plenamente educados e cultos.

Sr. Presidente, agradeço-lhe o tempo que me foi concedido. Eu não poderia deixar de registrar o simbolismo de termos um Presidente metalúrgico que, ao viajar, deixa em seu lugar um Vice-Presidente que é comunista. Ao mesmo tempo, lamento que ambos e talvez muitos de nós também não estejamos levando a sério o que está por trás da idéia de querer ser um político de esquerda, que é transformar em direção a uma utopia. Isso é possível e está ao alcance de nossas mãos, não de um dia para o outro, mas ao longo de anos, e começando agora, já.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo. Antes, porém, farei a leitura de um requerimento de autoria de S. Ex^a, também assinado por outros, inclusive por este Senador.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, João Fassarella, que morreu na madrugada de ontem, solicitando que seja enviada esta manifestação para seus familiares.

Justificação

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, João Domingos Fassarella, estava internado havia 62 dias

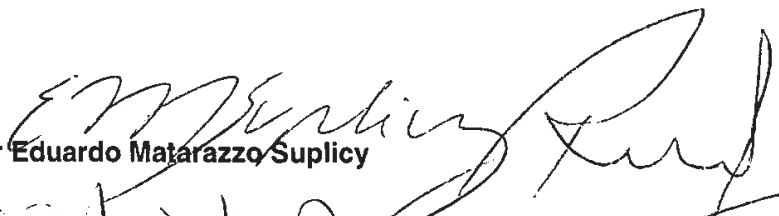
no hospital Vera Cruz, em Belo Horizonte e morreu na madrugada desta segunda-feira vítima de um infarto seguido de derrame.

Fassarella foi deputado federal e prefeito de Governador Valadares pelo PT. Militante do antigo Partido Comunista Brasileiro, Fassarella se filiou ao PT em 1984, e se destacou como uma grande liderança comprometida com as políticas sociais.

Conheci Fassarella quando deputado e desejo dar meu testemunho sobre sua integridade, seu comprometimento com a justiça social, com a verdade e com a luta pela melhoria da distribuição de renda. Como prefeito de Governador Valadares trabalhou intensamente com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população.

Sociólogo, Fassarella foi professor universitário, deputado federal por dois mandatos e prefeito de Governador Valadares de 2001 a 2004. Ele deixa mulher e cinco filhos. Deverá ser enterrado em Castelinho, no Espírito Santo, sua terra natal.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2006. –


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento supramencionado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero externar nosso voto de pesar, que é também da Senadora Ideli Salvatti, do Senador Flávio Arns, do Senador Mão Santa, do Senador José Agripino, do Senador Mozarildo Cavalcanti, de todos os presentes que assinaram comigo este requerimento de pesar pelo falecimento do nosso querido ex-Deputado Federal João Domingos Fassarella.

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome João Domingos Fassarella estava internado há 62 dias no Hospital Vera Cruz, em Belo Horizonte, e morreu na madrugada desta segunda-feira, vítima de um enfarte seguido de derrame.

João Domingos Fassarella foi Deputado Federal e Prefeito de Governador Valadares pelo Partido dos Trabalhadores. Foi militante do antigo Partido Comunista Brasileiro. Filiou-se ao PT em 1984 e destacou-se como uma grande liderança comprometida com as políticas sociais.

Conheci Fassarella quando Deputado e depois também convivi com ele quando foi Prefeito de Governador Valadares.

Desejo dar meu testemunho sobre sua integridade, seu comprometimento com a justiça social, com a verdade e com a luta pela melhoria da distribuição de renda. Como Prefeito de Governador Valadares, trabalhou intensamente com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população, instituindo instrumentos como o orçamento participativo e inúmeros programas para promover melhores condições e oportunidades a toda a população, o que o tornou tão querido na sua cidade.

Sociólogo, Fassarella foi Professor universitário, Deputado Federal por dois mandatos e Prefeito de Governador Valadares de 2001 a 2004. Muitos de nós, Senadores, pudemos com ele conviver na Comissão Mista de Orçamento, onde ele trabalhava com extremo denodo e dedicação.

Ele deixa a esposa e cinco filhos.

Será enterrado hoje em Castelinho, no Espírito Santo, sua terra natal.

Prestada esta homenagem ao ex-Deputado João Domingos Fassarella, quero também encaminhar meu abraço ao Ministro Patrus Ananias, que tinha em João Domingos Fassarella um dos seus principais colaboradores.

Quero, agora, tal como hoje fez o Senador Antonio Carlos Magalhães, também expressar minha preocupação e meu apoio ao Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o InCor.

Trata-se de um dos mais modernos hospitais do mundo, especializado no tratamento clínico e cirúrgico de doenças cardíacas. Os programas do InCor são realizados através de áreas-meio, instaladas em 31.500 m² de modernas edificações.

O corpo clínico do InCor é integrado pelo quadro de docentes das disciplinas de Cardiologia e Cirurgia Torácica da Faculdade de Medicina da USP de e médicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina daquela instituição, contando com os mais modernos recursos da tecnologia médica.

O InCor presta assistência médica de padrão internacional na área de cardiologia à população, atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (82%), além de beneficiários de convênios e seguros médicos (15%) e pacientes particulares (3%).

O InCor mantém o seu corpo clínico e suas equipes multiprofissionais permanentemente atualizados, por meio de intensa atividade de pesquisa, que envolve contínuo intercâmbio com instituições internacionais congêneres, participação ativa em congressos, simpósios e mesas-redondas, além de volumosa e relevante presença em publicações científicas nacionais e internacionais.

O InCor desempenha, ainda, constante atividade de ensino, que beneficia os alunos de 3º, 4º e 6º anos da Faculdade de Medicina da USP. Oferece residência médica nas áreas de cardiologia clínica, cardiologia pediátrica e cirurgia cardiovascular e ainda, de forma pioneira, em enfermagem, psicologia e serviço social médico, além de cursos de especialização em medicina nuclear, métodos diagnósticos não-invasivos, terapia intensiva, anatomia patológica e hemodinâmica. São promovidos, anualmente, mais de 300 programas de ensino e aperfeiçoamento para a equipe multiprofissional.

O InCor é um dos poucos hospitais públicos brasileiros que atingiu e mantém padrões de excelência comparáveis aos dos melhores centros congêneres

do mundo. Esse padrão deve-se ao ousado modelo de gestão implantada a partir da parceria estabelecida, há 20 anos, com a Fundação Zerbini, atual instituição mantenedora.

A decadência financeira da Fundação Zerbini começou no fim da década de 90, com a construção do InCor 2, onde hoje funciona a maioria dos atendimentos de alta complexidade do hospital. Até esse momento, o superávit era de US\$50 milhões.

O segundo ponto de problemas foi a construção do InCor Brasília, em 2004, do qual o InCor São Paulo está em processo de separação jurídica.

Na entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o Prof. Jorge Elias Kalil Filho fala dos problemas que aconteceram com a construção do InCor Brasília e das razões pelas quais o InCor pretende se separar juridicamente do InCor Brasília.

A saúde financeira do InCor foi também sendo minada aos poucos com o repasse do SUS aos procedimentos de alta complexidade, que hoje ficam em torno de 20% em relação aos gastos do hospital.

A cada ano, no InCor, são feitas 5 mil cirurgias, 290 mil consultas, 13 mil internações e 2,5 milhões de exames.

Também foi detonador da crise, de acordo com os diretores do InCor, o fato de o hospital funcionar com “portas abertas” para procedimentos de alta complexidade – qualquer paciente poder ser transferido de outros hospitais sem pré-agendamento.

O Professor Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho Diretor do InCor alertou que, se a Fundação Zerbini, mantenedora do InCor, não for acudida imediatamente, o hospital pode parar. O último sinal vermelho foi o atraso salarial dos funcionários na última quarta-feira. Pela primeira vez na história da instituição, os três mil funcionários não receberam a complementação salarial de cerca de 60% paga pela Fundação – o restante vem do Governo do Estado. O dinheiro foi depositado no dia seguinte, mas o pagamento de encargos trabalhistas foi deixado em aberto.

Ao tomar conhecimento do problema, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou que o Ministério da Fazenda, juntamente com o Ministro da Saúde, Agenor Álvares, encontre, no prazo de 48 horas, solução para o problema financeiro do InCor.

A decisão foi anunciada após reunião realizada entre o Presidente Lula; o Dr. Jorge Elias Kalil Filho; o Dr. David Everson Uip, Diretor Executivo; inclusive com a participação do Presidente da Comissão Científica e de Ética, Dr. Maurício Rocha e Silva, que acompanha, **pari passu**, o que está acontecendo. Também participou da reunião o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; além do Ministro da Saúde, Agenor Álvares; e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, que hoje, inclusive, está exercendo a Presidência da República.

A ordem foi dada logo depois que a Diretoria do Hospital apresentou um plano de reestruturação da Fundação Zerbini, que hoje acumula uma dívida de R\$250 milhões. O Presidente Lula disse que o InCor não pode ser tratado como uma empresa qualquer, e que eles (os Ministros Guido Mantega, Agenor Álvares e o próprio hoje Presidente da República, Aldo Rebelo) teriam de encontrar uma solução urgente nas próximas 48 horas.

Tenho a convicção de que o Presidente Aldo Rebelo está empenhado nesse sentido, pois essa é uma das preocupações que o Presidente da República em exercício precisa ter, assim como todos nós aqui no Senado Federal.

O InCor, afirmou o Presidente Lula, é um hospital que cuida de pessoas carentes com excelência.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Flávio Arns, com muita honra.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de me associar às palavras de V. Ex^a em relação ao pensamento, à busca de solução que os vários Ministérios devem ter em relação ao InCor, que é uma referência, um patrimônio. Lembramos do InCor sempre com orgulho, com satisfação. Uma solução tem que ser encontrada. O problema, porém, é bem mais profundo. Na semana passada mesmo, discutimos aqui em Brasília as necessidades do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, que passa por problemas também extraordinários. Se examinarmos as Santas Casas do Brasil, os hospitais filantrópicos, de ensino, públicos, verificaremos que todos vêm passando por grandes dificuldades. Com isso, não quero dizer que o InCor não deve receber atenção; deve e merece receber, e o Brasil precisa dele. Esse hospital atende toda a população, seja economicamente carente ou não. Mas temos de discutir a situação dos hospitais, a crise que envolve os hospitais, o financiamento, os recursos destinados a eles. Há inclusive um projeto de lei de autoria da Senadora Heloísa Helena em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais. Sou o Relator desse projeto, que envolve o direcionamento de recursos, particularmente, para os hospitais de ensino, os hospitais públicos e os hospitais filantrópicos. Será realizada uma audiência. Há uma crise generalizada, Senador e amigo Eduardo Suplicy. Chegamos a um ponto no Brasil em que as tabelas precisam ser revistas, bem como os recursos e as formas de gerenciamento, de administração, como o InCor reconhece bem. Todo esse conjunto de variáveis tem de ser aprofundado a fim de encontrar os caminhos necessários para garantir a segurança em saúde para a população, e principalmente o dinheiro, os recursos que devem ser direcionados, em função do artigo constitucional que prevê, nos Estados, Municípios e no Governo Federal, verba para essa área. Isso sem desmerecer a necessidade, enfático, do InCor. Mas essa é uma discussão mais ampla. Se V. Ex^a me permite, como o início da fala de V. Ex^a foi sobre o ex-Deputado Fassarella, gostaria também de dizer da

grande pessoa que ele foi, sempre educado, atencioso, preocupado com as questões sociais, com o bem-estar, com a dignidade do ser humano. Tive a oportunidade de ser seu colega na Câmara dos Deputados, onde sempre foi referência, e, mais recentemente, no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atendendo a todos com disposição, com abertura, com diálogo. Seu falecimento nos deixa consternados; por outro lado, todos nos lembraremos dele como uma grande pessoa, uma referência, um cidadão extraordinário, e que seu exemplo continue a nos orientar. Ele teve um problema cardíaco, estava há meses hospitalizado na UTI, e não conseguiu retirar os equipamentos para a respiração porque o coração já estava bastante fraco. Portanto, eu me associo à homenagem de V. Ex^a. Também já assinei o documento e digo a todo o Brasil que esse, sem dúvida alguma, foi um Parlamentar extraordinário, um cidadão sem reparos, uma referência e um exemplo que deve orientar, no presente e no futuro, a todos nós. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. V. Ex^a é testemunha de como João Domingos Fassarella foi um exemplo, uma luz, inclusive para todos os municípios de Governador Valadares, para os mineiros e para nós, brasileiros que pudemos com ele conviver no Congresso Nacional, vendo seu exemplo de seriedade, dedicação e trabalho intenso. Recentemente, cooperou com o Ministro Patrus Ananias, como Secretário Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social, abraçando as causas de superação da pobreza absoluta, da fome, visando a dignidade e a liberdade de todos os brasileiros, que é o propósito do Ministro.

Agradeço também as palavras de V. Ex^a sobre a problemática da saúde pública no Brasil.

Avalio, Sr. Presidente, que será interessante ouvirmos, na Comissão de Assuntos Sociais, nos próximos dias, os Diretores do InCor, em especial o Dr. Jorge Elias Kalil Filho; o Dr. Maurício Rocha e Silva, Presidente da Comissão Científica e de Ética; e o Diretor Executivo, David Everson Uip, que poderão nos trazer um diagnóstico mais completo da problemática que vive o InCor, bem como a solução proposta hoje, ou amanhã, tanto pelo Ministro Agenor Álvares como pelo Ministro Guido Mantega, o que possivelmente deverá ter o respaldo do Congresso Nacional, daí a relevância de participarmos também dessa decisão.

Nesta hora, é importante que o Governador de São Paulo, Cláudio Lembo; o Governador eleito, José Serra; o Ministro da Saúde; o Presidente Lula e todos nós estarmos apoiando essa instituição da qual somos pessoalmente beneficiários.

Tanto o Presidente Lula quanto inúmeros Senadores e eu próprio fomos atendidos no InCor. Sempre que qualquer emergência se faz necessária, os Senadores têm a possibilidade de serem atendidos. Em casos de emergência, muitas vezes são transferidos de onde estiverem, no Brasil ou no mundo, para as instalações do InCor, cujo corpo médico e instalações são referência mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, a Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado por V. Ex^a pelo falecimento do ex-Deputado Federal João Fassarella.

Senador Eduardo Suplicy, a preocupação de V. Ex^a é justa quanto ao InCor. Realmente, o InCor é o orgulho da Medicina brasileira. Certa vez, acompanhado do Senador Tião Viana, do seu Partido, fiquei orgulhoso daquele hospital quando, em visita, vi vários médicos residentes, estagiários não do Brasil, mas de países de primeiro mundo, inclusive do Canadá.

Esse problema de saúde, como bem salientou o Senador Flávio Arns, não é só do InCor, é do Brasil. Hoje, estão em greve os médicos residentes. Os médicos residentes são a estrutura fundamental que faz funcionar todos os grandes hospitais.

V. Ex^a, que é um dos brasileiros que gozam de maior prestígio neste País e que está, sem dúvida alguma, entre os dez brasileiros que mais tiveram votos na história do Brasil, poderia se juntar ao Senador Tião Viana, que, na última solenidade, se comprometeu a fazer pleito perante os Ministros da Educação e da Saúde para resolver o problema dos médicos residentes, que, em greve, vão agravar, em muito, não só o funcionamento do InCor, mas de toda a medicina de “resolutividade” neste País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Estaremos apoiando também a solução para os médicos residentes, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

Prorrogo esta sessão, que deveria ser encerrada agora, por mais 15 minutos, tempo necessário para o pronunciamento do Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil continua a lidar com uma crise profunda de falta de investimentos em infra-estrutura, o que compromete seriamente a retomada do seu desenvolvimento econômico-social e a sua capacidade de competir no mercado internacional. Portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, transportes de massas, avião e investimentos ligados ao escoamento da produção necessitam de imediata modernização para poder ajustar a nossa economia às constantes exigências impostas pelo avanço da globalização.

Da mesma forma, precisamos construir novas estradas, novas penitenciárias, novas hidrelétricas, novas redes de saneamento básico e outras grandes obras

que o Poder Público não consegue executar por falta de capacidade financeira e até de condições técnicas e administrativas.

Lamentavelmente, para enfrentar esses enormes desafios, o orçamento do Governo Federal dispõe, para este ano, de R\$11 bilhões quando seriam necessários, no mínimo, R\$50 bilhões para iniciar o processo de recuperação de nossa combatida infra-estrutura nacional. Mesmo com a pesada carga tributária, que alcança cerca de 38% do Produto Interno Bruto, PIB, a capacidade de investimento do Governo é muito limitada. Boa parte dos recursos arrecadados é usada para o pagamento de juros e serviços da dívida pública.

Segundo estudo recente feitos pelo Banco Mundial (Bird), os países latino-americanos precisariam gastar, em média, de 4% a 6% do PIB em infra-estrutura, ou seja, duplicar ou até triplicar os investimentos atuais durante os próximos dez anos, para alcançar um nível semelhante ao dos países asiáticos emergentes. Por sua vez, de acordo com as previsões feitas pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – Abdib, o Brasil necessita de investimentos anuais em infra-estrutura de mais de US\$20 bilhões. Grosso modo, seriam US\$6,3 bilhões em energia elétrica, US\$7,6 bilhões em petróleo e gás, US\$3,3 bilhões em transportes e US\$3,2 bilhões em saneamento básico.

Como podemos observar, para um País que precisa criar anualmente milhares de empregos e gerar receitas cada vez mais volumosas, essa realidade já deveria ter sido enfrentada com mais vontade política, com mais eficiência e com mais rapidez. Todavia, a solução desses imensos problemas ainda não foi encarada com o devido esmero. Por isso, as iniciativas existentes têm caminhado a passos lentos, e diversos projetos fundamentais dormem nas gavetas dos órgãos públicos.

Por fim, a complicada burocracia impede que o Governo estabeleça as suas metas. O próprio Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Bernardo, ao fazer um balanço das atividades da sua Pasta em 2005, reconheceu que boa parte dos planos do Governo, sobretudo os contratos de parceria com o setor privado, não foi implementada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois anos, no apagar das luzes de 2004, o Governo Federal, impulsionado por diversos governos estaduais, notadamente os de São Paulo e Minas Gerais, tomou iniciativa de lançar o projeto das Parcerias Público-Privadas, de que tive a honra de ser o Relator, com vistas a superar as graves deficiências em matéria de infra-estrutura que acabei de enumerar. Por sua vez, no dia 30 de dezembro daquele ano, o Congresso Na-

cional, ao reconhecer a importância da idéia, outorgou à sociedade brasileira a Lei nº 11.079, um importante instrumento legal destinado a estimular o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Convém destacar que as PPPs surgiram na Grã-Bretanha, durante o período de governo liderado pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher, conhecida como a Dama de Ferro. A partir daí, o debate foi ganhando espaço em nosso País, motivado, sobretudo, pelo esgotamento de nossa capacidade em gerar níveis razoáveis de capitais para investimentos em infra-estrutura, pelo baixo crescimento do PIB; pela redefinição do papel do Estado na economia; pelas novas exigências de competitividade no mundo globalizado; pelos onerosos compromissos que tivemos de assumir com o Fundo Monetário Internacional (FMI); pelas diversas crises econômicas internacionais, que abalaram gravemente nossa economia; pelo modelo de política econômica que fomos obrigados a adotar para equilibrar as contas internas e as nossas transações internacionais.

Indiscutivelmente, Sr. Presidente, em face das dificuldades do Estado, que não dispõe sozinho dos vultosos recursos para tocar as grandes obras que o País pede, a parceria com a iniciativa privada aparece como caminho para viabilizar inúmeros projetos estruturais. Esses, por sua vez, são os grandes canais de geração de riquezas, de distribuição de renda e da abertura de incontáveis frentes de trabalho em todo o território nacional. No entanto, considerando a lentidão das instâncias formais em autorizar os contratos com os setores privados, a rígida política de contenção de gastos públicos, as complicações burocráticas que emperram as decisões, as dimensões da crise institucional e a desaceleração do dinamismo em setores-chave da economia, as parcerias público-privadas – PPPs – continuarão a enfrentar, pelo menos até o final de março de 2007, um período de pouco dinamismo.

Porém, de uma coisa não podemos nos esquecer: a economia brasileira não tem mais condições de suportar o adiamento de obras vitais para a retomada do crescimento econômico. As estradas, os portos, as ferrovias, as hidrovias, as usinas de geração de energia elétrica, os gasodutos, os canais e tantos outros empreendimentos precisam ser construídos ou ampliados, reformados ou reconstruídos, modernizados. Não é de hoje que temos conhecimento do lastimável estado em que se encontra a nossa malha rodoviária, da decadência dos nossos portos, da inviabilidade das nossas ferrovias e da grande vulnerabilidade do nosso sistema energético, que pode, em futuro próximo, deixar o País na maior escuridão de sua história, se não forem construídas imediatamente as hidrelétri-

cas, os gasodutos, aproveitando-se as potencialidades nacionais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a promulgação da Lei nº 1.079, de 2004, as PPPs estão envolvidas por diversos problemas. O primeiro deles continua sendo de natureza financeira. Muitas dúvidas ainda permanecem sobre as garantias anunciadas pelo fundo garantidor, lastreado por ações de 15 empresas, estatais e privadas, em poder da União.

Esse instrumento foi regulamentado pelo Presidente Lula, no final do ano passado, para assegurar os compromissos com os investidores, caso os contratos não possam ser honrados com os recursos do orçamento.

Segundo o Governo, o valor do fundo poderá chegar a R\$6 bilhões. Contudo, a questão mais delicada a ser respondida abrange as ações que variam no dia-a-dia, o que certamente gera um clima de inquietude entre os investidores privados.

Dessa forma, a pergunta mais importante que permanece no ar é a seguinte: se o Governo deixar de honrar algum pagamento, quais razões o levariam a autorizar o fundo a cobrir o débito sem maiores problemas? Caso isso aconteça, há outro temor: o de que as obrigações não cumpridas pelo Estado acabem em precatórios ou em decisões que poderiam arrastar-se por anos.

Finalmente, existem ainda os entraves de ordem política e os entraves jurídicos que dificultam o andamento rápido das PPPs. No primeiro caso, é preciso considerar que as autoridades brasileiras ainda não definiram claramente os direitos e deveres do concessionário. No segundo, os problemas de natureza jurídica são incontáveis e evidentes. Por exemplo, de acordo com a opinião de especialistas, a Lei 11.079/2004 confere, em pelo menos nove artigos, o poder centralizador do Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar dos inúmeros obstáculos que acabei de apresentar e que estão dificultando a assinatura de inúmeros contratos essenciais de PPPs, diversos setores empresariais de relevo e o próprio Governo têm demonstrado interesse em apressar a formalização dessas associações para tocar alguns projetos de grande significado nacional.

Por exemplo, já estão bastante adiantadas as negociações para viabilizar em curto prazo, antes mesmo do término do primeiro mandato do Presidente Lula, o primeiro protocolo de Parceria Público Privada. Segundo a imprensa, o Governo já colocou em consulta pública o edital para recuperação da BR-116 e da BR-324. Espera-se que, até o final de dezembro próximo, as autoridades que respondem pelo assunto divulguem o documento final, que deverá instruir de maneira formal

os interessados privados em tocar os empreendimentos em parceria. Na opinião dos técnicos do Governo, essa primeira PPP tem como objetivo principal a recuperação de 638 quilômetros de estrada.

Já é um alento, Sr. Presidente, que as PPPs estejam saindo do papel.

Os trabalhos deverão começar na divisa de Minas Gerais com a Bahia e serão concluídos em Salvador. O TCU aprovou os empreendimentos. Segundo fontes governamentais, essa extensão é responsável pelo escoamento de 75% da produção daquele Estado nordestino.

Sr. Presidente, antes de concluir o meu pronunciamento, gostaria de lembrar...

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Valdir Raupp, antes de concluir o pronunciamento, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, daqui a alguns segundos, concederei a palavra a V. Ex^a.

As PPPs ainda se apresentam como a melhor alternativa para gerar investimento sem aumentar o endividamento do País, para proporcionar lucros aos empreendedores, para criar renda e para facilitar a abertura de novos postos de trabalho em todo o território nacional. Por tais motivos, de indiscutível crédito, agentes públicos e empresários precisam desenvolver em conjunto grandes esforços em benefício do Brasil, aliás, Sr. Presidente, isso felizmente já está acontecendo apesar das barreiras que acabei de relacionar.

Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Raupp, apesar dos obstáculos, das dificuldades elencadas por V. Ex^a no que diz respeito à implantação das PPPs, elas se revelam como uma das grandes alternativas que o País tem para vencer as dificuldades de recursos para tocar as suas obras estruturais. V. Ex^a lembrou bem as rodovias brasileiras, grande patrimônio do País, que precisam de um programa eficaz para sua recuperação. Do mesmo modo, é importante pensarmos na mudança da matriz de transporte deste País de dimensão continental, que ainda privilegia a modal rodoviária, tendo alternativas extremamente viáveis – cito as hidrovias que cortam o eixo do País no Centro-Norte – como as hidrovias do Araguaia e do Tocantins, como a Ferrovias Norte-Sul, que podem, efetivamente, mudar o cenário econômico deste País. Além disso, as PPPs também poderão ser alternativas para a implementação da busca de energia alternativa de que o País precisa e que poderá oferecer inclusive a outros países, não só internamente, nas questões ainda incipientes no País, com o aproveitamento do

potencial eólico, do potencial fotovoltaico, mas sobretudo no que está virando moda, e o País sai na frente, com relação à energia alternativa originária das biomassas, como etanol, metanol, o álcool combustível, e sobretudo com o biodiesel e o Hbio. Estou seguro de que as PPPs haverão de ser alternativas viáveis que contribuirão muito para ampliar esses programas que vão certamente alterar a fisionomia social e econômica do Brasil, melhorar inclusive o controle dos gases poluentes, reduzindo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – ... sobre o modo a poluição da atmosfera. Eu continuo acreditando que nós temos de avançar. O país que consolida a sua democracia tem de avançar nessas questões e eliminar essas dificuldades burocráticas, para estabelecer um ritmo de crescimento e de desenvolvimento compatível com a expectativa do valoroso povo brasileiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Leomar. Seu aparte será incorporado ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a é o Relator do Orçamento, então sente o cheiro. V. Ex^a vem à tribuna para falar algo que é uma expectativa geral daqueles que têm interesse; por tudo aquilo que V. Ex^a falou, Senador Leomar, que é a infra-estrutura, eu somaria a falta da infra-estrutura que o País tem. É claro que a prioridade hoje são as estradas. Quem costuma trafegar por essas estradas sente a grande dificuldade, o prejuízo econômico que o país tem e principalmente as transportadoras, bem como a vantagem que os assaltantes de carga têm tido em função dessas dificuldades. As PPPs foram votadas aqui numa ânsia do Governo, que acho que agiu bem: trouxe, discutiu e procurou fazer com que elas fossem rapidamente aprovadas. Enfrentou obstáculos, e V. Ex^a sabe disso. Aprovadas, há um problema: quando vai se pôr o projeto em execução. Então, se V. Ex^a está lá no Orçamento – e eu torço para que V. Ex^a tenha sucesso, pois eu vejo as suas dificuldades – e está abordando o assunto é porque já tem fumacinha saindo por aí. Eu acho importantíssimas as PPPs. Dou o exemplo, em São Paulo, da segunda pista da via Imigrantes, em que o Estado não pôs um tostão, nada; foram as empreiteiras que construíram. Ecologicamente perfeita, é uma estrada com uma vista maravilhosa. De ponta a ponta, foi praticamente fruto de um acordo com o Governo, que não pôs recursos. Claro que há o pedágio. Adib Jatene, nosso médico, disse que ia escrever – penso que escreveu – um arti-

go sobre a importância da estrada pedagiada. Ele teve uma capotagem grave, sua esposa ficou presa dentro do veículo, e em cinco minutos chegou o socorro, que, por meio das televisões da estrada, detectou o acidente e chegou prontamente e liberou sua esposa. Ele acabou elogiando a estrada pedagiada. Sabemos que o Governo não tem dinheiro para investir maciçamente na infra-estrutura, daí a importância dessa parceria. Eu vi, na entrega de prêmios aos principais empresários brasileiros esta semana, com a presença do Presidente Lula, do Governador de São Paulo, do Prefeito, o entusiasmo em tentar se produzir algo em benefício do País dentro das PPPs. Elas vão criar emprego pra chuchu! Parabéns, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senador Romeu Tuma, pelo seu aparte. Incorporo essa contribuição ao meu pronunciamento.

Penso que o alento no Orçamento de 2007, de que sou Relator, são os R\$49 bilhões que as estatais possuem para investimentos. Os maiores investimentos do Brasil vão estar nas estatais: Petrobras, Sistema Elétrico Brasileiro. Enfim, as estatais estão com os caixas um pouco mais folgados do que o restante do Governo.

Eu pediria, Sr. Presidente, se possível, mais uns dois ou três minutinhos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – V. Ex^a terá uma tolerância, porque os dois Senadores que o apartearam vão fazer seus pronunciamentos. Vamos aplicar...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a é que tem o coração do tamanho do Estado do Piauí ou maior, talvez do tamanho do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Justamente por isso eu não poderia faltar com o Senador Leomar Quintanilha, que roubou uma mulher do Piauí para ser feliz e, com certeza, foi com a força dela que ele chegou aqui. E o Tuma, que é da grandeza de São Paulo.

V. Ex^a pode usar, tranquilamente, mais três minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, será o suficiente para concluir.

Assim, a exemplo da União e dos Estados que estão procurando superar as suas dificuldades, diversas prefeituras também estão motivadas com a idéia e já colocaram as PPPs como uma das maiores prioridades em suas agendas. Entre essas administrações, podemos citar, por exemplo, a de São Paulo, que está prestes a formalizar a questão com a aprovação, pela Câmara de Vereadores, de uma lei específica; a Prefeitura de Belo Horizonte, que teve a sua lei aprovada

em janeiro de 2005; e Porto Alegre, que também definiu as suas regras em setembro do ano passado.

Por outro lado, no Estado de São Paulo, no Guarujá, podemos citar projetos como a construção de um retroporto, que facilitará a transferência das mercadorias dos caminhões até os navios. No Município de Rio Claro, temos o projeto de ampliação e operação do sistema de esgoto, obra que deverá consumir cerca de R\$67 milhões. As empresas que vencerem a licitação que está em andamento poderão operar o sistema de esgoto por 30 anos e ampliar a rede. Em Ribeirão Preto, está sendo discutida a participação da iniciativa privada na construção do parque tecnológico. O projeto prevê a instalação de empresas, instituições e faculdades voltadas para a inovação tecnológica em um espaço de um milhão de metros quadrados.

São obras que exigem pesados sacrifícios financeiros aos cofres municipais e, por isso, necessitam da parceria com a iniciativa privada para serem iniciadas, porque, como já disse, o setor público não tem como arcar com os elevados custos desses investimentos.

Por fim, é igualmente importante destacar que as PPPs poderão proporcionar sugestivas oportunidades às pequenas e médias empresas sobretudo nos municípios, onde os investimentos são de pequeno e médio porte e não demandam grandes volumes de recursos.

Sr. Presidente, por fim, quero manifestar minha satisfação de dizer que, na última semana, foram realizadas várias audiências públicas no meu Estado de Rondônia, visando ao licenciamento ambiental para a construção das usinas do Madeira, obras essas que vão investir mais de R\$20 bilhões e criar em torno de 30 mil empregos, gerando energia também para exportar para outras regiões, consolidando o crescimento econômico do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, do Estado do Tocantins, por cinco minutos e, em seguida, ao Senador Romeu Tuma, também por cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Mão Santa, que dirige os trabalhos desta Casa nesta tarde, Srs. Senadores, Senador Romeu Tuma, desde o final da tarde de ontem, dia 12 de novembro, o Brasil tem no exercício interino da Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, uma das mais destacadas lideranças do Partido Comunista do Brasil.

O fato é inédito na história do Brasil e na história da América do Sul: um comunista na chefia do Governo Federal.

A transmissão do cargo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa mais do que um ato formal de respeito à Constituição, diante do impedimento do Vice-Presidente José Alencar, em viagem aos Estados Unidos para tratamento de saúde.

Como afirmou o próprio Deputado Aldo Rebelo: “as lutas e a dedicação de muitas gerações de brasileiros para conquistar a democracia e a liberdade, possibilitaram chegar a um momento como este. E hoje pode alguém do Partido Comunista, mesmo que momentaneamente, chegar à Presidência da República num momento de normalidade, de tolerância, de respeito e de convivência democrática”.

A presença de Aldo Rebelo na Presidência da República é resultado da contribuição que o PCdoB, em 84 anos de militância, deu para garantir aos brasileiros um País soberano, democrático e socialmente justo. É sintomático que a posse interina de Aldo Rebelo na Presidência aconteça exatamente no instante em que o PCdoB e outras legendas estejam na iminência de ter a sua atuação parlamentar prejudicada por não terem conquistado, cada uma, 5% dos votos na Câmara Federal no último pleito.

É a questão da Cláusula de Barreira, Sr. Presidente, ainda no nosso entendimento, uma lei inconsistente, que não representa a vontade do povo e que não tem amparo constitucional. O Supremo haverá de manifestar-se sobre a sua constitucionalidade.

Nas eleições de outubro, o PCdoB disputou o Governo do Tocantins e teve candidaturas a Vice-Governador em Estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Piauí. Alcançou 1,98 milhão de votos para a Câmara dos Deputados (2,13% do total nacional) e 6,4 milhões de votos (7,5% do total) para o Senado. Elegeu o Vice-Governador do Piauí e o Deputado cearense Inácio Arruda para o Senado Federal. Na Câmara, a Bancada será ampliada de 12 para 13 Deputados na próxima legislatura. São do PCdoB cerca de duas dezenas de Deputados Estaduais e quase trezentos Vereadores.

O Partido conta ainda com 12 Prefeitos e está organizado em quase 1,4 mil Municípios e nos 27 Estados da Federação.

Embora a Legenda tenha melhorado o seu desempenho eleitoral em relação ao pleito anterior, esse esforço ainda não foi suficiente para superar o obstáculo da cláusula de barreira. Em razão disso, milhões de eleitores, que confiaram o seu voto ao PCdoB, vêem agora a sua representação ameaçada diante de uma imposição legal.

No Governo do Presidente Lula, o PCdoB desempenha papel destacado na administração pública Federal. Além de comandar a Câmara dos Deputados com o próprio Aldo Rebelo, coube ao Partido a Pasta do Esporte, atualmente exercida pelo Ministro Orlando Silva, com muita competência, diga-se de passagem, depois do ex-Ministro Agnelo Queiroz, que também trabalhou com muita eficácia. Isso sem contar com inúmeros outros cargos e funções relevantes em outros Ministérios como o da Cultura, o da Ciência e Tecnologia e o das Cidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia de hoje é de alegria para o PCdoB; o Partido vive um momento singular de sua longa história democrática. Um alagoano, de Viçosa, filho de um vaqueiro e de uma professora primária, líder do movimento estudantil, Deputado Federal por São Paulo, dirigente destacado do PCdoB, encontra-se no exercício da Presidência da República. O dia de hoje é histórico não só para o PCdoB, mas para a democracia brasileira.

É com particular agrado, Sr. Presidente, que faço este registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fazemos nossas as palavras do Senador Leomar Quintanilha.

Alagoas é boa de Presidente. Começou com Deodoro, Floriano, Collor e agora o Presidente do PCdoB.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Alagoas tem hoje o Presidente da República, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E conquistou este extraordinário Líder, que é o Leomar Quintanilha, para esse Partido, uma grande conquista.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, para encerrar a sessão, ao Senador Romeu Tuma, por São Paulo. Como está escrito, os últimos serão os primeiros. Ele é sempre o primeiro na ética; ele é o símbolo maior dessa instituição, que é a Polícia Federal no nosso País; ele é o símbolo da ética na política no Brasil.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Ainda ontem citei, com muita emoção, o nome de V. Ex^a, pelo seu comportamento, por sua luta frente às divisões do PMDB, porque tenho um filho, Deputado Estadual, que faz parte do seu Partido e me convidou para participar da convenção ontem. Não tive nenhuma dificuldade de falar sobre a

sua postura e como eu via o PMDB que V. Ex^a deseja historicamente, desde o MDB.

Quero cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, para que leve o nosso abraço ao Deputado Aldo Rebelo, porque também o PCdoB é uma divisão do PCB, que surgiu no passado. São sempre essas lutas intestinas que fazem com que os partidos, às vezes, dividam-se, mas sempre Aldo Rebelo, para mim, foi um homem ético, correto, respeitoso com as pessoas. Conheço-o bem por ligações que tem com o meu irmão, que faz parte de entidades internacionais. Então eu pediria a V. Ex^a que o cumprimentasse para que, novamente, quando assumir, seja mais longa a sua permanência; não que eu queira que o Presidente se ausente, porque, de vez quando, viaja. Eu gostaria muito que o José Alencar voltasse rapidamente curado da doença que fez com que ele tivesse que ser novamente operado. É um homem que conosco conviveu, sempre educado e delicado. Conversei com ele, na semana passada, da mesma forma como era quando estava nesta Casa conosco, com a mesma delicadeza e simpatia. Estamos orando para que ele volte. Tenho certeza de que Aldo Rebelo, dentro da sua postura, não trará nenhuma dificuldade ao Presidente Lula neste período em que estará à frente da Presidência, ainda mais tendo um representante como V. Ex^a entre nós. Deus ajude que dê tudo certo.

Sr. Presidente, peço um minuto, porque eu sei que V. Ex^a, o Senador Flávio Arns, Eduardo Suplicy falaram sobre o InCor. Eu tenho uma ligação muito forte com o InCor. O InCor, em tese, ainda não existia com a Fundação Zerbini. Era um departamento da Escola de Medicina da USP. Lá funcionava, à época em que conheci, e várias vezes fui lá, como amigo, o Dr. Fúlvio Pileggi, que foi um dos primeiros a presidir administrativamente o InCor com a sua Fundação.

Eu era policial ainda novo, quando foi feito o primeiro transplante pelo Professor Zerbini. Havia necessidade de montar uma enorme segurança e, como estava no departamento, fui escalado para colaborar com a segurança e fiz uma amizade muito grande com esses médicos.

Vejo que há praticamente dois anos a situação econômica vem degringolando. É claro que a Fundação sempre teve um saldo altamente positivo para atender a melhora no tratamento, com dedicação exclusiva dos médicos e o aprimoramento das pesquisas. Trata-se de um centro de ponta. V. Ex^a sabe muito melhor do que eu o que produz o InCor frente aos congressos internacionais.

O nosso colega Senador foi presidente do conselho, e o nosso querido Mário Covas também foi paciente, tendo feito cirurgia e tratamento lá, e pediu que a Fundação cedesse o seu dinheiro e retirasse um empréstimo no BNDES para construir o prédio dois. Isso foi feito com o compromisso de que o Governo reassumiria essa dívida, o que não aconteceu até hoje. A dívida é de R\$250 milhões, conforme declarações dadas pelo diretor atual, um infectologista, com a presença do Presidente Lula e dos dois ministros, em busca de uma solução. Eu gostaria que essa solução fosse rapidamente encontrada.

O Sabino, que trabalhou conosco aqui, foi Diretor-Geral da Câmara, trabalhou comigo na Primeira Secretaria, hoje está dirigindo a Fundação Zerbini para tentar recuperar algumas coisas que se deterioraram ao longo tempo. Aqueles conselhos e empresários que sempre colaboraram começaram a desaparecer.

Sou cliente do InCor e vou lá toda semana não só por necessidade, mas muito mais porque sou amigo dos médicos e fico encantado com algumas pesquisas que fazem por lá. Nós que temos filho médico acabamos pegando o vírus.

O Governo tem toda razão. Espero que o Presidente Lula, dentro do seu compromisso assumido publicamente, nas próximas 24 horas – foram dadas 48 horas e já se passaram quase 24 horas –, tenhamos, em breve, uma solução eficaz porque não havia dinheiro para pagar o salário dos médicos. Tiveram de se virar. A universidade ajudou um pouco, mas a Fundação não tinha mais dinheiro para pagar o salário dos médicos. Assim, foi um mês difícil para a Fundação e para o InCor.

Eu e a Roseana Sarney fomos os primeiros pacientes a ocupar quarto no prédio dois. Eu, operado de um infarto; e ela, por um problema grave de intestino, pelo qual sofreu muito. Rezávamos juntos pelos corredores do prédio dois do InCor. Por isso, temos uma afeição especial por ele.

Sr. Presidente, tenho certeza, e V. Ex^a, como médico, declarou desta tribuna ou da Presidência a sua expectativa, de que serão realmente cumpridos todos os compromissos para que o InCor não perca a sua qualidade de ponta, ele que tão bem representa o País em vários congressos internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpas a V. Ex^a por ter abusado. V. Ex^a ia encerrar a sessão e me deu esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 1123, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do **Senhor Kazuo Sakamoto** aos 55 anos de idade, ocorrido na madrugada de domingo último no Hospital Sírio e Libanês, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do falecido.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido em 20 de junho de 1951 na cidade de Mirandópolis, Estado de São Paulo, dizia-se paranaense "de coração". Muito jovem mudou-se para Curitiba, onde cursou a Academia da Polícia Militar, tendo saído no posto de Capitão da PM.

Bacharelou-se em Administração de Empresas e Pós-Graduado em Planejamento Governamental e Mudanças Organizacionais, pela Faculdade de Administração e Economia da PUC de Curitiba. Em 1982, ingressou no Detran do Paraná, onde exerceu os cargos de Assessor de Planejamento, Coordenador Administrativo e Financeiro e de Chefe de Gabinete do Diretor Geral.

Exerceu, a partir de 1986, o cargo de Diretor de Controle e Registro do Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN, em Brasília, com função de Conselheiro no CONTRAN-Conselho Nacional de Trânsito, atuando no desenvolvimento e na implantação do DUT-Documento Único de Trânsito. Participou ativamente da Comissão Especial elaboradora do Anteprojeto do Código de Trânsito Brasileiro-CTB, representando o Governo Federal no Projeto de Lei que aprovou o CTB no Congresso Nacional em 1997.

Paulo Brossard, Ministro da Justiça, convidou-o para o

cargo de Diretor Geral do Denatran. Entre 1989 e 1991, pela empresa DELPHOS-Serviços Técnicos S/A desenvolveu projetos de Integração na área de trânsito com o seguro obrigatório DPVAT. Em 1991, nomeado pelo Ministro Jarbas Passarinho retornou àquele Ministério como Diretor Geral do Denatran, permanecendo nesse cargo até a Implantação do Novo Código de Trânsito Brasileiro, trabalhando também com outros Ministros da Justiça.

Nesse período, além de dirigir o órgão máximo executivo de trânsito do país, acumulou funções de Presidente do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN e de titular da Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério da Justiça. Durante sua gestão na Secretaria, no Conselho e no Departamento Nacional de Trânsito, idealizou, desenvolveu, e implantou os sistemas RENAVAL-Registro Nacional de Veículos Automotores e RENACH-Registro Nacional de Carteiras de Habilitação.

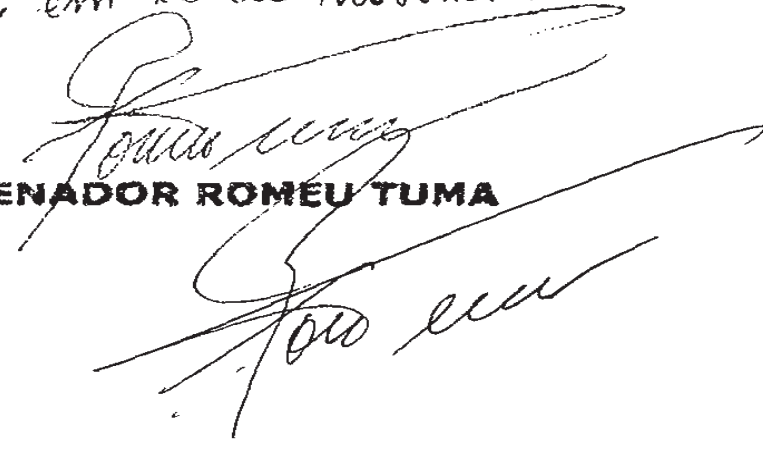
Entre os anos de 1997 e 1998 no cargo de Diretor de Trânsito, convidado Prefeito de Curitiba, Dr. Cássio Tanigushi, teve a oportunidade de planejar e implantar a Municipalização do Trânsito, consequência das mudanças introduzidas pelo novo Código de Trânsito Brasileiro.

Em 2000, na Câmara dos Deputados, participou da Comissão Especial de Acompanhamento da Aplicação da Lei nº 9.503/97, instituidora do Código de Trânsito Brasileiro-CTB como Assessor Técnico. Retornou ao Ministério da Justiça para exercer o cargo de Coordenador Geral de Planejamento e de Modernização do Departamento de Polícia Rodoviária

Federal-DPRF, quando foi, também, Chefe do Gabinete do Diretor Geral.

Kasuo faleceu aos 55 anos de idade, na madrugada de domingo último, dia 05 de novembro, no Hospital Sírio e Libanês, na cidade de São Paulo.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2006.



SENADOR ROMEU TUMA

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.124, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto PLC nº 82, de 2006 aos Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428, 605, de 1999, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2006.

– Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Lamento informar ao Piauí e ao Brasil o falecimento da Srª Maria do Carmo Correia Caldas Rodrigues, esposa do nosso ex-Governador e ex-Senador Chagas Rodrigues. Neste momento, eu gostaria de apresentar à família enlutada votos de profundo pesar. Perde o Estado do Piauí uma grande mulher, uma mãe e esposa de um dos mais ilustres piauienses.

Chagas Rodrigues foi Deputado Federal por várias legislaturas, inicialmente na UDN e, depois, no PTB de Getúlio Vargas; foi Governador do Estado do Piauí entre 1959 e 1961, quando saiu para se candidatar; foi cassado pelo Ato Institucional em 1967; e, depois, foi eleito Senador. É uma das figuras mais respeitadas na história deste Senado da República, tendo sido Vice-Presidente desta Casa.

Quis Deus que estivesse aqui presente o Senador Leomar Quintanilha, cuja esposa é piauiense.

Maria do Carmo Correia Caldas Rodrigues representa o maior símbolo da mulher piauiense. Tanto é verdade, Senador Romeu Tuma, que, quando o marido foi cassado, quiseram-na candidata a Deputada Federal ou a Senadora. Não o foi porque seu pai era um grande empresário do Piauí, fundador da Federação das Indústrias, por sinal meu tio e padrinho, José de Moraes Corrêa, que a impediu. Então, cabe bem aqui aquela frase: “Atrás de um grande homem, há uma grande mulher”.

Hoje falei do Piauí, mais precisamente da revista **Piauí**. O nosso poeta disse: “A minha terra é um céu, se há um céu sobre a terra”. Creio que há céu, e hoje Maria do Carmo Caldas Rodrigues é santa, está no céu, canonizada pela sua obra em prol dos pobres do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Papaléo Paes, a Srª Senadora Lúcia Vã-

nia, os Srs. Senadores Almeida Lima e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula pode, uma vez mais, até não saber. Mas seu segundo Governo já começou. E não muito bem. Para o País, isso é péssimo. Para o Presidente, um desastre.

As previsões não são nada otimistas e, não obstante, Lula se deixa levar pelo jogo que mais o diverte: o de traçar o tabuleiro de xadrez de seu novo Ministério, *sem levar em conta projetos e diretrizes de ação.* (**O Estado de S. Paulo**, 8-11-06).

Foi exatamente pela inexistência de projetos, a não ser o de Poder, que o ciclo inicial de Lula passará à História como o *quatriênio perdido*.

Não será positivo para a Nação se os próximos quatro anos vierem a seguir a mesma cartilha da inércia e da incompetência que caracterizam o primeiro mandato.

A luz amarela já está acesa. Esse é o aviso a Lula:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM SETEMBRO E MERCADO REDUZ PROJEÇÃO PARA O PIB.

(GRANDE PARTE DOS ANALISTAS APONTA CRESCIMENTO INFERIOR A 3% EM 2006)

O ESTADO DE S. PAULO

O noticiário de hoje diz que, *um dia após a CNI ter festejado a reação favorável do setor industrial em setembro, o IBGE jogou um balde de água fria no mercado.*

Entre os analistas do mercado, abro aspas para a opinião do ex-Ministro Mailson da Nóbrega, para quem *o segundo mandato de Lula não será nem um desastre nem espetacular*, como o Presidente anda prometendo mesmo sem ter um programa de Governo.

Mais aspas para Maison:

Não se pode esperar de Lula nem um Governo espetacular nem um desastre: seu novo mandato tem tudo para ser mais do mesmo. *O mesmo foi o que a Nação viu. E não gostou, apesar de reeleger Lula, quem sabe para lhe dar uma nova oportunidade, como diz a Veja, a última chance.*

Além de arregaçar as mangas e se lançar ao trabalho, no seu novo mandato Lula precisa ter mais humildade e respeitar as opiniões que a imprensa se encarrega de divulgar, apesar de boa parte do PT, o partido do Presidente, não ter o menor apreço aos meios de comunicação.

O sinal amarelo só se torna visível, inclusive para Lula, graças à imprensa.

Sobre a situação industrial, abro aspas para o Estadão:

INDÚSTRIA BRASILEIRA ATRAI MENOS RECURSOS EXTERNOS

(...) A indústria brasileira perdeu competitividade internacional e atrai cada vez menos recursos do investidor estrangeiros. São dados do Banco Central.

E mais, ainda com aspas para o jornal paulista:

PARA ANALISTAS, JURO MENOR NÃO BASTA PARA O PAÍS CRESCER

(...) A avaliação é que falta investir em infra-estrutura

e controlar gastos governamentais, entre outros fatores.

No caso dos gastos governamentais, a luz passa de amarela para vermelha:

(...) As estimativas de crescimento de 5% para 2007 são otimistas. Enquanto o Governo não sinalizar de fato e concretamente que

haverá um ajuste fiscal sério, passando pela reforma da Previdência e controle mais rígido dos gastos, com a melhora da qualidade em termos de infra-estrutura, vai ser difícil esperar um crescimento maior do PIB.

Fica o registro desses fatos, que podem confirmar a previsão do ex-Ministro Mailson da Nóbrega. Se a luz amarela está acesa, alguma coisa precisa ser feita, e com urgência. Do contrário, o novo mandato de Lula será apenas mais do mesmo.

Em anexos, as matérias dos jornais mencionados, para que constem dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Produção industrial cai em setembro e mercado reduz projeção para o PIB

Recuo de 1,4% em relação a agosto leva grande parte dos analistas a prever crescimento inferior a 3% em 2006

Jacqueline Farid

Um dia após a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ter festejado a reação favorável do setor em setembro, a divulgação dos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) jogou um balde de água fria no mercado. A queda na produção de veículos automotores em setembro e a continuidade dos efeitos do câmbio derrubaram a produção industrial no mês. Os dados do IBGE mostraram queda de 1,4% na produção ante agosto, anulando as duas altas consecutivas anteriores. A produção de bens de capital, um termômetro para as perspectivas de investimentos, também recuou.

O mau desempenho da indústria levará a uma enxurrada de revisões nas projeções de analistas do mercado para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do País neste ano. Apesar da queda ante o mês anterior, a indústria mostrou resultados positivos, ainda que com perda de ritmo, nas demais comparações: 1,3% ante setembro de 2005; 2,7% no acumulado do ano; 0,4% no terceiro trimestre ante o segundo trimestre e 2,7% no terceiro trimestre ante igual período do ano passado.

Silvio Sales, chefe da coordenação de indústria do IBGE, disse que, com os resultados de setembro, o setor trocou uma trajetória de crescimento suave no primeiro semestre de 2006 por uma 'estabilidade' no terceiro trimestre. 'Os resultados repetem um pouco aquele padrão que temos observado há vários meses: a indústria fica em sobe e desce', disse Sales.

O segmento de veículos automotores registrou queda de 9,3% na produção em setembro ante agosto, em consequência de greves nas montadoras. Mas Sales ressaltou que, ainda que a indústria automobilística tenha sido a principal influência sobre o resultado negativo, não foi a única, já que 12 dos 23 segmentos investigados na comparação com mês anterior apresentaram queda na produção.

O mau desempenho da indústria levará o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a revisar para baixo a projeção de expansão do PIB em 2006, hoje em 3,3%, segundo adiantou o economista da instituição Estevão Kopschitz. 'Só queda de juros não leva ao crescimento, a carga tributária cresceu muito, a infra-estrutura e a taxa de investimento não melhoraram', disse ele.

A economista Cristiane Quartaroli, do banco Santander, também revisará as projeções para 2006. Atualmente, a previsão do banco aponta uma expansão de 3,1% para o PIB. 'Devemos mudar o número para um nível abaixo de 3%', afirmou. Mauricio Orenge, economista da Itaú Corretora, deve revisar sua atual projeção de 3,4%, para algo próximo de 3,2%. O ABN Amro Asset Management reduziu a estimativa de crescimento de 3% para 2,9%.

O câmbio afetou novamente a categoria de bens de consumo duráveis (automóveis, celulares, eletrodomésticos) em setembro, com queda de 0,2% na produção ante agosto. Segundo Sales, ainda que o resultado negativo em veículos automotores tenha sido a principal influência no recuo dos duráveis, 'a tendência já vinha sendo declinante', em consequência da queda nas exportações de produtos como celulares e concorrência de importados, como eletroeletrônicos da linha marrom (TV, rádio e som).

As importações de bens de consumo duráveis subiram 81,8% em setembro ante igual mês do ano passado. Além disso, Sales ressalta que os duráveis vinham de crescimento acelerado - 44% no acumulado de 2004 a setembro de 2006 - e 'em algum momento era de esperar uma desaceleração'.

Edgard Pereira, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), avalia que os efeitos do câmbio sobre a indústria se intensificaram em setembro e mostram necessidade de 'medidas urgentes' para suavizar a valorização do real. Ele atribui ao câmbio 'um efeito-deslocamento da produção doméstica por produtos importados'.

INVESTIMENTOS

A produção de bens de capital recuou fortemente em setembro e frustrou expectativas de forte crescimento dos investimentos no PIB do terceiro trimestre. Segundo o IBGE, houve queda de 2,1% na produção dessa categoria em setembro ante agosto e queda de 0,4% ante setembro do ano passado.

A divulgação dos resultados levou o Ipea a revisar a previsão de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, rubrica que define investimentos) no PIB do terceiro trimestre de 8,7% projetados anteriormente para 6,6%, segundo informa Kopschitz. Os dados do período serão divulgados pelo IBGE no dia 30 deste mês.

COLABORARAM CÉLIA FROUFE E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Indústria brasileira atrai menos recursos externos

Alaor Barbosa

A indústria brasileira perdeu competitividade internacional e atrai cada vez menos recursos diretos do investidor estrangeiro. Dados do Banco Central (BC) mostram que dos US\$ 14,12 bilhões que ingressaram no País entre janeiro e setembro, sob a forma de investimento direto, US\$ 5,22 bilhões foram para o setor industrial, 37% do total. O segmento de serviços atraiu US\$ 7,76 bilhões, o equivalente a 55% do total.

'Os grandes grupos internacionais que querem ampliar produção industrial estão preferindo a China', resume o professor do Ibmecc-RJ, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC. No ano passado, a participação foi semelhante. Dos US\$ 21,64 bilhões que ingressaram no País sob a forma de investimento direto, US\$ 6,5 bilhões foram para indústria (30,17% do total) e US\$ 12,9 bilhões para os serviços, ou quase 60% do total. Os 10% restantes foram para a área de mineração e/ou agricultura.

O sócio de corporate finance da KPMG, André Castello Branco, pondera que alguns segmentos industriais ainda são atraentes, como o agronegócio, com destaque para a área de açúcar e álcool. Mas, até setembro, a área de serviços liderava operações de fusões e aquisições no Brasil. A área de energia elétrica, por exemplo, registrou 52 operações este ano, sendo 32 de capital estrangeiro.

'Na área industrial, o grande destaque dos últimos anos tem sido o mo-

vimento inverso, com as empresas brasileiras investindo no exterior, tentando diversificar mercados', complementa. Alguns dos investimentos industriais realizados no Brasil por estrangeiros estão acoplados a estratégias mundiais desses grupos. É o caso da ThyssenKrupp, que constrói uma siderúrgica no Rio, num investimento de US\$ 3,6 bilhões.

Para analistas, juro menor não basta para o País crescer

A avaliação é que falta investir em infra-estrutura e controlar gastos governamentais, entre outros fatores

Marcelo Rehder

A queda da produção industrial em setembro desencadeou uma nova onda de revisões para baixo das estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País para este ano, tanto entre analistas como empresários. Ontem mesmo, a consultoria MB Associados reduziu de 3% para 2,7% a projeção para a expansão da economia em 2006.

'Esse ajuste é apenas uma confirmação do que já esperávamos e é fruto de uma economia que depende cada vez mais de estímulos que não sejam apenas a redução da taxa de juros', afirma o economista Sergio Vale, da MB Associados.

O economista cita que o aumento de renda este ano, por conta do programa Bolsa-Família, da elevação do salário mínimo e do reajuste do funcionalismo, não foi suficiente para estimular o crescimento mais vigoroso do PIB.

De acordo com o IBGE, a produção da indústria caiu 1,4% em setembro ante o mês anterior, descontando-se as variações que normalmente ocorrem entre os dois períodos. Em relação a setembro de 2005, houve expansão de 1,3%

'A gente está se acostumando à mediocridade', diz o empresário Roberto Nicolau Jeha, presidente da Indústria de Papel e Papelão São Roberto.

Para Jeha, o setor de embalagens de papelão ondulado, considerado o termômetro da economia, não deverá crescer este ano mais que 3% sobre uma base considerada 'mediocre'. Em 2005, a expansão do setor foi de apenas 2,1%. 'Se o consumo de papelão crescer 3%, a expansão do PIB deverá ser menor, entre 2,5% e 3%', estima.

Diante do fraco desempenho do setor em setembro, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) também vai reduzir a previsão de crescimento da produção, que era de 3,5%. 'Agora, está mais próximo de 3% que de 3,5%', diz Edgard Pereira, economista-chefe do Iedi.

'Se a produção industrial crescer mais próxima de 3%, a taxa do PIB pode ficar em, torno de 2,5%'. Pereira observa que o comportamento do setor pode ser explicado em boa medida pelos efeitos do real valorizado.

A MCM Consultores prefere esperar o resultado do PIB do terceiro trimestre antes de rever a estimativa para o ano. A empresa manteve a taxa de 2,9%, mas com tendência de baixa. 'Todos os indicadores mostram que a demanda vem crescendo, mas boa parte está sendo atendida pela importações', diz o economista Alexandre Teixeira, MCM.

Há consenso entre os analistas de que as estimativas de crescimento de 5% em 2007 são otimistas. 'Enquanto o governo não sinalizar de fato e concretamente que haverá um ajuste fiscal sério, passando pela reforma da Previdência e controle mais rígido de gastos, com melhora da qualidade em termos de infra-estrutura, vai ser difícil esperar um crescimento maior do PIB', diz Teixeira.

IBGE atenua o otimismo da CNI

O levantamento da produção física da indústria, realizado pelo IBGE, não confirmou o relativo otimismo revelado pelo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que comentamos ontem neste espaço. Com efeito, os dados dessazonalizados da CNI apresentaram, para setembro, em relação a agosto, crescimento de 1,82% das vendas reais, enquanto o IBGE registrou queda de 1,4% da produção.

A diferença pode ser explicada pelo fato de que a CNI não inclui no seu levantamento a mineração, que tem um peso muito grande no do IBGE. Há também o fato de que o IBGE, além de pesquisar uma maior quantidade de empresas, inclui um número maior de pequenas empresas que, alijadas da exportação por causa da cotação cambial desfavorável, sofrem mais do que as grandes. Finalmente, a CNI se baseia no valor real das vendas, enquanto o IBGE parte da produção física.

Este último aspecto é interessante, pois, no quadro de uma inflação decrescente, os resultados das duas pesquisas deveriam se aproximar, inclusive porque o aumento das importações de bens intermediários e de componentes permite às empresas oferecer preços mais baixos.

Embora a produção industrial de setembro tenha sido prejudicada pela greve nas montadoras, as vendas de veículos, em outubro, com aumento de 10%, levam a acreditar que houve uma boa recuperação.

Os dados do IBGE por categoria de uso, com ajuste sazonal, mostram queda de 4,4% dos bens duráveis, consequência não apenas das paralisações na indústria automobilística, mas, principalmente, do aumento das importações. A produção de bens de capital, que nos meses anteriores mostrava crescimento constante, teve queda de 2,1%, resultado ou de um aumento das importações ou de cautela das empresas em relação a novos investimentos .

A divulgação do IBGE jogou um pouco de água fria na animação com que o mercado recebera as informações mais otimistas da CNI. Pode-se perguntar o por quê das dúvidas, que, como se lia na coluna de Sonia Racy de ontem, não são compartilhadas por todos os empresários. A pesquisa do IBGE mostra que a média móvel trimestral da produção está crescendo desde fevereiro. No entanto, é preciso saber se o aumento projetado do consumo, neste final do ano, será confirmado e também se os empresários não acabarão decepcionados na questão da redução da carga tributária.

Ao largo da questão essencial

A sensação de déjà vu é inevitável: está no ar mais um capítulo da eterna novela do presidencialismo à brasileira, chamado de coalizão porque é da natureza do sistema eleitoral do País que a sigla do presidente receba uma parcela apenas dos votos que o (re)conduzem ao poder, obrigando-o, para formar o seu governo, a buscar alianças com tantos partidos quantos se dispuserem a fazê-las. Podem mudar as legendas e os nomes, mas o processo é o já visto - e sua característica mais ominosa é o fato de se pôr em marcha sem se deter na questão de fundo: formar governo para o quê? Não é à toa a irrelevância, para não dizer o ridículo, a que ficou reduzido o termo “programa de governo” - antes, durante e depois das campanhas eleitorais.

Nestes primeiros dias úteis para os políticos desde o desfecho da sucessão, o noticiário proporciona uma imagem desanuviada do que está em jogo para eles, insulados nos seus cálculos de conveniências e movidos por suas ambições. A rotina é de uma monotonia atroz. O PMDB - do qual se poderia dizer, parafraseando Mario de Andrade, que é “300, 350”, com a diferença que é só um

na fome de poder - semeia na imprensa o que espera colher no segundo governo Lula, credenciado por ter sido o grande vitorioso de outubro: fez 7 governadores (2 a mais do que em 2002) e 89 deputados federais (15 a mais), embora tenha perdido 3 das 20 cadeiras que detém no Senado.

O multipartido acaba de pôr as cartas na mesa: reivindica, além da presidência das duas casas do Congresso, Ministérios que rendam clientela eleitoral, em regime de porteira fechada (quando a agremiação só não nomeia, e olhe lá, o garçom que serve o cafezinho do ministro). Do Estado de ontem: “Além de pastas com uma fatia polpuda do Orçamento, eles querem administrar áreas que lhes permitam projetar nacionalmente a legenda e também atender às bases partidárias - em que se incluem prefeitos sempre ávidos por verbas federais.” Vale por um curso de política. De seu lado, o que faz saber o presidente, o dono dos cargos?

Deixa vazar que se arrependeu de desenhar a estrela petista em 19 dos 33 Ministérios com os quais começou a governar em 2003. Nem precisa acrescentar que, em retrospecto, sabe que fez a coisa errada quando renegou os contratos de locação da Esplanada celebrados por seu articulador José Dirceu com a boa gente peemedebista. Mas a mudança parece menor do que se quer fazer crer -

menor, bem entendido, do ângulo das justificadas demandas por uma segunda gestão mais competente do que a atual. Em 2002, Lula usou o seu obeso Gabinete para distribuir prêmios de consolação aos companheiros derrotados nas urnas - como Olívio Dutra, candidato preterido pelos gaúchos, contemplado com o Ministério das Cidades.

Agora, nem pensar. Os petistas vencidos que se arranjam. Compensação pela derrota no seu Estado terá, ela sim, a ex-pefelista Roseana Sarney, cujo verdadeiro partido é, foi e será o do sobrenome. Pelo diz-que-diz de Brasília, a filha do ex-presidente e primeiro amigo do atual teria sido sondada para ocupar a Saúde. Peemedebistas de outros clãs torceram o nariz à idéia - não exatamente pela presumível falta de familiaridade da eventual ministra com Ministério dessa importância, ainda mais depois do paradigma da administração Serra, mas “porque nem sequer peemedebista ela é”, como resmungou um descontente. O ponto, nesse e nos demais casos que o tempo trará à luz, não é o falso dilema entre técnicos e políticos.

É o fato de que filiados a partidos com notório saber em suas áreas correm o risco de ser escanteados porque outros nomes, muito menos aptos para a função, se encaixam melhor no quebra-cabeça político em montagem. Sem querer fulanizar o problema, pode-se per-

guntar, a propósito, se o PMDB não teria um ministeriável para a Saúde de quem se pudesse dizer que está à altura do desafio, fosse qual fosse a sua legenda, ou nenhuma. Além disso, uma coisa é o presidente trocar cargos por apoio, outra é compartilhar da responsabilidade pelo seu preenchimento, outra ainda é fazer esse jogo sem levar em conta projetos e diretrizes de ação. Tudo o que se sabe sobre o traçado do futuro é o moto presidencial do desenvolvimento “sem mágica”. Sobre o nexos indissolúvel entre isso e a qualidade do gasto público, apenas platitudes. O mais é tabu.

Lula parece ignorar que, no regime de reeleição, o segundo mandato começa assim que termina a contagem dos votos.

Produção industrial recua e provoca revisão do PIB

Com fraco desempenho do setor, projeção de crescimento agora é de no máximo 3%

Efeitos do câmbio e greve em montadoras afetaram resultados do segmento em setembro, após dois meses de expansão, aponta IBGE

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

Depois de dois meses consecutivos de expansão (0,7% em julho e agosto), a in-

dústria pisou no freio em setembro, e a produção caiu 1,4% em relação ao mês anterior na comparação livre de influências sazonais. Trata-se da maior retração desde julho de 2005 --2,8%.

No terceiro trimestre, houve expansão de 0,4% ante o segundo trimestre. Foi a quarta taxa positiva seguida nesse tipo de comparação. Em relação ao terceiro trimestre de 2005, o incremento foi de 2,7%, na 12ª variação positiva consecutiva. O fraco desempenho da indústria no período fez economistas revisarem para baixo suas projeções para o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano. As expectativas apontam para uma expansão de 2,8% a 3%.

"Os 3% passaram a ser o teto diante do resultado ruim do terceiro trimestre", disse Solange Srouf, economista-chefe da Mellon Global Investments.

Segundo o IBGE, a intensidade da queda foi determinada por greves em montadoras, que levaram a uma retração de 9,3% na produção do ramo de veículos automotores. Dos 23 ramos pesquisados, 12 registraram queda de agosto para setembro. Outros destaques negativos foram: fumo (-26,6%), produtos químicos (-3,2%) e outros equipamentos de transporte (-11,8%).

Por trás do baixo nível de atividade, porém, também há o câmbio. Percebe-se seu reflexo negativo especialmente na categoria de bens de consumo duráveis, cuja produção caiu 4,4% em setembro e 1,7% no terceiro trimestre. "Em setembro repete-se o patamar de que a indústria fica num sobe-e-desce. A diferença é que o saldo desses movimentos vinha mostrando tendência de suave crescimento. Com o recuo de setembro, vê-se clara estabilidade", disse Sílvia Sales, chefe da Coordenação de Indústria do IBGE.

Na avaliação de Sales, o melhor desempenho relativo do comércio e taxas maiores de expansão de importações do que de exportações revelam o impacto negativo do câmbio sobre a atividade industrial.

"Além da greve de setembro, há um conjunto de fatores. Parte da explicação se deve à perda de ritmo das exportações de duráveis, principalmente da indústria automobilística. Outro fator é a chegada de bens importados, principalmente entre os eletroeletrônicos, e o fato de que o segmento de duráveis nos últimos três anos acumula crescimento de 44% [de janeiro de 2004 a setembro de 2006]."

Em setembro, houve greve em três montadoras: Volkswagen/Audi, Renault e Volvo. Naquele mês, as vendas de veículos recuaram 9,3%, de acordo com a Anfavea.

Solange Srouf, da Mellon, diz que fica nítido que as vendas do varejo estão sendo supridas pelo mercado externo, quando são observados os dados de importações, o que explica o descompasso entre o consumo e a produção. De janeiro a setembro, as importações, em volume, subiram 14,6%. Já as exportações, aumentaram apenas 3,7%. No caso dos bens duráveis, houve incremento de 79,8% no volume importado.

Aparente contradição

Divulgadas ontem pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), as vendas reais do setor cresceram 1,82% em setembro na comparação ajustada sazonalmente com agosto. Apesar da aparente contradição com a produção, o crescimento das vendas revela um ajustamento de estoques, o que abre espaço para aumento futuro de produção, diz Sales, do IBGE.

Em setembro, o desempenho dos bens de capital também decepcionou. A queda de 2,1% praticamente "devolveu" o crescimento de 2,8% registrado no mês de agosto.

Sob pressão, governo adia o Supersimples

Sistema de arrecadação unificado para micro e pequena empresa só deve entrar em vigor no segundo semestre de 2007

Com o risco de terem receita reduzida e de atrasarem repartição de recursos, Receita e fiscos estaduais fazem lobby por adiamento

IURI DANTAS

GUSTAVO PATU

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Citada durante as eleições como um dos principais trunfos de Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa sofreu ontem o golpe do lobby dos fiscos federal e estadual, que não querem perder receita, e, na previsão mais otimista, deve entrar em vigor só no segundo semestre de 2007 -em vez de janeiro, como era apregoado pelo petista.

O texto foi aprovado no dia 5 de setembro na Câmara, depois de dois anos em discussão. Representa uma espécie de reforma tributária para o setor com desoneração da ordem de R\$ 5,3 bilhões anuais com a criação do chamado Supersimples. Este sistema substituirá o ICMS, de arrecadação estadual, e o ISS, cobrado pelos municípios.

A coleta seria feita pela Receita Federal, que ratearia os recursos com governos e prefeituras. A administração disso exige um sistema informatizado capaz de identificar os percentuais para Estados e municípios. Foi este o nó apresentado ontem: tanto a Receita quanto o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) se deram conta de que não há tempo para implementar este aparato rapidamente. "É um problema técnico vigorar antes de determinado prazo, os Estados precisam de mais tempo", resumiu o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O Confaz, integrado por secretários estaduais de Fazenda, apresentou por escrito um pedido para que a lei entrasse em vigor apenas em 2008. A União rebateu com uma data intermediária, em 1º de julho do ano que vem, que foi aceita.

Segundo o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, a falta de um sistema impõe o risco de os Estados e os municípios não receberem os repasses, se a medida entrasse em vigor no início do ano que vem. "Se estes repasses não forem feitos vamos fechar alguns municípios."

Governos estaduais e municipais pressionam nos bastidores por uma extensão do debate público sobre a lei para ganhar tempo e minimizar as perdas na arrecadação. Indagado ontem se a proposta de adiar a vigência da lei se baseava em acordo de Lula com os governadores, Rachid não respondeu.

"O projeto de lei sobre o Simples nacional é de interesse das administrações tributárias federal, estaduais e municipais. Vem racionalizar e queremos que entre em vigor o mais rápido possível", afirmou o secretário.

Ele admitiu que o governo já trabalhava com a nova data há algum tempo. Algo indigesto para ser anunciado durante o período eleitoral quando se leva em conta que 70% das empresas do país se enquadram nas faixas de micro e pequenas - faturamento anual de até R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões, respectivamente.

Embora cristalizada a dificuldade prática de pôr a lei em vigor, a questão não está encerrada. Cabe ao Senado agora avaliar dois caminhos: 1) Aprovar o texto da forma como o recebeu da Câmara, com vigência em janeiro do ano que vem. Isso exigiria da Receita o esforço técnico para implementar o novo sistema em menos de dois meses; 2) Modificar o teor do texto com a nova data, o que exige nova votação pelos deputados, criando o risco de aprovação no ano que vem e vigência só em janeiro de 2008.

Rachid, porém, citou a possibilidade de que apenas a mudança na data não represente alteração no conteúdo da lei, evitando nova votação na Câmara e levando o texto para sanção presidencial. Isso ainda depende da interpretação do Congresso.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), deixou ontem a reunião de líderes da Casa refletindo a mesma falta de otimismo dos demais presentes em relação ao tema. "Não há acordo nenhum. Há acordo para conversar", disse. Mantega deve ir hoje ao Senado debater o assunto.



O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão de estratégias de crescimento para o País nos próximos anos foi um dos temas centrais da recente campanha presidencial. Encerrada a eleição, este debate está longe de ter se esgotado, devido à complexidade e urgência dos desafios que aguardam a administração federal no quadriênio que começa em 2007.

Não podemos, por exemplo, ignorar – sob pena de continuarmos presos aos baixos índices de crescimento que têm sido a marca da economia – ignorar por mais tempo a crescente deterioração do setor de infra-estrutura no Brasil.

Essa degradação é decorrente de vários fatores, a começar pela baixa capacidade de investimento do Estado. Para se ter uma idéia de como ela foi reduzida, hoje em dia o investimento público gira em torno de meio ponto percentual do Produto Interno Bruto do País. Na década de 70, ele chegava a 5 por cento do PIB.

De acordo com levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, somado o investimento federal aos desembolsos feitos por prefeituras e governos estaduais, chega-se a um valor equivalente a apenas 2 por cento do PIB aplicado em infra-estrutura.

O descompasso com as reais necessidades do País é grande. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que o Brasil precisaria investir, no próximo quadriênio, cerca de 139 bilhões de reais em infra-estrutura, saneamento e habitação social. Os benefícios são evidentes: técnicos da Fundação calculam que esses gastos elevariam em 2,4 pontos percentuais o ritmo anual de crescimento do PIB, além de melhorar substancialmente nossa posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, o índice utilizado pela Organização das Nações Unidas para medir as condições de vida da população.

Precisaríamos, ainda de acordo com o mesmo estudo, investir quase 47 bilhões de reais em quatro anos na reparação e expansão da malha rodoviária e mais de 27 bilhões de reais em geração e transmissão de energia elétrica. Para melhorar as condições de saneamento básico, seriam necessários investimentos de mais de 24 bilhões de reais entre 2007 e 2010. Com tais recursos, elevaríamos de 51 por cento para 60 por cento o número de domicílios com acesso a redes de esgoto no País.

Investimentos nesses setores dependem de um equilíbrio das contas públicas, ou seja, só serão possíveis se o governo mostrar determinação em cortar gastos em outras áreas e redirecionar maior volume

de recursos para setores prioritários, como é, sem dúvida, o caso da infra-estrutura.

Mas há um problema adicional: sabemos também que há muito se esgotou a capacidade de o Estado atender sozinho às necessidades de desenvolvimento da infra-estrutura. É fundamental, portanto, atrair a participação da iniciativa privada, e para isto necessitamos de algo de que o Brasil não dispõe até agora: um conjunto de marcos regulatórios eficientes, leis e regras específicas e estáveis, que não mudem a cada governo, capazes de estabelecer o clima de confiança indispensável a investimentos.

Ameaças muito reais conspiram contra os planos de alcançar metas maiores de crescimento. Especialistas já alertam que, se os investimentos no setor de energia elétrica continuarem baixos, estaremos diante da possibilidade de um novo apagão por volta de 2009. Cerca de 75 por cento das estradas federais encontram-se em mau estado. Precisamos investir na construção de novas ferrovias, modernizar e expandir nossos portos. Só uma disposição real de solucionar as deficiências em infra-estrutura permitirá reverter esse panorama negativo e fazer com que o País inicie a trajetória de desenvolvimento sustentado que é o desejo de todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “O voto envergonhado”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista **Veja** de 20 de setembro de 2006.

O artigo trata sobre a eleição e os votos do Presidente Lula. Segundo o jornalista, além do voto dos pobres, o Presidente candidato ganhou também o voto de outro tipo de eleitor; o do eleitor envergonhado. André Petry afirma que eleitor envergonhado “morre de medo que lhe descubram a identidade porque ele morre de vergonha do mensalão do valerioduto, dos bingos, do caseiro, do lixo, do caixa dois, das cartilhas. Mas escondidinho vota em Lula”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O voto envergonhado

Já se falou muito que Lula está sendo reeleito no primeiro turno porque ganhou o voto dos pobres. Mas não se fala quase nada que sua provável vitória também se sustenta em outro eleitor — o envergonhado. O eleitor envergonhado vota em Lula, mas não conta para ninguém. Não diz nada para o vizinho, nem para o colega de trabalho. Há casos em que não conta nem para a própria mulher. Antes de responder à pergunta do entrevistador do instituto de pesquisa, o eleitor envergonhado olha para os lados, certifica-se de que não há mais ninguém por perto, e responde baixinho: “Lula”. Se o entrevistador não ouve direito e pede para o eleitor envergonhado repetir, ele entra em pânico. Olha de novo para os lados, aproxima-se do ouvido do entrevistador e apela para o berro em forma de cochicho: “Lula”. O eleitor envergonhado morre de medo que lhe descubram a identidade porque ele morre de vergonha do mensalão, do valerioduto, dos bingos, do caseiro, do lixo, do caixa dois, das cartilhas. Mas, escondidinho, vota em Lula. Por quê?

Parece paradoxal, mas o principal alimento do eleitor envergonhado são os tucanos. Os tucanos deveriam ter denunciado sistematicamente o mensalão. Deveriam ter mostrado o que o mensalão realmente é: uma escandalosa tentativa de corromper outro poder. Deveriam ter se concentrado no mensalão, que é o símbolo do desprezo pela democracia, pelo Parlamento, pela política. Deveriam ter anunciado que fariam a imediata redução dos milhares de cargos federais preenchidos por indicação política, o que está na base da praga da corrupção e do clientelismo político. Que nada.

Em vez disso, os tucanos fizeram silêncio sobre o essencial e inventaram de apresentar-se como mandarin da ética,

como generais da moralidade. Aí, a coisa desandou. Os tucanos quiseram se colocar como diferentes em tudo, esquecendo-se do caixa dois da campanha presidencial de Fernando Henrique em 1998. Apareceu até a planilha. Ou da empresária que cobrou 32 milhões de reais da campanha presidencial de José Serra em 2002. Apareceram até os contratos e as notas fiscais dos serviços prestados. Ora, o país inteiro sabe que tem tucano na origem do valerioduto, tem tucano nos sanguessugas, tem tucano nos vampiros. Como diz a professora Maria Sylvia de Carvalho Franco, da USP, os tucanos têm telhado de vidro e

só se safaram até agora porque “não são afoitos como esse pessoal do PT”.

O eleitor envergonhado se alimenta da hipocrisia tucana. A pergunta que resta é por que, já que vota escondido mesmo, esse eleitor opta justamente por Lula. Pode ser que, votando em Lula à sorrelfa, o eleitor envergonhado esteja querendo dizer que prefere lidar com a vergonha de votar no PT a fazer o papel do ingênuo que se deixou seduzir pela suposta redenção ética dos tucanos. Os tucanos te-

riam feito um bem enorme ao país se não optassem pela falsificação de repetir os petistas de outrora, apresentando-se como guardiões da moralidade pública. Com a derrota que se avizinha, diante da lamentável possibilidade de Lula reeleger-se já no primeiro turno, estão pagando pela arrogância.

O voto envergonhado mostra que, ao contrário do que se diz por aí, não é Lula que ganhará a eleição. Os tucanos é que a perderão.

“O eleitor envergonhado morre de medo que lhe descubram a identidade porque ele morre de vergonha do mensalão, do valerioduto, dos bingos, do caseiro, do lixo, do caixa dois, das cartilhas. Mas, escondidinho, vota em Lula”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “IBGE reduz, pela 9ª vez, projeção da safra 2006”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 10 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, prevê uma queda na safra de grãos de 0,76%. Ao invés das 126 milhões de toneladas de grãos previstas inicialmente, o País terá apenas 116,546 milhões de toneladas de grãos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

IBGE reduz, pela 9ª vez, projeção da safra 2006

Principal motivo para a redução em setembro foi a baixa produção de trigo

Instituto prevê 116,546 milhões de toneladas, 0,76% menos do que a estimativa feita em agosto; primeiros cálculos indicavam safra de 126 milhões

DASUCURSALDORIO

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revisou para baixo, pela nona vez seguida, a estimativa para a safra deste ano. Com os baixos resultados da produção de trigo, principal cultura de inverno, o instituto reduziu em setembro sua projeção de safra para 116,546 milhões de toneladas. O resultado representa queda de 0,76% em relação a agosto.

O instituto previu inicialmente produção da ordem de 126 milhões de toneladas. Apesar das revisões para baixo, a projeção de setembro ainda representa alta de 3,53% na comparação com a safra do ano passado, de 112,574 milhões de toneladas.

Segundo o agrônomo Paulo Renato Corrêa, a agricultura foi muito prejudicada em 2005 pela seca na região Sul. Apesar da recuperação de alguns produtos neste ano, arroz, soja e trigo registraram quedas na área plantada.

Com os preços em baixa, a área plantada de arroz teve queda de 954,1 mil hectares. A apreciação do real em relação ao dólar reduziu os preços da soja, que teve queda de 922,1 mil hectares na área plantada.

Para o agrônomo, a redução na estimativa de safra em setembro ocorreu em razão do

desempenho do trigo. “O produto enfrentou problemas com a seca e com as geadas no final de agosto e setembro no Paraná e no Rio Grande do Sul.” O instituto prevê produção de trigo da ordem de 2,557 milhões de toneladas, o que significa queda de 45,1% na comparação com a safra do ano passado.

Trata-se do menor resultado desde 2000, quando a produção somou R\$ 1,725 milhão de toneladas. Além disso, o patamar de produção atual é próximo do verificado no início dos anos 80.

Produção prejudicada

Para o IBGE, o principal responsável pelo desempenho foi a redução da área plantada de trigo (de 25,39% no total de áreas plantadas nos Estados produtores). A baixa cotação do produto no mercado interno e as dificuldades de comercialização também prejudicaram a produção.

“O preço do trigo estava abaixo do preço mínimo. Importamos muito trigo da Argentina, que entra no país com preço bem inferior. Já estamos importando até farinha, o que pune o produtor”, afirmou.

A inadimplência, as restrições no acesso ao crédito e a descapitalização dos produtores resultaram na implantação de uma safra de trigo com baixo nível tecnológico. Somadas aos problemas estruturais e de concorrência, a estiagem nos meses de abril e maio e as geadas no período de agosto e setembro afetaram a produção.

(JANAINA LAGE)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dólares foram sacados em agência de Nova Iguaçu, revela investigação”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de outubro de 2006.

Segundo a matéria, de acordo com a Polícia Federal, o dinheiro usado para comprar o falso dossiê contra candidatos tucanos, foi adquirido em lotes por laranjas na empresa Vicatur Câmbio e Turismo, de Nova Iguaçu, município governado pelo PT.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NACIONAL Eleições 2006

Dólares foram sacados em agência de Nova Iguaçu, revela investigação

De acordo com a polícia, dinheiro foi adquirido em lotes por laranjas na empresa Vicatur Câmbio e Turismo

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

Investigações da Polícia Federal apontam para a empresa Vicatur Câmbio e Turismo, de Nova Iguaçu, no Rio, como a agência de onde saiu a maior parte dos US\$ 248,8 mil para compra do dossiê Vedoin. O dinheiro faz parte do montante de R\$1,75 milhão, apreendido com dois petistas em 15 de setembro, no Hotel Ibis em São Paulo, destinado ao pagamento do dossiê que pretendia vincular candidaturas do PSDB ao escândalo dos sanguessugas. O município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, é administrado pelo petista Lindberg Farias.

A primeira suspeita, divulgada por fontes da Polícia Federal, era de que o dinheiro havia sido obtido numa corretora de Duque de Caxias, também na Baixada Fluminense. A Vicatur consta da lista de 30 empresas autorizadas a operar com câmbio identificadas pela PF no rastreamento dos dólares. Além dela, mais duas casas de câmbio cujos nomes não foram revelados pela PF estão no centro das investigações. Numa delas, foram adquiridos US\$ 79 mil e na outra, uma quantia bem menor.

Os dólares usados na compra do dossiê foram adquiridos no exterior pelo Banco Sofisa, de São Paulo, e repassados a corre-

toras e casas de câmbio, que pulverizaram a distribuição por meio de doleiros e agências de turismo. Emissários do PT usaram uma rede de laranjas para recolher o dinheiro. A Vicatur sofreu uma devassa na sua contabilidade e seus proprietários serão chamados a se explicar.

Inscrita no CNPJ sob o número 3029699/0001-16, a empresa tem cadastro sujo no Banco Central, onde foi denunciada pelo Ministério Público do Rio por operar com um registro de pessoas físicas fictícias, ou laranjas. Muitas delas eram pessoas humildes que nem sequer sabiam que seus nomes eram usados, segundo a denúncia do Ministério Público. A Polícia Federal vai interrogar também os compradores dos dólares na agência, única autorizada a atuar no mercado de moeda estrangeira na região.

Os delegados da PF Diógenes Curado e Luiz Flávio Zamprona, que atuam no caso, recusaram-se a confirmar o nome da agência. O dinheiro, segundo fontes policiais, foi adquirido em lotes de valores variados por um grupo de pessoas, provavelmente da mesma família, usadas como laranjas. A operação chamou a atenção porque a família é de origem humilde e provavelmente teve o nome usado sem ter envolvimento no caso.

Ao circular, o dinheiro americano deixou pistas desde que

Cidade é um reduto petista

... Nova Iguaçu tornou-se reduto petista na Baixada Fluminense depois que o ex-deputado Lindberg Farias (PT) foi eleito prefeito, em 2004. A prefeitura de Nova Iguaçu, que vinha sendo ocupada por políticos do PMDB, foi objeto de acirrada disputa da última eleição municipal no Rio. Com Cesar Maia (PFL) reeleito no primeiro turno na capital, a batalha política no Estado transferiu-se para a Baixada. De olho nos 3 milhões de votos nos sete municípios da região, o PT decidiu investir no reduto do ex-governador Anthony Garotinho. A

cidade escolhida foi Nova Iguaçu, com 830 mil habitantes e 500 mil eleitores. Ex-líder estudantil, Lindberg foi escalado para a missão. Ele transferiu residência e título de eleitor para a cidade e venceu. Apesar da oposição de Garotinho, Lindberg se credenciou como principal articulador do presidente Lula no Rio. Coube a ele a aproximação de governantes da região metropolitana e interior do Estado com Lula. Entre os novos aliados está Washington Reis (PMDB), prefeito de Caxias, afiliado político de Garotinho. • ALEXANDRE RODRIGUES

saiu do Bureau of Engraving and Printing (BEP), a Casa da Moeda dos EUA, até ser apreendido em poder dos petistas Gedimar Passos e Valdebrun Padilha. Peritos da PF estão cruzando dados bancários e telefônicos para fechar o cerco sobre a origem tanto dos dólares como da soma de R\$1,16 milhão em reais encontrada com os dois petistas.

A PF criou o “projeto X”, que armazena informações relativas a 800 linhas telefônicas, fixas e móveis, rastreadas com ordem judicial. A superintendência da PF no Rio, que na semana passada já localizou casas de jogo do

bicho de onde saiu parte do dinheiro para o dossiê Vedoin, planeja uma ofensiva para elucidar a origem do restante dos dólares.

Relatório parcial da PF indica que a responsabilidade pela compra do dossiê contra os tucanos foi do petista Jorge Lorenzetti, ex-coordenador do setor de inteligência da campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As investigações da PF revelaram que o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, telefonou duas vezes para Lorenzetti, no dia da prisão de Gedimar e Valdebrun. O ex-ministro e deputado cassado

do José Dirceu também trocou telefonemas com Lorenzetti, de acordo com rastreamento telefônico feito pela Polícia Federal.

Tanto Dirceu quanto Carvalho estão agora na mira da PF, que estuda chamar os dois para dar explicações. Também em ra-

ção das contradições da primeira fase do inquérito, estão listados para prestar novo depoimento Lorenzetti, Gedimar e Ham-

ilton Lacerda, ex-coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). ■ COLABOROU FAUSTO MACEDO

OS PERSONAGENS DO ESCÂNDALO

Dirceu Barbosa
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Jorge Lorenzetti
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Oswaldo Barreto
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Paulo Roberto
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Paulo Roberto
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Valebrando Padilha
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Expedito Afonso Veloso
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Hamilton Lacerda
Ex-ministro da Casa Civil, foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê. Foi o primeiro a ser acusado de envolvimento com o esquema de compra de dossiê.

Dossiê põe PF e CPI em rota de colisão

Jungmann acusa polícia de obstruir investigações da comissão; Lacerda reage e diz não ver motivo para queixa

Vera Rosa
Eugênia Lopes
BRASILIA

A seis dias da eleição, o nervosismo da campanha contamina os bastidores da investigação sobre a origem da bolada de R\$ 1,75 milhão que seria usada por petistas para comprar o dossiê Vedoin contra tucanos. O deputado Raul Jungmann (PFS-PE), vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, quer entrar agora comandando de segurança contra a Polícia Federal, alegando obstrução dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito.

Jungmann disse que até hoje a CPI não teve acesso a "nenhuma folha" de relatório parcial do inquérito preparado pela PF sobre a trama envolvendo a tentativa de compra do dossiê. Reclamou, ainda, que o documento vazou para a imprensa sem que os integrantes da comissão tivessem conhecimento da papelada.

"A pergunta que não quer calar é a quem interessa que essa

CPI não chegue aos mandantes do crime, aos responsáveis?", indagou o deputado. "Estamos diante de uma situação absurda, de um caso de obstrução das investigações."

O vice-presidente da CPI estranhou o comportamento do juiz Jefferson Scheinmeyer, responsável pelo inquérito sobre o dossiê -, que não repassou o relatório preliminar à comissão. Mas culpou mesmo a PF por não enviar diretamente as informações. Disse que o vazamento foi "seletivo", oritindo trechos importantes da apuração, como transcrições de conversas telefônicas e cruzamento dos dados obtidos com quebra de sigilo bancário.

Apoiador do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, Jungmann negou que sua sugestão de entrar com mandado de segurança contra a PF tenha ligação com a campanha eleitoral. "Aqui não há preocupação se o culpado é A ou B. Acho que é interesse de todos, do presidente Lula e do candidato Alck-

Juiz restringe acesso a dados

... O juiz da 2.ª Vara Federal de Cuiabá, Jefferson Scheinmeyer, que preside o inquérito do dossiê Vedoin, determinou ontem aos delegados Diógenes Curado e Luiz Flávio Zampronha que evitem vazamentos de informações capazes de prejudicar a investigação ou que fiquem os direitos de pessoas investigadas. Ele encontrou-se com Curado em Cuiabá e em seguida ligou para Zampronha, que dirige a Divisão de Combate a Crimes Financeiros (De-fin), na sede da PF, em Brasília.

O juiz advertiu que os dois estão sujeitos a serem punidos por quebra do sigilo funcional. Scheinmeyer restringiu até o compartilhamento de informações, hoje feito

quase em tempo real, da PF com a CPI dos Sanguessugas, que investiga a origem do dinheiro para compra do dossiê. A partir de agora, os membros da CPI terão de ir a Cuiabá e requerer ao juiz dados do inquérito. Isso inclui cópias de depoimentos, perícias, cruzamentos de dados e análises de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico.

Anteontem, Scheinmeyer acolheu parcialmente o pedido do PT para suspender o sigilo do inquérito. Ele permitiu publicidade "única e exclusivamente" ao relatório preliminar da PF sobre o dossiê, entregue na sexta-feira e condenou o "constante vazamento de informações". v.m.

min, que tudo seja esclarecido antes do segundo turno, para que não parem dúvidas", comentou. O deputado admitiu, porém, que há "desdramen-

to e implicação política em relação a todos esses fatos".

O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, disse não ver motivo para a queixa de

Jungmann. "Não vou polemizar com o deputado para não entrar nesse jogo de campanha eleitoral", reagiu. "Ele, melhor do que ninguém, sabe perfeitamente que a CPI dos Sanguessugas tem tido acesso a todas as investigações. A atuação da PF é de Estado, republicana e transparente."

Na tentativa de pôr pontos quentes na polêmica, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-

SP), sub-relator de sistematização da CPI, afirmou que não é necessário entrar com mandado de segurança contra a PF.

"O mais fácil é irmos a Cuiabá para pedir o relatório diretamente ao juiz", disse. "O mandado de segurança é uma medida extrema." O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) concordou com o colega tucano: "É difícil haver uma resposta

sobre a origem do dinheiro antes do segundo turno."

O relatório da PF aponta o petista Jorge Lorenzetti, ex-coordenador do setor de inteligência da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como responsável pela operação de compra do dossiê. Negociado por Luiz Antônio Vedoin, um dos donos da empresa que vendia ambulâncias superfatu-

radas, o dossiê conteria informações contra José Serra, hoje governador eleito de São Paulo, e Geraldo Alckmin. O rastreamento telefônico autorizado pela Justiça também revelou telefonemas do chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, para Lorenzetti e dele para o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. ■ COLABOROU VANNILDO MENDES

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “MST na campanha petista”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 13 de outubro de 2006.

A matéria destaca que o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, dá trégua ao Presidente e decide trabalhar pela reeleição de Lula. E que a meta é reunir 50 mil cabos eleitorais.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEM-TERRA DÃO TRÉGUA A PRESIDENTE E DECIDEM TRABALHAR PELA REELEIÇÃO. NO RIO GRANDE DO SUL, META É REUNIR 50 MIL CABOS ELEITORAIS

MST NA CAMPANHA PETISTA

ULLISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

Entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, os movimentos sociais deram uma trégua ao presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desde o dia primeiro de outubro, dia do pleito, nenhum sem-terra invadiu um palmo de terra sequer. Uma das entidades que mais deram dor-de-cabeça ao governo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) passou a apoiar Lula indiretamente.

A ordem de cessar as invasões e qualquer atividade foi dada pelo líder nacional do MST, João Pedro Stedile. Segundo ele, as ações nesse período podem comprometer o processo eleitoral. E mais: acabam beneficiando o candidato tucano Geraldo Alckmin. “Este é o pior momento para fazer luta social por causa da provocação das forças obscuras da direita”, disse. Um das últimas manifestações do MST foi o bloqueio da BR-020, em setembro. Os sem-terra exigiam do governo federal terras na região de Formosa (GO).

Stedile já havia alertado os escritórios estaduais do MST que outros movi-

mentos sociais que não têm compromisso político podem fazer invasões para prejudicar a candidatura de Lula. Por conta dessa possibilidade, a ordem é não fazer qualquer ocupação nem bloqueio de estradas até o resultado final das eleições. A partir de novembro, o MST volta a pressionar o governo federal por mais recursos e reforma agrária. Para o dia primeiro de janeiro, dia da posse do novo presidente, o movimento está programando uma onda de invasões em 18 estados.

A condescendência do MST com Lula não ocorre de graça. Só no ano passado, o governo federal destinou para entidades ligadas ao movimento R\$ 9,5 milhões do Orçamento Geral da União. O MST é responsável por mais da metade das invasões de terra ocorridas em todo o país nos últimos dois anos. A quantia liberada no governo Lula é quatro vezes maior da que foi repassada ao movimento no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi de R\$ 2,17 milhões.

Por conta de uma estratégia política, a direção do MST não declarou apoio a Lula. No entanto, desde que foi atestado que a disputa pelo Palácio do Planalto foi para o segundo turno, o MST tratou

de se mobilizar. A direção nacional do movimento orientou todas as filiais estaduais a apoiar a candidatura de Lula, participando inclusive da militância. Nos estados em que a disputa foi para o segundo turno, o MST também foi obrigado a apoiar candidatos petistas e de outros partidos da esquerda.

Em Porto Alegre, atrás da tucana Yeda Crusius nas pesquisas, o candidato petista ao governo gaúcho, Olívio Dutra, foi o primeiro a contar com a ajuda do MST em sua campanha. No Rio Grande do Sul, o MST, assim como em todos os estados em que o movimento é atuante, os sem-terra não apoiaram ninguém no primeiro turno. Agora, junto com pequenos agricultores, pretendem colocar em campo 50 mil cabos eleitorais no Rio Grande do Sul. “O primeiro turno foi tímido. Agora, é luta de classes”, justifica Aureo Scherer, que integra a coordenação do MST estadual.

Atrás de votos

Junto com a campanha a favor de Olívio, haverá também a busca de votos para Lula. A tática a ser adotada é corpo-a-corpo, indo às casas dos trabalhadores rurais para conversar os eleitores.

No Rio Grande do Sul, os sem-terra terão que ter muita lábia para pedir voto a Lula. Alckmin teve 57% dos votos, enquanto o candidato petista teve 33%.

No Pará, o MST e outros três movimentos sociais passaram a apoiar abertamente a candidata do PT ao governo do Estado, senadora Ana Júlia Carepa. Ela está no páreo com o ex-governador tucano Almir Gabriel. O MST tem aversão ao candidato por conta do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1997, quando 19 sem-terra morreram executados pela Polícia Militar paraense. Na época, o governador do Pará era Almir Gabriel.

Apesar de estar com o seu coordenador, Jaime Amorim, com prisão preventiva decretada, o MST do Pernambuco declarou na quarta-feira apoio e engajamento às candidaturas de Lula e de Eduardo Campos (PSB) ao governo pernambucano. O movimento informou que levará um cinema-volante a todos os acampamentos e assentamentos para mostrar aos sem-terra que o petista e o socialista são os candidatos que mais se identificam com as necessidades dos lavradores.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “NOTÍCIAS DA ITÁLIA”, publicado pela revista **Veja** de 11 de outubro do corrente.

No artigo o articulista Diogo Mainardi afirma que os promotores públicos milaneses descobriram que a Telecom Itália tinha um esquema de pagamentos ilegais a autoridades brasileiras e que o lulismo ganhou o mundo em sua forma mais autêntica: o dinheiro sujo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Notícias da Itália

O lulismo está indo para a cadeia. Na Itália.

O caso estourou duas semanas atrás. Os promotores públicos milaneses descobriram que a Telecom Italia tinha um esquema de pagamentos ilegais a autoridades brasileiras. O esquema era simples. A Telecom Italia do Brasil remetia dinheiro a empresas de fachada sediadas nos Estados Unidos e na Inglaterra. A dos Estados Unidos era a Global Security Services. A da Inglaterra era a Business Security Agency. O dinheiro depositado nas contas dessas duas empresas era imediatamente repassado a intermediários brasileiros, que o distribuíam a terceiros.

A Business Security Agency era administrada por Marco Bernardini, consultor da Pirelli e da Telecom Italia. Ele entregou todos os seus documentos bancários à magistratura italiana. Há uma série de pagamentos em favor do advogado Marcelo Elias: 50 000 dólares em 13 de julho de 2005, 200 000 em 5 de janeiro de 2006, 50 000 em 2 de fevereiro de 2006. De acordo com Angelo Jannone, outro funcionário da Telecom Italia, Marcelo Elias era o canal usado pela empresa para pagar Luiz Roberto Demarco, aliado da Telecom Italia na batalha contra Daniel Dantas, e parceiro dos petistas que controlavam os fundos de pensão estatais.

Entre 11 de julho de 2005 e 6 de janeiro de 2006, Marco Bernardini deu dinheiro também à J.R. Assessoria e Análise. Em seu depoimento aos promotores públicos, Marco Bernardini disse que esses pagamentos eram redirecionados à cúpula da Polícia Federal. Paulo Lacerda e Zulmar Pimentel, nú-

meros 1 e 2 da Polícia Federal, devem estar muito atarefados no momento, investigando a origem do dinheiro usado para comprar os Vedoin. Mas quando sobrar um tempinho na agenda eles podem procurar seus colegas italianos.

Outro nome que está sendo investigado pela Justiça milanesa é Alexandre Paes dos Santos. Conhecido como APS, ele é um dos maiores lobistas de Brasília. Foi contratado pela Telecom Italia para prestar assessoria política. Segundo uma fonte citada pela revista *Panorama*, APS tinha de ser pago clandestinamente porque é cunhado de Eunício Oliveira. Na época dos pagamentos, Eunício Oliveira era o ministro das Comunicações de Lula; responsável direto pela área de interesse da Telecom Italia. Eunício Oliveira acaba de ser eleito deputado federal com mais de 200 000 votos. Lula já espalhou que, em caso de segundo mandato, ele é um forte candidato para presidir a Câmara. É bom saber o que nos espera.

A revista *Panorama* reconstruiu também um caso denunciado por **VEJA**: aqueles 3,2 milhões de reais em dinheiro vivo retirados da Telecom Italia em nome de Naji Nahas. Um dos encarregados pelo pagamento conta agora que o dinheiro foi entregue a deputados da base do governo, do PL, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Lula se orgulha de seu prestígio internacional. Orgulha-se a ponto de roubar aplausos dirigidos ao secretário-geral da ONU. O caso da Telecom Italia permite dizer que o lulismo realmente ganhou o mundo. Em sua forma mais autêntica: o dinheiro sujo.

**“O caso estourou
duas semanas atrás.
Os promotores
públicos milaneses
descobriram que a
Telecom Italia tinha
um esquema de
pagamentos ilegais
a autoridades
brasileiras. O lulismo
realmente ganhou o
mundo. Em sua
forma mais
autêntica:
o dinheiro sujo”**

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Entidades vêm risco à liberdade de imprensa”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 20 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, representantes de entidades ligadas à imprensa brasileira disseram que é legítima a decisão da campanha do candidato-presidente Lula, de pedir direito de resposta por reportagem publicada pela revista **Veja**, mas no entanto, a medida soa

mais como uma estratégia de coerção da liberdade de imprensa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entidades vêm risco à liberdade de imprensa

Dirigentes admitem que ação do PT é legítima, mas temem coerção

Representantes de entidades ligadas à imprensa brasileira ouvidos pelo **Estado** disseram que é legítima a decisão da campanha do candidato-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de pedir direito de resposta por reportagem publicada pela revista **Veja** no fim de semana passado. Para alguns, no entanto, a medida soa mais como uma estratégia de coerção da liberdade de imprensa.

O jornalista e representante da diretoria da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Alfredo Nastari, disse ontem que vê com ressalvas esses pedidos de direito de resposta. “Vemos sempre com preocupação a tentativa de partidos ou de grupos que tenham seus interesses contrariados de responsabilizar setores da imprensa porque, por trás disso, parece que o interesse é de coerção da liberdade de imprensa.”

Para Nastari, não haveria necessidade de pedir reparação à revista, embora o pedido seja legítimo, porque neste momento a campanha do presidente tem amplo espaço diário na mídia, principalmente no rádio e na TV – com inserções entre a programação e os programas eleitorais –, para rebater as afirmações feitas pela reportagem e

com possibilidade de atingir até mesmo uma parcela maior da população. “O PT dispõe de amplo espaço na mídia editorial e publicitária neste momento de eleição para expor o contraditório, ou seja, dizer o que pensa e desmentir a revista. Volto a dizer que isso soa como coerção.”

O PT e Lula entraram ontem com um pedido de direito de resposta no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), argumentando que a reportagem é “caluniosa, injuriosa e inverídica”. A reportagem de capa de **Veja** é sobre o dossiê Vedoim e descreveu en-

contros, reuniões e diálogos envolvendo Freud Godoy, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, e outras pessoas próximas do presidente Lula. Teria havido suposta ingerência do ministro na investigação da Polícia Federal sobre o caso, na tentativa de blindar o candidato à reeleição.

Para o jornalista, escritor e membro do conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) Ricardo Viveiros não há como impedir que direitos de resposta sejam usados com outros fins que não seja a pura reparação da imagem de quem se sentiu injuriado. “Não posso dizer que essa seja a estratégia neste caso, mas sabemos que cada um usa, legitimamente, a regra do jogo da forma que lhe convém.”

Viveiros ressaltou que, pela primeira na história da imprensa brasileira, houve uma cobertura eleitoral ampla e democrática. “Nesta eleição os órgãos de imprensa, principalmente rádio e TV, fizeram uma cobertura de todos os candidatos, do primeiro colocado nas pesquisas aos últimos.”

O Estado procurou a Associação Nacional de Jornais (ANJ), mas a entidade não quis comentar o caso. ●

SILVIA AMORIM

FRASES

Alfredo Nastari Aner

“Vemos sempre com preocupação a tentativa de partidos ou grupos que tenham seus interesses contrariados de responsabilizar setores da imprensa porque, por trás disso, parece que o interesse é de coerção da liberdade de imprensa”

Ricardo Viveiros ABI

“Sabemos que cada um usa, legitimamente, a regra do jogo da forma que lhe convém”

‘O PT tem amplo espaço na mídia agora para expor o contraditório’

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A indignação”, de autoria do Professor de Filosofia Denis Rosenfield, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 1º de novembro do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma análise sobre o processo eleitoral recente e os escândalos que dominaram o governo do Presidente Lula. Para o autor, “Um país que perde a capacidade de indignar-se arrisca a sua própria existência política”. Afirma, ainda, que “Os que defendem os ‘erros’ cometidos pelo governo

Lula e pelo PT estão, de fato, abandonando o próprio exercício do pensamento”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do j...
Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais
e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

A indignação

DENIS LERRER ROSENFIELD

UM PAÍS que perde a capacidade de indignar-se arrisca a sua própria existência política. A moral não é um utensílio qualquer que possa ser utilizado segundo as conveniências partidárias. Ela é uma finalidade em si mesma que, instrumentalizada, perde seu próprio significado. A política se mostra como uma forma superior de sociabilidade humana se tiver um comprometimento com princípios morais e com a verdade, sem os quais as relações humanas abandonam sua própria dimensão cívica, a que se realiza pelo exercício dos mais diferentes tipos de direito.

O país cresceu nas últimas décadas pelo desenvolvimento e pelo aperfeiçoamento da cena pública.

A liberdade de imprensa e dos meios de comunicação em geral propiciou uma nova configuração da opinião pública, atenta ao comportamento de seus dirigentes. Líderes partidários e governantes tiveram de responder por suas ações e de se responsabilizar pelo que faziam. Políticos que baseavam suas ações em máximas do tipo “é dando que se recebe” ou “rouba, mas faz” perderam progressivamente credibilidade e foram sendo abandonados pelos eleitores.

Parecia que o país tinha ingressado em um distinto e superior patamar político. Um presidente da República chegou a ser afastado do seu cargo por corrupção e por infrações à moralidade pública em manifestações que tomavam conta das ruas deste país.

Nos escândalos que dominaram a cena do governo Lula, as ruas permaneceram vazias. As vozes, dificilmente audíveis, começaram a se calar, como se a perplexidade tivesse tomado o lugar da indignação. É como se as seguintes perguntas martelassem as cabeças: “O que fez com que o partido da ética a infringisse tão duramente?”; “Era tudo uma mera encenação de um partido oposicionista?”.

A única resposta a essas perguntas veio sob a forma do “errar é humano” para justificar a corrupção e a falta de ética na política. É como se uma “nova teoria” estivesse nascendo das cinzas da moralidade, a de que “erros” justificam todo tipo de ação.

Ora, uma “teoria dos erros”, cuja finalidade consistia apenas em acobertar a verdade, só podia se traduzir por uma valorização da “mentira” como forma de governo. O seu rebento é o “direito de mentir”. Triste fim dos

Os que defendem os “erros” cometidos pelo governo Lula e pelo PT estão, de fato, abandonando o próprio exercício do pensamento

que se diziam defensores da moralidade, embora tenham com isso aferido “belos” resultados eleitorais. Acontece que a beleza e a eticidade desapareceram em proveito de uma grande enganação pública.

Criticar, porém, é preciso.

Uma cena pública que perde seus parâmetros começa a se desestruturar. Entra-se no lugar do vale-tudo em que a verdade e a moralidade são as primeiras vítimas.

O mundo do vale-tudo é o mundo dos heróis sem caráter, que aproveitam as mínimas circunstâncias em proveito próprio. O tesouro público se torna privado ou privado-partidário, como se a República, a coisa pública, a coisa de todos nós e os recursos dos contribuintes pudessem ser dilapidados à vontade. Sempre explicações e justificativas serão apresentadas, algumas adornadas de belas expressões, como se um novo mundo estivesse sendo construído, um novo mundo possível, só que este surge sob a forma da usurpação e da perversão.

O exemplo que está agora sendo vendido ao país é o de que o crime

compensa, toda regra e toda norma podendo ser transgredidas.

Tudo depende da “teoria do erro”, chave mestra que procura colocar aquele que o cometeu na posição de vítima, de agente involuntário, injustamente acusado pelos malfetores da imprensa, uma imprensa que não saberia investigar corretamente, porque não segue os ditames do partido no poder. De reveladora de fatos, ela se torna ré de um mau exercício da liberdade. De pequenos passos se constitui uma mentalidade e um uso autoritário do poder.

Quem defende a imoralidade, quem a justifica, a trai. Defende, na verdade, a asfixia da cena pública, a asfixia lenta e gradual das liberdades democráticas. O comprometimento do pensamento é com a faculdade de julgar, de emitir juízos sobre fatos e comportamentos que atentam contra princípios morais, contra a verdade e contra tudo aquilo que baliza as instituições republicanas.

Os que defendem os “erros” cometidos pelo governo Lula e pelo PT estão, de fato, abandonando o próprio exercício do pensamento, que não pode se tornar refém da servidão política — aqui, uma espécie de servidão voluntária. Se a “causa” toma o lugar da verdade e da liberdade, muito pouco se pode esperar da reflexão, da crítica. Lula ganhou, a ética e a verdade perderam.

DENIS LERRER ROSENFIELD, 55, doutor pela Universidade de Paris 1, é professor titular de Filosofia da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e editor da revista “Filosofia Política”. É autor de “Política e Liberdade em Hegel” (Ática, 1995), entre outros livros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto Presbiteriano Mackenzie, um dos mais prestigiosos estabelecimentos de ensino no País, inova a sua lista de publicações e lança o oportuníssimo compêndio intitulado *Mackenzie: Balanço Social 2005*. No ano passado, a instituição comemorou o seu quinquagésimo terceiro aniversário. Aproveito, portanto, a ocasião para não somente saudar a relevante iniciativa, como também tecer ligeiros comentários sobre tão renomado patrimônio pedagógico brasileiro.

Em primeiro lugar, cabe enaltecer o compromisso assumido pelos administradores do Mackenzie de investir na excelência do ensino e da pesquisa no País, zelando pela formação integral do ser humano em ambiente de fé cristã-evangélica reformada. Na condição de instituição educacional presbiteriana, segue religiosamente a missão de lapidar o ser humano à luz da sabedoria divina, visando ao exercício consciente e crítico da cidadania e da dignidade.

Nessa perspectiva, o Mackenzie encomendou, em 2005, a uma empresa de auditoria a elaboração de uma proposta de reorganização da Universidade. Segundo a nova estruturação, adotou-se o reagrupamento das faculdades em centros, seguindo as afinidades dos cursos e as estruturas necessárias. Além disso, empenhou-se em ajustar sua organização docente às regras previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de acordo com as quais um terço de seus professores deve permanecer em regime de tempo integral.

Sr. Presidente, a Carta de Princípios de 2005, sob cuja inspiração a Universidade Mackenzie elaborou este *Balanço Social*, condensou sua mensagem no seguinte lema: “Confessionalidade e Liberdade Acadêmica”. Trata-se do reconhecimento de que toda instituição de ensino é confessional, mesmo que os pressupostos filosóficos e religiosos que determinam sua linha educacional não sejam estatutariamente explícitos. Mas esse reconhecimento da confessionalidade não impede que o Mackenzie tenha sempre prezado a liberdade religiosa e o respeito quanto à diversidade das crenças.

Nunca será por demais recordar que o Mackenzie inaugurou, de fato, suas atividades no Brasil em 1870, quando da chegada de alguns exímios missionários protestantes norte-americanos, introduzindo pioneirismo no modelo pedagógico da época. Destacam-se, entre outras medidas, a inovação de classes mistas e a abolição dos castigos físicos. Além de justapor herdeiros de famílias renomadas e filhos de escravos na mesma sala de aula, a instituição fundou, em 1896, a primeira escola de engenharia de caráter privado no País.

Segundo os critérios de excelência do Ministério da Educação (MEC), o Mackenzie foi considerado, em 2003, uma das maiores instituições brasileiras de ensino, abrangendo cursos fundamentais, superiores e de pós-graduação. De não somenos relevância, foi neste estabelecimento universitário que o Brasil, ainda nos anos sessenta, anunciou a nomeação da primeira mulher reitora em nossa história. A ex-Ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz assumiu o cargo em 1965 e lá permaneceu por vários anos.

De lá para cá, muita coisa evoluiu. A TV Mackenzie, por exemplo, foi fundada em 1997, se consolidando como importante instrumento de comunicação da instituição. Comprometida com os projetos de ensino, pesquisa e extensão, sua produção e sua programação são desenvolvidas por uma equipe competente de profissionais de jornalismo, rádio e TV, além de contar com os respectivos professores da área.

Especificamente em 2005, a nova Divisão de Tecnologia e Informação (DTI) implementou significativas melhorias e expansões em infra-estrutura e comunicação digital. Com isso, pôde viabilizar redes mais velozes de comunicação de dados em todas as unidades do Mackenzie, além de intensificar os ambientes virtuais de educação *on-line* e a distância. Mais que tudo, investiu na maior convergência de tecnologias, envolvendo dados, voz e vídeo digitais.

Por outro lado, vale a pena, igualmente, sublinhar a preocupação do Mackenzie com sua efetiva contribuição para as ações sociais. Em 2005, o Grupo de Recreação Musical desenvolveu inúmeros exercícios junto ao Instituto de Tratamento do Câncer Infantil, privilegiando uma terapia baseada na interação do paciente com o entretenimento rítmico e melódico. No mesmo diapasão, os integrantes do grupo Alfabetização Solidária Mackenzie, além de prestarem serviços diretamente relacionados à função educativa primária, fundaram um afinadíssimo coral destinado a projetos culturais alternativos e solidários.

No fundo, não há como negar que, na realidade, o Mackenzie tem por vocação maior a missão filantrópica, em nome da qual prioriza seu compromisso com a sustentabilidade social, ambiental e econômica do País. Nesse contexto, de acordo com os editores da publicação, a transparência converteu-se em valor supremo para o alcance de um desenvolvimento sustentável da instituição, confirmando sua obsessão educacional por uma sociedade mais justa e solidária.

Por conta disso, aposta num saudável convívio de pessoas de diferentes origens, credos e habilidades, proporcionando oportunidade de emprego para mulheres, portadores de necessidades especiais e pessoas de faixa etária mais elevada. Ao lado disso, não

lhe escapa a adoção de uma política salarial interna competitiva, de modo a atrair e reter talentos. No quesito treinamento, cerca de 230 professores participaram, em 2005, de eventos nacionais e internacionais, mediante desembolso da ordem de 400 mil reais por parte da instituição.

Engajado no desenvolvimento das comunidades próximas à localização de seus campi, o Mackenzie destina quase 25% do total da receita efetivamente recebida às gratuidades educacionais e aos projetos sociais. Seguindo os termos do Roteiro Básico de Projetos Sociais (RBPS), define determinados projetos de apoio, caracterizados, em geral, por sua ação permanente e pelo atendimento ao público-alvo preestabelecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Por fim, convém fazer algumas considerações sobre as relações do Mackenzie com o Poder Público. Embora seja desvinculada de qualquer bandeira político-partidária, a instituição julga por bem manter um relacionamento ético e responsável com as diversas instâncias governamentais do País. Afora o respeito às leis, aposta numa interação dinâmica com os represen-

tantes políticos, vislumbrando uma melhoria constante da situação social e econômica brasileira.

Diante do exposto, Sr. Presidente, nada mais resta a acrescentar nesta conclusão, senão reiterar as sinceras congratulações à comunidade que integra o Instituto Presbiteriano Mackenzie, por mais uma publicação de impecável elaboração. Sem dúvida, o *Balço Social 2005* se inscreve na história educacional brasileira como mais um documento a registrar a prosperidade, ainda que lenta, do projeto de emancipação cultural do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de segunda-feira, dia 13 de novembro de 2006, coordenada pelo nosso extraordinário Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro da Silva:

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.*)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 025 ., DE 2006

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2005.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 5º do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 20 de setembro 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º É fixado em 72 (setenta e dois) meses o prazo máximo para as operações financeiras consignadas em folha de pagamento, vedada a repactuação ou refinanciamento de dívida antes da liquidação de pelo menos 1/4 (um quarto) das parcelas do empréstimo pessoal”.(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir de 1º de dezembro de 2006.

Sala da Comissão Diretora, 13 de novembro de 2006

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are two distinct signatures, one above the other. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'Raimundo'. To the right of this, there is another signature that looks like 'Carreiro'. Below these, there are some initials and a large, loopy flourish that spans across the bottom of the page.

ATO DO PRESIDENTE Nº 060 DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares, e com fulcro no Ato nº 10, de 2004, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão Única de Licitações, indicada pelo Ato do Presidente nº 37 de 2006, o Consultor Legislativo, área de Direito Administrativo, Marcelo Astor Pooter, na qualidade de representante da Secretaria Especial de Informática, em substituição ao economista Evaldo Gomes Carneiro Filho.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de novembro de 2006.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

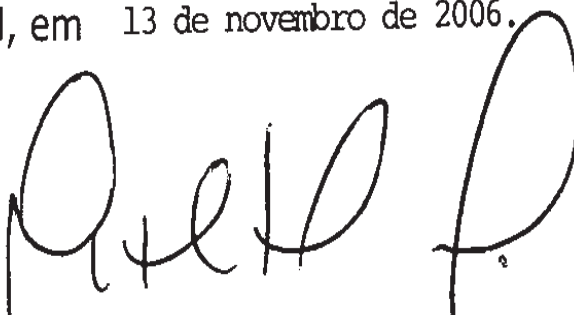
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2209 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.478/06-1.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **JOSÉ DUARTE DA SILVA**, Técnico Legislativo, Área 5.3, Nível II, Padrão 30, nos termos do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, na forma assegurada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

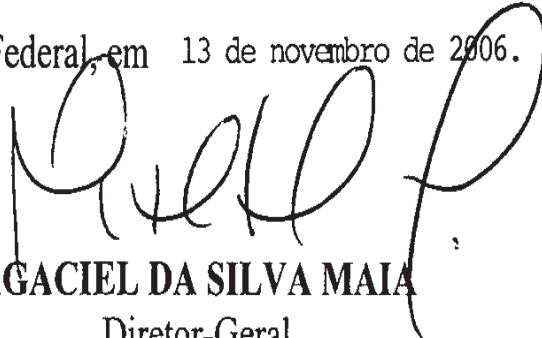
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2210 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **016719/06-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA ELISA CARNEIRO PEREIRA PINTO**, matrícula n.º 187978, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



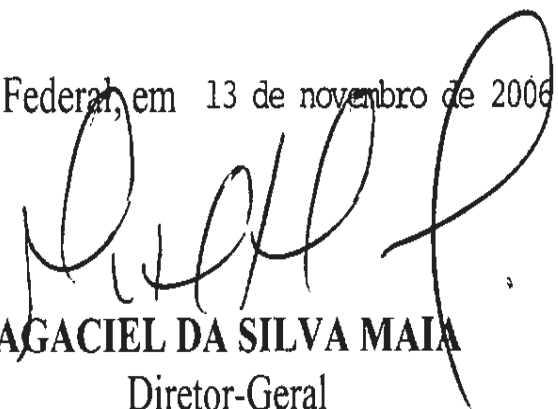
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2211 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016749/06-5**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **RAIMUNDO XAVIER DE OLIVEIRA**, matrícula nº 189781, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



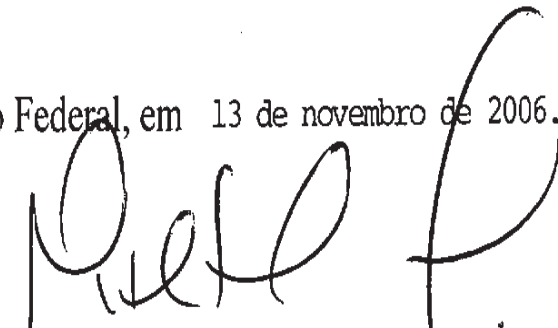
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2212 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **016750/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA ONEIDE COELHO NOGUEIRA**, matrícula n.º 189707, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

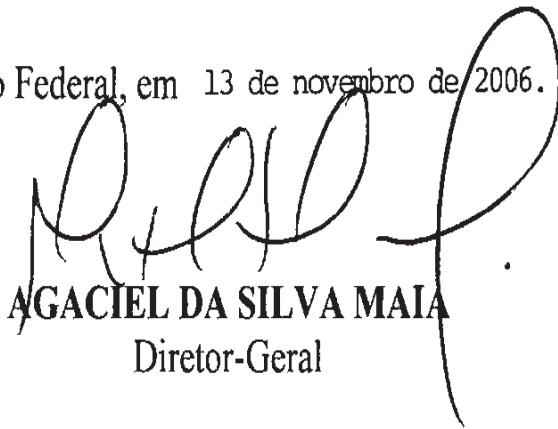
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2213 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016751/06-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VANESSA RESENDE GONÇALVES**, matrícula n.º 178801, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



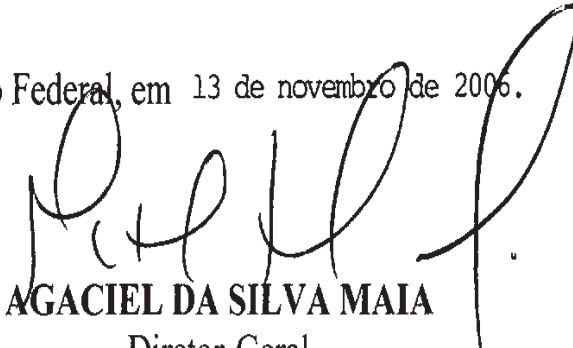
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2214 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016733/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDER LUIZ LOURENÇO DA ROCHA**, matrícula n.º 198320, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

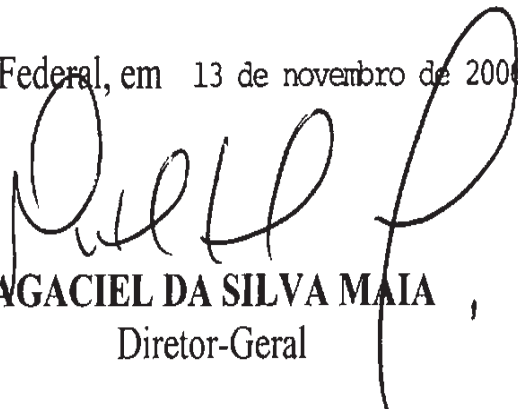
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2215 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016739/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÔNICA FERNANDES GONDIM HOLANDA**, matrícula n.º 176968, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.

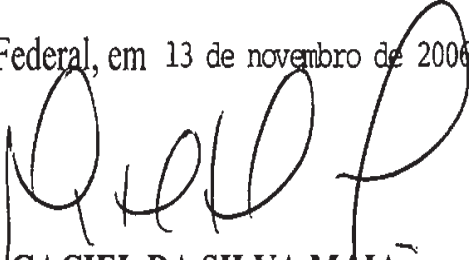

AGACIEL DA SILVA MAIA ,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2216 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016740/06-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS MARTINS**, matrícula n.º 186998, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.

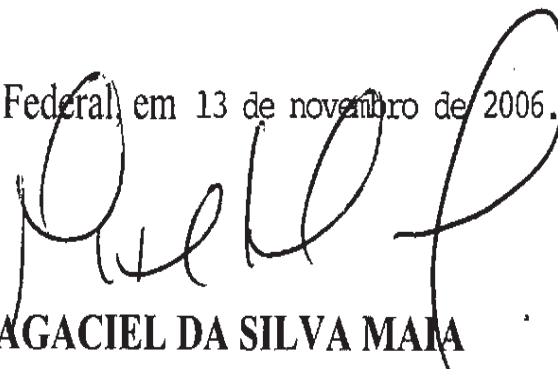

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2217 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016741/06-4**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILTON GOMES GALVÃO**, matrícula n.º 195161, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.

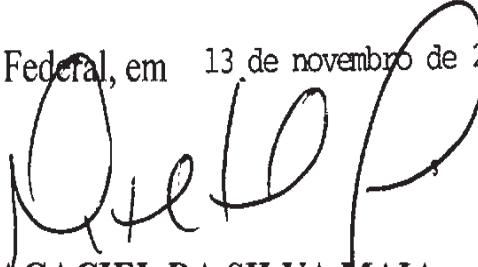

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2218 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016744/06-3,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DE LIMA**, matrícula n.º 196499, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



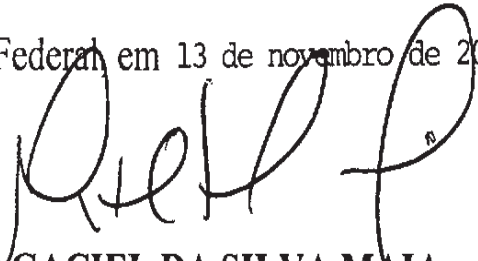
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2219 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016745/06-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELISANGELA GONÇALVES DA SILVA**, matrícula n.º 198812, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal em 13 de novembro de 2006.



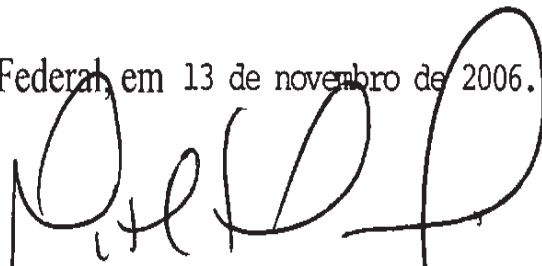
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2220 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016743/06-7**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SAGRAMOR ROSA DE SOUZA**, matrícula n.º 195719, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

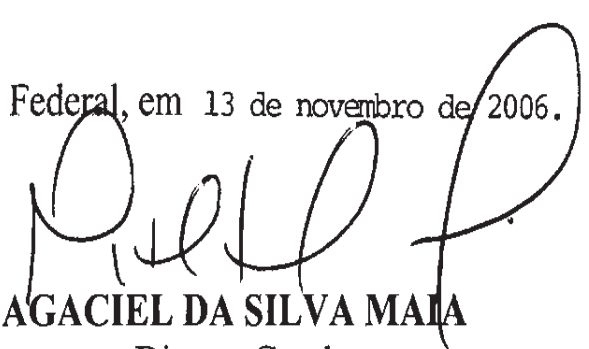
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2221 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016742/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADALIA DAMASCENO MESSIAS ALVES**, matrícula n.º 195318, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

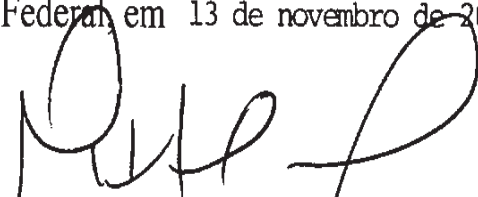
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2222 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016737/06-7**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROMAN CUNHA BRITO**, matrícula n.º 190709, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.

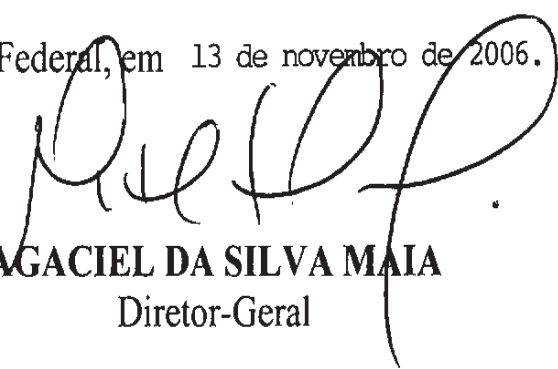

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2223 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016735/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JHADSON ALENCAR FREITAS**, matrícula n.º 189173, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.

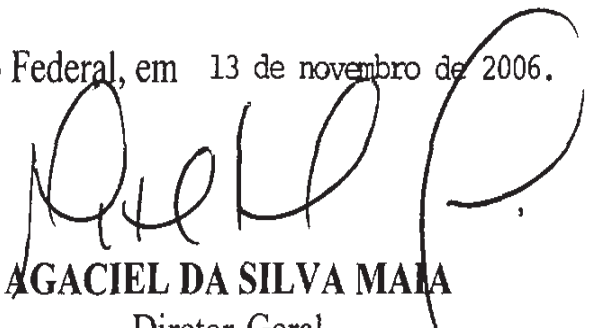

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2224 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016736/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARIOSVALDO MOTA DA SILVA**, matrícula n.º 197224, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.

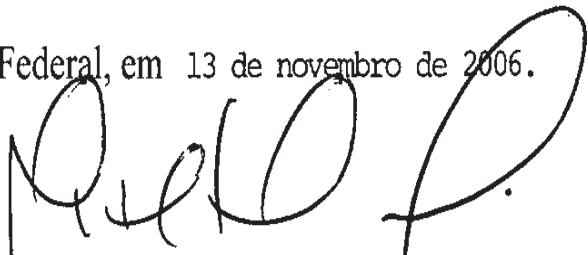

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2225 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016734/06-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDMILSON GOMES DE SOUZA**, matrícula n.º 187541, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

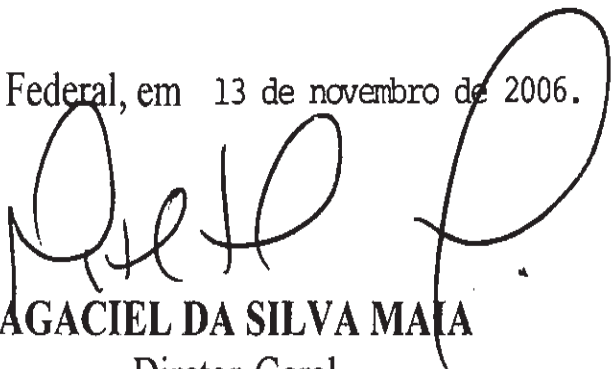
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2226 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016738/06-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALINNE CHRISTINA MIRANDA DA SILVA**, matrícula n.º 189252, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

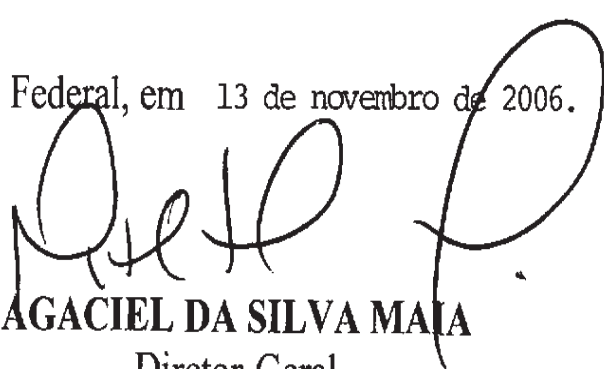
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2227, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016746/06-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÔNICA DE AZEVEDO MOREIRA RIVERA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPICRY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
(vago)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 182 PÁGINAS